HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

1964

31 DE MARÇO

TOMO 14

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário e a sua História

Coordenador Geral
Aricildes de Moraes Motta

1964 – 31 de Março
O Movimento Revolucionário e a sua História

TOMO 14

Biblioteca do Exército Editora
Rio de Janeiro
2003

Sumário

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial –, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, Rio de Janeiro–RJ, Belo Horizonte–MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado “revanchismo”.

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos de 1960:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Malina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do Poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestradores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

---

[1] *O Globo* – Sexta-feira, 24 de maio de 2002: "O Último Secretário". Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Malina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contragolpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;

— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e

— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado

tem sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.

— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o "Plano de Entrevista", que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No "Encerramento do Plano", incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

— Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.

— Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados” e da “Folha Registro de Entrevistas”, esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, “deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles”. Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as "muletas" usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o "você sabe" ou "veja bem". Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como "daí em diante" e "depois disso", que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

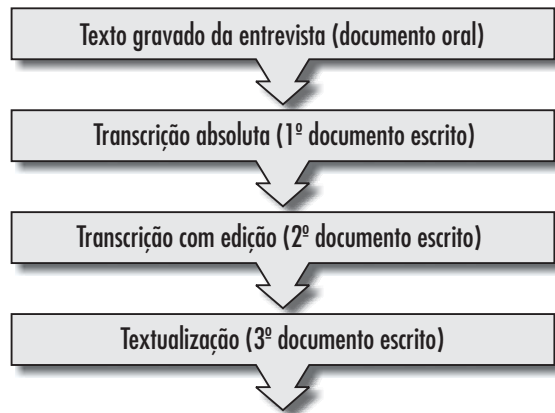
escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

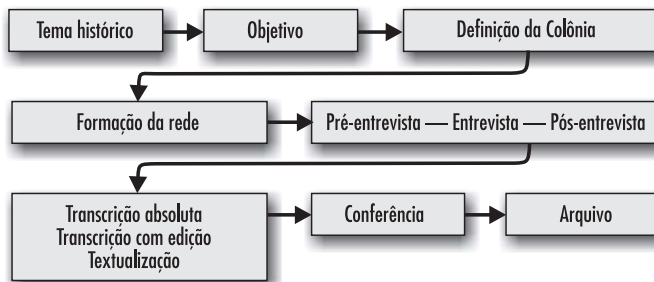
A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização*. 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

Ai dos vencidos*

A poderosa mídia oficial que, durante mais de 20 anos, enalteceu e justificou a contra-revolução militar de 31 de março de 1964, cospe agora, com cara de nojo, no prato que comeu. Desde muito antes até pouco depois do período em que os militares estiveram no Poder, quando ainda tentava ser independente e tinha firme liderança, sempre afirmou que a derrubada de Jango e seus pelegos era em defesa da democracia contra um golpe de estado, cujo objetivo estava na submissão do Brasil a uma ditadura do proletariado. Os mesmos que admitiram ter até participado do movimento em entusiásticos editoriais enchem agora a boca para falar em retrocesso e não se cansam de maldizer as Forças Armadas.

Foi, de fato, um longo regime de exceção e, como tal, apresentou as falhas inerentes a qualquer sistema autoritário, em termos do inadmissível cerceamento de liberdades e dos muitos inocentes que se tornaram vítimas inevitáveis dos excessos cometidos. Mas não é este o motivo de nossos comunas rosnarem suas frustrações, mas sim porque eles sabem ser impraticável, hoje, concretizar suas antigas obsessões, graças àquela intervenção. Explica-se, assim, o ressentimento contra o Brasil fardado.

Quando os americanos liberaram documentos que explicam como a Casa Branca acompanhou os acontecimentos há 40 anos, as esquerdas se comportaram como se o Kremlin não estivesse fazendo a mesma coisa, da forma que podia, pelos verdadeiros golpistas. Ainda que tamanha obtusidade fosse factual, como esperavam que Washington visse o movimento militar? Evidente que era a favor, ora essa. Nem precisava nos entregar a papelada. Gordon contava tudo a Johnson? Claro; para isso servem os embaixadores. Os Estados Unidos eram a favor? Óbvio; porque americano

---

* Artigo publicado, em 7 de abril de 2004, no *Jornal do Brasil*, onde o escritor Antonio Sepulveda escreve às quartas-feiras.

nunca fez graça para comunista. Dispostos a ajudar? Certamente; pois era assim que as coisas funcionavam na guerra fria. Lembremo-nos de que os soviéticos não hesitaram em interferir na Hungria e na antiga Checoslováquia. Os americanos, afinal de contas, fizeram o quê? Nada, porque nada lhes foi pedido.

O fato inequívoco é que os brasileiros tratamos de tudo sozinhos num dos maiores consensos políticos da nossa história. O resto é hipocrisia de um bando de sacripantas que dizem haverem lutado contra a ditadura, quando, na verdade, foi a ditadura que lutou contra eles; e, por causa deles, cometeram-se erros deploráveis. Autoproclamavam-se idealistas, e o ideal que acalentavam era transformar o Brasil numa Cuba.

Acontece que havia gente de bem, que era contra aquela sublimidade toda e lutou para impedi-la. Reagiram com determinação. Nada mais. Quem acredita nessa lorota de que os meninos estavam a estudar postos em sossego, e os "marighellas" a cismar altas políticas, mas, de repente, descobriram que havia uma ditadura no Brasil e pegaram em armas? Negativo. Aquela gente tinha um propósito sinistro muito bem definido. E hoje sabemos que estavam errados.

Os militares agiram na hora certa e evitaram um cenário muito pior, dominado por um regime odioso que só causou o mal por onde passou. Assim fez o General Franco na Espanha, Pinochet no Chile, e assim fizeram os coronéis na Grécia. Agora, os marxistas tupiniquins podem dizer e escrever o que quiserem, porque, atualmente, são, todos eles, muito democratas. Mas o tempo não volta atrás. Perderam a única chance tangível que tiveram. Foram vencidos.

Antonio Sepulveda

General-de-Exército Antonio Carlos da Silva Muricy

- Natural da Cidade de Curitiba, PR.
- Foi declarado Aspirante-a-Oficial, integrando a turma "Caxias", na então Escola Militar do Realengo, RJ, em 30 de dezembro de 1925.
- Principais funções exercidas: Instrutor e Comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) do Recife; Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO); Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME); Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (ESG); Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra, General Canrobert Pereira da Costa; Comandante de Unidade; Comandante da Infantaria Divisionária (ID/7), em Natal; Comandante das 1ª e 7ª Regiões Militares; Subdiretor da Reserva; Chefe do Estado-Maior do III Exército; Chefe do Departamento-Geral do Pessoal; e Chefe do Estado-Maior do Exército.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, o da Escola Superior de Guerra (ESG) e Command and General Staff School – Forte Leavenworth – EUA.
- Promoções: Segundo-Tenente em 23 de janeiro de 1926; Primeiro-Tenente a 27 de janeiro de 1928; Capitão a 2 de outubro de 1935; Major a 9 de outubro de 1942, por merecimento; Tenente-Coronel a 25 de janeiro de 1946, por merecimento; Coronel a 25 de abril de 1952, por merecimento; General-de-Brigada a 25 de julho de 1960; General-de-Divisão a 25 de julho de 1964, e General-de-Exército em 25 de novembro de 1966.
- Trabalhos publicados: A Guerra Revolucionária e a Ação Decisiva dos Civis (1963); A Guerra Revolucionária no Brasil e o Episódio de Novembro de 1935 (1965); Os Motivos da Revolução Democrática Brasileira (1964); Os Oficiais da Reserva e a Atual Situação do Brasil (1965); Defesa Civil (1951); O Planejamento Governamental (1955); A Grão-Colômbia, o Peru e o Chile (1954); Métodos de Trabalho da Escola Superior de Guerra (1952, 1953 e 1954), e Algumas Notas sobre Administração de Pessoal (1967).
- Em 1964, na eclosão da Revolução, comandou a tropa que constituiu o Destacamento Tiradentes e que de Juiz de Fora deslocou-se para o Rio de Janeiro.

Depoimento do General Muricy sobre a Revolução de 31 de Março de 1964, gravado no Auditório da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), Rio de Janeiro, em 29 de março de 1994.

Antecedentes da Revolução

Vendo, nos dia de hoje, a deturpação dos fatos que levaram o Brasil ao Movimento revolucionário de 1964, é preciso dar um passo atrás e voltar ao ambiente, no tempo e no espaço, em que vivíamos nas décadas de 1950 e 1960.

A União Soviética estava, então, em plena fase de expansão. Era um período em que, após a guerra, ela, vitoriosa com o apoio dos EUA, se fortaleceu militarmente e, com base nas técnicas revolucionárias, organizadas e sistematizadas na guerra da Criméia, por próceres comunistas em que se destacava Mao Tsé-Tung, tratou de organizar as hostes marxistas e estabelecer uma estratégia que pretendia a conquista, se possível pacífica, do Poder, ou caso contrário, pela ação da força.

Dentro dessa idéia, a União Soviética tinha se apoderado dos países bálticos, dos países do leste europeu (Romênia, Bulgária e Polônia), e a própria Alemanha estava dividida em Alemanha Oriental e Alemanha Ocidental; avançara para a Ásia no Casaquistão e no Afeganistão e, claro, no Sudeste Asiático, na Indochina. Foram os soviéticos ao Vietnã, dominaram a China, tornaram-na comunista, apesar da reação de Chiang Kai-Chek, que acabou sendo obrigado a se refugiar em Formosa, formando uma China Nacionalista. A Coréia foi dividida em Coréia do Norte e Coréia do Sul. Na África, os soviéticos provocaram as revoluções que levaram à adesão da Argélia e da Tunísia ao seu regime.

Na América, eles conseguiram pôr um pé em Cuba nos anos de 1959, já dentro da sistemática da conquista mundial estabelecida por Lênin, que dizia: “A conquista e a derrubada dos Estados Unidos caminha pela Europa, África e pela América do Sul.”

Já estavam, há muito tempo, trabalhando dentro do Brasil e reforçaram a sua ação. Nesse período, 1959, o Brasil tinha, como até hoje, problemas sociais muito graves, os quais foram amenizados em certos aspectos, mas exacerbados em outros, e mesmo estimulados, segundo a técnica da guerra revolucionária, de que “é preciso aproveitar a insatisfação de um povo para conquistar adeptos”.

E o comunismo, que tinha sido derrotado no Brasil em 1935, quando dos levantes do Rio de Janeiro, do Recife e de Natal, mas nunca perdera a esperança de vencer, porque acreditava naquela máxima de Engel de que “a humanidade caminha de teses para antíteses e para sínteses, que geram novas teses, novas antíteses e novas sínteses, até chegar à implantação do comunismo no mundo”. Dentro desse princípio, eles aceitavam a derrota como uma parte do processo.

O Brasil está infiltrado há muito tempo, e as técnicas da guerra revolucionária vinham sendo implantadas, aproveitando a insatisfação do povo e, principalmente, dos descompassos sociais que existiam, mais ainda, no Nordeste.

E aí, entro em meu primeiro encontro com essa desigualdade. Em 1958 fui comandar o Centro de Preparação de Oficias da Reserva (CPOR) do Recife. Lá tomei contato com o sofrimento do povo do Nordeste. Realmente, era um povo sofrido e, aproveitando-se dessa situação, começava a agitação provocada por Julião e outros líderes, que incitavam o povo a uma revolução. Esse movimento crescia, a agitação era cada vez maior e senti que era preciso levar tranqüilidade ao povo nordestino.

Em outras áreas do Brasil a mesma coisa acontecia.

Fui promovido a General em 1960, lá no Recife, e, quando vim ao Rio de Janeiro receber a minha espada, estando em plena cerimônia, recebi recado do Ministro, Marechal Odylio Denys, para ir lhe falar. Apresentei-me a ele, e ouvi:

– General Muricy, o senhor já tem destinação. O senhor vai comandar a Artilharia Divisionária (AD) de Cruz Alta.

– Pois não – respondi.

– Mas o senhor não vai só comandar Cruz Alta, não. Vai fechar o caminho da serra, se for necessário.

– Que é que há, Senhor Ministro?

– O Governador do Rio Grande e o General Osvino Ferreira Alves, Comandante do Exército, estão conspirando e eu já tenho quem feche o caminho do litoral se isso for preciso. Preciso de alguém de minha confiança que feche o caminho da serra. É o senhor.

E assim fui para o Rio Grande do Sul. Lá procurei contato com as unidades militares de Santa Maria, de Porto Alegre, de Alegrete, com o Comandante da 1ª Divisão de Cavalaria, que era o General Ulhôa Cintra, firme no Movimento de 1964, e verifiquei que havia realmente um preparativo de revolução e, também, vontade de combatê-la.

Em 1961 veio o episódio da renúncia do Presidente, e todos conhecem como terminou: os ministros militares se tinham oposto à assunção da Presidência pelo Dr. Jango, mas o Governador do Rio Grande do Sul criou uma "Cadeia da Legalidade", aliás, saindo da legalidade para apoiá-lo. O General Machado Lopes, com receio de desencadear uma guerra civil dentro do Estado, com derramamento de sangue, acabou aderindo a Brizola, e eu tive que sair de lá, voltando para o Rio de Janeiro, para aguardar nova comissão. Seguiu-se uma série de pormenores, que não vêm ao caso, episódios marcantes, mas que não cabem no momento.

Vim para o Rio. Tinha assumido o Ministério do Exército o General Segadas Viana, meu amigo, um homem sério, um bom chefe; tinha sido meu instrutor na EsAO, e ele me disse: "Muricy, eu não tenho condições de lhe dar agora uma Comissão de Comando o que farei logo que possível." Logo adiante, eu sou chamado

por ele, vou ao Ministério, e ouço: “Muricy, você vai comandar a ID/7, em Natal.” E assim fui parar lá.

Voltando para o Nordeste, observei que o ambiente era muito pior do que eu tinha conhecido quando lá servira em 1957, 1958 e 1959. A agitação era imensa em toda parte: eram canaviais sendo queimados, eram as “Ligas Camponesas” agitando o povo, eram as entidades de classe a fazer proselitismo revolucionário, era o então Governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola a desencadear, através da Rádio Mayrink Veiga, pregação subversiva, e correndo o Brasil pregar a “revolução”.

Chegando ao Rio Grande do Norte, tive contato mais cerrado com alguns elementos de grande valor na luta contra essa pregação: um, o Cardeal do Rio de Janeiro, D. Eugênio Sales, então Administrador Apostólico, porque o Bispo mesmo, estava cego; e outro o Ministro Aluízio Alves, então Governador do Rio Grande do Norte. Estes dois homens eram de grande formação moral e um D. Eugênio, de uma integridade absoluta e impoluta; Aluízio, um político, com as virtudes e os defeitos do político brasileiro, fazendo o que era possível para se sustentar politicamente.

Lá assisti a várias coisas interessantes.

Em primeiro lugar, um episódio: na Semana Santa, é tradicional haver procissão em que o Comandante da Guarnição, o General, segurava o “palium” junto com as autoridades do Estado, a fim de homenagear o nosso Deus. Estava me preparando para ir para a procissão, quando D. Eugênio chegou e me disse:

– General, vou pedir uma coisa ao senhor: não vá segurar o “palium”.

– Por quê?

– Porque o Prefeito de Natal, que é comunista, quer segurá-lo e eu não quero.

– Pode ficar descansado.

O Prefeito de Natal era o senhor Djalma Maranhão, um homem que tinha qualidades, mas era comunista por convicção, e era um homem atuante no partido.

Outro episódio: nessa ocasião, os cubanos organizaram em Natal o 4º Congresso Latino-Americano dos Estudantes, 4º CLAE.

O 4º CLAE não logrou dominar o ambiente porque D. Eugênio conseguiu colocar gente sua dentro do Congresso; e assim anulou e enfrentou os comunistas e conquistou adeptos. Por isso os estudantes comunistas prepararam um novo Congresso; eu estava no meu Quartel-General quando chegou um oficial meu e disse:

– General, os estudantes vão tirar o Congresso de Natal e levar para Mossoró; eles estão se armando e vão preparar um motim e uma baderna por lá.

Naturalmente, eu saí e fui procurar o Governador.

– Dr. Aluízio, está havendo isso, isso e isso...

– Eu vou tomar providência, vou fazer isso, isso...

– Já tenho gente lá – respondeu D. Eugênio.

O Congresso não se realizou. Até hoje, eles têm raiva porque não se realizou o Congresso de Mossoró. Atitude corajosa, a de D. Eugênio.

Nesse meio tempo, senti que havia um desconhecimento completo da sociedade a respeito do panorama brasileiro que estava já em convulsão dentro de uma sistemática de guerra revolucionária criada pelos comunistas. Resolvi, então, fazer de público uma conferência sobre "A guerra revolucionária e a responsabilidade dos civis", porque a guerra revolucionária se combate com conhecimento de causa, com ordem, com a atuação de todos os segmentos democráticos, de todas as áreas, principalmente nas áreas civis. Era preciso mostrar o que acontecia, e fiz, lá em Natal, uma conferência sobre a guerra revolucionária na Escola de Direito. Essa conferência foi publicada e irradiada em muitos lugares do Brasil.

A crise continuava, e deu-se então em 1962 o meu segundo "entrevero" com o ex-Governador Brizola.

O Embaixador Lincoln Gordon, americano, ia ao Recife e a Natal, a fim de inaugurar umas tantas obras que tinham sido feitas em cooperação com as autoridades americanas.

Estava eu numa reunião, que não me lembro qual, com o Governador Aluízio e ele me disse:

– General Muricy, vamos ter aborrecimento.

– Por quê?

– Porque o Prefeito Djalma Maranhão disse que não vai tomar conhecimento da vinda do Embaixador americano.

– Mas como? Ele é o dono da casa, e o Embaixador é o representante de uma potência, de uma nação amiga, como é que ele não toma conhecimento?

– Não, ele disse nenhuma; que eu é que me virasse.

– Bom, vamos nos preparar para os aborrecimentos que vêm – respondi.

Foi quando o Governador resolveu desmoralizar Djalma Maranhão e publicou no jornal *A Tribuna*, de Natal, um retrato dele, Djalma, pedindo dinheiro à "Aliança para o Progresso", que era uma instituição americana. Natal inteiro riu do Djalma Maranhão: "Então esse é o homem que ataca os americanos e vai lá para pedir dinheiro? Que moral tem ele?"

O Djalma Maranhão ficou sem saber o que fazer e pediu socorro aqui no Rio para as ligações dele, e quem foi lá para apoiá-lo foi Leonel Brizola, então Deputado e já agitando o Brasil, na preparação do "grupo dos onze" e seu movimento revolucionário reformista, que não era comunista, mas de agitação revolucionária populista; mas cooperava para criar o ambiente para a guerra revolucionária comunista.

O Deputado foi a Natal no dia exatamente em que o Embaixador americano fazia a visita protocolar. Nesse dia o Secretário de Segurança me avisou: "General, o homem vem aí falar no Grande Ponto." Não sei se tem alguém que conheça Natal. O Grande Ponto, em Natal, é o local onde todos deitam falação e, de lá, ela se irradia por todo o Rio Grande do Norte. Eu disse: "Bom, grave o que ele disser."

À noite, banquete no Palácio do Governo, as autoridades todas lá, e nessa mesma hora, no Grande Ponto, se dava a reunião contra a ida do Embaixador americano.

Para minha surpresa, quando estou sentado à mesa, ao lado de D. Eugênio e de minha senhora, chegou o Secretário de Segurança, Coronel Ulysses Cavalcante, que me disse:

– General, o homem está aí, atacou o Embaixador e atacou o senhor.

– Eu? O que é que eu tenho a ver com o Embaixador Lincoln Gordon?

– Mas ele atacou.

– Vá saber o que é que há realmente, porque isso é uma coisa da maior gravidade.

Ele saiu, voltou e disse:

– Sim senhor, ele declarou que a guarnição daqui era comandada por um General que era golpista, gorila, e que tinha fugido de Porto Alegre para não ser preso. E a oficialidade está revoltada e se preparando para algum desforço.

Eu, imediatamente, levantei-me, chamei os três oficiais que estavam no banquete e disse para o D. Eugênio:

– D. Eugênio, o senhor está ouvindo isto? Vai haver alguma coisa; o que vai acontecer eu não sei. De maneira que vou sair.

Quando saí do Palácio, estavam já 3 ou 4 oficiais à minha espera e dizendo:

– General, o homem falou, atacou o senhor, e nós vamos pegá-lo.

Eu disse para mim mesmo: "O que é que esse homem quer?" Só há uma explicação: se um indivíduo vem me atacar aqui em Natal, com a tropa toda minha, é porque ele quer apanhar; ele quer ser mártir. E, se ele for mártir, ninguém mais o segura. E a "revolução" que ele prega será vitoriosa. "Vamos para minha casa. Vamos conversar, vamos mudar o uniforme, vamos conversar."

Eu e minha senhora fomos para casa e, no caminho, raciocinei: "Se ele quer ser mártir, ele não será mártir... Ele não vai apanhar."

Ao chegar em casa, lá estavam vários oficiais, entre eles os Comandantes de unidade (porque mandei reunir todos os Comandantes de tropa); conversei com eles, que estavam querendo um desforço; segurei-os, até que lhes disse:

– Ele não pode apanhar!

– Ah, mas General, não podemos impedir.

– Então, ponho a tropa de prontidão. Todo mundo para o quartel! Vão todos para casa, para o quartel e que ninguém saia sem minha ordem!

Estava em minha casa quando chegou um oficial que disse:

– O Tenente Fulano (era o Oficial da Educação Física do 16º RI), está lá com um grupo.

– Chame Tenente Fulano!

Chegou o Tenente, um homem de quase 2 metros de altura, parrudo.

– General!

– O que é que há?

– Nós vamos pendurar o homem.

– Não vai não, você vai ficar sentado aqui nessa cadeira.

E assim fui segurando meus oficiais, sem tomar nenhuma outra atitude. Aí o Coronel Ulisses virou-se e disse:

– Mas General, o senhor não pode ficar sem desagravo. Tem que ser feito qualquer coisa contra esse homem. O que é que o senhor acha?

– Agora que vocês estão mais calmos, amanhã às 10h, no meu Quartel-General, quero que vocês façam uma manifestação. Reúnam-se para me dizer isso.

Não dormi essa noite, e minha mulher a me dar calmante, e eu, tendo que falar no dia seguinte, juntando idéias para poder escrever o que queria, sem exageros mas com firmeza.

Foi uma noite tremenda, uma das poucas em que deixei de dormir por preocupação.

No dia seguinte, depois de levar o Embaixador ao aeroporto, fui para o Quartel-General, ouvi a gravação do discurso que Brizola havia feito na véspera. O discurso era francamente subversivo. Entre as coisas que ele disse, lembro-me do seguinte: "É preciso deixar estourar esta panela de pressão para que possamos fazer alguma coisa pelo povo brasileiro. É preciso..." e por aí afora. Brizola pregou um "movimento revolucionário" naquela noite em plena praça pública. Esta gravação deve estar ainda lá em Natal, se não jogaram fora.

A seguir, houve a manifestação de apoio a minha pessoa. Recebi oficiais do Exército, da Marinha e da Polícia Militar (o Governador me apoiou completamente e, depois, mandou imprimir a conferência, que eu tinha feito sobre a guerra revolucionária). E eu fiz o meu pronunciamento, aceitando a manifestação de desagravo que teve larga repercussão.

Por coincidência, estava em Natal o jornalista do *Correio da Manhã*, Fernando Luiz Cascudo, filho do meu velho amigo Câmara Cascudo. E o Fernando pegou minha documentação, mandou para o Rio e, no mesmo dia, foi publicado em todos os

jornais daqui (lembro-me que *O Globo* colocou como manchete a frase: "Basta de agitação!", que era um trecho do que eu tinha dito). Essa minha resposta a Brizola encontra-se impressa, por iniciativa do General Antonio Jorge Corrêa numa Coletânea de escritos meus sob o título: "Palavras de um Soldado" editado pelo Ministério do Exército.

Bom, soltando um pouco a alma. A coisa mais dolorosa que há é um indivíduo sentir vontade de surrar outro e ter que defender esse outro, impedir que ele apanhe. Mas, eu achei que como Chefe e como homem preparado para a guerra, tinha que agir com a cabeça e não com o coração.

Ainda em Natal, outro episódio:

Estava um dia no Quartel-General, quando me avisaram: "O Deputado Sargento Garcia vem a Natal." São coisas do passado. Quem era o Deputado Sargento Garcia? Era um sargento que tinha sido eleito deputado federal e que corria o Brasil pregando a subversão contra os oficiais para, dentro do princípio da guerra revolucionária, dissolver ou tentar fazer com que as Forças Armadas perdessem substância.

No dia marcado lá estava ele, que tinha ido pregar a união dos sargentos. Precisavam "se unir" para enfrentar a "autocracia" dos oficiais etc. No dia seguinte estava eu no QG quando entrou o Dr. Aluízio Alves: "General Muricy, ontem foi ao Palácio o Deputado Sargento Garcia e ele, julgando que eu era de sua corrente de opinião, abriu-se, e disse que estão preparando a subversão e que já há postes escolhidos para pendurar os Chefes que a ela se opuserem; inclusive o senhor, já tem poste escolhido." Isto é para os senhores sentirem o ambiente daquela época.

A Reação Democrática

Passou algum tempo e, em 1963, fui transferido para o Rio de Janeiro. O ambiente já era pesado aqui. O Governo, que não tinha confiança em mim, me colocou na Subdiretoria da Reserva, um lugar de General mas cujo comando era sobre papéis e escrivaninhas. Não havia nenhuma possibilidade de lutar com meus próprios elementos.

Por esse tempo, o Governo Federal, Jango, já estava dominado pelos comunistas, que agiam no sentido de organizar as pressões de base e as pressões de cúpula, que são técnicas para a conquista pacífica do Poder, técnica que tinha sido realizada com sucesso na conquista da Tchecoslováquia. Por isso, o Governo começou a baixar decretos sobre decretos, criando órgãos de agitação, aproveitando-se das dificuldades no campo, criando a célebre "reforma agrária" que, como diziam Julião e outros, seria "na lei ou na marra". Assim, eles já estavam em plena agitação

quando vim para o Rio de Janeiro e nós, os democratas, começamos a incrementar as medidas para enfrentar essa situação.

Chegando aqui, encontrei me esperando dois oficiais, Ulhoa Cintra e Caracas Linhares, que me disseram:

– Muricy, viemos dizer a você para fazer ligação com o General Cordeiro, porque nós estamos nos articulando para defender o Brasil contra esta maré montante do comunismo que todo dia cresce sem a menor resistência ou sem o menor obstáculo do Governo.

– Eu já estou em ligação com ele – disse-lhes.

Pressentindo este problema, já no Nordeste, tinha me ligado com todos os principais comandos, e os Comandantes lá no Nordeste eram um bloco só. O Nordeste, em vista da agitação existente, do movimento das "Ligas Camponesas", das agitações de todas as áreas, estava coeso para enfrentar o movimento que o Governo Federal preparava. E eu digo "o Governo" porque não era o Presidente, eram os homens em torno do Presidente, e o governo não é um homem, é um grupo de homens ligados por uma hierarquia.

Na Diretoria da Reserva tive contato então com os grandes articuladores do Movimento de 1964. Contato cerrado, principalmente com dois homens: os Generais Oswaldo Cordeiro de Faria e Ademar de Queiroz. Estes dois foram os grandes costureiros da ação militar da Revolução de 1964.

Em todo o Brasil se conspirava, em todo o Brasil havia reação ao estado de coisas que se instalava no País. Havia a mulher brasileira, que em todas as áreas, criava movimentos contrários à agitação. Em Minas, a mulher mineira tinha posto para fora, a correr, o Deputado Brizola. As mulheres de São Paulo tinham se reunido para fazer manifestações de rua. Lá no Recife, a mulher pernambucana tinha feito uma reunião num ginásio e o Governo Arraes, tendo mandado cortar a luz, fizeram o movimento à luz de velas. Em toda a parte a mulher se unia. Aqui no Rio, o movimento era através da irmã de um colega nosso, o Molina, não me lembro do nome dela, mas me recordo que organizou depois aquela passeata que se realizou aqui no Rio, de mais de um milhão de pessoas, principalmente mulheres, logo depois da Revolução.

Chegamos ao Rio de Janeiro com o Brasil pegando fogo, com o Brasil cada vez mais tumultuado pelos movimentos de base: CGT, PUA, "Ligas Camponesas", movimentos operários etc. No Congresso, um movimento autodenominado "nacionalista" tinha aproveitado o espírito de brasilidade de muitos e induzido muitos inocentes úteis a julgarem estar defendendo a nacionalidade, quando na verdade estavam ajudando o comunismo aqui se implantar.

Nesse período, estávamos vivendo uma fase absolutamente defensiva, de expectativa, procurando estar em condições de enfrentar o golpe que se armava.

Desde que eu chegara, tratara de adaptar-me a esse ambiente.

No segundo semestre de 1963, ocorreu em Brasília a primeira revolta realmente séria. Cabos, soldados e sargentos ocuparam pontos sensíveis da capital em setembro e foi preciso uma atuação enérgica do Ministro General Jair Dantas Ribeiro que, numa ação vigorosa, conseguiu dominar em dois dias o movimento e prender os criminosos, com algumas mortes e muitos feridos. Poucos, hoje, se lembram disso, e poucos sabem o que realmente ocorreu.

No Rio, ao me apresentar ao Ministro Jair, de quem eu era amigo, disse-lhe: "Jair: duas coisas: primeiro, meus parabéns pela sua atuação em Brasília, dominando aquele movimento; segundo, ao mesmo tempo quero discordar de você por ter promovido o Vilanova Madeira a General. O Vilanova foi meu aluno, era 'isto', 'aquilo outro'." (O Vilanova vai aparecer mais adiante, em outro episódio).

Estou falando muito na minha pessoa, mas foram fatos que vivi, e portanto fica muito mais objetivo falar na primeira pessoa que fazer considerações teóricas.

Aqui chegando, já encontrei um movimento geral, coordenado pelo Cordeiro e pelo Ademar, para aglutinar todos os que quiserem lutar pela democracia.

Eu me ligava ainda a vários companheiros como o Orlando Geisel, Golbery, Cintra, Ernesto Geisel e outros de menor graduação. E assim a situação foi se armando, sempre com a idéia defensiva.

O Ademar e o Cordeiro conseguiram convencer o Castello, um homem de espírito legalista absoluto, que tinha uma vida coerente, sempre na legalidade, de que ele tinha de lutar contra o Governo. Em face das evidências, integrou-se ao movimento. Não foi difícil convencer a Amaury Kruel, comandante em São Paulo, que era amigo pessoal de Jango, mas era também anticomunista, e que acabou ficando contra o amigo, para ficar com o Brasil; assim, como eu disse, prosseguimos em nosso trabalho de aglutinação.

E assim estávamos, quando, em dezembro de 1963, tive notícias de que o Presidente, pressionado pelos comunistas, se preparava para, possivelmente em maio, dar um golpe contra o Brasil, contra o povo brasileiro.

Como que eu soube disso? Um amigo meu, Madureira de Pinho, muito amigo do Walter Moreira Salles, do Unibanco, chegou a mim, afobado, e disse: "Muricy, o Walter me disse que está aterrorizado porque foi chamado pelo Presidente, que lhe disse: 'Queria que o senhor fosse para lá (tinha sido nomeado Embaixador nos Estados Unidos), mas que regressasse logo, pois desejo que venha ainda em tempo, porque vou dar um golpe'." O Walter relatou o fato ao Madureira, que estava entrosado comigo e veio a mim contar o ocorrido.

Procurei o General Castello Branco que, usando sua rede de informação, verificou ser isso verdadeiro.

Nos primeiros meses de 1964 a situação militar se apresentava, a grosso modo, da seguinte maneira: o IV Exército, no Nordeste, era um bloco; ele viria

tranqüilamente. A família militar e uma grande parte do mundo civil estariam conosco para lutar contra o comunismo. Haveria, entretanto, dificuldades com algumas autoridades; principalmente, esperava-se isso do Governador Arraes, em Pernambuco. Mas tínhamos certeza de que, em poucos dias, este problema estaria resolvido.

O II Exército, em São Paulo, com Kruel, e o Governador Adhemar de Barros, estavam conosco, mas haveria algumas relutâncias se fosse necessário partir dali qualquer coisa. Os paulistas lembravam-se da Revolução de 1932, em que São Paulo ficou isolado, sozinho, contra o resto do Brasil. De qualquer maneira, Adhemar de Barros estava inteiramente integrado na reação contra o comunismo, e preparava-se para a luta. Na tropa de São Paulo havia algumas dificuldades, inicialmente com o próprio Kruel, que era amigo de Jango e que teria de ir contra ele. E, realmente, ele ficou numa atitude difícil, até o momento em que nós, aliás, o Castello, mostrou a ele que Jango preparava um golpe em favor dos comunistas.

No Rio Grande do Sul, no III Exército, o Comando era legalista. O Comandante, o General Ladário, era um homem sério, mas ligado a Jango e a tropa estava dividida. Nós julgávamos que haveria muita luta no Rio Grande, em caso de um levante.

No Paraná, o General Dario e a tropa estavam conosco, com a dificuldade de que eles eram subordinados ao Ladário, em Porto Alegre.

No Rio de Janeiro, o Ministro e grande número de seus oficiais eram contra nós, mas de uma maneira geral, o sentimento contra o comunismo era muito forte. Muitos oficiais se recusavam a tomar uma atitude contra os marxistas por causa do princípio de hierarquia e da manutenção da legalidade. Nós trabalhávamos em todas as áreas, e conseguimos conquistar os de postos mais baixos; mas a parte de cima era do Governo. Dificilmente seria possível fazer qualquer coisa partindo do Rio de Janeiro.

A situação em Minas era diferente. Em Minas, o Governador era democrata, e Magalhães Pinto, desde o começo, tomou uma posição de luta contra a maré crescente da destruição da democracia. Os chefes militares, o General Olympio Mourão Filho, Comandante da Região, o General Carlos Luiz Guedes, Comandante da ID/4 em Belo Horizonte, lutavam há muito contra o comunismo. O Comandante da Artilharia era contra nós, era o General Ivan Pires Ferreira. Entretanto, Minas tinha também o povo mineiro. A mulher mineira tinha escorraçado, como disse, o Deputado Brizola. O povo de Minas estava pronto para arrancar, mas ele poderia ficar isolado se partisse sozinho, era preciso ter certeza de um movimento global.

Em Mato Grosso, onde estava o General Meira Mattos, o movimento na parte militar era mais ou menos tranqüilo. A tropa estava toda ela firme, com algumas

exceções que sempre há, o que permitiu que ele arrancasse prontamente para Brasília, com aviões e viaturas.

Dentro desse quadro, agíamos com cautela porque era preciso evitar entrar numa luta sem estar com a firmeza de que tudo daria certo.

Foi o mês de março de 1964 quem realmente derrubou Jango.

Jango, dominado pelos comunistas, apoiou nesse mês três atividades que chocaram profundamente o Brasil e, em particular, as Forças Armadas.

No dia 13 ele promoveu em frente à Central do Brasil, ao lado do Quartel-General do Exército, um comício pelas Reformas de Base, na "lei ou na marra", com os comunistas cercando o palanque e dizendo *slogans* pela "revolução", claramente, abertamente. Antes já tinha havido uma série de greves, uma série de distúrbios.

Os Generais Castello Branco, Costa e Silva e Cordeiro de Faria fizeram tudo para afastar Jango dos comunistas; chegaram a ir ao Ministro Jair, juntos e separados, para dizer: "Jair, fala com o Presidente, que ele largue os comunistas e nós o apoiaremos. Ele não pode continuar como está, dominado pelos comunistas." Jair foi, voltou e disse: "Eu não posso fazer nada." Fomos procurar outros emissários. Nós tínhamos Kruel. Kruel foi ao próprio Presidente, de quem era amigo, para convencê-lo a largar os comunistas e também não conseguiu nada. Jango estava completamente dominado pelo Partido Comunista, todo mundo viu Oswaldo Pacheco, no palanque, ao lado de Jango, soprar o que ele devia dizer. Pacheco foi o grande mentor do comício de 13 de março, e todo o mundo percebeu, e isto fez com que, nas Forças Armadas, aqueles que ainda duvidavam não tivessem mais dúvidas, e muitos daqueles que estavam indecisos vieram imediatamente até nós para nos apoiar.

Ainda me lembro de um episódio. Como eu fazia sempre que chegava à Diretoria da Reserva: reunia os oficiais para o "bom-dia" e eu lhes dirigia algumas palavras. No dia 14 o então Major Madruga disse na reunião:

– General, que barbaridade aquele comício de ontem! Que loucura!

– Barbaridade, não. Que maravilha! – lhe disse. – Depois daquele comício não pode mais haver dúvida das intenções do Governo.

Nessa altura, já estávamos convencidos de que teríamos de sair da atitude ofensiva, antes que pudéssemos ser surpreendidos pelo golpe que o Governo iria dar. E começamos então a nos articular para a luta, agora já abertamente. Viajava-se para cá, viajava-se para lá, mandava-se emissários. Redigiu-se o documento "LeEx" (Lealdade ao Exército), que foi formulado basicamente pelo General Cintra, levado ao Cordeiro, depois ao Castello, e foi batido à máquina pelo Superintendente da Cruzeiro do Sul, o Ribeiro Dantas. Esse documento que foi espalhado pelo Brasil inteiro informou muitos militares sobre o nosso movimento.

Depois da Revolução, a um oficial vindo do Sul, que encontrei no Rio, o Coronel Léo Etchegoyen, perguntei: "Como é, Léo? O Rio Grande estava tão difícil..." "Ah, o documento LeEx nos esclareceu muito e fez com que pudéssemos ganhar muitos elementos para o nosso lado."

Outro erro de Jango foi ele estimular a reunião que houve no Sindicato dos Metalúrgicos, a 22 de março, com marinheiros e sargentos da Marinha revoltados, conseguiram a adesão de fuzileiros que tinham sido mandados contra eles.

Naquele dia, o Governo substituiu o Almirante Paulo Mario, que era um fraco (não sei se era comunista). E os marinheiros revoltados saíram em passeata, lá no Riachuelo, e vieram carregando nos ombros o Comandante dos Fuzileiros que era o Almirante Aragão, (o "Almirante do povo", como era conhecido). Em plena avenida a revolta era uma baderna. A Marinha perdia assim sua capacidade de controle e ficava completamente sem condições de agir. Isso também mostrou ao Exército e à Aeronáutica que era possível desmoralizar e desmontar uma Força Armada pela subversão da hierarquia.

Muitos oficiais da Marinha foram para o Clube Naval, e um deles (não me recordo mais o nome) foi lá em casa: – "Muricy, o que é que podemos fazer?" Eu lhe disse: – "Só há um jeito, meu amigo. Armem-se, resistam, que o Exército, dentro do possível, irá ajudar vocês. Mas não se entreguem."

A situação era essa meus amigos! É isso que muitos que atacam a Revolução não sabem como era o Brasil de então.

E a coisa foi num crescendo e nós nos preparando para arrancar. Chegamos à conclusão de que, para ter toda a segurança, antes do dia 10 de abril não era possível ter tudo pronto para partirmos. Havia muitos nozinhos ainda a atar.

A 30 de março Jango cometeu seu terceiro erro. Compareceu à reunião de cunho político dos sargentos e cabos no Automóvel Clube do Brasil.

Os sargentos lutavam para que pudessem votar e serem votados e eleitos, como tinha sido eleito o Sargento Garcia. Isso já tinha servido de base para a revolta de setembro de 1963, em Brasília, e agora era o pretexto para agitar e também quebrar a cadeia hierárquica dentro das Forças Armadas e nós vimos o Presidente Goulart fazer o jogo dos "revolucionários" comunistas.

Poucos dias antes o Presidente resolvera, por conselho não sei de quem, substituir no comando da Infantaria de Minas Gerais, o General Guedes pelo Nairo Vilanova Madeira. O Guedes, no dia 30 de março, reuniu seus oficiais em Belo Horizonte e lhes disse: – "Não recebo mais ordens do Governo! Eu estou revoltado! Quem quiser fique comigo."

E o General Guedes, ainda no dia 30 de março, começou a movimentar sua tropa. Eu, aqui, no Rio, fui informado dessa situação. Liguei para o General Geisel:

– Ernesto, você ouviu no rádio? Que é que há?

– Eu não sei, vou procurar saber.

Não tivemos confirmação da notícia, mas continuaram os boatos de que havia um movimento de tropas em Minas.

Em fins de 1963, o General Mourão, em Minas, queria um Comandante para as tropas locais quando viesse a Revolução. Eu estava sem comando. Ele tinha vindo ao Rio, em novembro ou dezembro, para ver a quem ele entregaria o comando de sua tropa. Ao convidar-me, aceitei. Eu estava sem comando e não podia ficar olhando os acontecimentos, não é do meu temperamento. Por isso aceitei.

Mourão não era propriamente um líder dentro do Exército, era um General com qualidades e defeitos, e sobre que pesavam certas acusações a respeito do célebre Plano Cohen, que tinha dado margem, ou acirrado, aos acontecimentos de 1935. Ele era o homem do Plano Cohen, e não gozava de um prestígio 100%.

Guedes, que sempre servira em Minas, era um oficial inteligente, mas também sem penetração dentro do Exército. Mourão quando veio ao Rio no fim do ano me disse: "Muricy, quero um homem para comandar minha tropa e não acredito no Guedes."

O Dia 31 de Março de 1964

Em torno do dia 20, o Mourão mandou dois emissários falarem comigo: o Ministro Antonio Neder – naquele tempo Juiz em Petrópolis –, e um filho do Marechal Denys, o Roberto, para saber se eu iria mesmo comandar sua tropa no movimento que se aproximava. Eu lhes disse: "Agora estou engajado aqui no Rio, preciso ver onde sou mais útil, se lá ou cá. Amanhã dou uma resposta. No dia seguinte, fui falar com o Castello, com o Ademar, com o Orlando Geisel, com o Ernesto Geisel e eles disseram: "Você para nós é muito mais importante lá em Minas do que aqui. Lá em Minas nós não temos muita gente para agir." Então mandei um recado para o Mourão: "Estou à sua disposição." E me preparei para ir para Minas, com o então Coronel Walter Pires (Walter Pires de Carvalho e Albuquerque) e com o Tenente-Coronel Caracas Linhares (Heitor de Caracas Linhares), que seriam do meu Estado-Maior e começamos a planejar nossa ida para Minas e as ações que teríamos que executar antes de nossa partida.

E estávamos nesse trabalho quando veio o dia 30 e o Guedes se revolta e movimenta sua tropa. Conversa com o Mourão e com o Magalhães Pinto que acham precipitada sua decisão mas que acabam concordando em revoltar Minas. Magalhães Pinto, que tinha preparado um pronunciamento brando, muda-o para um mais forte e iniciam juntos a revolução desejada pelo povo brasileiro.

Eu estava em casa no dia 31 de março quando às 6h da manhã toca o telefone e um companheiro me perguntou:

– Muricy, como é? Sai hoje ou não sai?

– Não sei ainda!

Estava ouvindo notícias do movimento em Minas, o rádio avisando. Mas mal eu acabava de desligar o telefone, veio um telefonema do Ministro Neder.

– Olhe, General Muricy, o nosso homem partiu, o nosso homem arrancou, e quer saber a que horas o senhor estará aqui em Juiz de Fora.

– Bom, são 7h; tenho que pegar os companheiros que vão comigo para Minas, mas ao meio-dia estarei em Juiz de Fora.

Realmente, cheguei a Juiz de Fora pouco depois do meio-dia, tendo saído do Rio às 9h pela estrada União e Indústria, dirigindo.

Quero dizer aqui o que já disse anteriormente: nunca houve quem fizesse mais contravenções de trânsito do que eu nesse dia. Saí como um louco, mas cheguei a tempo.

No caminho ocorreu um fato anedótico: Estava preocupado com o caminho a seguir e pensava com meus botões: “Vou para Juiz de Fora, passando por Petrópolis ou dou a volta por Teresópolis, lá por cima? Vai depender da tropa de Petrópolis, o 1º Batalhão de Caçadores, que poderá nos prender”.

Mas, quando entrei na Avenida Brasil, passei pela porta do 1º Batalhão de Carros de Combate e vi uma lavadeira com uma trouxa na cabeça entrando no Portão das Armas. Concluí: “Não há prontidão! Logo, eles não estão sabendo ainda o que está se passando. Vamos embora direto por Petrópolis”.

E continuei pela estrada União e Indústria conversando com o Pires e com o Caracas Linhares sobre como tocar a coisa. Chegou um momento em que eu pensei: “Será que o Mourão arrancou mesmo? A estrada está tão deserta! Não tem nada atrapalhando!”

Quando cheguei perto de Minas Barbosa, encontrei o primeiro elemento da vanguarda das forças mineiras em marcha. Era um Esquadrão de Reconhecimento de Cavalaria Mecanizada, do Capitão Mandarino (Ítalo Mandarino). Eu parei, ele parou. Fiz um gesto para ele continuar e parti para Juiz de Fora, dizendo com meus botões: “Bem, agora há movimento.”

Lá chegando, apresentei-me ao Mourão, no Quartel-General. Fardei-me e ele me empossou no Comando do Destacamento Tiradentes e me disse: “Coma alguma coisa e vá assumir o comando da tropa de Juiz de Fora que já está se preparando para sair dos quartéis.”

No Quartel-General se encontrava o Marechal Denys que viera do Rio.

Enquanto almoçava, conversei com o Major Moraes (Antônio Barbosa de Moraes), oficial de Operações da 4ª Região Militar que me colocou a par da situação: o levante

em Minas estava completo e apenas havia uma pequena reação no 11º Regimento de Infantaria de São João Del Rey. Relatou, ainda, com qual tropa nós poderíamos contar, e que a decisão do Guedes e do Mourão era, inicialmente, aferrar-se ao terreno em território mineiro e lá esperar os acontecimentos.

Eu já tinha pensado nisso, mas me recordei de outros movimentos anteriores, inclusive do acontecido em 1932, quando a vanguarda paulista arrancou e foi até Barra do Piraí e, de lá, o Capitão Novaes não progrediu porque decidira esperar a evolução dos acontecimentos e, com isso, atrasou a atuação das demais tropas paulistas que não puderam sair do território do estado. Disse isso ao Moraes, acrescentando: "Nesta fase inicial tudo é confuso, com notícias desencontradas; tudo é válido, desde que não seja loucura. Vamos arrancar para o Rio de Janeiro, de qualquer maneira, indo o mais longe possível, porque muita gente está lá esperando uma oportunidade para sair debaixo do comando local e também aderir a nós. Nós temos que partir o mais depressa possível, sair de Minas rumo ao Rio." O Moraes foi um grande auxiliar e declarou que esse era, também, seu pensamento.

Fui aos quartéis da cidade, assisti à partida das Unidades, determinei que fossem numa primeira etapa até Paraibuna onde faria a concentração da minha tropa, antes de marchar para o Sul.

E começaram as adesões.

A primeira foi o 1º Batalhão de Caçadores de Petrópolis que cerrou às margens do Paraibuna.

Eu estava reunindo ali a minha tropa, quando chegou a notícia de que o 1º BC tinha encostado, e que alguns tenentes de cá, conversando com os tenentes de lá, souberam que os tenentes de lá estavam querendo passar para cá, e lhes disse: "Então tragam para cá esses tenentes." Eles foram lá, trouxeram os tenentes e eu acertei a passagem para o nosso lado. "Vamos pegar os outros!" Logo, o 1º BC estava do meu lado. Apenas o Comandante, o Coronel Kerensky (Kerensky Túlio Motta), recuou para o rio. Já passava da meia-noite.

Eram 3 ou 4h da madrugada, quando recebi um recado: "O Marechal Denys está numa fazenda aqui perto e quer falar com o senhor." Fui lá:

– Muricy, o Regimento Sampaio está vindo para cá, mas ele não vai combater, ele vai aderir. O Comandante, o Coronel Raimundo Ferreira de Souza, me disse isso pelo telefone. Eu tinha mandado um recado para ele, dizendo que estava do lado de cá – ele tinha sido meu Assistente – e disse-me que vinha com a tropa para aderir ao movimento.

– Bom, então vou ao encontro dele. Onde ele deve estar? – perguntei.

– Ele deve estar chegando por aí; falou comigo de Três Rios e está vindo.

Nesse meio tempo, chegou a notícia de que o General Cunha Mello (Luiz Tavares da Cunha Mello) assumia o Comando da tropa que iria me enfrentar. Minha tropa já estava reunida e o Raimundo com o Regimento Sampaio vinha como amigo e pensei: "Ele vem pra cá. Eu vou prender o Cunha Mello!"

E parti para o Sul, numa dessas decisões de começo de revolução, em que as coisas são meio amorfas, para encontrar-me com o Regimento Sampaio e, depois, seguir ao encontro do Cunha Mello. Alcancei o Sampaio na altura de Serraria, 20km mais ou menos ao sul de Paraibuna. Lá, o Raimundo veio ao meu encontro e disse:

– General, a minha tropa está à sua disposição; apenas tenho que alimentar meus homens e tenho que lhes dar algum descanso, porque não dormimos a noite inteira e já são 4h ou 5h da manhã.

– Então vai ali, do lado da estrada, e descansa a sua tropa.

Mandei alimentá-los, mandei reabastecê-la de gasolina e disse:

– Entre à retaguarda de minha coluna e vamos embora para o Rio.

– Mas olhe General – ele alertou –, o Grupo de Artilharia que veio comigo não que aderir. O Raimundo Nonato não quer aderir.

– Mas como? Nós estamos querendo salvar o Brasil, nós não estamos lutando por A, B ou C, estamos lutando pelo Brasil, ele é brasileiro; tem que vir.

Peguei então uma Companhia do Regimento Sampaio e desdobrei-a em "Linha de Atiradores! Fogo à minha ordem!" – em linguagem antiga –, e saí a pé em direção do Grupo de Artilharia. Abordei a primeira viatura, mandei-a manobrar e fechei a estrada. Dirigi-me para o motorista e perguntei:

– Onde está o Comandante?

– Está aqui mesmo.

– Nonato, você tem que aderir, estamos lutando pelo Brasil! – disse.

– Ah! Não posso. Tenho um compromisso com o meu Comandante, não posso aderir.

Voltei-me para ele e disse:

– Então está preso! Fique aí sentado, mantenha-se sentado.

Dei ordem para descer todos os oficiais, sargentos e soldados e os reuni no meio da estrada e lhes fiz uma preleção. Aconteceu então um fato pitoresco, que *O Globo* publicou: "O caso do sargento profeta." Quando eu estava terminando de falar, na estrada, um sargento disse em altas vozes: "O Espírito Santo falou pela boca do General! Vamos apoiar o General! Vamos aderir!" Aderiu todo mundo. Uma Bateria do Grupo, que já tinha recuado, voltou e eu ganhei mais uma Bateria.

Recomecei minha marcha para o Rio e quando cheguei à altura de Três Rios dei ordem ao Coronel Ferraro (Oswaldo Ferraro de Carvalho), Comandante do 11º RI, de São João Del Rey, para passar para a testa da coluna e marchar para o Sul, alcançar o

rio Paraíba e lá fizesse uma cabeça-de-ponte a fim de permitir o prosseguimento das operações. O 11º RI era a Unidade mais bem adestrada porque já terminara o ano de instrução.

No início da tarde fui informado de que a tropa do Cunha Mello estava se instalando defensivamente na região de Areal. Dei ordem, então ao Ferraro para atravessar o Paraíba, desdobrar seu regimento em marcha de aproximação, alcançar Areal e se fosse necessário, passar para o engajamento e logo para o ataque e lhe disse: “Tudo faz crer que eles não estão ainda psiquicamente preparados para nos enfrentar. Não pare!”

À tarde, enquanto aguardava informações, chegou um recado do Mourão: “O General Mourão acaba de saber que o Presidente Jango saiu do Rio e tomou destino ignorado. É preciso reduzir a velocidade das operações para evitar derramamento de sangue. Procure evitar a luta.” Respondi ao enviado: “Bem, eu já estou me preparando para atacar, mas diga ao Mourão que vou segurar o ataque.”

Chamei o Coronel Pires e lhe disse: “Você vá à frente. Procure contato com o Cunha Mello; conte-lhe a informação que tive e pergunte se ele sabe alguma coisa.”

O Pires foi, encontrou lá o Major Souza Reis, que tinha servido anteriormente com ele e disse que vinha como amigo. Conversaram, e o meu recado chegou ao Cunha Mello, que então mandou um oficial, o Major Alirio Granja, falar comigo.

– O General manda dizer que não teve notícia alguma; que recebeu ordem para deter o senhor, e que vai detê-lo.

– E eu vou atacar. Você passou pelas minhas linhas e viu que eu estou me preparando para atacar. Eu vou atacar. Volte e vá lá dizer isso ao Cunha Mello.

Estava nessa situação, quando chegou um emissário do Cunha Mello, não me recordo o nome:

– General Muricy, o General Cunha Mello mandou dizer que realmente teve notícias de que o Presidente saiu do Rio. Ele não tem mais a quem defender. Vai recuar. Mas ele pede ao senhor que não avance para não dar a impressão de que venceu uma guerra que não houve. Permita que nós recuemos e o senhor pára aqui.

– Não, eu continuo – retruquei. – Vamos fazer o seguinte: ele retira a tropa, recua, e dentro de uma hora ou duas eu retomo a marcha para o Rio, porque quero chegar ao Rio de Janeiro o mais depressa possível.

Passou-se uma hora e eu meti a tropa na estrada. Quando cheguei à altura de Pedro do Rio, próximo a Petrópolis, encontrei o 3º RI inteiro, à beira da estrada: “General, a tropa é sua.” Avancei mais um pouco e encontrei outra Unidade: “General, a tropa é sua.” De maneira que quando entrei no Rio de Janeiro, na manhã do dia 2, eu, que tinha saído de Minas com 3 mil homens estava agora com cerca de 6 mil.

Quando cheguei, o Governador Carlos Lacerda veio ao meu encontro, abraçou-me e colocou o estádio do Maracanã à minha disposição para eu estacionar a tropa.

Aqui no Rio a situação era muito confusa. Ainda havia possibilidade de alguma reação. O General Costa e Silva, o mais antigo general da guarnição, havia assumido o Ministério do Exército.

Deixando a tropa no Maracanã fui ao encontro dos chefes militares. Pediram-me que mantivesse a tropa mineira aqui, pronta para agir, até que a situação ficasse tranqüila. Foi o que fiz.

Vitória da Revolução

E agora, para terminar: o movimento militar venceu rapidamente.

Jango saiu do Rio no dia 1º, foi para Brasília onde não encontrou apoio. Na capital já estava chegando a tropa do General Meira Mattos. Então, ele partiu para o Rio Grande do Sul. Lá o General Ladário quis resistir, mas não encontrou ambiente. O Brasil inteiro se levantara.

Jango abandonara o Brasil.

Começa então um impasse: Como continuar? Até o dia 10 de abril o Governo ficou acéfalo. O Ministro da Guerra, General Costa e Silva, une-se ao General Castello, Chefe do Estado-Maior do Exército, e conduzem os rumos do Brasil, evitando agravar divergências, ambos querendo uma solução democrática.

A primeira idéia que surgiu foi a que tinha sido utilizada em 1961, quando da renúncia de Jânio – empossar o Presidente da Câmara e ele promover uma eleição a seguir. Mas, havia muita coisa para mudar, porque agora tratava-se de uma Revolução vitoriosa, e Mazzilli não tinha força nem condições materiais para fazer cumprir suas ordens, e ninguém acreditava nele como Chefe Revolucionário. A idéia foi abandonada.

Ao mesmo tempo, havia um grupo enorme de militares e civis, alguns de alta posição, inclusive o Governador do Estado do Rio, que queria uma ditadura militar forte, seca, para entrar e refazer tudo; queriam um Chefe carismático, que agisse como Perón na Argentina e como outros, que na América do Sul agiram violentamente.

Mas os chefes militares de responsabilidade, Castello, Costa e Silva, Cordeiro, Ademar, Ernesto e Orlando conseguiram mudar o ambiente e chegou-se a uma solução intermediária, que foi aquela do Ato Institucional nº 1 (AI-1), baixado no dia 10 de abril, que manteve o Congresso aberto e modificou a Constituição. Enfim, aquele Ato institucionalizou e legitimou a Revolução.

Naquele ambiente somente um chefe militar de forte ascendência no Exército poderia dirigir a Nação e, dessa forma, chegou-se ao nome do militar que melhores

condições apresentava para a difícil missão – o General Castello Branco a quem o Brasil muito deve.

E para terminar este depoimento desejo declarar que durante todo o período da Revolução, esses vinte anos chamados de "ditadura", os chefes militares de responsabilidade sempre tentaram passar o Governo para um civil e não conseguiram.

E não conseguiram porque tiveram que enfrentar duas forças poderosas: uma, a ação comunista que resistia com outras formas, entre as quais, o terrorismo; e outra a resistência dos revolucionários da "linha dura" que desejavam manter o *status quo*. Neste grupo encontravam-se numerosos civis.

Eu assisti de perto ao início dos atos terroristas no Brasil. Em 1966, no Recife, houve o primeiro, no aeroporto dos Guararapes. Estava chegando lá, quando explodiu uma bomba que matou um deputado, feriu outro e o Secretário de Segurança ficou inutilizado.

Em outra ocasião, no dia do 2º aniversário da Revolução, estava na casa do Comandante do IV Exército quando explodiram mais duas bombas, uma na própria casa do General Portugal e outra no edifício dos Correios.

Mais tarde, piorou a agitação e foram intensificadas as ações terroristas, com os assaltos a bancos. Quem ensinou esses bandidos de hoje a assaltar bancos foram os comunistas, foram os homens que queriam nos combater. Esta é que é a verdade.

Foi preciso contemporizar até chegarmos ao Governo Geisel, em que ele pôde, com os ânimos serenados e com a energia que sempre demonstrou, fazer a abertura que foi concluída pelo Presidente Figueiredo.

Era isso que eu queria dizer, o mais rapidamente possível, sintetizando, mas não foi possível.

Obrigado!

General-de-Divisão Raymundo Maximiano Negrão Torres

- Natural de Belém do Pará, ingressou no Exército em maio de 1942, foi declarado Aspirante-a-Oficial de Artilharia pela Escola Militar de Resende em 11 de agosto de 1945 e classificado no 3º RAM, em Curitiba-PR.
- A partir de então, o Paraná foi seu Estado adotivo. Esteve fora por dois anos, como Tenente, no 2º RO 105, de Itu-SP, e no QG/ 8ª RM, em Belém, já como oficial superior – 1955/1958. Realizou seus cursos no Rio de Janeiro-RJ, onde fez o de Artilharia Antiaérea em 1949, a EsAO em 1954, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) no triênio 1959/1961 – quando ocorreu o episódio da Legalidade – e a ESG, já em 1981. Enquanto Instrutor da ECEME, cursou a co-irmã do Exército dos EUA em Fort Leavenworth-KS em 1965/1966. Em Brasília, serviu no Estado-Maior do Exército (EME) entre 1977/1978.
- No Rio Grande do Sul, serviu, ainda, no 3º GCan Au AAe, onde foi promovido a Capitão em 1950.
- Foi classificado, no início de 1958, no I/5º RO 105, Lapa-PR, Unidade que veio a comandar em 1970.
- Realizou o estágio de Estado-Maior no QG/5ª RM, onde vivenciou a preparação e os primórdios da Revolução de 1964; ali serviu, também, após a conclusão da ECEME nos EUA e de sua promoção a Coronel, por merecimento, em 1969. Foi Assistente do Comando da AD/5 no segundo semestre de 1964, após entregar o comando do Grupo da Lapa, de 1972 a 1977; ali, foi promovido, por merecimento, a Tenente-Coronel.
- Em 1975/1977, presidiu a Subcomissão Geral de Investigações-PR, vinculada ao Ministério da Justiça, cumulativamente com suas funções no Exército.
- Promovido a General em 1978, comandou a AD/6 em Porto Alegre, a AD/5 em Curitiba e exerceu o cargo de Subchefe do Exército no EMFA. General-de-Divisão

em 1983, foi Subchefe do EME e Vice-Chefe do DGS, quando solicitou sua passagem para a reserva. Comandou a 3ª RM – Porto Alegre, de 1985 a 1987.

- Radicado em Curitiba, tem desenvolvido intensa atividade literária, iniciada em 1956 no jornal *A Província do Pará*. No seu acervo literário, destacam-se: "Meninos, Eu Também Vi", "Por que Morreram os Americanos no Vietname?", "Para Collor Ler na Cama", "de Fernando a Fernando", "Nos Porões da Ditadura", "Paraná – Encruzilhada de Caminhos", "1964 – Uma Revolução Perdida" e "O Fascínio dos Anos de Chumbo".
- É colaborador quinzenal da *Gazeta do Povo,* de Curitiba, Conferencista convidado de entidades culturais e clubes de serviço (ADESG/PR, Rotary, PUC/PR).
- É Vice-Presidente do Centro de Letras do Paraná, Diretor Cultural do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e membro do Instituto de Geografia e História Militar. Ocupa a cadeira nº 15 da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e a cadeira nº 10 da Academia Paranaense de Letras.

Entrevista realizada em 30 de novembro de 2004.

General Negrão, depois de sua marcante participação no Projeto História Oral do Exército, registrada pela Coordenadoria do Rio Grande do Sul, em 22 de agosto de 2000, e publicada no Tomo 8 de nossa Coletânea, é hora da Coordenadoria do Rio de Janeiro/Minas Gerais, valendo-se desta sua entrevista, que ora iniciamos, específica e extremamente oportuna, divulgar as esperadas considerações do experiente e respeitado Chefe sobre os livros do jornalista Élio Gaspari, relacionados com a Revolução de 1964 e lançados com grande alarde pela mídia, nos quais enfatiza a participação de Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, particularmente, segundo confessa o autor, na construção e na desmontagem do que chama de ditadura.

Envidarei todo o esforço para atender, da melhor forma possível, às questões que me forem apresentadas por essa Coordenadoria a respeito do "pentateuco eliano". Estou à inteira disposição.

"Élio Gaspari esforça-se para demonstrar uma entranhada paixão pela democracia e pela liberdade, sentimento estranho e tardio em quem, em 1962, alistou-se no estalinista Partido Comunista, o que tanto pode ser um equívoco da mocidade ou um jeito malandro de tirar proveito de ser comunista, como se constata no livro do Mario Conti, pelo elevado número deles nas redações dos jornais e revistas. O que acaba sendo irrelevante, tendo em vista o imenso número dos cristãos-novos da Democracia que andam hoje por aí, no governo, na imprensa e alhures, com gordas indenizações e polpudas pensões, arrancadas do suor do trabalhador e do contribuinte brasileiro."

General Raymundo Negrão Torres

Por que o senhor resolveu dar ao seu mais recente livro o título de "O Fascínio dos Anos de Chumbo"?

Alfredo Hélio Sirkis, um ex-guerrilheiro urbano, relatou em livro suas experiências na luta armada comunista dos chamados anos de chumbo. Ao publicar a 14ª edição de "Os Carbonários", fez questão de inserir nela, como um novo prefácio, uma espécie de autocrítica na qual reconhece:

"Mas a história, ela própria, acontece duas vezes. Uma no instantâneo eclodir dos fatos. Outra nas obras literárias, históricas, biográficas, memorialísticas e, hoje, no audiovisual, na TV, no cinema, em CD-ROM. Se na primeira perdemos fragorosamente, na segunda não nos saímos de todo mal."

Mais adiante, ao confessar não compreender o permanente interesse da mídia por esse conturbado período de nossa história, escreveria Sirkis: "Muitas obras houve e, pelo fascínio que esse período continua a exercer, muitas ainda haverá."

E esse "fascínio" – que disfarça interesses escusos e pecuniários – continua dando seus frutos. A sua mais recente manifestação apareceu no final de 2002 com "As

Ilusões Armadas", parte de uma "obra" cuja gestação custou – segundo o autor, jornalista Élio Gaspari – longos 18 anos e o trabalho da maior equipe que uma editora já colocou à disposição de um escritor. Tempo tão vasto que o irreverente Carlos Heitor Cony chegou a pensar que não viveria o bastante para ter a ventura de saborear o resultado de tão longa faina. O acadêmico e memorialista Cony de início não gostou da coisa, pois reclamou, em sua coluna diária, da imputada co-autoria de um contundente editorial do *Correio da Manhã*, publicado na véspera da queda de Jango Goulart. Mas, na contracapa do terceiro volume da obra, lhe é atribuída, em artigo da *Folha de São Paulo,* a comparação do escriba Élio com o historiador romano Suetônio, embora "com melhor estilo e maior isenção". Como Cony é dado a graçolas e ironias, não se fica sabendo o que ele realmente quis dizer com tal comparação. Caio Suetônio Tranquilus (69-140) foi durante algum tempo guardião dos arquivos do imperador Adriano dos quais se valeu para escrever "Os Doze Césares", obra em que registra informações inéditas, em sua maioria meras anedotas, mas que deixam o leitor em dúvida se Suetônio está apontando fatos ou relatando simples lendas ou rumores. O leitor, ao fim da leitura dos livros, talvez possa concluir o que, na verdade, quis dizer o enigmático Cony.

Que juízo o senhor faria da tão alardeada obra?

Costuma-se dizer que pelos frutos se conhece a árvore e que árvore má não dá bons frutos. Daí, ser interessante conhecer algo da vida do jornalista-autor, dono de página dominical inteira em jornais de circulação nacional e que se julga – "eliocentricamente", como ele mesmo proclama – um dos ícones de nosso jornalismo investigativo. A tomar como válido o esboço biográfico de Élio Gaspari traçado por outro conhecido e veterano jornalista, também durante muitos anos figura importante na redação da revista *Veja*, em seu alentado livro "Notícias do Planalto", publicado em 1999 pela mesma editora, Companhia das Letras, fica a certeza de que o fruto é o retrato da árvore que o produziu.

Mário Sérgio Conti – até hoje não desmentido no que escreveu e publicou – mostra um alvorecer para a profissão nada edificante, pois afirma que com sua ancestralidade napolitana, a convivência em um dos muitos colégios onde estudou com filhos de banqueiros do jogo do bicho e a observação da fauna de malandros, capoeiras, prostitutas, pederastas e cafetões da Lapa (Rio), Élio Gaspari embebeu-se do que chama de a "sabedoria das ruas". Precisando de uma ocupação e por sua militância no Partido Comunista, onde tinha o codinome não muito inteligente de Élio Parmegiani, acabou sendo empurrado para o jornalismo em novos rumos, órgão do PCB, onde chegou depois de um modesto emprego na Embaixada cubana. A

reviravolta havida com a queda de Jango Goulart o deixa sem trabalho por uns meses e o leva para um emprego em uma agência de notícias no aeroporto do Galeão que lhe abriria as portas para uma experiência em que a falta de escrúpulos de sua "sabedoria das ruas" seria de grande valia para o seu promissor início como falsificador de entrevistas. Como o tempo de contato com políticos e personalidades em trânsito era reduzido – conta Mário Sérgio – o esperto repórter já levava prontas as entrevistas que eram oferecidas aos que as quisessem encampar em troco da vantajosa aparição nos jornais. Isso triplicava sua produtividade e o recomendava aos patrões, aos encarregados das redações e aos "pauteiros", além disso, a técnica inusitada e esperta faria escola.

Anos mais tarde, na revista *Veja*, "a molecagem" – no dizer de Conti – seria repetida, já refinada e com grande sucesso e vantagem. Escola que, ao que parece, nunca foi abandonada e foi utilizada contra uma de suas mais notórias vítimas, o Brigadeiro Walter Werner Bräuer que, ao ser afastado do Comando da Aeronáutica por insurgir-se contra a má conduta do então Ministro da Defesa, teve uma entrevista publicada nas Páginas Amarelas da revista de forma inteiramente deturpada pela repórter que o ouvira, transformando-a maliciosamente em um pronunciamento de caráter nazista. Esse refinamento deve ter sido também obra da experiência adquirida pelo jovem Gaspari, ainda no tempo do Galeão, quando começou a trabalhar para Ibrahim Sued, o mais bem-sucedido colunista social, que soube, como ninguém, utilizar seu faro de repórter policial e informante da polícia para explorar a vaidade de "didus" e "dolores" e transformá-la em rendosa fonte de prestígio e dinheiro. Prestígio que o faria participar da intimidade de figuras importantes, como o indigitado redator do primeiro Ato Institucional, Carlos Medeiros, através de quem conseguiu tirar da cadeia o próprio Élio Gaspari, preso não se sabe bem por que nem para quê.

Mas terá sido, certamente, a ligação íntima com o "Turco" que terá dado a Élio Gaspari a ferramenta com que aprendeu a abrir o "cofre das vaidades" de certas figuras da "ditadura" – como Ernesto Geisel, Golbery do Couto e Silva e Heitor de Aquino Ferreira – de onde saíram os papéis de arquivos oficiais – transformados leviana e criminosamente em arquivos pessoais – e os "diários" e as fitas, secretamente gravadas, com que montou sua mais recente e longeva obra, cujos primeiros volumes, logo que lançados, com impressionante publicidade, já despontavam na lista dos mais vendidos, mostrando que Sirkis tinha razão, mesmo que o apontado fascínio seja o resultado de longas e trabalhosas compilações – via computador – do que muitos outros já escreveram, com uma conveniente e capciosa seletividade de fatos e fontes, ao bel-prazer do autor, de declarações com o velho "cheiro de Galeão" e de

um texto bem escrito, mas recheado de equívocos, erros grosseiros, meias-verdades e mentiras completas, próprias ou encampadas. Falhas que já começam a ser apontadas publicamente, porque ainda estão vivas muitas das testemunhas dos fatos e que agora se dispõem a corrigi-lo e a contar o que sabem.

Em resumo, trata-se de uma obra escrita para ganhar dinheiro através de processos torpes, tentando denegrir e enxovalhar as Forças Armadas, especialmente o Exército e seus chefes, que são, em muitos pontos, ridicularizados e depreciados. Valendo-se, inclusive, da ajuda de pessoas cujas biografias passam, assim, a mostrar seu verdadeiro perfil.

Outra fonte de refinamento, Gaspari acabaria tendo de sua ligação com Dorrit Harazim, uma iugoslava de nascimento que, depois de algum tempo morando no Brasil, andou pela França de onde teve de fugir para livrar-se das grades da Suretè francesa que a perseguia por suas alegadas ligações com terroristas (Notícias do Planalto, p. 75/77). Gaspari – que participou dos primeiros e difíceis tempos do lançamento da revista *Veja* (1969/1970) – trabalhou com ela por algum tempo na revista, para onde a recrutaram em Paris outras figuras marrons da imprensa, como os Civita e Mino Carta. Este, italiano como Gaspari, muito o ajudou dando-lhe especial destaque na redação da revista, onde se notabilizou por seu jeito desenvolto, prepotente, intrometido e absorvente, para onde voltara com Dorrit em 1979, já casados ou coisa que o valha, depois de algum tempo de trabalho no Rio e no *Jornal do Brasil*. Em 1988, o casal vai para Nova Iorque, onde Gaspari seria correspondente da revista e Dorrit, chefe do escritório da Editora Abril.

Élio Gaspari se dizia amigo do General Golbery. Como teria nascido essa "amizade"?

Foi na tentativa de incrementar a cobertura política de *Veja* que Gaspari veio a conhecer o "bruxo" Golbery de cuja intimidade passou a privar a partir de 1969, como verdadeiro "leva-e-traz" de notícias e informações. A escolha de Geisel na "eleição de um voto só" – expressão do próprio Gaspari – para suceder Médici, caiu-lhe como uma luva. A tal ponto que na redação da revista era visto como um "aliado da ditadura e um agente do Golbery na imprensa". E era mesmo. Nas Explicações do primeiro volume de sua obra, o jornalista não faz segredo dessa situação e confessa que sem o apoio e "a paciente colaboração" do ex-Presidente Geisel ela não teria saído (p.14). De Golbery, recebeu em 1985, para o que cinicamente chama de "custódia temporária", cerca de cinco mil documentos de um pretenso "arquivo morto", mas onde, na realidade, havia de tudo, inclusive muitos documentos oficiais, confidenciais, de que o "bruxo" e seu cúmplice Heitor Aquino tinham a guarda em função dos cargos e dos quais se apossaram, cometendo crime de prevaricação. Nas 25

caixas que foram entregues, havia milhares de documentos, cartas, bilhetes e até rabiscos; essas caixas ficavam embaixo da mesa de Heitor Aquino Ferreira (secretário de Golbery de 1964 a 1967, de Geisel de 1971 a 1979 e de Figueiredo durante algum tempo de sua presidência) que nelas ia atirando esses papéis (p. 14).

Gaspari confessa que conviveu com Golbery até sua morte, em 1987. Manteve com Geisel "dezenas de demoradas e profícuas conversas", a partir de 1979, num canto do restaurante Rio's, no Aterro do Flamengo, passando os encontros a se fazerem no apartamento do ex-presidente, a partir de 1994, quando teve oportunidade de gravar 12 fitas K-7 de vinte sessões de entrevistas, de 90 minutos cada. A esse tempo, Geisel vinha sendo entrevistado também pela equipe do CPDoc da FGV que publicou suas memórias autorizadas. Isto explicaria certas ambigüidades, certos julgamentos tendenciosos e flagrantes equívocos nas apreciações contidas no depoimento de Ernesto Geisel à turma esquerdista do CPDoc que analisamos detidamente no Capítulo 16 – Depoimento Geisel – desse meu mais recente livro. Por isso, será lícito concluir, sem ofensa à memória de quem já não pode mais defender-se, haver da parte do ex-presidente um empenho subjetivo de, por via canhestra, melhorar sua imagem histórica e eventualmente resgatar alguns dos inegáveis desacertos de seu governo, o mais autoritário do ciclo revolucionário. Acontece que, até aqui, o que Gaspari apresentou nos volumes já publicados só parece piorar as coisas, pois o jornalista-autor dá versões inteiramente diferentes das apresentadas por Geisel em suas memórias.

General, o que o senhor diria àqueles que o considerem severo demais no seu julgamento do ex-Presidente Geisel?

Digo com a maior tranqüilidade que me baseio em fatos concretos e louvo-me no depoimento que o próprio Geisel deixou para a história. Para quem claramente afirmou que a substituição de Castello por Costa e Silva levaria a Revolução de 1964 à perdição e, mais tarde, teve a oportunidade de "salvá-la", mas, pelo contrário, ajudou a enterrá-la melancolicamente, parece que só restaram as memórias póstumas e o uso de interpostas pessoas para melhorar sua biografia e denegrir camaradas de farda, entre muitos outros, como o mencionado à página 33, com uma desprimorosa referência ao General Fernando Bethlem e outra, à página 265, onde chama o General Lyra Tavares de "embromador". E um desses "ventríloquos do além-túmulo" é, sem dúvida, o autor de Ilusões Armadas, cujo processo de expulsão do Brasil, como estrangeiro indesejável, foi retirado do Gabinete Militar da Presidência a mando de Golbery que o fez desaparecer, como declarou recentemente, em artigo no jornal *Ombro-a-Ombro*, o então Major Kurt Pessek, que servia naquele órgão.

Como explica o sucesso editorial dos dois primeiros volumes lançados por Élio Gaspari?

Os dois primeiros volumes do livro do Élio Gaspari foram recebidos com o estardalhaço que era de esperar, pois todo mundo queria saber o que continham os arquivos implacáveis do "bruxo" Golbery. No suplemento Prosa e Verso, de *O Globo*, de 23 de novembro de 2002, o jornalista Aluízio Maranhão cantou em prosa e verso os dois primeiros volumes da obra. Só que "a montanha pariu um rato"; as revelações golberianas ficaram para mais tarde como se viu depois. Do resumo que *O Globo* publicou, já se podia ver quanto de besteiras, preconceito e inverdades estão nos grossos volumes postos à venda.

Segundo confessa o autor, o propósito era simples: explicar por que os generais Geisel e Golbery, tendo ajudado a construir a ditadura (*sic*) entre 1964 e 1967, desmontaram-na entre 1974 e 1979. Em nenhum momento, passou pela cabeça do autor – ele o afirma – escrever uma história da ditadura, pois faltaria ao trabalho a abrangência que o assunto exige e há nele uma preponderância patente dos dois citados personagens. O que eu queria contar – confessa Gaspari – era a história do estratagema que marcou suas vidas: fizeram a ditadura e acabaram com ela. Na realidade, Élio Gaspari gastou muita vela com maus defuntos e, certamente, por falta de competência, deixou de apreciar o quanto foi feito por Castello Branco em tempo exíguo para que o que poderia ser apenas mais uma quartelada latino-americana se transformasse, mediante um monumental trabalho, em uma arrancada para uma revolução modernizadora que, apesar de traída pela ambição, pela burrice e pela incompetência, marcou profundamente a fisionomia do País e abriu-lhe os horizontes que nunca mais puderam ser escondidos. O autor mostra grande preocupação com o que chama de "a anarquia militar" e em caracterizar o que insiste em afirmar, erroneamente, ter sido "o mais longo período ditatorial de sua história".

O senhor fala em "besteiras, preconceitos e inverdades" do livro. Poderia citar algumas?

Tentaremos mostrar nesta entrevista uma série de observações sobre pontos em que o já publicado é notoriamente incorreto, ambíguo, tendencioso, parcial ou incompleto, em que pese a enorme equipe que a Companhia das Letras – a grande interessada no sucesso editorial do empreendimento – formou para ajudar o autor.

Élio Gaspari esforça-se para demonstrar uma entranhada paixão pela democracia e pela liberdade, sentimento estranho e tardio em quem, em 1962, alistou-se no estalinista Partido Comunista, o que tanto pode ser um equívoco da mocidade ou um jeito malandro de tirar proveito de ser comunista, como se constata no já citado livro do Mario Conti, pelo elevado número deles nas redações dos jornais e revistas. O que acaba sendo irrelevante, tendo em vista o imenso número dos cristãos-novos da Democracia

que andam hoje por aí, no governo, na imprensa e alhures, com gordas indenizações e polpudas pensões, arrancadas do suor do trabalhador e do contribuinte brasileiro.

O autor faz críticas ferinas ao modo de escrever do General Lyra Tavares e dos capitães redatores de um certo Manifesto lançado na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) – recentemente revivido –, esquecendo que eles não tiveram a vasta equipe de edição de texto que garantiu a sua boa sintaxe, conforme reconhece nos agradecimentos. Cumpre ressaltar também que o autor contou – além da vastíssima bibliografia já existente sobre o assunto – com a colaboração de muitos "inocentes-úteis" que deram seus depoimentos em troca da honra de constar de um livro supostamente importante. Acima de tudo, contou com a boa fé de muitos depoentes que jamais iriam imaginar o uso perverso que o jornalista faria de suas declarações e confidências, incluindo-as em um livro destinado a enxovalhar a farda a qual dedicaram suas vidas e que Golbery (p. 15) e um frustrado coronel, em outro ponto do livro, chamam debochadamente de "fantasia". Certamente, entre esses – alguns deles pertencentes ao que o gordo Delfim apelidou de "tigrada" – não estão os dois militares que, em meio aos cerca de duzentos informantes arrolados pelo autor, fizeram questão de permanecer no anonimato. Faltou-lhes o pundonor que impede o uso do anonimato para qualquer fim, como capitula entre suas transgressões o nosso velho RDE (Regulamento Disciplinar do Exército).

O livro é farto de afirmativas que o autor não se dá ao trabalho de comprovar ou justificar, bastando para tanto a verdade da palavra "eliana" ou a citação de uma fonte muitas vezes duvidosa. Como na página 22, onde afirma peremptoriamente que "Frota chegou ao generalato graças ao expurgo praticado contra centenas de oficiais fiéis ao regime deposto". Em 1964, Frota devia ser coronel antigo; logo, o inventado expurgo teria de atingir coronéis mais antigos que ele ou mais bem colocados nos Quadros de Acesso e com o curso de Estado-Maior. Se o Exército dormiu janguista e acordou revolucionário, – como afirmou afoitamente o Marechal Cordeiro de Farias – de onde saíram as centenas de coronéis fiéis a Jango expurgados? Com tantos "coronéis leais", o "golpe" teria sido fatalmente derrotado.

Outra falácia que o autor repete é sobre a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI). E aí há certa justificativa, pois o próprio Golbery dela se pavoneava e muita gente até hoje a repete. O SNI surgiu por transformação do Serviço Federal de Informação e Contra-Informação (SFICI) criado no Governo de Juscelino Kubitschek. Quando este visitou os Estados Unidos, o Presidente Eisenhower manifestou-lhe sua preocupação com a crescente infiltração comunista no governo brasileiro. Ofereceu-lhe assistência técnica para a criação de uma agência equivalente à CIA, lá surgida no Governo Truman, em 1949. Juscelino Kubitschek desconversou. Na visita ao Brasil, em fevereiro de 1960, Ike, além de sugerir a Juscelino que reconsiderasse sua decisão

anterior de romper com o FMI, repisou sua antiga preocupação com a infiltração comunista no Brasil, o que tornaria necessário um reforço nos órgãos de segurança. Como Juscelino Kubitschek estava, naquele momento, interessado em reatar as negociações com o FMI, concordou em criar a tal agência. Foram implantados o SFICI, bem como Seções de Segurança Nacional nos ministérios civis – invenção atribuída à "ditadura" por mal informados –, todos subordinados à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. (Moniz Bandeira, em "Brasil-EUA – A rivalidade emergente", Editora Civilização Brasileira – 1989, citado por Roberto Campos, em "Lanterna na Popa", (p. 283). O que o "feiticeiro" fez, depois de ter chefiado o SFICI durante o curto Governo de Jânio Quadros, foi moldá-lo e transformá-lo em um instrumento de suas maquinações de "Fouché crioulo". Para isso, levou com ele o fichário de personalidades que tinha começado a organizar no SFICI, segundo o próprio Gaspari escreveu no terceiro volume de seu "pentateuco".

Há, assim, uma enorme quantidade de maus julgamentos, ambigüidades, distorções, meias-verdades e idéias preconceituosas em "A Ditadura Envergonhada" que vale a pena mencionar ainda que brevemente.

Embora, ao dizer que até a demissão do Ministro Frota, em 1977, foram nove anos de restrições, e admita, implicitamente, que até o AI/5 não havia censura (p. 24), pouco mais adiante (p. 41), entra em contradição ao afirmar que "a suspensão da censura à imprensa foi um processo cautelosamente iniciado em 1974 e concluído dois anos depois". Além disso, erra nas contas ao afirmar que, com o mesmo Ato, o Brasil entrara no mais longo período ditatorial de sua história (p. 35), esquecendo, pasmem, o "curto período" da ditadura de Getúlio Vargas.

O senhor afirma que, apesar de amigo e confidente de Geisel e Golbery, membros da "Sorbonne", Élio Gaspari demonstra uma profunda ignorância do que era a Doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra. Em que o senhor se baseia?

Em primeiro lugar, confundindo-a com o que a esquerda caolha, raivosa e burra chamou de Ideologia, responsabilizando-a pela alegada violência do regime, e alongando-se em pretensiosas considerações que só fazem acentuar essa ignorância, seu despreparo e sua verbosidade (p. 39-40). Essa mesma trêfega ignorância voltaria a manifestar-se mais adiante quando pretende tratar das idéias sobre o planejamento de governo que atribui ao que chama de "direita militar", ligando-as a um suposto anticomunismo obsessivo. (p. 212/213)

Que outras falhas apontaria no primeiro livro?

Ao sumariar os acontecimentos que antecederam a queda de João Goulart, demonstra que, apesar do tempo de que dispôs e da enorme equipe com que con-

tou, sua pesquisa foi claudicante, errônea e incompleta. Na eleição de Jânio-Jango, esquece e nem menciona a importância dos comitês Jan-Jan. A revolta dos sargentos em Brasília em setembro de 1963 – um dos antecedentes mais importantes da queda de Jango – nem é mencionada. A relevância das breves interinidades de seu amigo Ernesto Geisel no comando da 5ª Região Militar é exagerada. Refere-se a um Setor Militar do PCB – seria o SERMIL, mencionado por Luis Mir em seu livro "A Revolução Impossível?" – e esquece notórios oficiais comunistas, como, entre outros, o Major Lauro Garcia Carneiro, valendo-se de depoimentos que teriam sido prestados 33 anos depois dos acontecimentos (p. 53/54). E digo teriam sido, porque há menção no livro a depoimentos que nunca foram prestados, como o atribuído ao então Major Kurt Pessek (nota p.25). Pura invencionice, repetindo comentários que se ouviram na época em Brasília, afirma o oficial.

Ao falar do General Castello Branco (p. 54/56) dá a entender que consultou o arquivo pessoal e privado do ex-presidente, mas ignora malandramente o que de mais importante contém o livro de Luís Viana Filho sobre o Governo Castello Branco – embora mencionado na vasta bibliografia – e dá ouvidos aos cochichos de um ilustre depoente especial, Ernesto Geisel, gravados nas 12 fitas K-7 acima mencionadas, com que a filha do mesmo houve por bem presenteá-lo, conforme confessa (p. 15). Talvez, por isso, ensaia tímidos elogios (p. 139) ao ex-Presidente Castello ao mesmo tempo em que o mimoseia com uma enxurrada de diatribes injustas quanto à prorrogação de seu mandato que lhe foi imposta (p. 239) e a uma alegada "fúria legisferante", que é como o despeitado Carlos Lacerda chamava o trabalho modernizador do Estado Brasileiro empreendido sob a batuta de Castello pela dupla Bulhões-Campos (p. 293).

Ao tratar do interesse dos americanos na situação brasileira nem de leve tem coragem para mencionar entre os eventos marcantes a ajuda ao pai de seus atuais patrões – os Marinho – com o empréstimo de milhões de dólares do poderoso Time-Life, como forma de fortalecer um grupo que notoriamente se opunha a um presidente que ameaçava jogar o Brasil nos braços de Moscou (p. 59/62). Assis Chateaubriand sempre achou que nessa estória havia o dedo do então embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Roberto Campos, que nega o fato em suas memórias ("Lanterna na Popa", p. 524). A ajuda aos donos da *Globo* iria minar o predomínio das Emissoras e Diários Associados e fazer nascer um novo império na mídia brasileira que hoje vomita no prato onde comeu.

Além dos mencionados em outros pontos, aqui vão alguns dos muitos erros constatados: – a 1ª DIE da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália foi subordinada ao IV Corpo de Exército americano; o 5º era o Exército do General Mark

Clark, de quem o Capitão Vernon Walters fora Ajudante-de-Ordens (p. 61); – A Artilharia Divisionária/3 nunca foi em Porto Alegre e o General Barra que a comandava na ocasião mencionada não se chamava Rubens – que, como coronel servia em Curitiba – mas seu irmão Newton (p. 90); – Almirante Vermelho era o apelido pelo qual era conhecido na Marinha o Almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, da reserva, nomeado ministro nos estertores do Governo Goulart e como conseqüência da revolta dos marinheiros, e não o Almirante Aragão, chamado "o Almirante do Povo"; – a salva de 24 tiros (*sic*), mencionada à página 108 como parte das honras militares prestadas a Castello Branco em sua visita ao Forte Copacabana, deve ser invenção do "brazilianista" Dulles e falha da "assessoria militar" do autor; – o Tenente-Coronel Silvio Ferreira da Silva, mutilado pela bomba do Aeroporto de Guararapes, não era mais o secretário de Segurança de Pernambuco na ocasião (p. 241); – o Quartel-General da 6ª RM era em Salvador, na Bahia, e não em Porto Alegre (p. 269).

Parece que, quanto ao Paraná, essas falhas são, ainda, mais gritantes. Poderia mencioná-las brevemente?

A julgar pela versão dada pelo Marechal Cordeiro de Farias em seu depoimento para Aspásia Camargo e Walder de Góes, sobre os acontecimentos em Curitiba nos idos de 1964, a sua afirmação – encampada por Élio Gaspari – de que "o Exército dormiu janguista no dia 31 e acordou revolucionário no dia 1º", precisa ser colocada de quarentena. Primeiro, porque o Exército nunca foi janguista; havia alguns poucos oficiais que poderiam ser assim considerados, mas a maioria era legalista e foi arrastada dessa posição para o Movimento de 1964 pelos desatinos de Jango e seus amigos. Depois, porque o relato sobre o que se passou em Curitiba – meninos, eu vi! – é inteiramente equivocado. O então comandante interino da Região Militar, General Dario Coelho, fez publicar dias depois (4/05/1964) um relatório sobre os acontecimentos que desmente totalmente a versão do Marechal Cordeiro de Farias.

Em 1964, foi a decidida e pronta adesão do General Dario Coelho, no comando interino da 5ª RM, apoiado pelo Governador Ney Braga, que garantiu a retaguarda do II Exército, comandado pelo hesitante General Amaury Kruel, e o isolamento dos elementos gaúchos leais ao Governo Goulart. A afirmação atribuída ao General Floriano Machado (p. 113), aconselhando Jango, na manhã de 2 de abril, a abandonar às pressas Porto Alegre porque tropas de Curitiba estavam marchando para a capital gaúcha, é exagerada, mas, na verdade, desde a manhã da véspera o General Dario Coelho determinara o deslocamento de forças para isolar o Rio Grande do Sul. De outra forma, o gesto corajoso, mas afoito, dos generais de Minas Gerais correria um grande risco de fracassar. A crise da renúncia de Jânio Quadros fora uma lição.

Naquela ocasião, foi a adesão da 5ª Região Militar aos que defendiam a posse de João Goulart que negou aos que se opunham à solução constitucional uma importante base para a montagem do dispositivo destinado a enfrentar e subjugar a posição conjunta do Governador gaúcho Brizola e do comandante do III Exército. Se tivesse prevalecido a opinião do então Comandante Militar do Planalto, General Ernesto Geisel – como confessa em suas memórias –, uma força de pára-quedistas teria sido lançada para apossar-se do Aeroporto de Afonso Pena e garantir a descida dos aviões de transporte com a tropa de infantaria necessária para ocupar Curitiba.

E na história daqueles dramáticos momentos de 1964, um lance decisivo nunca foi verdadeira e cabalmente contado. O próprio Élio Gaspari, à página 90 do livro, repete a versão que até hoje prevaleceu – falta de visibilidade –, mas que não retrata o que realmente aconteceu. São passados quarenta anos daquela noite de 31 de março, muitos dos personagens envolvidos já estão mortos, mas ainda há alguns sobreviventes que os protagonizaram ou a eles assistiram. No Aeroporto de Afonso Pena, um decidido grupo de civis aliciados por um conspirador militar, em silencioso "golpe de mão", manteve a pista de pouso às escuras e, com isso, impediu o pouso de um avião que poderia mudar drasticamente o rumo dos eventos que se seguiram, com o inevitável risco de um indesejável derramamento de sangue.

Cerca de nove e meia daquela noite, um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) decolou do Rio de Janeiro levando a bordo três generais fiéis ao Governo João Goulart: o General Ladário Pereira Teles que ia assumir o comando do III Exército em Porto Alegre, o General Silvino Castor da Nóbrega, comandante efetivo da 5ª RM, e o General Chrysanto Figueiredo, comandante da ID/5 de Ponta Grossa; estes dois últimos achavam-se em férias naquela cidade e vinham reassumir seus postos. Chrysanto era um notório esquerdista que desenvolvia uma intensa pregação em seus pronunciamentos à tropa. Silvino fora um bravo comandante de Batalhão na FEB e ninguém poderia ter dúvidas de sua coragem e de sua posição governista. Os militares de Curitiba contrários à deposição de Goulart, mais numerosos entre os sargentos, aguardavam quem os liderasse. Assim o declarou, na época, um jovem e politizado sargento, hoje um próspero empresário curitibano do setor dos transportes. A posição do General Dario era de há muito conhecida, pois, desde setembro de 1963, – quando substituíra o General Ernesto Geisel como comandante da AD/5 – em visita às unidades, já deixava clara sua posição contra os desmandos do janguismo. Entre os conspiradores mais ativos estava o Tenente-Coronel Francisco Boaventura Cavalcanti, brilhante oficial de Artilharia, que fora transferido do Rio de Janeiro para Curitiba por ter se recusado, em outubro do ano anterior, a participar de uma operação determinada à tropa pára-quedista destinada a prender o Governador da

Guanabara, Carlos Lacerda. Boaventura aliciara alguns civis em sua pregação anticomunista e três deles estavam armados no aeroporto naquela noite. As instalações do aeroporto civil Afonso Pena achavam-se na área de responsabilidade da unidade onde servia Boaventura, naquela ocasião sem o seu comandante efetivo, General Reinaldo Mello de Almeida, que, muito ligado ao General Silvino, fora mandado ao Rio de Janeiro para tentar convencê-lo a mudar de lado; desencontrou-se dele e deixou a unidade sob seu comando no "olho do furacão" e sem o seu comandante efetivo. A interdição da pista por tropa do Exército só foi feita no dia seguinte.

O piloto do avião da FAB poderia ter tentado o pouso na Base Aérea do Bacacheri, pois o brigadeiro comandante da Escola ali sediada, embora instado por seus subordinados a fazê-lo, não quis mandar bloquear a pista. Por razões desconhecidas, o piloto não o fez e informou a seus passageiros a inexistência de condições de pouso e seguiu para Porto Alegre. O General Silvino tentou de diversas maneiras e à distância retomar o controle de seu comando, deu ordens para deslocamento de tropas na direção de São Paulo, deu a conhecer aos comandantes das principais guarnições de Santa Catarina que estaria logo ali para reassumir o comando; tudo inútil. O General Dario ainda tentou por telefone fazer-lhe ver que só poderia reassumir seu posto se estivesse disposto a marchar contra o governo com a esmagadora maioria de seus comandados. Não aceitou e rendeu-se ao império das circunstâncias; a ausência de Curitiba e o passar do tempo lhe foram contrários e a história do "golpe" de 1964 na 5ª RM deixou de tomar um rumo inesperado e certamente desagradável e cruento.

O escriba Élio chama a episódios como esse de "anarquia" e de "bagunça", como se fosse possível fazer uma revolução sem elas.

O livro é recheado de estatísticas a partir de certo ponto. Poderia comentá-las?

A partir da página 130, o autor inicia um exercício de "chutometria" numerológica a respeito dos presos, mortos, exilados etc. Apresenta dados, desde os que teria a embaixada americana até os que, anos depois, surgiriam do livro de dois farsantes – Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio – intitulado "Dos filhos deste Solo".

A citação desse (seu) livro, feita no final da longa nota de rodapé que tomou o nº 8 (p. 132), dá uma idéia do nível de empulhação que perpassa a obra eliana. A referência cita a página 311, como apoio ao que diz sobre a morte do Coronel Alfeu de Alcântara Monteiro. O caso desse oficial se encontra em outra página (561) e registra uma das muitas mentiras do grosso calhamaço editado com o dinheiro do PT (Editora Perseu Abramo-Boitempo) e sobre o qual vale a pena nos alongarmos, pois dá a medida do que se fez na famigerada Comissão de Mortos e Desaparecidos. Ali consta que "Alfeu era coronel aviador. Foi fuzilado no dia 4 de abril de 1964 na

Base Aérea de Canoas no Rio Grande do Sul. A perícia médica constatou que foi assassinado pelas costas com uma rajada de metralhadora, tendo sido encontrados 16 projéteis em seu corpo".

Em setembro de 1997, a Comissão concedeu indenização aos familiares do coronel – cuja viúva já recebia pensão militar – com o voto favorável do General Oswaldo Pereira Gomes, que, em entrevista à *Folha de São Paulo* de 7 de junho de 1998, disse: "(...) Houve um caso de um militar janguista que se rebelou num quartel do Rio Grande do Sul. Ele foi morto e a Comissão votou o processo em que ele teria levado 16 tiros pelas costas. Era o Coronel Alfeu de Alcântara Monteiro. O pedido de indenização foi aceito. Eu mesmo aprovei o caso. Na verdade, depois de o caso ser aprovado, fui descobrir que o coronel não tinha levado 16 tiros pelas costas, mas sim um tiro, após tiroteio (...) O que foi para o relatório "Brasil: nunca mais" foi essa versão mentirosa de 16 tiros pelas costas, o que é mais uma inverdade consignada pelos revanchistas. Houve muitos casos como esse". O general era o representante das Forças Armadas na Comissão. Suas dúvidas sobre esse processo deveriam ter sido tiradas antes da votação, para que pudesse dar seu voto com conhecimento de causa, como é o mínimo que se espera de qualquer juiz. Elas seriam tiradas se, simplesmente, ele consultasse o IPM que, na época, apurou o fato.

Se o consultasse, teria tomado conhecimento do que ocorrera; o Brigadeiro Nelson Freire Lavanère Wanderley, acompanhado do Coronel Aviador Roberto Hipólyto da Costa, chegou à 5ª Zona Aérea, em Porto Alegre, e não à Base Aérea de Canoas, para assumir o comando, que deveria ser transmitido pelo Coronel Aviador Alfeu de Alcântara Monteiro, oficial mais graduado presente. O Coronel Alfeu, amigo pessoal de João Goulart, após recusar-se a transmitir o comando, atirou e feriu o Brigadeiro, sendo morto com um tiro de pistola 45 pelo Coronel Hipólyto, em ato considerado como de legítima defesa de outrem. O Coronel Hipólyto foi absolvido pela Justiça Militar (jornal *Ombro a Ombro*, de julho de 1998). Recebi há dias o depoimento do então cabo enfermeiro Oséias Rech que servia no QG do V Comar e foi testemunha dos acontecimentos, tendo conduzido o Coronel Alfeu para o hospital.

É assim que a esquerda conta a estória dos "anos de chumbo", agora com o auxílio do tortuoso discípulo do Golbery que se vale, à larga, dos dados do livro fajuto do Nilmário e do Tibúrcio.

Além disso, as estatísticas do livro do Gaspari, fazem lembrar as elucubrações que ainda se fazem a respeito do número de índios que havia no Brasil quando da chegada de Cabral ou da falsificação numerológica sobre a população do Paraguai ao iniciar-se a guerra da Tríplice Aliança e que alimentou os inventores do mito do genocídio. "Chutometria" alucinada de burocratas que tinham de preencher e man-

dar relatórios? No território da 5ª RM, os presos não passaram de uns trinta. Devem ter considerados como presos os que fugiram por nada, os exilados voluntários e os que se esconderam. Diz o autor que, em três anos (1964/1966), passaram pelas embaixadas cerca de quinhentos asilados. Os dados sobre as intervenções nos sindicatos e confederações, além de fantasiosos e confusos, são ridículos (p. 131). Misturam-se e embaralham-se dados para confundir o leitor e aumentar o número de páginas do calhamaço. Se nem o nome certo do órgão punitivo existente na ocasião eles sabem direito, como acreditar na veracidade do que escrevem. O autor é mais um que não sabe que a comissão chefiada inicialmente pelo Marechal Taurino era a Comissão de Investigação Sumária (CIS) e que a Comissão Geral de Investigações (CGI) – órgão para apurar atos de corrupção –, só surgiria depois do AI-5, no começo de 1969, e era presidida pelo Ministro da Justiça (p. 134). Outras tolices ainda escreveria mais adiante, ao falar da CGI nos volumes seguintes.

E as incorreções se sucedem, como a que aparece na página 137, ao referir-se à crise da aviação embarcada, quando o número de ministros demitidos é mencionado incorretamente. Dado irrelevante, como se poderia argumentar, mas que desacredita a pesquisa feita e o mais que se escreveu. Depois de tantos anos de pesquisa e com o auxílio de computadores e de uma enorme equipe, o livro tem passagens que fazem lembrar o livro do Barão de Munchausen. O problema é que a mentira, além de pernas curtas, tem muitas faces e a verdade é só uma. Mas, aí o livro já foi vendido e o dinheirinho embolsado.

E o repórter-falsário dos tempos do Galeão reaparece a cada passo, ao omitir detalhes que invalidariam sua tese ou seu raciocínio de uma evidente prevenção contra os militares, apesar de ter-se revelado um perfeito sabujo dos generais quando isso lhe trazia algum proveito. Ao tentar mostrar o que chama de “a anarquia militar”, escamoteia do leitor fatos e circunstâncias relevantes em uma isenta apreciação histórica. Ao mencionar a alegada rebeldia dos quartéis na vigência da Constituição de 1946 esconde que a pressão que levou o Presidente Vargas ao suicídio foi o “mar de lama” que, segundo ele mesmo constataria envergonhado, corria por baixo do Palácio do Catete e que resultara no assassinato de um major da Aeronáutica por um sicário a serviço da guarda pessoal do próprio presidente. Que o impedimento dos senhores Café Filho e Carlos Luz foi contramedida necessária para abortar um golpe de que ambos eram parte e que pretendia impedir a posse do presidente legitimamente eleito Juscelino Kubitschek (p.140).

Uma das teclas mais insistentemente batidas pelo autor ao longo de seus cartapácios é a referente à tortura e Gaspari chega a afirmar que “a tortura foi o termômetro da

intensidade da ditadura". O senhor teria algum comentário sobre esta constante assertiva dos revanchistas?

A tortura, como de hábito, é uma verdadeira obsessão dos que escrevem sobre os "anos de chumbo". O General Mourão Filho, tratado sempre com desprezo pelo escriba como uma figura caricata, assume ares de credibilidade ao denunciar "essa onda terrível" em suas Memórias, enquanto Carlos Lacerda, apesar de cassado e ressentido, ainda em 1977, mantinha o que sempre dissera, desde a famosa entrevista em Orly, em abril de 1964 (Gaspari a dá, erroneamente, como sendo em maio).

Com o mesmo ânimo, encampa a notícia falsa publicada em agosto de 1964 como parte da campanha de denúncias de torturas, desencadeada desde julho pelo *Correio da Manhã,* na qual é afirmado que "o advogado e ex-deputado paranaense Walter Pecoits, que organizava camponeses na região de Cascavel (*sic*), ficara cego de um olho, seis dias depois de ter sido preso pelo Exército". Pecoits era médico e o acusado de lhe ter causado a cegueira foi um oficial da Polícia Militar; a área de atuação desse político do PTB não era Cascavel – que em outro ponto do livro é colocada a duzentos quilômetros de Curitiba, quando fica a quinhentos – mas bem longe dali, em Francisco Beltrão, onde em 1957 houve um levante de posseiros. E, finalmente, fontes insuspeitas declararam que o médico já era deficiente visual e usou a alegação da violência para beneficiar-se politicamente e depois pecuniariamente do fato (p. 144). Sobre esse mesmo jornal de tanta credibilidade, iria escrever à página 206 de A Ditadura Derrotada: "O *Correio da Manhã*, porta-voz decadente dos empreiteiros que o arrendaram em 1969, ficou a dever ao General Fontoura, Chefe do SNI, a sustação de uma cobrança de dívida do jornal com a Previdência (junho de 1972)." Provavelmente, a campanha difamatória de 1964, desencadeada por um jornal que apoiara decididamente a revolução, tenha algo a ver com a frustração de que no Governo Castello lhe fora negada a esperada benesse que salvaria o já endividado jornal.

Perfilha, algumas páginas adiante, as estatísticas sobre tortura do famoso projeto "Brasil: nunca mais", montado sobre a alegação geral de terroristas e guerrilheiros – por instrução de seus advogados – para nos Juízos Militares derrubarem as confissões feitas na fase de inquérito – algumas de próprio punho – alegando, sistematicamente, as terem feito sob maus-tratos e tortura. Curiosamente, uma das exceções foi a conhecida Bete Mendes, a Rosa da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), autora de falsa acusação ao Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, em 1985.

Um dos órgãos mais criticados por Gaspari é o SNI. Como se explica isso de um "amigão" de Golbery?

O autor, embora um serviçal do Golbery, é um crítico feroz do SNI ao qual dedica um capítulo especial onde compara "o Serviço" com a 4ª Delegacia, a famosa

central de torturas do Estado-Novo, e tenta justificar o porquê de seu pretenso criador tê-lo chamado de “monstro”. Mas atribui ao órgão um pecado que não foi dele e mostra, mais uma vez, que quando se trata do Paraná, é mais mal informado do que o habitual. A escolha do Deputado Leon Peres para governador biônico daquele estado foi uma conspiração palaciana urdida, sob inspiração do Coronel Manso Neto, junto ao Presidente Médici por gente que se acotovelava no Palácio do Planalto, figurantes de um dos muitos círculos que se criavam na Brasília daqueles tempos – de que fazia parte o deputado e que o Senhor Roberto Médici em depoimento sobre seu pai apelidou de “clube inglês” – e nos quais se faziam os arranjos, onde os sócios trocavam elogios mútuos, procurando valorizarem-se. Mas, se o SNI – definido em 13 de junho de 1964 pelo *Correio da Manhã*, antes mesmo de funcionar, como “um Ministério de polícia política, instituição típica do Estado policial, incompatível com o regime democrático” – chegou a fazer tudo o que o autor menciona (p. 170/171) deveu-se principalmente ao “uso do cachimbo” que lhe impingiu Golbery e que deixou “a boca torta”, de que o próprio Gaspari dá um exemplo ao afirmar que um oficial de Marinha – cujo nome menciona – lhe mostrara em 1976 um informe do mesmo SNI, exemplo da intimidade que o jornalista gozava com gente do “monstro” em sua plenitude nos “anos de chumbo” (nota 61/p. 171) certamente o mesmo sujeito que dotou o arquivo do autor de um volumoso documento confidencial do Centro de Informações da Marinha (Cenimar) (nota 62/p. 190). Obra, aliás, compatível com o caráter de Golbery que o autor começa a esboçar já na página 36 do livro e que terá pleno desenvolvimento no terceiro volume do “pentateuco”.

A chamada guerrilha do Cardim é largamente tratada nesse primeiro volume, com a idéia de valorizar um episódio sem nenhuma expressão. As inverdades não são uma constante nessa sua abordagem?

Sem dúvida, a torrente de equívocos e mentiras prossegue ao tratar o livro extensamente (p. 191/196) da tentativa de guerrilha do “exército brancaleone” de Jefferson Cardim de Alencar Osório, um “porra-louca” na avaliação de seus contemporâneos na Escola Militar e que, no episódio, recebia ordens do ex-sargento da Brigada Militar gaúcha, Alberi Vieira dos Santos, como ficou constatado na apuração do evento. Começa por dizer que, ao atingirem a divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, “os guerrilheiros tinham o Exército no encalço”. O “exército” eram dois majores que tinham recebido a missão de rastrear e acompanhar à distância o bando. A “viagem rotineira” do Presidente Castello Branco era um importante evento para a época, qual seja a inauguração da Ponte da Amizade, iniciada por Juscelino Kubitschek e que, ao contrário do que fariam anos mais tarde com as

grandes iniciativas deixadas pelos governos dos generais-presidentes os revanchistas odientos, fora continuada e concluída. E de repente, no relato "eliano" e como soe acontecer nos seriados históricos da TV Globo, o entrevero entre os aprendizes de guerrilheiro e a tropa legal viaja dezenas de quilômetros e muda-se para "as vizinhanças da cidade de Cascavel, duzentos quilômetros a oeste de Curitiba". O local certo é nas proximidades da cidade de Leônidas Marques, como corretamente assinala Jacob Gorender na mesma página do livro onde Gaspari foi buscar a referência à tortura que teria sido infligida ao coronel. E aí termina a ignorância geográfica de quem não sabe a verdade e começa a falsificação torpe de quem se empenha em difamar o Exército Brasileiro. Não pelo episódio da prisão que poderá ter acontecido com a relatada atitude de destempero do capitão (?) comandante da tropa ao prender um dos responsáveis pela morte de um de seus sargentos, o que justificaria sua compreensível ira. O problema é que a prisão foi feita por um tenente e o coronel estava fardado.

A partir daí, volta a funcionar a fábrica de mentiras do discípulo do Ibrahim Sued com as torturas em três quartéis, a desconfiança de Castello com a rapidez das confissões – certamente sob tortura – e a comparação desses fatos com episódios históricos de 1922 e 1924.

Jefferson Cardim durante sua prisão, como condenado pela Justiça Militar, foi tratado com tanta consideração que conseguiu que comparsas seus armassem uma fuga espetacular, explorando suas regalias, que descrevo no Capítulo 5 do meu último livro. A apontada "rapidez das confissões" (prisão em 28 de março e leitura do presidente em 13 de abril) indicativa de uso de tortura é notícia do pasquim porto-alegrense *Coojornal*, de dezembro de 1978, o que por si só já desqualifica a afirmação, não fora a tolice de considerar que o prazo de 15 dias fosse motivo de espanto para a difusão de uma informação. E a comparação entre a ação de desatinados terroristas e guerrilheiros, a serviço de uma potência estrangeira e subsidiados por dinheiro cubano, com as tropelias internas de descontentes (1922 e 1924) com um governo que não os anistiou e os perseguiu enquanto pôde, é descabida, mas coerente com tudo o que o autor assoalha em toda a obra, quando, sistematicamente, escreve que os do lado da lei "morrem" e os subversivos, terroristas e guerrilheiros são "assassinados", assim como os integrantes de partidos e facções comunistas são apenas esquerdistas. Coisas do Eremildo...

E para terminar este longo, embora parcial, exame de A Ditadura Envergonhada vale a referência comparativa com o que o autor chama a "Roda de Aquários". As mãos que no Brasil tentavam mover a roda de Aquários eram as mesmas que se diziam dispostas a pegar em armas para criar neste país um ou mais "vietnames" e

que aqui mesmo faziam suas vítimas, iguais àquelas do Vietname verdadeiro, pelas quais os jovens americanos faziam protestos.

É emblemática a leniência com que o autor trata a violência dos desordeiros americanos – que era reprimida sem contemplações pela polícia e que mais adiante motivaria severas medidas contra a indisciplina nos "campi" universitários – com a decisão com que os governos pós-1964 enfrentaram a guerrilha urbana e a luta armada comunista em nosso País.

A obra mercenária de Élio Gaspari vem a lume no justo momento em que a democracia americana – atingida em seu próprio solo pelo terrorismo islâmico – adota medidas de salvaguarda que deixam o nosso AI-5 como um mero regulamento de um colégio de freiras e onde os "porões" da ditadura brasileira – que tanto incomodaram certos círculos da terra de Tio Sam e muitos ditos brazilianistas – ficam a parecer um "jardim de infância" se comparados com os de Guantânamo...

No primeiro volume de seu "pentateuco" das Ilusões Armadas, o escriba Élio Gaspari esforçou-se para tentar desmoralizar o movimento cívico-militar de março de 1964 e alguns de seus chefes. No segundo tomo, qual a tônica do escritor?

No segundo volume de sua longeva obra, o antigo auxiliar de Ibrahim Sued empenha-se em provar que a luta armada comunista só foi derrotada pela ação da tortura institucionalizada e generalizada, transformada em "política de Estado". Daí, ocorreu-me a seguinte comparação: o matemático grego Euclides – que viveu no século III a.C. – estabeleceu um postulado – "de um ponto exterior a uma reta só é possível traçar uma única perpendicular a essa reta" – e sobre ele foi construída a geometria euclidiana. O Élio Gaspari criou um postulado "eliano", axiomático – foi a tortura que derrotou a luta armada – e sobre ele construiu um grosso volume, em que mistura ficção, meias-verdades, mentiras inteiras, escritas em seu "magnífico estilo" e com uma sintaxe escorreita, ajudado que foi por numerosa equipe editorial. Bem diferente, ao que julga, do "estilo de compota" que atribui, por exemplo, aos escritos do General Octavio Costa.

A prática da tortura é tão velha quanto o homem. O uso da dor física como punição, como provação ou como forma de obrigar um indivíduo a confessar um crime ou fornecer informações, já era comum entre gregos e romanos. A apuração dos chamados crimes de "lesa majestade" ou de "lesa majestade divina" admitia o uso da tortura, especialmente nos processos da Inquisição. Somente em meados do século XVIII, o uso legal da tortura foi abolido na maioria dos países da Europa. Em 1816, uma bula papal proscrevia o uso da tortura nos países católicos.

Modernamente, a tortura em larga escala foi ressuscitada pelos regimes nazifascistas e comunistas, como meio de coação política. Deve-se aos comunistas a intro-

dução de uma nova técnica com a chamada "lavagem cerebral", resultante dos estudos de Pavlov sobre os reflexos condicionados, e intensamente aplicada na guerra da Coréia. Os franceses na Argélia e os ingleses ainda hoje contra o IRA são acusados de largo uso de tortura física e psicológica.

No Brasil, o assunto foi vastamente explorado após a queda do Estado-Novo de Getúlio Vargas, regime acusado de torturar dissidentes. Mais recentemente, passou a ser um dos assuntos preferidos pela propaganda da esquerda, desde os primeiros dias do movimento que derrubou o Senhor João Goulart. Já na famosa entrevista de Carlos Lacerda no Aeroporto de Orly na França, nos primeiros dias de abril de 1964, os jornalistas perguntaram sobre a ocorrência de tortura no Brasil. No início do Governo Castello Branco, as acusações voltaram a ganhar curso com grande preocupação para o presidente. Nunca pararam e continuam a fornecer matéria com que escribas desonestos enchem suas pautas sem assuntos sérios.

Mas uma das mais surpreendentes manifestações sobre as alegadas torturas, antes mesmo da publicação pelo CPDoc da FGV dos "Anos de Chumbo" e dos calhamaços do Elio – nos quais a tecla sobre a tortura é uma "torturante" obsessão – tivemo-la no livro do jornalista Hélio Contreiras – "Militares – Confissões", onde o ponto mais delicado dos depoimentos do citado livro é a afirmação de que aconteceram realmente as denunciadas violências contra os presos políticos.

Releva citar que pelo menos dois desses depoimentos são contrafações, a mim declaradas pelos depoentes. Um deles nega haver feito tais declarações e o outro foi entrevistado pelo telefone e só viu suas supostas declarações no livro e as repudia em sua maior parte. São depoimentos de 38 figuras ilustres do regime autoritário que incluem um ex-presidente, seis ex-ministros, cinco generais-de-exército, três ex-ministros do Superior Tribunal Militar (STM), inúmeros generais, almirantes, brigadeiros e coronéis, quase todos censurando aqueles abusos, mas afirmando que não concorreram de nenhuma forma para eles e que, no âmbito de suas atuações e responsabilidades, não houve tortura. Acredito que, se indagados se presenciaram alguma dessas – ao que se alega – corriqueiras ocorrências, com toda a certeza o negariam com a mesma veemência com que as condenaram por "ouvir dizer". Se as condenaram, por que não as denunciariam na época? Por que deixariam de agir para promover a responsabilidade dos alegados torturadores, o que não seria difícil, dadas suas elevadas posições hierárquicas e funcionais e, principalmente, tendo em vista que, de há muito, é considerado, no mínimo, transgressão disciplinar "maltratar ou permitir que se maltrate preso sob sua guarda".

Neste livro, Gaspari, o Élio Parmegiani do Partido Comunista, ex-empregado da Embaixada cubana, os desmente a todos, acusando indiscriminadamente os che-

fes militares, sem dizer quais, de mandantes da tortura, sem a qual a luta armada comunista não teria sido derrotada. Segundo Gaspari, a tortura acontecia em decorrência de um conluio de omissões, tolerâncias e negligências.

Mas, em que consistia a alegada tortura? Pressão psicológica, maus-tratos, ameaças? E, afinal, quem são os responsáveis pelos abusos, apresentados como institucionalizados, rotineiros e largamente praticados, e dos quais não escapou nenhum dos subversivos levados a julgamento na Justiça Militar, pois eram unânimes em declarar em juízo que seus depoimentos, mesmo os escritos de próprio punho, tinham sido obtidos mediante tortura. Foi com essas maciças declarações que o trêfego Cardeal Arns e seus acólitos – entre eles, José Gregori e José Carlos Dias – conseguiram montar o famoso livro "Brasil: Nunca Mais", a Bíblia dos Revanchistas. No final do Capítulo 4 de meu livro, "O Fascínio dos Anos de Chumbo", o leitor encontrará meu testemunho pessoal de dois exemplos das mentiras contidas nesse livro de Evaristo Arns, entre tantas outras.

General, gostaria que o senhor falasse dessas duas mentiras para que, nesta oportunidade, desmascarasse, também e cabalmente, os autores do livro "Brasil: Nunca Mais", em especial o Cardeal Vermelho, mui amigo de seqüestradores – especialmente os estrangeiros –, como se viu no seqüestro de Abílio Diniz?

Só muito recentemente veio às minhas mãos o badalado livro em cuja preparação e publicação o Cardeal Arns usou milhares de dólares subtraídos à ajuda aos necessitados de sua diocese. Embora ainda, até hoje, à venda nas livrarias, encontrei o *best seller* "Brasil: Nunca Mais", em um "sebo". Hesitei em comprá-lo, mas era tão barato que resolvi arriscar-me a jogar fora meus dez reais. Valeu a pena. Dois episódios de Curitiba, com os quais havia lidado pessoalmente, ali estavam apresentados de forma distorcida e falsa. Duas falsidades de que posso falar com absoluto conhecimento de causa, visto que abordam episódios vividos por mim.

O primeiro, apresentado à página 44, como parte do conjunto "Menores torturados", refere-se a Milton Gaia Leite. Esse subversivo, dirigente do MR-8 (Niterói), codinome Fyatt, é o personagem do episódio que relatarei a seguir. No livro do arcebispo, a retirada da esposa de Fyatt e das duas crianças da casa – para evitar que corressem riscos e testemunhassem a detenção do pai – é apresentada como "prisão", mentira ignóbil, pois na realidade, tratava-se de lamentável decorrência do uso pelo guerrilheiro de seus próprios filhos como "fachada" para encobrir suas atividades criminosas, subterrâneas e subversivas.

A confortável e ampla casa no meio de um aprazível terreno da Rua Alferes Poli, no centro de Curitiba, alugada recentemente pelo caixeiro-viajante, parecia a

morada de uma família de classe média, onde duas crianças, freqüentemente, enchiam o jardim com suas correrias e seus brinquedos. No entanto, essa fachada encobria o esconderijo de "Fyatt", codinome de um dos líderes do MR-8. Identificado o morador, uma operação para prendê-lo foi montada. Um agente, utilizando um pretexto qualquer, bateu na casa procurando pelo chefe da família. A mulher, aparentemente sem nada suspeitar, o atendeu e disse que seu marido estava viajando e que não sabia quando ele voltaria. Nesse momento, uma das crianças, de uns cinco anos, na sua inocência delatou o pai dizendo que ele voltaria no domingo.

Era verdade e contou-me depois o encarregado da operação o quanto o tocara aquele detalhe amargo, quando a alegria ingênua de uma criança acabara, involuntariamente, servindo a um fim desagradável para seu próprio pai. As crianças e sua mãe foram retiradas da casa por medida de segurança e precaução e no domingo seguinte "Fyatt", ao regressar, em vez da família, encontrou em casa agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) que o prenderam. Com ele, foram apreendidos mais de 60 milhões de cruzeiros em dinheiro, parte do dinheiro roubado do Banco do Brasil pelo "Bom Burguês" e que, além de financiar o MR-8, foi engordar a conta na Suíça do antigo e esperto gerente.

O outro fato aparece à página 80 do livro do cardeal com o intuito de exemplificar casos em que "mesmo feridos, alguns prisioneiros eram levados diretamente à tortura", citando o de João Manoel Fernandes, preso em Curitiba. Participei direta e pessoalmente do caso e, no Capítulo 4 de meu livro, conto, em suas minúcias, o episódio, onde relato a prisão do secundarista, baleado ao tentar reagir e que, milagrosamente, escapou com vida. Ao invés de "ser levado a pontapés para o Pronto Socorro" (*sic*) foi ele que tentou agredir o policial que o custodiava. Outras tantas mentiras, do mesmo calibre ou maiores, certamente existiram no livro que se tornou fonte corriqueira de referência dos revanchistas e dos escribas capciosos.

General, a alegação dos terroristas, procedente ou não, de violência policial para obter confissões passou a constituir nova e permanente preocupação das autoridades?

Exatamente. Tornou-se freqüente a autoflagelação por marginais presos para investigação, pois se, ao serem soltos, não ostentassem marcas de violência, isso passaria a ser julgado por seus chefes e comparsas como indício de "alcagoetagem", o que os colocava sob risco de represálias violentas pelas próprias quadrilhas.

No início do Governo Castello Branco, o fechamento da União Nacional dos Estudantes (UNE) – tradicional valhacouto de subversivos – e a detenção do comunista Florestan Fernandes serviram de pretexto para o recrudescimento das agitações estudantis e de uma campanha pela imprensa baseada em denúncias de terror

cultural e de torturas em prisioneiros, principalmente em São Paulo e Pernambuco, veiculadas pelos jornais *Correio da Manhã* e *Última Hora*.

De imediato, foi despachado para os locais onde eram denunciadas as violências o General Ernesto Geisel, Chefe do Gabinete Militar da Presidência, "a fim de buscar minuciosas informações para a adoção de providências e assegurar a vigência de todas as franquias constitucionais", segundo nota oficial, lida da tribuna da Câmara dos Deputados pelo líder Pedro Aleixo. Em São Paulo, os portões da Base Aérea de Cumbica foram franqueados às altas autoridades civis, eclesiásticas e à imprensa para visitarem e ouvirem os presos ali detidos. Em Pernambuco, além da presença do General Geisel, que constataria a improcedência das denúncias, o General Murici solicitou e obteve a apuração por uma comissão de alto nível e de jornalistas os fatos denunciados, inclusive em uma visita a presos na ilha de Fernando de Noronha. O jornalista Edmundo Morais, redator do *Diário de Pernambuco*, assim noticiou a visita:

"À ilha de Fernando de Noronha, onde estavam dois ex-governadores, ex-deputados e outros acusados, acompanhamo-la (a visita), este rabiscador de notas e os confrades Vladimir Calheiros e José do Rego Maciel Júnior e mais oficiais superiores do Exército, entre os quais o Coronel Antônio Bandeira. As autoridades na ilha-prisão deixaram-nos à vontade para ver, ouvir, filmar e fotografar durante mais de uma hora. Nós e os presos, sem ninguém por perto. Os "torturados" disseram como viviam; nenhum vexame de ordem física ou moral. A sofrer, apenas o constrangimento da prisão, como era óbvio."

Na mesma época, houve o caso dos membros da falsa missão comercial da China Comunista, presos após 31 de março de 1964 e que a imprensa internacional dava como submetidos a sevícias e torturas no hoje famoso quartel da Rua Barão de Mesquita. Para desmascarar a farsa, foram convidados a visitar os presos o embaixador da Indonésia – que respondia pelos interesses da China – e uma comissão da Cruz Vermelha, os quais constataram a improcedência das denúncias. Não obstante, a imprensa internacional manipulada pela esquerda continuou em Paris e Nova Iorque a atacar o regime brasileiro. Era um ensaio da central de infâmias montada mais tarde em Paris por Márcio Moreira Alves e outros, com o dinheiro dos argelinos. A reiteração dessa cantilena veio agora com os livros de Élio Gaspari de que estamos nos ocupando.

O comunista Jacob Gorender, apesar de um feroz acusador de torturas praticadas e de um estrênuo defensor dos desatinos da esquerda que ele, benevolamente, chama "a violência dos oprimidos", em seu livro "'Combate nas Trevas", confessa uma infâmia praticada por seus companheiros de prisão a respeito de uma inventa-

da tortura que teria sido infligida à filha menor do terrorista Virgílio Gomes da Silva, um dos seqüestradores do embaixador americano. Essa mentirosa acusação foi inserida na redação de um Manifesto de jornalistas que saiu do Presídio Tiradentes, inexistente no texto original, de cuja redação Gorender participara. Quantas infâmias, como essa, foram e continuam a ser repetidas?

Outro caso emblemático é o da morte no DOI de São Paulo do jornalista Vladimir Herzog, largamente explorado pela esquerda e focalizado pelo ex-Presidente Geisel em seu depoimento histórico publicado em 1997. Profundamente irritado com a ocorrência e levado pela grita levantada, o ex-presidente foi à Cidade de São Paulo e, não só determinou a abertura de um Inquérito Policial Militar (IPM), como escolheu o seu encarregado, um general de sua absoluta confiança – Fernando Cerqueira Lima –, já falecido. O inquérito, feito com o maior rigor, com laudos e perícias de toda a ordem, concluiu que, por negligência na vigilância, o preso conseguira suicidar-se. O IPM foi dissecado em todos os seus detalhes na Justiça Militar e sua conclusão referendada, exceto na exploração ideológica do cadáver que o próprio Geisel sintetizou, ao dizer: "Agora a esquerda tem um herói!" Um apagado e desimportante membro de uma célula do PCB na Revista *Visão* que, de próprio punho, delatara seus companheiros e ia ser posto em liberdade; ao sabê-lo, entrou em crise de consciência e matou-se. Esse o fato, comprovado em um IPM feito por um homem íntegro, mas cujas conclusões irretorquíveis foram obscurecidas pelas versões dos interessados em explorar o novo e inesperado herói. E se as versões contrariam os fatos, pior para os fatos, já sentenciava Nelson Rodrigues. O próprio Geisel ajudou nisso.

Nesse aspecto, é muito ilustrativa uma erudita crônica em jornal, há tempos publicada pelo sempre imaginoso e prolixo (nos dois sentidos) Jornalista Élio Gaspari, em que o autor, sem dizer especificamente a quem se referia, ensaiava veemente defesa do delator que confessa sob tortura. Na verdade, a alegação de tortura serviu, na maioria das vezes, para justificar fraquezas e delações gratuitas. Muitos as trocaram por liberdade, emprego e nova identidade em lugares seguros. Não é sem motivo que esse tipo de guerra, de há muito, é dita suja e vez por outra reaparece um desaparecido.

As acusações vêm sempre desacompanhadas das necessárias provas e aí voltamos ao conselho do Doutor Goebbels: "uma mentira, repetida mil vezes, passa a ser verdade". Os revanchistas têm enchido páginas e páginas de livros, revistas e jornais com essas acusações. Uma delas ganhou notoriedade em setembro de 1985. Tratava-se de uma deputada federal e antiga militante da VAR-Palmares – Bete Mendes – que, ao voltar de viagem ao Uruguai integrando a comitiva do Senhor José Sarney, armou um rebuliço, amplamente acolhido pela mídia, em que denunciava ter en-

contrado como Adido Militar naquele país o seu antigo carcereiro e torturador, Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra que, como major, comandou o Destacamento de Operações de Informações (DOI) do II Exército, em São Paulo, entre setembro de 1970 e janeiro de 1974. Só que, em sua encenação, a deputada-atriz omitiu coisas importantes e excedeu-se em minúcias inventadas, esquecida que "é mais fácil pegar-se um mentiroso do que um coxo".

O oficial, depois de passar para a reserva, resolveu publicar um livro excelente, em que desafiava a acusadora a apresentar provas simples e fáceis do que alegara, tais como: o nome do amigo cujo cadáver, dissera, lhe fora apresentado no DOI como forma de intimidá-la. "Rompendo o Silêncio", nome desse importante livro, ficou até hoje sem resposta. A atriz viu murchar uma promissora carreira política e a "Rosa" da VAR-P voltou às suas novelas. Quantas Rosas andarão por aí? Por outro lado, o livro do Coronel Ustra mostra exemplos que desmentem a má fama dos "porões" com indicação de nomes e circunstâncias. Seriam falsos? Por que nunca foram contestados ou desmascarados? No Capítulo 7 desse meu último livro, mostramos alguns deles.

Mas, podemos voltar ao nosso objeto: A Ditadura Escancarada?

Sem dúvida. Como no primeiro livro, o autor ajunta em seu novo cartapácio de mais de quinhentas páginas uma série enorme de incoerências, falsificações, juízos e conclusões tendenciosas e sem base. O velho falsificador de entrevistas dos tempos do Galeão parece esquecer que estão vivos muitos dos personagens dos eventos – alguns dos quais ele blandiciosamente conseguiu enganar para que lhe passassem impressões e opiniões sobre os acontecimentos da época – e que estão dando, e ainda darão testemunhos que corrigem e desmascaram suas falácias que só servem para engrossar seu livro. Muito do que afirmamos no meu livro e nesta entrevista nos foi revelado por alguns companheiros "que estiveram lá". Mas, até mesmo o que alguns subversivos registraram em seus depoimentos escritos, na enxurrada de livros com que a esquerda vem, há muito tempo, tentando justificar seus seguidos fracassos para tomar o poder pela violência, não o ajuda a provar sua tese mal enjambrada. Tal acontece no capítulo intitulado A Matança, ao tratar do chamado "Grupo Primavera", em que ignora o que escreveu em seus dois livros – "Viagem à Luta Armada" e "Nas Trilhas da ALN (1979)" – o guerrilheiro urbano Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz.

Para apontar todas as falhas e desmistificar as invencionices apresentadas, seria necessário escrever um livro de igual grossura, mas a menção às mais gritantes ajudará a ver a empulhação que resultou da segunda das amostras do trabalho que

o jornalista diz ter levado longos dezoito anos para fazer nascer. Nascituro que, nos primeiros vagidos, acompanhados pelos anúncios espalhafatosos da mídia, dava a impressão de que iria desvendar segredos seriíssimos guardados no diário do Heitor Aquino e nos arquivos secretos do Golbery, onde este colecionava documentos surrupiados das gavetas oficiais, ao tempo em que o "Feiticeiro" era um dos "capos" da Pindorama, que é como o adventício Gaspari, com ironia, gosta de chamar o país onde veio abrigar-se, fugindo de uma Itália faminta e devastada pela guerra.

Já de início deixa no leitor uma dúvida, ao afirmar que "faltou ao surto terrorista a dimensão que lhe foi atribuída" (p. 18). Ora bolas! Por que e para que gastar 507 páginas para tratar de coisa tão insignificante? Só para ajudar a Companhia das Letras a ajudá-lo a ganhar um bom dinheirinho? Para que gastar tanta tinta, se no fecho do já citado capítulo A Matança (p. 396), afirma que *"o surto terrorista brasileiro nada teve de incruento" (?*) O mais provável é não saber o significado do vocábulo – que, segundo Caldas Aulete, quer dizer "em que se não derramou sangue" – besteira que talvez nem o Ibrahim Sued chegaria a dizer.

Com a maior sem-cerimônia avança afirmações para as quais valem como prova sua lógica "eliana" e sua palavra oracular. Generais que ordenaram, estimularam e defenderam a tortura e levaram as Forças Armadas ao maior desastre de sua história. Não diz quem, nem o quê. Quais os generais e que desastre foi esse? Um general que publicamente justificou o uso da tortura para obter informações foi o seu amigo dos últimos tempos – Ernesto Geisel – com quem teve conversas particulares e de quem gravou duas dezenas de entrevistas. E que foi também – diz o autor – o grande incentivador da publicação da obra. Só que o denominado "ditador da abertura" não viveu o suficiente para ver que o autor o desmente em muitos pontos do que deixou como depoimento a outros fascinados pelos "anos de chumbo".

Cita opiniões de generais e as interpreta ao seu bel-prazer e de acordo com as conveniências de sua arenga. Faz uma comparação entre o terrorismo no Brasil e na Irlanda, citando inclusive o grande número de bombas que explodiram nos Estados Unidos, para concluir que, em nenhum desses dois países, "a tortura foi política de Estado". Tenta tapar o sol com a peneira e finge que não sabe que os terroristas do IRA nunca foram tratados a "pão-de-ló" e que não é necessário a nenhum negro americano jogar bombas para ser arrebentado de pancada pela polícia. Gostaria de saber o que pensa o escriba do que passaram a fazer os americanos com os acusados de terrorismo que lhes caem nas mãos após os atentados de setembro de 2001. O que pensa o escriba de Guantânamo? No caso da Irlanda, o autor, esquecendo o que escrevera páginas antes, se desmente ao falar da tortura nesse país, na página 26. Na verdade "eliana", a acusação de tortura no Brasil é sempre verdadeira e foi "a

anarquia militar" que gerou o "projeto subversivo" e o terrorismo e deu origem aos órgãos de segurança (p. 27). Não podia ser mais confuso e mais inverídico.

Uma boa medida da maneira capciosa de o autor abordar certos temas em seu livro, nos é dada na página 24, ao falar da Medalha do Pacificador, onde, por ignorância ou mais provavelmente por má-fé, estabelece uma confusão entre os dois tipos completamente distintos da citada recompensa, insinuando que ela seria concedida, indiscriminadamente, aos que acusa de torturadores, sem mencionar a exigência do risco de vida, no caso da outorga da medalha com palma. Essa ignorância pretensiosa se verifica, também, ao atribuir, na página 26, aos oficiais que servissem no SNI, no Centro de Informações do Exército (CIE) ou nos DOI (sigla, cujo significado correto a equipe do Gaspari não descobriu) vantagens especiais e indevidas na carreira, desconhecendo os critérios para as nomeações dos adidos militares, deixando-se levar por opiniões de ressentidos, como aquele que cita para apoiar sua leviana afirmação (Nota 28).

Enche páginas com o exemplo da Argélia, do qual certamente muito se beneficiou com o conhecimento de causa de Dorrit Harazim que, como vimos, teria fugido para o Brasil para se livrar da perseguição da polícia francesa que a julgava ligada a grupos terroristas. Mas comete erros grosseiros, como dizer que o comunista Jacob Gorender, autor do interessante e muitas vezes citado livro "Combate nas Trevas", foi "vítima dos torturadores do Exército em São Paulo" (p. 38), falsidade que o próprio Gorender deveria, a bem da verdade, desmentir, pois, no seu livro, ele alega ter sido torturado no DEOPS, órgão policial, onde chegou a tentar o suicídio, quebrando uma janela ao querer pular por ela e ferindo-se nos pulsos.

A "chutografia eliana" prossegue na página 49, quando trata do desmonte do MR-8 – o primeiro – que não era do Rio de Janeiro e sim de Niterói e cuja derrocada começou com prisões no Paraná que constituem o Capítulo 4 de meu livro muitas vezes citado, onde reproduzo textos há muito publicados. Posteriormente, o grupo que seqüestrou o embaixador americano (DI/GB) retomou a designação, como uma forma de tentar desmentir e desmoralizar o Cenimar que havia anunciado o desbaratamento completo do primeiro MR-8.

Um outro assunto de que se ocupa o autor é a OBAN. O que o senhor teria a dizer sobre essa parte do livro?

O autor dedica um capítulo inteiro à Operação Bandeirante (OBAN) (p. 59/67) e, como de hábito, mistura alhos com bugalhos e tem o olhar caolho para ver mais um lado do que o outro da moeda. A OBAN – que foi substituída pelo Departamento de Operações de Informações (DOI) – e cuja organização e objetivos estão claramente expostos no livro "Rompendo o Silêncio", do Coronel Ustra, várias vezes citado por

Gaspari. Tratava-se de uma estrutura improvisada e destinada à coordenação dos elementos de diferentes origens que participavam do combate à luta armada. Nada tinha de paramilitar, pois cada segmento continuava com suas características próprias. A visível intenção é compará-la aos atuais grupos de extermínio de bandidos, que são rotulados de "paramilitares". A OBAN surgiu antes da expedição da Diretriz para a Política de Segurança Interna, baixada pela Presidência da República, o que ocorreu cerca de um mês depois da criação pelo Comandante do II Exército daquele órgão de combate ao terrorismo que crescia de forma avassaladora na Capital de São Paulo. Era uma organização pioneira e que só seria estendida a outras guarnições bem mais tarde, com a criação dos CODI e dos DOI, em decorrência, já então, da Diretriz de Segurança Interna, baixada em março do ano seguinte (1970), no Governo Médici. Graças à OBAN é que passaram também a morrer – em confrontos e não por tortura – os guerrilheiros e terroristas que antes roubavam e matavam impunemente e que foi a melhoria da situação a que o General Dale Coutinho – à época Comandante da 2ª Região Militar – quis se referir na conversa gravada com o "sacerdote" Geisel e que viria a ser fartamente explorada pela mídia no lançamento do 3º volume do "pentateuco gaspariano".

Ao falar da organização da OBAN (p. 60), Gaspari menciona o apoio que a ela deu o General Ernani Ayrosa da Silva, Chefe do Estado-Maior do II Exército. Cita o livro de memórias do general, mas comete três erros: o ano da vinda dele para São Paulo, a natureza de seus ferimentos em combate na Itália e o tempo que ficou prisioneiro, falseando, embrulhando e deturpando o que lá está escrito; maliciosamente recorda que Ayrosa, como capitão, fora mutilado (*sic*) nos últimos dias da guerra na Itália, caíra prisioneiro dos alemães por duas semanas e devia sua vida à Convenção de Genebra que protege os prisioneiros de guerra, insinuando que não seria essa a prática da OBAN que classifica como uma "célula repressiva, uma anomalia na estrutura militar convencional" e "um desvio doutrinário", no que mostra partilhar do ódio que os comunistas devotam à organização que, pela primeira vez, os fez provar do veneno que vinham destilando.

Ainda com o objetivo de buscar, obstinadamente, o sucesso do livro, Élio Gaspari faz referência a um grande número de fontes consultadas. O senhor concorda?

Realmente, como no primeiro volume, o autor recorre a uma infinidade de fontes – convenientemente selecionadas de acordo com sua tese – e as transforma em verdades inarredáveis, sem se dar conta do ridículo de certas afirmações. Na página 88 – uma das muitas que usou para recontar a estória, já tantas vezes e de diferentes formas contada, do seqüestro do embaixador americano Charles Elbrick – afirma: "A Dissidência (Dissidência Universitária da Guanabara – um racha do "Partidão"

no Movimento Estudantil – depois rebatizada sucessivamente de DI/GB e MR-8) ofereceu à Aliança de Libertação Nacional (ALN) parceria e ficou com o trabalho logístico ao passo que à outra coube o comando da ação em si." Errado, a DI/GB não ofereceu parceria. Reconhecendo sua inexperiência para ações desse vulto, pediu ajuda à ALN/SP que já possuía um bom *know-how* em guerrilha urbana. Para tanto, vieram de São Paulo um comunista histórico, mas bisonho em luta armada (Joaquim Câmara Ferreira ou "Toledo") e três guerrilheiros urbanos experientes (Virgílio Gomes da Silva, o "Jonas", Manoel Cyrillo de Oliveira Neto, "Sérgio", e Paulo de Tarso Wenceslau, "Geraldo". O comando da ação como um todo ficou com "Toledo" e a chefia da emboscada com "Jonas". A DI/GB não atuou apenas no trabalho logístico; dos dez guerrilheiros que emboscaram o embaixador, apenas dois eram da ALN; isto não é logística. Durante o cativeiro, as tarefas que implicavam deixar o aparelho – entrega de comunicados, cobertura de pontos etc. – foram realizadas por militantes cariocas e essas tarefas de risco não são atividades logísticas; da mais perigosa delas – a liberação do diplomata – os paulistas não participaram, pois dois deles já tinham deixado o cativeiro no dia 6, como se poderá ver a seguir.

À página 97, Gaspari reproduz trecho do depoimento dado em entrevista ao *Jornal do Brasil*, em setembro de 1989, por Franklin Martins – o "Valdir", apontado como autor intelectual da façanha, e atualmente prestigiado comentarista político da TV Globo – no qual o referido terrorista, que se encontrava em um carro de escolta à viatura onde ia o seqüestrado, rumo à sua libertação, conta: "Aí (quando o líder do grupo ordenou que abrissem o caminho à bala), eu pensei que ia morrer. A granada ia destruir o carro deles, o nosso e metade do quarteirão." Pelo jeito, levavam não uma simples granada de mão, mas uma "bomba atômica". E assim, se conta a história dos "anos de chumbo". Quantas invencionices desse calibre recheiam o livro do bem informado Élio Gaspari?! Talvez seja por isso que o escriba, em crônicas de jornal, mostrou-se um crítico acerbo de "O que é isto companheiro?", fazendo severas restrições ao famoso livro que virou filme.

A escolha do substituto de Costa e Silva constitui um alentado capítulo deste volume...

...mas de credibilidade muito discutível já que se baseia em algumas fontes suspeitíssimas, como Jayme Portella de Mello – uma espécie de "golbery" do "seu Arthur" –, o despeitado Carlos Lacerda e o então serviçal da "ditadura", jornalista Carlos Chagas que, apeado da sinecura que arranjara, tornou-se um feroz e ressentido detrator dos militares. Outras, surpreendentes – para quem nunca acreditou no Relatório Saraiva –, como a do então Ministro Delfim Netto, em um suposto depoimento de maio de 1988. Curiosamente, pelas notícias e pelo foguetório que, como

de hábito, acompanharam o lançamento do terceiro livro do "pentateuco eliano", é o antigo "gordo sinistro" um dos que levam chumbo grosso do Élio Gaspari. As demonstrações de apego ao Poder, as ambições, as vaidades e o entrechoque de grupos são parte de um quadro que tem certa credibilidade, mesmo para quem não se ceve na peçonha que o autor destila ao descrever certos acontecimentos e que honestamente admita que tais mazelas são parte de um sistema de poder que preocupava Castello Branco, mas que já dava sinais claros da perda de rumo que faria do Movimento de 1964 mais uma revolução perdida, sinais que desapareceram com a escolha e durante o governo brilhante de Emílio Médici. Mas, apesar e independente daqueles sinais, a "tigrada" sempre esteve fiel ao cumprimento de sua missão de impedir a comunização do País, relegado a ser uma nova Cuba ou enfrentar uma guerra civil que ainda hoje infelicita um de nossos vizinhos, embora sem se dar conta que, no fundo, estava apoiando certos governantes e seu séqüito de áulicos carreiristas, como o autor mostra no terceiro volume de sua obra, de que trataremos mais adiante.

E mais do que isso, o "concílio dos generais" acabaria por escolher um de seus pares, capaz de demonstrações de autoridade, simplicidade, modéstia, desprendimento e integridade moral que mesmo um autor caviloso, tendencioso e parcial foi incapaz de esconder. Quantos presidentes neste País poderão receber os elogios que o autor dedica ao General Médici, registrados à página 133:

"Presidiu o País em silêncio, lendo discursos escritos pelos outros, sem confraternizações sociais, implacável com mexericos. Passou pela vida pública com escrupulosa honorabilidade pessoal. Da Presidência tirou o salário de Cr$ 3.439,98 líquidos por mês (equivalente a 724 dólares) e nada mais. Adiou um aumento da carne para vender na baixa os bois de sua estância e desviou o traçado de uma estrada para que ela não lhe valorizasse as terras. Sua mulher decorou a granja oficial do Riacho Fundo com móveis usados, recolhidos nos depósitos do funcionalismo de Brasília."

Muito nos ufanamos dele no Exército e nas demais Forças Armadas; reconheçamos em sua figura ímpar o destacado General e grande Presidente da República.

General Negrão, como Élio Gaspari aborda a luta da Revolução de 1964 contra a corrupção?

Ao falar do combate à corrupção (p.166), registra vários equívocos que mostram um trabalho de pesquisa falho. O General Oscar Luiz nunca foi Presidente da Comissão Geral de Investigações (CGI), mas apenas seu vice-presidente; o presidente era o esperto advogado Alfredo Buzaid, "dublê" de ministro da Justiça. O trabalho de investigação da Comissão era totalmente descentralizado pelas comissões estaduais, logo sua apontada ineficácia não se deveu à centralização – como afirma o autor – mas a manobras escusas e injunções políticas que neutralizaram a

aplicação das sanções aos autores das patifarias comprovadas em inúmeros processos. As declarações atribuídas ao General Oscar Luiz e que teriam sido publicadas, em fevereiro de 1970, na revista *Veja*, jamais poderiam falar em cinco anos de funcionamento, uma vez que a CGI foi criada por decreto de 16 de dezembro de 1968 e começou a operar no ano seguinte.

Dentro desse tema, em que faz inúmeras acusações e aponta casos de corrupção, seria interessante que, tendo consultado o livro de Luís Mir – "A Revolução Impossível" – e falado no Front Brasilien d'Information, fosse mais adiante nas escabrosas e nebulosas estórias dos "fundos revolucionários" de que o livro de Mir está repleto. Se o fizesse, provavelmente teria que envolver figuras como Miguel Arraes, Márcio Moreira Alves, o trêfego Hélio Bicudo e a ASPLAN, com suas ligações com o governo paulista, e outras figuras sinistras da pecúnia nacional e internacional. Parece confirmar o dito que quem tem rabo de palha não passa perto do fogo e quem tem telhado de vidro não joga pedras no telhado do vizinho. Trata-se de um exemplo da solidariedade das esquerdas no acobertamento da corrupção que adoram apontar nos adversários, coisa em que o PT é mestre e que agora no governo ficou à mostra inteiramente.

Na página 180, não se sabe guiado por qual experiência, arvora-se a escrever que "repetia-se no DOI o defeito genético da OBAN, misturando-se informações, operações, carceragem e serviços jurídicos". O que o Senhor gostaria de comentar a respeito?

Recolhi a experiência de quem conheceu a fundo o que se passou nos DOI e essa pessoa afirma com sua autoridade que não houve tal mistura. Para obter informação é necessário conhecer o dado negado, a matéria-prima mais valiosa para a produção do conhecimento, e a obtenção do dado negado é tarefa das Operações, na busca; assim, Operações e Informações são atividades que devem ser desenvolvidas em conjunto. A carceragem é a residência do preso que, a qualquer momento e a qualquer hora, precisa ser interrogado pelo homem de informações, fornecendo mais conhecimento e acionando as operações; logo a carceragem ficar em presídios e delegacias seria inconcebível.

O serviço jurídico foi extremamente útil, já que legalizava, de imediato, as buscas e prisões e agilizava o combate ao terrorismo e à guerrilha. A estrutura dos DOI, calcado no pioneirismo da OBAN, foi extremamente eficaz e adequada, como os resultados comprovaram. A ânsia para criticar um assunto – do qual se é ignorante – é extremamente traiçoeira, como ocorre na mesma página 180 e na seguinte (181), ao falar o escriba sobre o efetivo dos DOI que parece acreditar seriam todos iguais. Nada mais falso.

Só mesmo – como diria Nelson Rodrigues – uma "obtusidade córnea ou má-fé cínica" poderia imaginar ou querer que uma guerra suja, sem regras e sem quartel –

uma guerra entre porões – pudesse ser vencida com luvas de pelica e de maneira convencional. Élio Gaspari – que esteve tantas vezes nos Estados Unidos, tentando aprender, sem conseguir, como eles fazem jornalismo sério – será que não ouviu falar em "guerra não convencional"? Deve ter ouvido, pois faz referência em seu livro à "Força Delta", a mesma que participou da operação que resultou na morte dos filhos de Saddam Hussein, um dos quais foi encontrado ainda com vida e morto com dois tiros na boca, disparados pelo membro da "Delta Force" que o encontrou no banheiro da mansão onde se refugiara, conforme relatado pela revista *Time*, em sua edição de 11 de agosto de 2003.

Na página 182, cita o Capitão Freddie Perdigão Pereira como sendo o "Nagib" do DOI carioca em 1970. Repete a afirmação às páginas 184 e 377, sempre apoiada nas profusas notas de rodapé, cuja credibilidade tem de ser posta em dúvida pela simples e boa razão de que o citado oficial nunca pertenceu ao DOI do I Exército e nunca usou esse codinome que pertencia a um capitão da PM/RJ, prestando serviço naquele órgão. Aí a verossimilhança para as acusações de torturador e de membro da alegada rede terrorista da "tigrada" passa a se basear em dados pessoais do oficial, o que não é difícil de obter, incluindo insinuações relativas a vantagens pecuniárias indevidas ou exageradas.

A censura à imprensa recebeu do autor o epíteto de mordaça e é longamente tratada no livro. Gostaria de comentar esse aspecto?

Ele o faz usando "dois pesos e duas medidas". A pressão econômica sobre certos órgãos é julgada de modo diferente das benesses concedidas ao fundador do "império" herdado por seus atuais patrões e a comparação das restrições dos "anos de chumbo" – a mordaça – com o "controle da imprensa" na ditadura Vargas limita-se à errônea comparação dos períodos de duração. O terrível arrocho imposto pelo regime mais discricionário que o Brasil conheceu, o DIP, o empastelamento de jornais – como o do *Diário Carioca* em 1932 – e o completo fechamento de quaisquer canais de manifestação política imposto pelo Estado-Novo são coisas que o trêfego escriba não menciona, embora deva conhecer. Paradoxal e surpreendentemente, a primeira publicação no Brasil dos Cadernos do Cárcere, do comunista italiano Antonio Gramsci – uma iniciativa de Ênio Silveira e de sua Editora Civilização Brasileira – veio à luz entre 1966 e 1968, com uma reedição em 1970, em plena "ditadura". Um "cochilo" da censura ou a "mordaça" não era tão severa como muitos na época e ainda hoje querem fazer crer? Isto é a confirmação do que afirmou Olavo de Carvalho, ao dizer que "por uma coincidência das mais irônicas, foi a própria brandura do governo militar que permitiu a entronização da mentira esquerdista como

história oficial" quando "o governo, influenciado pela teoria golberiana, jamais fez o mínimo esforço para desafiar a hegemonia da esquerda nos meios intelectuais, considerados militarmente inofensivos".

Essa constatação já o tinham feito, em ocasiões diferentes, dois ex-comandantes do II Exército, de São Paulo, em plena vigência do AI-5. O primeiro, o General Humberto de Souza Mello em declarações à *Folha de São Paulo*, publicadas em 31 de março de 1971 (A Ditadura Derrotada – p. 193) e, cerca de quatro anos depois, o General Ednardo Ávila Melo, conforme relatório "Secreto" do Ministro da Justiça Armando Falcão ao Presidente Ernesto Geisel (Anexo 2, do Dossiê Geisel, Editora FGV,2002, p.184), ao denunciarem a pertinaz campanha de difamação das Forças Armadas feita pelos jornais. A tenaz campanha no exterior contra a "ditadura brasileira" mereceu do autor vinte e duas páginas, nas quais, como era de esperar de quem afirma que a tortura derrotou a luta armada comunista, pretende demonstrar que não se trata de difamação, mas da decorrência das violências proclamadas e supostamente documentadas. A que não faltaram o sucesso editorial da publicação de uma edição francesa do "Minimanual do guerrilheiro urbano" do "democrata" Carlos Marighela, apoiada por nada menos que vinte e uma das maiores editoras francesas e as aparições parisienses do ex-integralista e saltitante candidato ao Nobel da Paz, Helder Câmara. Uma delas, para 10 mil pessoas no Palácio dos Esportes, denunciando a tortura no Brasil é motivo de noticiário do *Jornal da Tarde*, de 27 de maio de 1970, num "baita" cochilo da "mordaça". Deve ter sido nessa ocasião que um dos que assistiram à feroz diatribe contra o nosso governo teria perguntado ao palestrante se ele, depois de tudo aquilo, ainda iria voltar para o Brasil e, estupefato, ouviu o "bondoso" bispo dizer que sim. O russo Alexander Soljenitsyn, autor da pergunta e do livro "Arquipélago Gulag", deve ter pensado: "Pô, que ditadura camarada é essa?

Outra demonstração de sua maneira peculiar de fazer jornalismo – e exercitada no livro – é a exemplificada às páginas 298/299. O autor apresenta uma longa lista de ações terroristas para mostrar a escalada da violência comunista na América Latina, no fim da qual inclui o seqüestro do cônsul brasileiro em Montevidéu, Aloysio Dias Gomide, mantido em cativeiro durante seis meses. Para fechar o parágrafo, registra o que teria escrito em livro um "ex-linha dura" do Exército, acusando o adido aeronáutico brasileiro no Uruguai de, na mesma época (1970), "contrabandear explosivos para uma rede de policiais brasileiros que explodiam sedes do Partido Comunista". Contrapõe, assim, uma notícia notoriamente falsa, por inverossímil, a outras verdadeiras que quer minimizar. Só alguém que julgue seus leitores idiotas tentaria impingir essa estória ridícula de mandar do Uruguai dinamite para terro-

rismo “de direita”. A mesma técnica capciosa é usada mais adiante (p. 392) ao dizer que “à ferocidade da tigrada correspondeu uma fase pistoleira dos terroristas”, pretendendo igualar a ação dos agentes da lei aos assassinatos por vingança e motivos torpes de companheiros e de inocentes, vítimas da sanha comunista que Jacob Gorender justifica como “a violência dos oprimidos”, a que o autor faz uma tímida referência no rodapé da página 397, ao mencionar os assassinatos de um comerciante na Mooca, em São Paulo, e do delegado Octavio Gonçalves Moreira Júnior, transitando, em férias e de bermudas, pelo calçadão de Copacabana.

E a célebre “casa de Petrópolis”?

No capítulo intitulado A Matança – a que já fizemos referência – o autor apresenta certos pormenores intrigantes na longa e pormenorizada descrição de eventos envolvendo a célebre casa de Petrópolis – o Codão (p. 377/384). O primeiro tem a ver com o “Nagib” que não era “Nagib”. Outro, refere-se à guerrilheira “Alda” da VAR-Palmares (*sic*), seqüestradora de embaixador, e ao que realmente foi lá fazer o médico Amílcar Lobo. Teria sido requisitado para cuidar de uma mulher atropelada. Tratava-se de Inês Etienne Romeu, a Alda, – da VPR e não da VAR-P, como erroneamente cita o autor – que, “deixada como isca” em uma rua em Cascadura, se atirara contra um ônibus, fora levada ao Hospital Central do Exército (HCE), onde um oficial médico não permitiu que fosse interrogada, ficou ali pelo menos um dia, foi visitada três vezes pelo zeloso diretor do hospital, transferida para o hospital civil Carlos Chagas e depois levada para Petrópolis, segundo o relato da própria, feito 11 anos depois (1981). O médico teria subido a serra dois dias depois da requisição e durante duas horas suturou “os dois grandes ferimentos na barriga e numa coxa” que a mulher apresentava. Não precisa ser muito esperto para ver que alguma coisa não “fecha” nessa estória: uma atropelada passa por dois hospitais – sendo em um deles visitada pelo atencioso diretor do nosocômio, sem que ninguém se lembre de suturar seus ferimentos?! Por que não levar logo a subversiva – que para fugir de seus captores, tentara suicidar-se jogando-se à frente de um ônibus – para a casa de Petrópolis que – segundo o relato – “funcionaria como um aparelho de torturas e assassinatos”?

Outro mistério envolvendo essa casa de horrores de onde “ninguém sai com vida”, pela confissão tardia de Amílcar Lobo, é o fato surpreendente de terem deixado a Inês Etienne ou Alda lá, durante 96 dias, assistindo a tudo, anotando as mortes, quem sabe ouvindo, além da ameaça de para lá levarem o então Ministro Jarbas Passarinho, os rumores dos esquartejamentos denunciados pelo caricato ex-sargento Marival Chaves Dias do Canto, e a deixaram sair com vida e com tantas

estórias para contar ao Pasquim. Coisas de um grupo de torturadores e assassinos descuidados, boquirrotos e incompetentes ou estórias de um bando de mentirosos?

Outra intrigante curiosidade é relativa à versão macabra (p. 384) que diz que os mortos da mesma famosa casa de Petrópolis "eram esquartejados e enterrados nas cercanias". Com tantos farejadores de esqueletos que andam por aí – e o deputado Greenhalgh é um dos mais ativos – ninguém se lembrou de ir desenterrar os vestígios daqueles hediondos crimes? Ou tentaram e aconteceu o mesmo que com os corpos que o Burlesco Marival disse à *Veja* que eram jogados em certo rio e que os mergulhadores procuraram exaustivamente e nunca acharam?

Ainda no mesmo capítulo (p. 392) o autor trata dos "justiçamentos" de companheiros e é deveras parcimonioso ao citar apenas três deles, ainda assim com uma incorreção. Pesquisadores mais atentos e confiáveis relacionam mais sete, a saber:

– a ALN matou um militante, ex-marinheiro, por julgá-lo informante do Cenimar;

– a VAR-Palmares assassinou dois criminosos comuns, recrutados para participar de ações armadas, por considerar que sabiam demais sobre a organização terrorista;

– no Maranhão, em fevereiro de 1971, a APLM matou o militante Antonio Lourenço;

– em Pernambuco, em agosto de 1971, o PCR matou o militante Amaro Luiz de Carvalho;

– na Base da Gameleira/PA, em Xambioá, foram fuzilados por elementos das forças guerrilheiras do PC do B, por desejarem abandonar a área da guerrilha, Rosalino Cruz Souza (Mundico) e "Paulo" (não identificado). Mundico foi morto pela célebre "Dina", Dinalma da Conceição Oliveira Teixeira, uma das desaparecidas pelas quais estamos pagando indenização.

Em todo o livro, a citação das fontes em centenas de notas de rodapé parece apenas tentar fazer passar um ar de credibilidade ao que é escrito, pois registra eventos com erros ou omissões facilmente perceptíveis se as tais fontes tivessem sido utilizadas. Ou, o que seria pior, falseia os fatos para encobrir alguém. Como é o caso do autor dos disparos que mataram o agente federal que dava segurança ao embaixador da Suíça, Giovanni Bucher, claramente indicado no livro "Os Carbonários", de Alfredo Sirkis, participante do seqüestro, como tendo sido dados pelo "Cid", ou seja, Carlos Lamarca (p. 339). Ao tratar do seqüestro do mesmo embaixador, o livro registra as dificuldades para completar a lista dos que seriam libertados em troca da vida do diplomata e à página 341 registra que 18 presos se recusavam a deixar o país. Até hoje ninguém esboçou uma explicação para o estranho fato de presos que, segundo a versão assoalhada e reiterada convictamente por Gaspari, eram torturados e mortos, recusarem a liberdade e o fim das torturas. Curioso!

Curiosíssimo! Por que pessoas sujeitas à tortura e à morte se recusaram a obter a liberdade para se livrarem de tão impiedoso tratamento? Com a palavra os revanchistas. Explica, ó Gaspari!

O autor trata da morte de Lamarca?

Na página 355, ao tratar da Operação Pajussara, que resultou na morte do guerrilheiro, o autor afirma que o nome da operação teria sido dada pelo Major Nilton Cerqueira, dando a entender que seria ele o comandante, o que é falso: a operação foi dirigida por outro oficial do CIE, Chefe de Operações do Centro. Na página seguinte, faz referência à rivalidade entre "soldados nativos e a equipe vinda de Brasília" que quase teria resultado em tiroteio entre eles na ocasião. Vários equívocos: a equipe não era de Brasília, mas do Rio, nunca houve essa rivalidade e o risco de incidente ocorrera meses antes do início do cerco a Lamarca. A seguir, afirma que "Rocha, o militante que trouxera do Rio de Janeiro Yara e Lamarca sabia tudo o que a tigrada` queria". Não sabia, porque ignorava onde estava Lamarca. Os três militantes presos no "aparelho" da Pituba desconheciam o local do esconderijo do "Paulista". Nem Yara, sua amante, o sabia. Ironicamente, quem deu a pista foi o próprio Lamarca. Em uma das muitas cartas que costumava escrever para Yara, ele comenta "que as chuvas de São Miguel não haviam chegado". Essa carta, junto com um revólver 38, foi esquecida por um distraído militante – ou seria um informante infiltrado? – dentro de um táxi na Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio, a muitos quilômetros de distância de Brotas de Macaúbas. Uma semana depois, foi desencadeada a operação que o destruiu. Aliás, pelo que afirma Gaspari, as cartas de Lamarca – que só viriam a ser publicadas em 1987 num folhetim –, já deviam circular livremente, pois ele garante que a esposa de um oficial, em São Paulo, acompanhava aquele romance epistolar lendo as cartas apreendidas.

O laudo da necropsia de Lamarca, elaborado pelos médicos do IML de Salvador (cuja data a nota 87 da página 357 registra erradamente), ficou ignorado durante 25 anos e voltou a ser manchete de *O Globo,* em 1996. Nessa época, Gaspari tinha sua página dominical no *Estadão*, na qual, em 19 de maio, tentou desmoralizar o General Cerqueira, então secretário de Segurança do Rio de Janeiro, pondo em dúvida seu depoimento e o diálogo final que tivera com Lamarca moribundo. A alegação é de que ninguém fala depois de levar três tiros no coração. Agora, em seu livro nada diz sobre isso. Na certa descobriu que, como é seu hábito, naquela ocasião escrevera açodadamente e por ouvir dizer.

O que escreve Gaspari sobre o Grupo Primavera?

O autor trata longamente do Grupo Primavera – também chamado "da Ilha", "dos 28" – e alonga-se em esmiuçar seu trucidamento pela repressão que, às vezes, –

diz o escriba – exagerava no valor da resistência deles para se valorizar, engrandecer-se e arrotar valentia, no que teria sido um verdadeiro genocídio(!) Mais um punhado de mentiras, afirmações tendenciosas e pura ignorância. As verdadeiras causas do total fracasso da turma do Molipo são apontadas, inclusive por depoimentos feitos em livros de guerrilheiros, como Carlos Eugênio Sarmento da Paz, mostrando que aquela gente voltou ao Brasil sem nenhum esquema de recepção ou atuação, sem infra-estrutura, contatos arriscados, esquemas abertos, desconhecimento das quedas, falta de informações, tudo isso fruto de um voluntarismo fatal, de que os órgãos de segurança não têm culpa. Antes de voltarem ao Brasil, fizeram um pacto de não se deixarem apanhar vivos; alguns esqueceram o pacto na hora do confronto, atitude prudente e saudável, uma vez que o preparo que receberam na ilha de Fidel foi unanimemente considerado uma lástima e de uma irrealidade espantosa, inclusive pelo Zé Dirceu que, ciente disso, foi esconder-se prudentemente em Cruzeiro do Oeste, no interior do Paraná, como o pacato Pedro Caroço, até ver a banda passar. Talvez por isso, um grande ausente dos livros do esperto Élio Gaspari.

E da famosa vala do cemitério de Perus?

Seria de espantar que, no meio de tantas patranhas, faltasse a indefectível referência à famosa vala do cemitério de Perus sobre o qual se construiu uma verdadeira mitologia a que não têm faltado as missas "politicamente piedosas", celebrada por Paulo Evaristo Arns, por abrigar "milhares de ossadas das vítimas da repressão", como alardeiam, histericamente e sem nenhuma comprovação, os "Procuradores de Ossos". O grupo Terrorismo Nunca Mais (Ternuma) tem sido incansável – mas pouco ouvido – em sua luta para desmistificar essa lenda a que o Élio Gaspari presta sua homenagem, ao citá-la à página 388, com a colaboração dos delirantes Nilmário Miranda, Percival de Souza e Caco Barcelos, dizendo que "Fleury governava uma vala no cemitério de Perus, administrada por um policial do DOPS", acrescentando, assim, a sua pitada de inconseqüência à enxurrada com que diz ter-se escancarado a ditadura do "sacerdote" Geisel e do "feiticeiro" Golbery.

O número de enterrados tem variado de milhares ou de centenas até a umas poucas dezenas de "assassinados". O *Correio Braziliense*, de 20/12/02, publicou em seu caderno Coisas da Vida, que pesquisadores brasileiros e ingleses começarão a examinar os "corpos de 1.200 desaparecidos durante a ditadura militar" que estão sepultados no cemitério de Perus. O Grupo Tortura Nunca Mais diz que são 184 os mortos e 136 os desaparecidos na "luta contra a ditadura". Desses 136 desaparecidos, 53 teriam sido durante a guerrilha do Araguaia, em plena floresta amazônica. Portanto, restariam 83 corpos de desaparecidos para o restante do Brasil, inclusive

para o cemitério de Perus que, por sinal, nunca foi clandestino. A mídia transforma cinicamente 83 desaparecidos em 1.200, "sepultados clandestinamente". Absurdos iguais a estes são publicados, periodicamente, pela imprensa, talvez para que o povo nunca esqueça dos "milhares de desaparecidos" criados pelos falsários da notícia e pelos "marajás" aposentados do "INSS da guerrilha".

Quando Luiza Erundina era prefeita de São Paulo iniciou a campanha para encontrar os "desaparecidos da ditadura no cemitério clandestino de Perus". Os jornais da época noticiavam em primeira página e as TV em seus noticiários, o encontro de milhares de ossadas de desaparecidos e mostravam ossadas e mais ossadas sendo desenterradas para serem entregues aos legistas da Unicamp, que iriam identificá-las. Ninguém foi identificado, mas os desmentidos nunca foram feitos. À opinião pública resta a crença de que em Perus existem centenas de ossadas de desaparecidos, vítimas inocentes da "ditadura". A mídia e os escribas de aluguel, porém, nunca se preocuparam em dizer que o famoso "cemitério clandestino" não passava de valas comuns, onde eram enterrados os indigentes e, também, os corpos daqueles para quem as famílias não renovavam o aluguel das covas ou dos jazigos onde estavam sepultados. Essas ossadas, na realidade, são muitas e com o acúmulo dos anos podem ter chegado aos milhares.

Lá, nesse cemitério, podem até ser encontradas ossadas de terroristas que morreram em combate e que portavam documentos aparentemente verdadeiros, conseguidos por meio de certidões de nascimento falsificadas. Verdadeiros, no entanto, porque foram fornecidos, legalmente, por um serviço de identificação a partir das certidões "verdadeiras" obtidas em cartório por meios ilícitos. Assim, como temos repetido em várias ocasiões, o terrorista morto em combate era enterrado como indigente e com o nome e identidade que portava no momento do óbito. Tudo feito às claras, devidamente registrado no cemitério e no inquérito policial que apurava o caso. Basta procurar nos arquivos do Superior Tribunal Militar para confirmar. Não nos "dossiês" dos revanchistas pagos com as esmolas que o cardeal recebia para seus pobres e desviava para fins políticos. Alvo preferencial da funérea bonomia de Dom Paulo, o cemitério de Perus, nestes últimos dias de finados, não teve novamente a sua paz importunada pelo "piedoso desvelo da Igreja engajada".

General Negrão, o que gostaria de acrescentar sobre A Ditadura Escancarada?

Encerramos este já longo depoimento sobre o segundo livro, com a parte em que o jornalista Élio Gaspari apresenta um falso libelo contra os militares, citando um caso em que foi colocado o nome completo de Licio Augusto Ribeiro Maciel, então major do CIE. Os dois livros já publicados pecam pela falta de veracidade e o caso da

guerrilheira "Sônia" relatado às páginas 441 a 443, é mais um exemplo que prova que, em muitos casos, o autor escreveu valendo-se de fontes cuja veracidade não se deu ao trabalho de conferir ou confrontar, ou apenas por ouvir dizer. Quem o lê fica imaginando que uma pobre moça foi morta pelos militares, na "floresta dos homens sem alma" da fantasia "eliana". Naquilo que Gaspari – com o habitual exagero – afirma ter sido "o mais famoso combate da guerrilha do Araguaia", Lúcia Maria de Souza, 29 anos, ex-quartanista de medicina, esperou de arma na mão por quem lhe havia assegurado que iria salvá-la e desferiu-lhe um tiro no rosto, à queima-roupa.

Pasmem! Este é o mais famoso combate da guerrilha na doentia visão eliana!...

No documento da perícia médica oficial – chamado Atestado de Origem – consta: "Às 17h30min do dia 24 de outubro de 1973 foi ferido à bala por subversivos, quando cumpria missão ao sul da localidade de Metade, próximo à rodovia Transamazônica, no Estado do Pará. O ferimento pérfuro-contuso, com bordas irregulares, na região malar, foi produzido por projétil de arma de fogo, ficando o projétil localizado na região retro-auricular entre a face e o pescoço. Outra perfuração na mão direita, como indicado."

O incidente é assim relatado pelo Major Licio:

"O encontro com os subversivos, que redundou na morte da Sônia, é apresentado por Gaspari completamente deturpado. Sônia fazia parte de um numeroso grupo (depois confirmado, de 18 subversivos do grupo A, do Paulo). Eles eram seguidos pela equipe por mim comandada e, em determinado momento, Sônia apareceu inesperadamente, como que voltando, e recebeu voz de prisão, repetida três vezes, e mais três advertências "Não faça isso", à medida que ela tentava sacar o revólver do coldre. Após a terceira, como não obedecesse e já tendo a arma na mão, foi alvejada na perna e caiu. Fui rapidamente até ela e, enquanto procurava o revólver, lhe disse para ficar quieta que iríamos salvá-la. Não achei o revólver no meio à densa folhagem, já com razoável escuridão na mata fechada. Tivemos que ir em cima do restante do grupo de subversivos, que, alertado pelo disparo, fugiu, atravessando um córrego. Como começava a anoitecer, a mata já muito escura, voltamos. Aproximando-me da Sônia, caída, ela abriu fogo, à queima-roupa, pois tinha achado o revólver. Caí desacordado e fui socorrido pelos meus companheiros. Levei dois tiros, um na cara e outro na mão; o Capitão Curió que vinha atrás de mim, foi atingido no braço. No grupo de subversivos, estava um garoto, morador da região, que relatou, depois, que eles tinham preparado uma emboscada, estando eu sendo carregado numa rede armada em um pau nos ombros de dois soldados."

O confronto seria famoso por terem sobre ele dado depoimentos o ex-Presidente João Figueiredo e o General Hugo Abreu, ambos – a acreditar-se no que

escreveu o autor – mais fantasiosos do que a versão dada pelo próprio Gaspari que está mais próxima do que relata o Major Licio. Fica claro que a moça era uma guerrilheira e que, armada, atirou nos oficiais, sendo morta, em conseqüência e num ato de legítima defesa dos militares da patrulha. A acusação implícita é de que o corpo da moça teria sido deixado insepulto, sendo depois devorado por animais. Essa acusação é ridícula, pois imaginar que, na escuridão, sabendo que havia inimigos por perto e tendo um major e um capitão feridos – o primeiro com certa gravidade – fosse a patrulha perder tempo para sepultar a guerrilheira morta ao invés de evacuar os feridos. A obrigação de procurar saber o que ocorrera com sua companheira cabia aos guerrilheiros, bem como socorrê-la ou dar-lhe sepultura.

Ainda hoje, nomeiam-se comissões e há políticos procurando colher dividendos na procura de corpos de guerrilheiros desaparecidos. Havendo a tola suposição de que os militares que lá estiveram possam indicar onde tais despojos se encontram. É irracional que se possa imaginar que alguém tenha condições de informar onde achar os restos de um corpo comido por animais em meio da selva e depois de tantos anos.

Mas, enfim, o inesgotável "fascínio dos anos de chumbo" vai servindo para que alguns sejam notícia e, ao mesmo tempo, outros continuem ganhando dinheiro com "estórias da carochinha"!

Vale lembrar que felizmente tais estórias começam a ser questionadas como se pode observar em artigo de Adauri Antunes Barbosa, publicado no jornal *O Globo,* de quarta-feira, 24 de novembro de 2004:

"SÃO PAULO. O juiz federal Paulo Alberto Jorge, da 1ª Vara de Guaratinguetá, no vale do Paraíba, no interior de São Paulo, determinou ontem que as indenizações para os anistiados políticos, conforme direito garantido pela Lei 10.559/2002, sejam limitadas ao valor mensal de R$2,4 mil, o teto do regime geral da Previdência. Na mesma liminar, concedida ontem a pedido do Ministério Público Federal (MPF), o juiz determinou também que, quando esse benefício aos anistiados for pago em uma única parcela, que ela não ultrapasse R$ 100 mil."

– Esse valor do teto da Previdência, também válido para os funcionários públicos, é absurdamente razoável para uma pessoa viver, o que está de acordo com a lei – explicou o juiz Paulo Alberto Jorge. (....)

"Há pessoas em condições melhores do que antes."

Na liminar de ontem, Jorge aceitou o argumento do Ministério Público de que há pessoas beneficiadas com valores altos e que não precisam do dinheiro para seu sustento.

– O que se tem visto pela imprensa são pagamentos para pessoas que não têm a menor necessidade. Há muitas distorções. Há jornalistas, escritores beneficiados

que reconstruíram suas vidas e estão em condições melhores do que antes de serem perseguidos políticos – disse.

Há uma "questão moral", segundo ele, já que o pedido da indenização ao Ministério da Justiça pressupõe que seja feito por pessoas que tenham necessidade desta reparação.

"É claramente atentatório aos princípios constitucionais de construção de uma sociedade livre, justa e solidária que pessoas sem a menor necessidade recebam amparo do Estado, enquanto milhares passam fome e para conseguirem um mísero benefício de um salário mínimo do INSS precisam sofrer todo tipo de agruras, muitas vezes não o obtendo mesmo quando claro o direito de recebê-lo", diz Jorge em sua decisão.

Para o juiz, há grande contradição na concessão desses benefícios. "Não é possível conceber que alguém que foi perseguido político porque lutava por um mundo melhor.... hoje não tenha mais qualquer compromisso com este tipo de postura e pense exclusivamente no seu benefício pessoal, pouco se lixando com a sociedade.... dela exigindo e aceitando o oneroso pagamento de indenizações."

O Ministério Público pediu ainda que as indenizações pagas acima de R$ 2.400 por mês pelo governo sejam revistas.

Com o título, de "A Ditadura Derrotada", Élio Gaspari lançou o terceiro livro de seu volumoso "pentateuco", destinado, segundo dizem, a ser a mais completa obra sobre os "anos de chumbo" que assim seria a última e definitiva manifestação do incansável fascínio que sobre a mídia vêm exercendo aqueles conturbados tempos. O senhor leu esse novo livro?

Não só li, como o esmiucei a fundo. Veremos que se trata de mais um tendencioso trabalho revisionista, no qual o autor, entupido de dados, não os pôde ou soube "digerir" e assimilar e os reduziu, em alguns pontos, a delirantes conclusões em que certas afirmações – como as existentes no Diário de Heitor Aquino – são consideradas como verdades transitadas em julgado, o que, por si só, é um enorme absurdo.

Como aconteceu com os dois livros, de que já tratamos, a nova produção veio acompanhada de ampla cobertura jornalística. O jornal *O Globo* dedicou-lhe cinco páginas de sua edição de 5 de novembro de 2003 e a revista *Época* outro tanto em um de seus números. Embora equivalente aos dois primeiros volumes, em equívocos, falsificações, meias-verdades e interpretações tendenciosas, o novo livro vale-se principalmente da farta gama de material que o autor recebeu de seus amigos fardados a quem não poupa agradecimentos e elogios. Isto faz deste livro o lamentável produto de uma ação criminosa de altos funcionários que prevaricaram,

ao se apropriarem de documentos e fitas gravadas, dos quais tinham a guarda em função dos cargos – alguns classificados como ultra-secretos e secretos – para entregá-los a um jornalista esperto e inescrupuloso que com eles vai ganhar bom dinheiro e, paradoxalmente, enxovalhar-lhes a memória ou, como no caso de Heitor de Aquino Ferreira, pôr-lhe a nu o caráter. No caso do ex-Presidente Geisel, as falsificações e equívocos tornam-se muito mais gritantes ao entrar em conflito com o que declarou o "sacerdote" em suas memórias – por ele próprio revisadas – e transformadas no livro da FGV já citado.

Qual a razão da designação de sacerdote?

Não se chega a entender bem o porquê da designação de "sacerdote" para o ex-Presidente Geisel. Ela parece dizer que Ernesto Geisel entendeu sua missão na Presidência como um verdadeiro sacerdócio no qual cumpriria o "sagrado ministério" de derrubar a "ditadura" à qual não pudera – com a ajuda de seu feiticeiro e de alguns fiéis acólitos – dar os rumos que dissera perdidos quando soube que o substituto de Castello Branco seria Costa e Silva.

O autor confessa alhures que o objetivo de sua obra é contar como foi desmontada a ditadura por Geisel e Golbery, cujos perfis resume. Geisel seria um moralista, defensor convicto de um Executivo forte, adversário do sufrágio universal como forma de escolha dos governantes e crítico acerbo do Parlamento como instituição eficaz. Defensor quase religioso da instituição militar, trazia da caserna o sentido da ordem e uma visão prática da atividade pública, capaz de levá-lo, com freqüência, ao antiintelectualismo. Em outro ponto, volta a pintar um Geisel ditatorial que "queria acabar com as eleições diretas", um "estorvo num país povoado por analfabetos". O autor não define quais os rumos Geisel daria à sua obra e o "sacerdote" que emerge do livro está muito longe da biografia que foi alardeada quando da morte do ex-Presidente.

O livro é muito revelador quando mostra que, enquanto a "tigrada" arriscava a vida para evitar o assalto dos comunistas ao Poder, este era rateado e assaltado por um consórcio que o Professor Roberto Médici designara certa vez de "clube inglês". Desse clube, uma das figuras mais destacadas é o "acólito" Heitor de Aquino Ferreira, "unha e carne" do autor do livro, e que já merecera do "sacerdote", em seu depoimento paralelo à turma do CPDoc da FGV, os maiores elogios. Certamente, Geisel não sabia que seu homem de confiança, a quem dissera que concordava com o prosseguimento das gravações feitas no final de 1973 e início de 1974, desde que posteriormente fossem condensadas para registro histórico e apagadas, o traíra e que Heitor de Aquino não as apagou e as surrupiou, entregando-as, anos depois, ao seu amigo Gaspari.

E quanto ao aproveitador Heitor de Aquino Ferreira, o que escreveu Gaspari?

Tomando por base os livros de Élio Gaspari, Heitor é um desses sujeitos que aliam inteligência a uma esperteza calculista e maquiavélica. Tenente de Cavalaria – Arma que, segundo seus colegas, escolhera apenas com o objetivo de ser o primeiro da turma de 1956 – logo percebe os segredos do caminho para o sucesso. Desde muito cedo, já revela inclinações políticas e um precoce senso de "arquivismo" que Gaspari viria a rotular como "interesse pela preservação da história". Em 1961, na campanha de Jânio Quadros, consegue apossar-se de anotações feitas pelo candidato antes de uma entrevista à Rádio Guaíba, em Porto Alegre, sede da unidade a que pertencia. Durante o meteórico governo do "homem da vassoura" descobre que uma figura importante da área militar era Chefe do Serviço Federal de Informação e Contra-Informações (SFICI), órgão que viria mais tarde a ser transformado no SNI. Escreve-lhe uma carta com idéias sobre a "vassourada" a dar no Exército, ao fim da qual indaga significativamente ao destinatário, Coronel Golbery do Couto e Silva, quais as posições mais importantes e relevantes na cúpula do governo e de interesse militar. Começava aí uma longa troca de cartas que seria o início de uma "societas celeris" que se estenderia pelos anos afora, muito bem mostrada no livro.

A inesperada renúncia de Jânio a desmonta temporariamente, mas a vitória da Revolução de 1964 a refaz com a ida de Heitor para o SNI. Ali, junto à Presidência da República, conhece e cai nas boas graças de Geisel que viria a ampará-lo em uma fase de ostracismo durante o Governo Costa e Silva. Por intermédio de Roberto Campos, consegue um bom emprego no Projeto Jari, do milionário americano Ludwig, lá na longínqua Belém do Pará, de onde o vai tirar seu protetor e amigo Geisel ao ser levado por Médici à presidência da Petrobras.

A partir daí, torna-se o elemento de ligação de seu antigo mentor Golbery com Geisel de quem se torna secretário e confidente. Não tirarei aos eventuais leitores das quinhentas e tantas páginas de Gaspari o prazer de conhecerem as maquinações do trio, já então acrescido de um "infiltrado" na rede palaciana, João Figueiredo, ao pé do desprevenido Médici, e já ungido então, em acordo secretíssimo, como o quinto presidente em futura e ainda longínqua "troca da guarda". Na página 25, lemos a revelação de que, em 22 de agosto de 1972, a sucessão de Médici já estava praticamente resolvida, o que poderia justificar aquilo que vem na página seguinte, quando após rasgados elogios ao "milagre" promovido pelo Presidente "Emílio Garrastazu Médici, o autor atreve-se a dizer que Médici foi o único brasileiro a governar seu país num regime de contínua supressão das liberdades individuais e de censura à imprensa". Nesta altura, o leitor tranqüilamente poderia fechar o

livro e jogá-lo no lixo, pois um autor que se atreve a tal despautério deixa de merecer crédito para o que venha a escrever mais adiante.

Élio Gaspari, por ignorância ou má-fé, é useiro e vezeiro em esquecer a ditadura mais repressiva e totalitária do Brasil que foi o Estado-Novo getulista. Coisa do Eremildo, o idiota, de quem tanto gosta o nosso escriba e cuja idiotice parece, muitas vezes, incorporar.

Vale enfatizar que o autor em "A Ditadura Derrotada" continua a intercalar, na história do assalto ao Planalto pela "troica", seus inevitáveis comentários sobre a tortura e um número muito grande de tolices sobre o Exército e sobre algumas de suas figuras. Da culpa pelas sandices que escreve sobre o "Glorioso", parece ter Gaspari uma boa atenuante. Nos profusos e longos agradecimentos, credita a três ilustres generais – que enumera – a ajuda que lhe teriam dado para "reconstruir a situação militar do período"(*sic*). Dessas personalidades, uma delas, não obstante um carreirista, ainda ostentaria alguma qualificação intelectual, mas as duas outras – embora tenham assumido altas funções – nunca passaram de mediocridades espertas e bem-sucedidas, apesar de serem possuidores de currículos escolares abaixo da média.

Ao descrever o Exército que o jovem Tenente Ernesto Geisel encontraria ao sair da Escola Militar, em 1928, talvez por descuido de seus "assessores militares" afirma, louvado em Nelson Werneck Sodré: "A Cavalaria não tinha cavalos, a Artilharia não tinha canhões e a Infantaria não tinha fuzis." E, de moto próprio, prossegue: "Seus generais perderam três expedições massacrando jagunços em Canudos e mil homens enfrentando caboclos nas matas de Santa Catarina." É o vezo antimilitarista do ignorante Gaspari, velho falsificador de textos, apostando na desinformação de seus eventuais leitores, para, nas páginas seguintes se desmentir ao falar nos canhões e nos cavalos do 4º Grupo de Artilharia a Cavalo, de Santo Ângelo, que, de repente, aparecem em São Paulo para ajudar a plantar Getúlio no Catete; fala nos "canhões de tiro lento"(?) da bateria que o Tenente Geisel foi incumbido de levar para a Paraíba – em verdade, canhões Schneider de dorso de tiro rápido, com os respectivos muares de transporte; mais adiante, fala nos cavalos de cuja limpeza Geisel tinha de cuidar no Grupo Escola de Artilharia em Deodoro e nos canhões que ele manejou para varrer o pátio de manobra dos hangares do Campo dos Afonsos, impedindo que os insurretos comunistas de 27 de novembro de 1935 levantassem vôo com seus aviões.

Na página 45, novo "cochilo" de seus "aspones" ou a pétrea ignorância do autor que insiste, arrogantemente, em tratar do que não conhece, ao falar do regresso, em abril de 1945, do já então Major Geisel do curso de especialização em blindados (?), em Fort Leavenworth, e de seu mau aproveitamento depois da ilus-

tração obtida na melhor força armada do mundo. O autor parece não ter lido o que disse o próprio interessado em seu depoimento à turma do CPDoc, onde ele relatou corretamente o que foi fazer nos "states".

Adiante, em resultado de conversa de 1983 e talvez já com Geisel mostrando os lapsos de memória que revelaria em muitos depoimentos da época, o autor prova desconhecer que o destino normal dos oficiais que vinham de cursos no exterior era uma escola do nível correspondente ao curso feito, no caso a Escola de Estado-Maior do Exército, pois desse nível era a escola freqüentada por Geisel em Leavenworth. Acontece que, com a guerra, as escolas brasileiras de aperfeiçoamento de oficiais e de estado-maior ficaram fechadas. E a leviandade da crítica torna-se mais evidente ao registrar o escriba, duas páginas adiante, que, em outubro daquele mesmo ano, o Major Geisel era "Chefe de Gabinete do Comando do Núcleo da Divisão Blindada, no Rio de Janeiro, comandada pelo General Álcio Souto"; na verdade, o era da Diretoria de Motomecanização, onde o General Álcio tinha como Ajudante-de-Ordens um esperto tenente de Artilharia, vigésimo classificado de sua turma de 34 Aspirantes no Realengo e que, três anos depois de sair da Escola, já mostrava uma aptidão que o acompanharia ao longo de sua bem-sucedida carreira militar: "eficiente cabide de alamares". Por outro lado, os talentos e o cabedal profissional de Ernesto Geisel nunca foram mal aproveitados; alguns meses depois, o seu chefe o levaria para uma função no Gabinete Militar do Presidente Dutra e, em seguida (abril de 1947), viria a designação para ser o Adido Militar no Uruguai.

A reação civil e militar contra o continuísmo e o queremismo comuno-getulista na visão caolha e tendenciosa de Gaspari nada tem a ver com a redemocratização pela qual pugnaram os líderes civis mineiros, com o retorno vitorioso da FEB ou com o empenho honesto da maioria dos generais para acabar com o Estado-Novo. "O golpe contra Getúlio" foi dado apenas para "preservar uma eleição que haveria de colocar na Presidência um general ou um brigadeiro", afirma o escriba, demonstrando mais uma vez a sua idiotice por acreditar que escreve para seres irracionais.

Há tempos, os jornais publicaram um desmentido de Jarbas Passarinho a uma acusação de Gaspari ao General Álcio Souto. Gostaria de comentar o fato?

É verdade, pois, na página 50 do livro, Gaspari pratica mais uma falsificação, característica e marca registrada de sua longa vida de escriba irresponsável, acusando o acima citado General Álcio Souto de "simpatizante ostensivo da Alemanha nazista", apoiando-se no que teria declarado Jarbas Passarinho, cadete ao tempo em que, como Coronel, Álcio Souto comandara a Escola Militar do Realengo. Foi desmentido publicamente por Alvir Souto, filho do general, em carta a *O Globo*, publicada em 27 de

novembro de 2003, em Cartas dos Leitores, e por Passarinho, cuja declaração, em um livro citado pelo autor, fora grosseiramente falseada.

A respeito da leviana e criminosa deturpação por Élio Gaspari do que Jarbas Passarinho escreveu no livro Histórias do Poder para macular o grande conceito que desfruta o General Álcio Souto, o próprio Passarinho se referiu no extraordinário Prefácio do livro, também notável, "O Fascínio dos Anos de Chumbo". O que Passarinho disse no Prefácio do último livro que o senhor escreveu?

Jarbas Passarinho, que dispensa apresentações, aborda, em seu brilhante Prefácio, onde se houve com absoluta correção, o seguinte trecho referente a Élio Gaspari: "(....) A profusa bibliografia surgida desde a anistia, que de boa fé pretendíamos significasse esquecimento e, ao revés, proporcionou o "revanchismo" odiento, ganha corpo como se fosse o relato da verdade. Alguns deles, como o do jornalista Élio Gaspari, cujo conceito divide a sua geração de profissionais da imprensa, é o que mais se assemelha ao que Churchill disse de Maculay: 'que apesar do estilo cativante e de sua inaudita suficiência, deixava-se por vezes empolgar pela imaginação que punha acima da verdade e denegria ou glorificava os homens, coletando documentos segundo as necessidades da narrativa.'

Do jornalista, polêmico entre os seus pares da imprensa, tenho uma prova de desonestidade intelectual. Citou-me, falseando a verdade do que escrevi no livro "Histórias do Poder", sobre o falecido General Álcio Souto, que foi meu comandante na Escola Militar do Realengo, no Rio. Diz que o chamei nazista. Na página referida digo o contrário: 'o General Álcio Souto, como outros generais, tinham simpatia, não pelo nazismo, nem por Hitler, mas pelo exército alemão.' Uma deturpação dessa natureza me permite pôr dúvida sobre muito que consta do que Élio Gaspari escreve usando documentos herdados do General Golbery, na verdade um coronel que passou para a reserva com vencimentos de general. Papéis, de resto, selecionados, impregnados de animosidade que marcou a cizânia entre grupos de militares importantes, conforme a intenção de denegrir ou glorificar os responsáveis pelo regime autoritário."

Com sua permissão, General Negrão, vou prosseguir com Passarinho em seu Prefácio:

"Contra as inverdades, quer as constantes dos livros de Gaspari, quer as veiculadas pela esquerda vencida na luta armada, se insurge o General Negrão, levando imensa desvantagem. De Élio Gaspari, comprova erros factuais notórios, mas isso não terá a mesma divulgação obtida pelo êmulo de Maculay favorecido pelo marketing que o faz autor de *best sellers*. O valor verdade, deturpado, tem um alcance enormemente maior que a restauração dos fatos. Longe, todavia, de esmorecer, persiste o General Negrão escrevendo sucessivos livros fundamentados na verdade."

(....) "O livro de Negrão Torres espero que seja leitura – não a obrigatória nas escolas, como gente da esquerda sugere sejam lidos os livros de Gaspari – mas de historiadores isentos, que queiram mostrar, como é da natureza da história, o 'facho de luz que ilumina o passado'.

Quanto ao prefácio, dizia a querida e saudosa Rachel de Queiroz, que, se o livro não presta, não há prefácio que o melhore, e se o livro é bom não precisa de prefácio. É precisamente este o caso do livro de Raymundo Negrão Torres: não precisaria de prefácio, pois é muito bom. O autor honrou a caserna onde chegou por mérito ao generalato e agora honra as letras, profilaticamente limpando-as da lama da mentira que pretende ser história."

Depois, destas justas considerações de Passarinho em seu Prefácio, reparando a clamorosa injustiça de Gaspari com relação a Álcio Souto e enaltecendo o valor do nosso entrevistado, eu lhe pergunto: Que outra acusação faz Gaspari ao tratar da fuga de Carlos Lamarca ao cerco que lhe foi feito pelo Exército no Vale da Ribeira?

Outra acusação sem base, encampada pelo autor, está na página 287, quando trata da fuga de Carlos Lamarca ao cerco que lhe fazia o Exército na frustrada tentativa de guerrilha no Vale da Ribeira em 1970. Élio Gaspari retira do Diário de Heitor Aquino o registro do desgosto do quase empossado Presidente Ernesto Geisel pela promoção, em 1972, do General Paulo Carneiro Thomaz Alves – que lutara na Itália como capitão – e um comentário crítico ao desempenho desse militar no comando das tropas que combateram a citada guerrilha, atribuindo ao mesmo a responsabilidade direta pela fuga dos guerrilheiros da área de cerco, "nas suas barbas". Na verdade, a fuga deu-se "nas barbas" do então comandante do Regimento de Artilharia de Itu que viria a fazer parte da primeira turma de coronéis promovidos pelo Presidente Geisel e cujo protetor e mentor tivera uma longa conversa com o futuro presidente em 17 de dezembro do ano anterior, segundo registra a nota de rodapé da mesma página. A narração do episódio feita por Gaspari à página 200 do Segundo livro de seu "pentateuco" – "A Ditadura Escancarada" – é baseada no relato do guerrilheiro Ariston Lucena, um dos autores do bárbaro assassinato do Tenente Mendes Júnior, da PM de São Paulo, na operação, que fantasia o seu desfecho. No final do Capítulo 9 de meu livro, registro o depoimento de um oficial que integrava uma das unidades participantes das operações. Não sei se o General Paulo teria um filho ou outro descendente para defendê-lo, como fez o General Alvir Souto em memória de seu pai. Na dúvida, faço-o eu.

O senhor fez referências aos freqüentes lapsos de memória existentes nos depoimentos do ex-Presidente Geisel. Segundo o livro, em depoimento de outubro de 1994, ele teria

dito erradamente que os ministros militares que se opuseram à posse de João Goulart ganharam o apelido de "os três patetas". Esse desairoso epíteto foi dado por Ulisses Guimarães aos ministros militares que organizaram uma Junta Militar e impediram a posse do Vice-Presidente Pedro Aleixo, em 1969. Gostaria de comentar esse fato?

Em declarações anteriores, já nos referimos aos exageros e equívocos na apreciação de certas passagens da vida militar do ex-Presidente Geisel. O autor gaba-se de ter tido longas conversas com ele, restando assim a dúvida se esses exageros e equívocos são do autor ou do personagem. Ao falar da passagem de Geisel pelo comando da Artilharia Divisionária em Curitiba, em 1962, os seus excessos e enganos se repetem e confirmam a maneira falaciosa como o livro foi escrito. O mesmo sujeito que classifica de "canil" o comando de um CPOR, como o de Belo Horizonte, arvora-se a classificar como "comando de primeira classe" o da AD/5. Duvido que o próprio Geisel o considerasse à altura de seus talentos, ao tempo em que o exerceu, tanto que se dedicava, na época, a fazer cursos por correspondência para encher seus muitos momentos de tédio, com um Estado-Maior reduzido, instalado em um aquartelamento precário, partilhado por uma porção de organizações, uma verdadeira "cabeça de porco", como o chamávamos; como não havia casa funcional, morava em modesta casa cedida pelo Reitor da Universidade Federal do Paraná, Flávio Suplicy de Lacerda, que ele, em suas memórias, chamaria injustamente de "trapalhão".

Em diversas ocasiões respondeu pelo Comando da 5ª Região Militar, sendo protagonista, em uma delas, do episódio do telegrama do General Jair Dantas Ribeiro que é narrado no livro com a costumeira incorreção e bisonhice. O telegrama não foi endereçado ao presidente e sim ao ministro da Guerra, o então General Amaury Kruel, e estava vinculado a uma programada greve geral pela antecipação do plebiscito. Já se sabia que o General Jair seria o novo ministro. Não só os "generais do povo" pressionavam o Congresso; todos os políticos com aspirações presidenciais ajudaram nas manobras para antecipar a volta ao presidencialismo. Assim, o relato a respeito do episódio, feito por Geisel em seu depoimento ao CPDoc, está mais perto do que presenciei como oficial do estado-maior da 5ª RM, na época.

A entrega da papelada do Golbery ao escriba acrescentou um toque perverso, mas infelizmente verídico, ao livro. Foram de cambulhada com os milhares de documentos, inúmeras cartas que desavisados "puxa-sacos" e interesseiros mandaram ao "sacerdote" e ao seu "feiticeiro" com manifestações de apoio, pedidos de favores e empregos e outras demonstrações de falhas de caráter ou de simples ética, e que, agora, vêm a público. Incluem desde generais a políticos sem compostura. O autor regozija-se em enumerar uma longa série de casos (p. 90/93) que só fazem confirmar a proce-

dência da afirmativa de Castello ao justificar a necessidade de abreviar a duração do ciclo autoritário: "O Poder corrompe e o Poder absoluto corrompe de forma absoluta."

Na página 94, o autor atribui a paternidade da idéia da criação do Ministério da Defesa ao ex-Presidente Geisel e a ele também o abandono da mesma, por causa da rejeição da Marinha, louvando-se em um escrito sem data do arquivo Golbery/Heitor e em um depoimento de Geisel de 1994. Isso tem fundamento?

Deve ser mais um lapso de memória do ex-Presidente que é desmentido pela farta documentação existente e que mostra que já em 1958, em conferência na Escola de Estado-Maior do Exército, o General Castello Branco advogava a criação de um Ministério das Forças Armadas, o que viria a repetir, já como presidente em várias ocasiões – como em conferência na Escola de Guerra Naval, em 12 de dezembro de 1964 – e em documentos e diretivas aos comandantes militares. A medida – que seria incorporada à reforma administrativa – foi cogitada até o fim do governo na expectativa de poder ser concretizada, mas que acabou atingindo apenas a estrutura da administração civil, pelo Decreto-Lei nº 200, expedido no apagar das luzes de seu governo em 25 de fevereiro de 1967, vinte dias antes de passar a faixa a Costa e Silva. A alegada frustração de Geisel por não ter podido concretizar sua idéia poderia ter sido consertada ao assumir ele a Presidência, pois, em reunião do Alto Comando das Forças Armadas, realizada em 10 de junho de 1974, a reafirmou, sem, contudo a pôr em prática nos cinco anos de seu governo. O livro de Luís Vianna Filho sobre o Governo Castello Branco é muito elucidativo sobre essa e muitas outras questões, a respeito das quais os livros de Élio Gaspari ou silenciam ou passam muito rapidamente "como gato em cima de brasas".

E sobre Golbery o que diz o autor?

Élio Gaspari gasta cerca de setenta páginas de seu livro para uma minibiografia de Golbery do Couto e Silva, cujo cognome de o "bruxo" muda – num rasgo de originalidade – para o "feiticeiro", que no fim quer dizer a mesma coisa. A designação deve ter surgido por alguns acreditarem que ele possuía poderes mágicos, capazes de enfeitiçar as pessoas. Na realidade, foi um dos personagens mais complexos e enigmáticos dos últimos tempos da história brasileira. Possuía a volúpia de exercer o poder, não ostensivamente, mas aquele poder de manipulação dos fatos e das pessoas, sempre em segundo plano e nas sombras. Deveria ter um enorme poder de sedução, pois foi beneficiário de um dos dois únicos itens do "testamento político" de Castello Branco que, ao fim do governo, o nomeou para o Tribunal de Contas da União de onde se aposentou um ano depois para tornar-se empregado de um poderoso grupo multinacional. O outro item do "testamento" foi a promoção de Ernesto

Geisel e sua colocação hibernando no Superior Tribunal Militar. Geisel tinha por Golbery uma admiração quase reverencial e só nos últimos tempos parece que andaram estremecidos, não se sabe bem o porquê.

Como era comum na época, tentaram cooptar o Tenente Golbery para o comunismo e ele andou escrevendo uns textos que, nos seus tempos de SNI, colocariam seu autor no fichário dos seus “clientes”. Muito inteligente, Golbery era também bastante esperto e logo percebeu que o caminho do PCB não levava a nada; arranjou os alamares de ajudante-de-ordens que já em 1939 lhe dariam acesso ao Palácio do Catete pelas mãos do Coronel Mario Ary Pires, mesmo declarando não nutrir simpatias pelo Estado-Novo e por Getúlio Vargas. Mas, para um bom escriba, extremamente ambicioso não haveria melhor começo.

A menção à ida de Golbery para a guerra já no seu final, serve de gancho para o autor exercitar sua proverbial ojeriza ao Exército com um breve comentário sobre a organização da FEB, onde mistura aspectos que todo mundo está cansado de saber com algumas alfinetadas injustas, idiotas e despropositadas. Mostra não saber que as mazelas de nossa tropa foram o retrato do que era o Brasil no início da década de 1940, o que foi exemplarmente mostrado por um febiano em magnífico livro. Se o escriba sabichão tivesse tido a oportunidade de ler “A Guerra Proscrita”, do Coronel Germano Seidl Vidal, poderia entender que um Brasil subdesenvolvido, analfabeto, doente e desdentado não poderia mandar para a Itália uma força de super-homens. Mandou seus caboclinhos, de baixa escolaridade e fisicamente débeis, mas que depois de um duro aprendizado no próprio campo de batalha, derrotaram os aguerridos arianos para desespero de certos racistas enrustidos e ajudaram a libertar a terra que nos mandaria o menino Élio. Os brasileiros da FEB, ao adentrarem em várias cidades italianas, por ocasião da fase do Aproveitamento do êxito, logo após a conquista de Montese, eram aplaudidas vivamente e chamados, com toda vibração pelo povo, de “liberattoris”.

Ao tratar dos problemas do Brasil do pós-guerra, o escriba prefere encantar-se com as teorias de um tal de Gerald Haines, um historiador a serviço da CIA, do que recorrer ao que deixou escrito Roberto Campos sobre esse período e sobre os trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, um dos que mais de perto os conheceu e os relatou extensamente em seu livro Lanterna na Popa.

Quase sócio fundador da Escola Superior de Guerra – a “Sorbonne” (apelido que Gaspari classifica de pernóstico e Geisel diz que era assim chamada pelos despeitados) – Golbery iria aos 41 anos ingressar naquele “templo do saber” que o levaria às culminâncias da fama de ser um dos grandes “intelectuais do Exército”. A respeito da ESG, Élio Gaspari, neste terceiro livro, passa a distribuir quase que igualmente elogios e ironias, não chegando, todavia, a denegrir a Escola.

Mas a auréola de intelectual, se lhe dava prestígio e abria muitas portas, não satisfazia sua necessidade de manipular e dominar ainda que sub-repticiamente. Essa oportunidade surgiria no rápido Governo Jânio Quadros, quando Golbery, ao assumir o cargo de Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, o acumularia com a chefia do SFICI, o precursor do SNI, em que se transformaria três anos depois. Ali, o "feiticeiro" começaria a construir o "monstro", que é como ele passou a denominar o SNI, quando já não o podia mais manipular. Durou pouco o interregno, mas o suficiente para Golbery começar a organizar um fichário que levaria, como coisa pessoal, ao deixar o órgão quando da renúncia de Jânio. O mesmo que faria mais tarde com a papelada que por vingança, em 1985, entregaria a Élio Gaspari.

Fundamente comprometido com os que se opunham à posse de João Goulart, acabou sendo varrido pelo sucesso da Campanha da Legalidade. Transferido para a Paraíba, pediu transferência para a reserva, fazendo nascer o "general de pijama" Golbery. Mas não vestiu o pijama sem antes chamar de "cagões" os que não provocaram derramamento de sangue para que ele – que tinha horror à tropa – continuasse sua carreira de palaciano inveterado. Dali em diante, surgiria o conspirador para a derrubada de Jango e, nesse trabalho subterrâneo, de manipulações e manifestos, o feiticeiro sabia onde pisava. Esteve sempre no centro das articulações e da mobilização de recursos para as campanhas patrocinadas pelo IPES, entidade financiada por empresários paulistas e cariocas, temerosos dos rumos que ameaçavam levar o País para uma ditadura de esquerda ou comunista, os mesmos que, algum tempo depois, ajudaram a financiar a OBAN que reagiria às tropelias de terroristas e guerrilheiros urbanos em São Paulo.

Em uma das manifestações mais contundentes sobre o caráter de seu parceiro, escreveria Gaspari: "Em 1965, Golbery defenestrou o Coronel Rubens Resstel do SNI e, nos vinte anos seguintes, demonstraria, em relação a esse oficial, uma das características mais reprimidas de seu temperamento, um tipo de rancor raro e seletivo, porém implacável." Mistura de Fouchê com Torquemada...

O autor deixa-se influenciar por certas falácias criadas em torno de Golbery ao registrar ser ele o articulador de um suposto "plano moderadamente reformista" do Governo Castello (p. 167) e, em contrapartida, reconhece nele um "trapaceiro político" que sonhou ser interventor na Guanabara quando da crise das eleições de 1965. Ao sentir que fora ultrapassado em suas maquinações para influir na escolha do sucessor de Castello, passa a ignorá-lo e, dali em diante, raramente o mencionaria e embora não o criticasse, nunca o elogiou (p. 177 e 179).

Decidida a escolha do sucessor de Médici com insuspeitada antecedência na época, as atenções de Ernesto Geisel, Golbery e dos membros de sua *entourage* que

conheciam o segredo voltaram-se para os movimentos reais ou imaginários que a pudessem pôr em risco e o autor, baseado nos volumosos "alfarrábios" de que dispunha, os mostra com alguns lances de pura ficção delirante, como os apresentados à página 191. A sugestão do nome do General Euler Bentes Monteiro para o Ministério do Exército, em dezembro de 1971 e a demissão do General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, do comando da ESG, abatido na mesma época pelo "chanfalho" de Orlando Geisel, por ter supostamente convidado os estagiários a participar de um trabalho sobre a "institucionalização política do processo revolucionário", estão nessa categoria. Élio Gaspari – um diligente visitador do Almanaque do Exército – e seus "consultores" fardados deviam saber que, à época, o General Euler era um general-de-divisão moderno e um dos mais próximos e prestigiados auxiliares do Ministro Orlando Geisel, como Chefe do Conselho Superior de Economia e Finanças (CONSEF); mandava e desmandava nesses assuntos e foi o responsável por medidas desastrosas para as unidades do Exército; que o "chanfalho" deve ter sido de outrem, pois a ESG não era subordinada ao ministro do Exército e os trabalhos impostos aos seus estagiários são determinados com muita antecedência e, em outubro, já estariam concluídos. O General Rodrigo Octávio era um atrabiliário, mas essa estória está mal contada, como tantas do "pentateuco eliano" ou, como disse o Cony, "suetoniano".

A tecla da tortura continua a ser batida em várias partes do livro e sempre com a costumeira falta de indicação de nomes, flagrantes incorreções ou louvando-se em testemunhos desmoralizados, como o do ex-sargento Marival do Canto (p. 268), um comprovado mentiroso, que colaborou com a contumaz "molecagem" da revista *Veja* – como a chamou o Mario Sergio Conti – em matérias sensacionalistas, logo desmentidas pelos fatos. Na página 236, ele escreve que "Um ex-deputado da Arena entregou a Golbery uma lista com os nomes de seis oficiais acusados de torturar presos". A nota de rodapé correspondente, diz:

"Folha de papel com os nomes do Major Innocêncio Fabrício de Mattos Beltrão e dos capitães Homero César Machado, Dalmo Lucio Cirillo, Benoni de Arruda Albernaz e Carlos Alberto Brilhante Ustra. Numa folha do bloco Heitor anotou: 'Fonte afirma que são torturadores.' Noutra Golbery identificou a fonte: ex-deputado Gilberto Azevedo. APGCS/HF. Todos os oficiais listados serviam no DOI de São Paulo. Esse papel deve ter sido entregue a Golbery no segundo semestre de 1972."

Essa a versão. A verdade é que Innocêncio Fabrício Beltrão, foi Comandante do 2º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, em São Paulo, e nunca serviu no DOI/II Exército. Homero César Machado nunca foi do DOI; serviu na OBAN logo no início. Carlos Alberto Brilhante Ustra, major desde 1967, chegou a São Paulo em janeiro de 1970 como estagiário da ECEME; chefiou o DOI do II Exército de 29 de setembro de

1970 a 23 de janeiro de 1974. Acusado como torturador pela Deputada Bete Mendes anos depois, escreveu um livro em defesa de seu passado e o que diz no livro nunca foi desmentido. Élio Gaspari o conhece, teve contatos com ele e faz várias citações dele e de seu livro.

Quais as principais referências a civis feitas no terceiro livro de Gaspari?

Um dos grandes nomes focalizados no capítulo A Grande Encrenca (p. 257 e seguintes) é Delfim Neto, a "estrela" civil do Governo Médici, que é tratado de forma comprometedora, não obstante ter sido um dos muitos entrevistados pelo autor e cuja colaboração é motivo de referências em muitas partes do livro de que nos ocupamos e dos precedentes. Em uma delas, diz o autor, que, quase vinte anos depois, Antonio Delfim Neto levantaria o véu que encobriu toda a crise de 1968, ao afirmar: "Naquela época do AI-5, havia muita tensão, mas no fundo era tudo teatro." O ex-ministro continua na atividade política como deputado federal e é freqüentador constante das páginas dos jornais e das telas da TV; com certeza, fará sua própria defesa e levará às barras dos tribunais os caluniadores, como sistematicamente ameaçava fazer com quem, em outros tempos mais bonançosos, ousasse mencionar o famoso "Relatório Saraiva", um informe de rotina do adido militar junto à embaixada do Brasil em Paris e que, na época, teve grande repercussão, sendo poucos, no entanto, os que na realidade sabem o que relatava o correto coronel, posto na rua da amargura pelo seu relato, julgado "uma grande imprudência".

Nesse mesmo capítulo, o autor trata de um incidente em torno de apreciações incluídas pelo famoso economista Paul Samuelson, em uma reedição de seu não menos famoso livro "Economics" – o livro-texto mais vendido no mundo sobre o assunto – consideradas injustas e desprimorosas em relação ao Brasil. Houve interferência de economistas brasileiros ligados ao nosso governo e o professor concordou em mudar parte do que escrevera, ante à ameaça do editor brasileiro de não publicar a nova edição do *best seller*. O que as pessoas não fazem no interesse do "vil metal". O mordaz Élio Gaspari que o diga!

No capítulo seguinte, ao tratar da escolha dos ministros militares, aproveita a oportunidade para mais uma vez demonstrar sua má vontade e prevenção com as Forças Armadas e sua desinformação, misturando coisas corretas e irrespondíveis com apreciações equivocadas e apressadas, para dar credibilidade a estas últimas, em uma técnica marota que sempre costuma usar. Numa coisa ele está totalmente certo: Geisel – que, segundo seu biógrafo bissexto, achava que todo político era falso e todo milionário era ladrão (p. 232) – sabia que "estavam botando dinheiro fora", gastando mal, por falta de organização, os valiosos recursos resultantes dos bons ventos do

“milagre” e pode ter pensado em fazer muitas mudanças, mas nem acabou com o desperdício, nem mudou nada. Não queria ministros que lhe pudessem fazer sombra e os escolheu com essa preocupação. As vacilações e acomodações que criticara em Castello, as repetiria dez anos depois. Criticou os chefes do Estado-Maior do Exército dos últimos dez anos e nomeou ministro o último deles; para aquele cargo – o mais importante para a operacionalidade da Força – preferiu a antigüidade menos competente a um general mais moderno e que julgava ser mais capaz. Deu clara prioridade ao desenvolvimento, em detrimento da segurança. Esta, a “tigrada”, abnegada e hoje injuriada, garantiu. Com relação ao desenvolvimento, os choques do petróleo e as besteiras do civil Reis Veloso ajudaram a derrotar, com planos que o Mario Henrique Simonsen chamou de “obras de ficção” e que o escriba Élio diz, tolamente, que se destinavam “a satisfazer a mitologia planejadora dos militares”.

Outro tanto se poderia dizer com relação às críticas feitas ao Exército em várias ocasiões por João Figueiredo, que o autor não se furta em ressaltar em vários pontos do livro. Na Presidência, João pedia a seu amigo Walter Pires que o poupasse, evitando ficar postulando por recursos, já então não tão fartos.

O assunto mais destacado na mídia quando do aparecimento de “A Ditadura Derrotada” foi um trecho da gravação da conversa entre Geisel e o seu futuro ministro do Exército. Gostaríamos de ouvir seus comentários a respeito.

É o que consta do capítulo Esse Negócio de Matar, exibido às páginas 324 e 325. A exploração tendenciosa e escandalosa que se fez de uma pequena parte de uma conversa de três horas consistiu na retirada desse trecho do seu contexto, sem uma análise imparcial e isenta do que na realidade aquilo queria dizer. Os interlocutores eram um general da ativa que se refere à sua experiência recente da luta armada comunista e o futuro presidente que, reiteradamente em suas memórias, confessa-se desinformado por ter estado cerca de dois anos em um tribunal militar e cerca de quatro em função civil, como presidente da Petrobrás. Pode-se concluir que, pela diferença de nível de conhecimento entre os dois interlocutores do que se passava nos “porões” da luta armada, eles, em alguns aspectos, estavam tendo “um diálogo de surdos”.

Os pontos destacados de uma conversa de três horas foram:

Coutinho*:* – Fui para São Paulo logo em 1969, o que vi naquela época para hoje... Ah, o negócio melhorou muito. Agora aqui entre nós, foi quando nós começamos a matar.

Geisel: – Porque antigamente você prendia o sujeito e o sujeito ia lá para fora. Oh! Coutinho, esse negócio de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que ser.

Coutinho: ...Outro dia no último relatório do CIE, o fio da meada dessa guerrilha em Xambioá começou num estouro que nós fizemos em 1972 lá em Fortaleza. Foi dali que um falou que tinha guerrilheiro no norte de Goiás.

Geisel: Sabe que agora pegaram o tal líder e liquidaram com ele (Oswaldão).

Se tivesse havido o alardeado interesse de reconstituição histórica, ter-se-ia percebido que:

– o que o General Dale Coutinho viu em 1969, quando em São Paulo comandava a 2ª RM, está exaustivamente contado no livro do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra – "Rompendo o Silêncio" – publicado em 1987, e que sintetizamos no Capítulo 3, intitulado As Sementes do AI-5, do meu último livro;

– que *"o negócio melhorou muito"* quando as forças da lei passaram a trabalhar coordenadamente na OBAN e deixou de morrer gente só de um lado;

– que "o fio da meada" de Xambioá foi achado em um "estouro" de um "aparelho" da subversão e esses estouros já tinham sido objeto de exploração sobre uma conversa entre o Presidente Médici e o seu Ministro do Exército, Orlando Geisel, inserido no livro de Jarbas Passarinho "Um Híbrido Fértil", em que o ministro, em resposta à observação do Presidente Médici de que deveriam entrar nos aparelhos atirando para não termos tantas baixas do nosso lado, teria ponderado que não deveríamos "quebrar a cadeia" nesses estouros;

– que a expressão do General Orlando Geisel pode dar ao leitor desavisado a impressão de que o interesse era pegar vivo o subversivo para matá-lo ou torturá-lo. A expressão "não quebrar a cadeia" traduz uma das preocupações dominantes na resposta à luta armada. A clandestinidade e a fragmentação em células tornava as informações dos subversivos presos de extrema importância para o desmantelamento das organizações atuantes. O terrorista morto era menos um combatente, mas de pouca valia na busca de informações. Esse, certamente, foi o sentido da afirmação feita pelo ministro.

Para falar uma palavra do Capítulo 3 – As Sementes do AI-5 – do seu mais recente livro, ao qual o senhor se referiu há pouco, devo interrompê-lo ressaltando a maneira extremamente objetiva e didática com que ele foi apresentado, obediente a cronologia, facilitando o perfeito entendimento do assunto, o que é, aliás, uma das características de sua bela obra que bem merece esta referência especial. Ler "O Fascínio dos Anos de Chumbo" é o mesmo que se encontrar com a verdade num português agradável e escorreito.

Em certo trecho de suas memórias à FGV, Geisel diz que, na Presidência, Figueiredo parecia outra pessoa. O mesmo deve ter pensado o diligente Heitor Aquino ao ver certas atitudes de seu amigo Geisel. Um inesperado e inexplicável distancia-

mento, a recomendação para abster-se de suas atividades políticas, onde sua desenvoltura o tornara um dos homens mais influentes do País, com apenas 38 anos, assegura Gaspari. Não mais aqueles momentos de intimidade onde insistia em conseguir de Geisel um maior afastamento das incômodas figuras fardadas que sempre o rodearam. Até os assuntos para o Diário escassearam, pois as coisas ficaram mais complicadas com a chegada ao Palácio daquela inesperada e estranha figura com cara de bebê, cabeça raspada e que parecia bem exemplificar o apelido dado ao uísque Passport pelos ressentidos e gozadores, comparando-o aos militares: verde, quadrado e cheio de medalhas. Hugo Abreu, o Chupetinha do apelido carinhoso dos seus cadetes, iria ser um estorvo, como um indesejável "estranho naquele ninho".

Desde novembro do ano anterior (1973), Heitor gravava quase todas as conversas de Geisel, seja no Jardim Botânico ou no Largo da Misericórdia, e pretendia que a coisa continuasse no Planalto com algumas modificações. A interferência do Chupetinha iria acabar com as "chupetas" e as escutas; ao propor ao presidente que alguém do Gabinete Militar cuidasse dos detalhes técnicos. Geisel percebeu que o que era um segredo do restrito grupo palaciano acabaria como um "segredo da Candinha" e proibiu a escuta. E, assim, acabou o que Amália Geisel chegara a dizer que era "horrível e pior que Watergate". Mas só o esperto Heitor lembrou-se de guardar as valiosas fitas que iriam parar nas mãos de seu também esperto amigo de trinta anos, Élio Gaspari.

E o livro, se encerra com o episódio da inesperada derrota eleitoral da Arena no final de 1974, os primeiros indícios de que a anunciada "abertura lenta, gradual e segura" iria se transformar no "arrombamento" do João Figueiredo e "dar com os burros n´água". Certamente, é o que veremos, na versão eliana, nos próximos dois volumes do rendoso "pentateuco".

Desembargador Nelson Pecegueiro do Amaral

- Natural da Cidade de São Paulo, SP.
- Inscrição 003737-C, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e registro no Conselho Federal de Educação como professor universitário, desde 1960.
- Aprovado em concurso, do antigo Distrito Federal, ingressou no Ministério Público, em 1951, galgando, por merecimento, todos os postos da carreira: Promotor Substituto, em 1960; Promotor Público, em 1962; Curador, em 1965; e Procurador de Justiça, em 1970.
- Funções: Assessor do Procurador Geral da República, em 1966; Consultor Jurídico do Ministro do Exército, de 1968 a 1977; Procurador Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, de 1980 a 1981; Professor Titular da Cadeira de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis, da qual foi Vice-Diretor e Diretor Interino; Professor de Direito da Faculdade Cândido Mendes e da Faculdade de Direito Estácio de Sá; Professor da PUC e membro do Conselho de Vitaliciamento da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. O cargo de Conselheiro exerce até o momento.
- Cursos: Faculdade Católica de Direito – PUC – de 1941 a 1945, tendo sido o orador da turma; de Extensão Universitária, em Direito Civil e Direito Canônico (Pós-Graduação), com defesa de tese; de Serviço Social na Escola de Serviço Social-Rio, após o qual foi aprovado em concurso público para Agente Social da Prefeitura do Rio de Janeiro, onde exerceu o cargo; de Altos Estudos do Ministério Público do antigo Estado da Guanabara e Curso Interamericano de Formação do Pessoal de Tribunal de Menores, na Organização dos Estados Americanos (OEA), como bolsista do Governo brasileiro.
- Participante de trabalhos de grupo sobre temas de Direito na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).
- Assessor Jurídico do Conselho de Segurança Nacional, órgão da Presidência da República, a partir de setembro de 1964.

Entrevista realizada em 21 de julho de 2004.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre os pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, sua eclosão e suas conseqüências?

Precedendo à Revolução de 31 de Março de 1964, vivíamos uma época de um falso nacionalismo, levado aos extremos de afrontar as instituições democráticas previstas em nossa Constituição e as tradições religiosas do povo brasileiro, com o propósito de levar-nos a implantar um regime comunista para a Nação brasileira, rejeitando as suas origens, afrontando o direito de propriedade e estatizando a economia. A eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964 foi a medida salvadora que nos livrou de trilharmos por aquele desastroso caminho, que nos levaria à subserviência a outras nações onde já imperava o comunismo. Assim, a Revolução de 31 de Março de 1964 não foi simplesmente um levante militar, mas sim uma opção de assegurar o nosso verdadeiro regime político, de Nação livre e independente.

Quais os principais acontecimentos que, a seu ver, foram determinantes para o desencadeamento da Revolução, no dia 31 de março de 1964?

Com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, coube ao Vice-Presidente João Goulart assumir a Presidência da República. O novo Presidente, conquanto não fosse declaradamente de esquerda, encontrou o País muito infiltrado por comunistas, já com planos feitos para se assenhorearem do Poder. Goulart viu nisso como que uma plataforma para nela colocar suas ambições pessoais de fazer um governo ao molde da Rússia e da China, países que visitara, e onde o Poder era estritamente pessoal, entregue a um só líder. Foi certamente com esse propósito que Goulart projetou e realizou o comício da Central do Brasil, propondo alterações na Constituição e na legislação, sem que sobre qualquer dos assuntos tratados fosse ouvido o Poder Legislativo. O comício se deu no dia 13 de março, presentes cerca de cem mil trabalhadores trazidos para o Rio de Janeiro. Nele, a fala de Goulart exigia a legalização do Partido Comunista, cercado de cartazes exibindo a foice e o martelo (símbolos do Comunismo), e dizeres tais como "Armas ao Povo".

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi o mais significativo movimento de repulsa que antecedeu a Revolução, reunindo milhares de pessoas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, para afirmarem o seu repúdio aos rumos que o Presidente da República tomou, e que, por certo, levaria o Brasil ao comunismo. Em São Paulo, sob a liderança das mulheres, a população realizou uma marcha empolgante, em 19 de março, com o propósito de enfrentar Goulart sob a menção

de Marcha da Família com Deus, pela Liberdade, com a participação de um sem-número de cidadãos paulistanos. No Rio de Janeiro, milhares de senhoras, portando terços e rezando, desfilaram, no dia 2 de abril, pela Avenida Rio Branco, agradecendo o auxílio de Deus por livrar nosso País da catástrofe do comunismo. Ficou conhecida como a Marcha da Vitória. Os jornais mencionaram essas importantes manifestações, que se realizaram igualmente em outras cidades do nosso País.

Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março de 1964?

Sim, foram não só intérpretes, como executores da vontade da Nação que, por sua maioria mais significativa, repudiava os rumos que o Governo vinha seguindo para entregar o nosso País ao comunismo. A oficialidade do Exército, principalmente na sua grande maioria anticomunista, disciplinada e atenta à hierarquia, mostrou-se pronta a garantir a imutabilidade da Constituição.

Goulart ainda fez uma tentativa de destruir a disciplina, criando uma entidade de classe para cabos e marinheiros, os quais, rebelados, se abrigaram no Sindicato dos Metalúrgicos, em Triagem, no Rio de Janeiro, em desrespeito aos superiores. Foram, porém, presos, abortando-se o seu movimento. Com isso, o Ministro da Marinha procurou assegurar a hierarquia e a disciplina, mas foi substituído por João Goulart no comando daquela Força, o que demonstra o caos a que se chegou, levando grande parte da população brasileira a clamar por um basta àquele estado de coisas.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

Dado o tempo decorrido desde 1964 aos dias de hoje, não tenho na memória os nomes de todos os líderes civis e militares, motivo pelo qual fica incompleta a minha resposta à indagação feita, mas, rendendo igual deferência aos que não forem mencionados, passo a citar os seguintes: General Castello Branco, General Mourão Filho, General Muricy e Marechal Odylio Denys, este com papel fundamental no Movimento, mesmo já estando na reserva. Entre os civis, os que mais se destacaram foram Magalhães Pinto, em Minas Gerais; Carlos Lacerda, no Rio de Janeiro; e Adhemar de Barros, em São Paulo.

Tendo feito referência ao General Castello Branco, peço licença para deixar, neste depoimento, uma particular referência ao seu ilustre nome, e o meu orgulho por ter sido por ele nomeado Juiz Federal quando terminava o seu Governo, no qual trabalhei como Assessor Jurídico no Conselho de Segurança Nacional, prêmio que muito me honra, mas que não pude recolher, por ver rejeitado o meu nome pelo Senado Federal,

na sessão noturna que antecedeu o dia no qual aquele insigne militar se despedia da Presidência da República. No dia imediato, um jornal, que passara para a oposição, *Correio da Manhã*, de sábado, 11 de março de 1967, colocou na primeira página: "Senadores derrubam Pecegueiro", como veremos a seguir. Aí está uma amostragem do "revanchismo" que já se fazia sentir no crepúsculo do primeiro Governo da Revolução. O fato expressamente admitido por eles, deve-se a minha participação, para orientar os trabalhos, na Comissão Geral de Investigações (CGI), instituída logo após a Revolução.

SENADORES DERRUBAM PECEGUEIRO

"Brasília (Sucursal) – A indicação do Sr. Nelson Pecegueiro do Amaral para juiz federal da Guanabara, feita pelo Presidente Castello Branco, foi rejeitada ontem, pelo Senado, devido à sua participação na Comissão Geral de Investigações, instituída logo após a revolução para orientar a cassação de mandatos de parlamentares.

Em outras sessões extraordinárias sucessivas, o Senado aprovou a indicação dos nomes do General Golberi Couto e Silva, chefe do Serviço Nacional de Informações, para ministro do Tribunal de Contas da União, e do jornalista José Vamberto, secretário de Imprensa da Presidência, para ministro do Tribunal de Contas de Brasília."

A Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

Não há dúvida de que foi um movimento exclusivamente de preparação interna. Não houve a propalada intervenção dos EUA, segundo o depoimento do próprio Adido Militar americano, General Vernon Walters, que afirmou, com toda clareza, a inexistência de qualquer auxílio externo oriundo dos EUA.

A hoje chamada mídia apoiou o Movimento? Poderia citar exemplos?

Sim, jornais da maior respeitabilidade e aceitação do público manifestaram expressamente a sua adesão ao movimento que defendia as instituições democráticas contra os propósitos espúrios daqueles que buscavam degradá-las. Basta citar o respeitável *Jornal do Brasil*, que, em sua edição de 1º de abril de 1964, assim se pronunciou: "A legalidade está conosco e não com o caudilho aliado dos comunistas."

A mídia, nesta última década, e aqueles que hoje detêm o Poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor poderia citar os principais?

Bastaria lembrar que o Brasil atingiu a posição de oitava economia do mundo, apontado como "milagre brasileiro", para, em uma única menção, resumir os acertos da Revolução de 1964. Mas outras muitas iniciativas merecem menção, e ressalto,

no campo do Direito, a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que trata do Condomínio e Incorporação, a que autoriza o funcionamento de associações de poupança e empréstimo e instituição da cédula hipotecária; as normas do direito agrário e funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária; o loteamento urbano e concessão do uso e espaço aéreo; a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que instituiu a correção monetária nos contratos imobiliários; o sistema financeiro para aquisição da casa própria; a criação do Banco Nacional da Habitação e sociedades de crédito imobiliário; as letras imobiliárias; a Lei nº 4.864, de 29 de novembro de 1965, que cria medidas de estímulo à construção civil; o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964; o Ato Complementar nº 45, de 30 de janeiro de 1969, dispondo que a aquisição de propriedade rural no território nacional somente poderá ser feita por brasileiro ou por estrangeiro residente no País; o Decreto-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre títulos de crédito rural.

Vale ainda citar o Decreto-lei nº 200, que trouxe uma verdadeira revolução na administração, estimulando a descentralização por meio da delegação de autoridade ou competência.

O senhor acha que a Revolução de 31 de Março de 1964 cometeu erros? Caso positivo, quais foram?

A meu ver não é o caso de falar em erros da Revolução, mas sim o despreparo para participar do jogo político. Com efeito, não foram adotadas medidas para impedir o progresso da esquerda, sobretudo no que diz respeito ao controle do ensino. Com isso, professores viram-se livres para postular seus ensinamentos, hauridos da esquerda mais radical e transmitidos por renomados filósofos de outros países. Com isso, a mocidade do País foi sendo envenenada, e por tais ensinamentos levada à oposição ao governo legitimamente constituído.

A par disso, a Revolução estendeu-se por tempo maior que o necessário, com os seus sucessivos governos, constituídos sem o voto popular, e, dessa forma, vulnerável aos opositores. Não se deu conta de momentos nos quais teria sido possível passar o Poder a uma democracia plena.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada? O senhor concorda com esse ponto de vista?

A luta armada é um dos caminhos eleitos pelo comunismo para chegar ao Poder. Não precisa necessariamente da existência de opositores que não sejam eles mesmos, que desejam o Poder. Assim sendo, não importa a falta de canais, pois são eles próprios, os descontentes, os quais, na falta de meios legítimos para chegar ao

Poder, fazem uso da luta armada. Com eles, não é viável o diálogo, pois não visualizam outros caminhos que não os da violência. Os vários atentados que perpetraram, de todos conhecidos, revelam a sua índole perversa e criminosa. Merecem a nossa repulsa.

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade e onde buscavam a orientação e o apoio externo?

A luta armada, quer desencadeada no campo, quer na cidade, tem caráter criminoso e reprovável, como vimos. A sua orientação e apoio externo, via de regra, permanece oculta e de difícil revelação. É por caminhos criminosos que ela se apresenta, e, portanto, a revelação da sua orientação e apoio externo deve-se buscar entre os interessados na subversão dos meios legítimos para chegar ao Poder, com isso tornando-se tão culpados como os executores do crime. Assim, agiram, por exemplo, os que executaram o atentado no Aeroporto de Guararapes, em junho de 1966. Não foi a ausência de meios para externarem a sua oposição ao regime, mas sim os que desejavam matar, como ocorreu, também, na morte do Capitão Chandler, do Exército dos Estados Unidos, morto na frente da mulher e filhos, em 12 de outubro de 1968, e, ainda, em dezenas de outras ações terroristas, todas visando à tomada do Poder e à implantação de um governo totalitário em nosso País, com o desaparecimento de qualquer vestígio de democracia.

O Ato Institucional Nº 5 (AI-5) foi necessário? Qual a sua opinião?

Sim, o AI-5 foi necessário, pois veio depois de numerosos atentados e mortes criminosas. Vários foram os atentados a bomba, inclusive sobre o jornal *O Estado de São Paulo* e a Bolsa de Valores de São Paulo. Repulsivos foram os atentados aos jovens soldados quando sentinelas, Antonio Carlos Jerrery, Eduardo Custódio de Souza e Mário Kozel Filho, entre muitos outros. Atentados a bomba, explosivos em edifícios públicos e vias de transporte foram uma constante, a partir do início do ano de 1968. Foram em número de 25 os atentados que precederam ao AI-5, o qual deu ao Governo os meios necessários para combater o terrorismo. Além disso, o Congresso Nacional negou-se a processar o Deputado Márcio Moreira Alves que, de forma insolente, manifestou-se contra a Revolução, protegido pela imunidade parlamentar, o que fortaleceu a opção pelo AI-5, para a defesa da Revolução ameaçada.

O que o senhor gostaria de relembrar da sua atuação como Consultor Jurídico de quatro Ministros de Estado, inclusive no período crítico da luta armada?

A minha atuação, como Consultor Jurídico dos Ministros do Exército aos quais prestei os meus serviços, limitou-se a assuntos jurídicos.

Aproveito esta ocasião para expressar a minha admiração aos militares que compunham o efetivo do Gabinete dos Ministros do Exército, de 1968 a 1977, pela afirmação aos princípios da hierarquia e disciplina, trato simples e educado, e exação no cumprimento de seus deveres. Tenho a destacar, de modo especial, a cortesia e afabilidade no trato que de todos recebi, nos cerca de dez anos em que tive a ventura de prestar serviços ao Exército Brasileiro, sendo agraciado com a Medalha do Mérito Militar, no grau de Comendador, o que, até hoje, muito me apraz.

Hoje em dia muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?

Essas expressões são usadas pela mídia, com o propósito de desmerecer a Revolução de 1964, e manter os indivíduos hoje, principalmente os mais jovens, no desconhecimento da história e dos verdadeiros acontecimentos vividos, no Brasil, entre 1961 e 1985, de sorte a criar uma antipatia às Forças Armadas. Com efeito, os nascidos após 1984 só receberam da mídia a repetição de dizeres tais como "anos de chumbo" e "ditadura militar", não tendo chegado a eles nenhuma referência favorável à atuação dos generais que frustraram os intuitos dos inimigos do povo brasileiro.

Penso que a Revolução descurou de apontar aos jovens a verdadeira situação que levou as Forças Armadas a agirem. Por outro lado, as suas realizações não foram suficientemente proclamadas. A par disso, os revanchistas derrotados passaram a criticá-las. Não foi suficientemente anunciado, sobretudo aos nascidos após 1964, o perigo que o País afastou ao derrotar os comunistas e seus admiradores. Esses, insuficientemente informados, caíram na cantilena dos inconformados, repetindo as equivocadas expressões criadas pela mídia, "anos de chumbo" e "ditadura militar".

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de governo da Revolução?

Como disse anteriormente, basta lembrar que saímos da 48ª para a oitava posição entre as economias do mundo para vermos que salto gigantesco foi dado nos vinte anos de governos revolucionários. O saldo entre acertos e erros foi, sem dúvida, bastante positivo.

Houve, a partir de 1990, e existe, hoje, um ignóbil e permanente "revanchismo", por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que o senhor tem a dizer da Lei da Anistia?

O "revanchismo" está muito evidente, principalmente na mídia, por interesses os mais variados. Vejo que a Lei da Anistia vem servindo para agraciar com

polpudas quantias, tão-somente os opositores da Revolução de 1964, muitos dos quais agentes do terrorismo que atuavam de mão armada. Isso é, sem dúvida, uma clara manifestação revanchista.

A imagem das Forças Armadas vem apresentando elevados índices de aceitação, como atestam várias pesquisas de opinião, apesar do abjeto "revanchismo". O que o senhor acha disso?

Acho que, além dos elevados índices de aceitação, as Forças Armadas merecem o respeito e os aplausos de toda a nossa gente pelo muito que representam para a segurança do País e para a consecução dos Objetivos Nacionais Permanentes, com ênfase na defesa da nossa soberania e da integridade do patrimônio nacional, principalmente através da integração da Amazônia ao restante do nosso País, o que é absolutamente prioritário em nossos dias.

Que mensagem final gostaria de deixar registrada a respeito da Revolução de 31 de Março de 1964 para as atuais e futuras gerações, por meio deste Projeto?

A Revolução de 31 de Março de 1964 foi um marco inolvidável da presença das Forças Armadas e, em especial, do Exército Brasileiro e da capacidade de seus generais e da oficialidade de sufocarem uma iniciativa espúria que levaria o nosso País a uma situação subalterna como mais um satélite, de extrema importância para o movimento comunista internacional, sempre pronto, no Brasil, para destruir os princípios democráticos consagrados em nossa Constituição Federal.

Além disso, foram intérpretes da maioria incontestável do povo brasileiro, avesso aos governos de uma só pessoa ou de um só partido, que se vê nos regimes de cunho totalitário.

Com a sua reconhecida capacidade, aliada ao seu espírito de nacionalidade, afastaram o grande risco que passou a Nação brasileira, livrando-a da subserviência a regimes espúrios, indesejáveis ao nosso povo, salvando-a da tirania comunista, inimiga da democracia e da pluralidade partidária que a sustenta.

General-de-Brigada Augusto Cid de Camargo Osório

- Natural da Cidade de Curitiba, PR.
- Foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia na, então, Escola Militar do Realengo, RJ, em dezembro de 1934.
- Principais funções exercidas: Comandou o 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (8º GACosM), Rio de Janeiro, RJ; o 1º Grupo de Canhões Automático Antiaéreo 40mm (1º GCan Au AAe 40mm), São Cristóvão, RJ, bem como o 2º Grupo de Obuses 155mm (2º GO 155mm), Jundiaí, SP. Integrou o Comando da 2ª Região Militar, São Paulo, e exerceu as funções de Chefe do Estado-Maior da Artilharia de Costa da 1ª Região Militar.
- Como General-de-Brigada, foi Comandante da Artilharia Divisionária da 4ª Região Militar e Diretor de Inativos e Pensionistas.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, o de Artilharia de Costa e o da Escola Superior de Guerra (ESG).
- Em 1964, era Coronel e chefiava a 4ª Seção do II Exército.

Entrevista realizada em 21 de julho de 2004.

É com satisfação que hoje estou prestando esse depoimento sobre o Movimento de 1964, que foi uma reivindicação do povo brasileiro. Foi a Nação quem pediu, foram as mulheres nas ruas, com as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, rogando a ajuda de Deus e a intervenção das Forças Armadas. Tive a satisfação de ter participado desse Movimento glorioso.

Onde estão as raízes da Revolução, General Cid Osório? Quais os principais fatos a destacar nos pródromos da Revolução e, depois, na sua eclosão?

Os pródromos da Revolução vêm de longe. Vêm de maus governos que sempre tivemos e que culminaram com a renúncia de Jânio Quadros – que era um governante inteligente, mas que nos mostrou que não tinha equilíbrio, não tinha uma conduta correta para ser Presidente da República, não inspirava confiança, e que ao cabo de apenas sete meses de governo, irresponsavelmente, renunciou, declarando que ninguém é obrigado a ser Presidente da República.

Escreveu carta para o Congresso Nacional apresentando a sua renúncia, carta essa que foi entregue ao Presidente da Câmara pelo Chefe da Casa Militar. Aí, começou toda a história da Revolução. Se ele não tivesse renunciado, creio que não teria havido a Revolução. Esse foi o limiar de tudo.

O problema da renúncia agravou-se porque o seu Vice-Presidente era João Goulart.

Jânio Quadros bebia em Palácio. Dizem que depois de ter entregue as medalhas no dia 25 de agosto, ele foi até o Palácio, escreveu a carta, embriagou-se e entregou a carta. Ele renunciou pensando que o Exército iria buscá-lo e recolocá-lo de novo no governo. Fecharia o Congresso e seria um ditador. Ficou sobrevoando São Paulo por duas horas e ouvindo, a bordo de um avião da Força Aérea Brasileira (FAB), o que se passava no País. Uma coisa de louco, inteiramente tresloucada. Infelizmente, deram posse a João Goulart. Talvez tivesse sido menos traumático não tê-lo empossado, do que ter que derrubá-lo, o que foi feito, repito, atendendo ao pedido aflito do povo nas ruas.

Com a saída do Jânio, houve um grande problema, porque os ministros militares não queriam a posse do Vice-Presidente Jango Goulart, porque já o conheciam do passado.

Houve uma fraqueza. O Ministro do Exército ficou em Brasília e alguém aqui ficou respondendo por ele – não vou citar nomes. Mas houve uma fraqueza, e foi dada posse a ele. Teria sido menos traumático não tê-lo deixado assumir.

Aí, pensou-se na saída do parlamentarismo.

Que não funcionou.

Não funcionou porque ele mesmo solapava o parlamentarismo.

Fizeram um plebiscito cujo resultado nunca publicaram.

Com isso, o regime voltou a ser presidencialista e Jango obteve, novamente, todo o Poder após o tal plebiscito. E como ficou o clima no País?

O clima do País transformou-se completamente no cenário do medo, medo de tudo, onde a anarquia e a irresponsabilidade governamental atingiu as raias do absurdo.

Ele se dizia herdeiro da carta-testamento de Getúlio, e dizia que ia fazer as reformas de base, que não só não implantou como nem chegou a definir claramente.

Ia fazer "na lei ou na marra".

Exatamente, é o que diziam. E o peleguismo, voltado para o comunismo, tomando conta do País, viajando no avião do presidente, se hospedando no Hotel Nacional, de graça. Os pelegos, que eram sindicalistas, é que estavam nos governando. Isso trouxe para o País, exatamente aquele clima de muita apreensão, muita surpresa e por que não dizer desespero. Mesmo nos maus governos anteriores, nunca houve nada semelhante.

Uma mazorca foi instituída.

Realmente, uma baderna incrível. Havia greves pelo País inteiro. O Porto de Santos ficava parado a maior parte do ano. Greves que eram determinadas lá do Palácio. Do Palácio, as greves vinham para São Paulo através de uma rádio, que era captada no rádio da 2ª Região Militar e eu tomava conhecimento. Eu era Chefe do Estado-Maior da 2ª RM e os operadores me davam ciência. Vinham ordens de Brasília que eram executadas, cumpridas fielmente, no Porto de Santos, com um prejuízo monstruoso para a economia brasileira.

Vários navios, com carga perecível que, de propósito, não era desembarcada pelos estivadores, em greve a todo o momento.

General, fale-nos um pouco a respeito da sua vida militar, na época da renúncia de Jânio e da assunção de Jango.

Naquela ocasião, fui chamado ao gabinete do General Comandante do I Exército, presente o Comandante da Artilharia de Costa, para assumir o comando do 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (8º GACosM), naquele mesmo dia, às duas horas da tarde. Fui assumir o comando debaixo de um nervosismo muito grande, porque o Comandante da Artilharia de Costa não sabia nada do que se passava dentro do quartel.

O subcomandante do Grupo era do lado do João Goulart e dizia que ia reagir para dar posse ao Jango. Foi, nesse clima, que assumi o comando, e entrei, sozinho, no quartel. Não tive o apoio da maioria da oficialidade, que estava toda contaminada, pressionada pelo subcomandante. Dei todo apoio ao ex-comandante da Unidade que, doente, foi exonerado. Providenciei o transporte dele para o Hospital Central do Exército (HCE), e, em seguida, fui visitá-lo. Era um colega meu de turma, que me

coube substituir por eu ter o curso de Artilharia de Costa. Ele não se conformava com a exoneração e eu sofri muito a sua reação, tendo ficado no comando por quatro longos meses, sofrendo, também, toda sorte de reações internas, bem como, com o General, que já tinha se bandeado para o lado do Jango, também pressionando, empenhando-se pela minha saída do comando.

Em conseqüência, o Ministro Segadas Viana – febiano – um homem muito equilibrado – me trocou de comando, nomeando-me para outra Unidade de Artilharia no Rio de Janeiro.

Fui, então, para o GCan 40 (Grupo de Canhões Automático Antiaéreo 40mm), e o seu comandante, meu amigo também, foi para o 8º GACosM. No GCan 40, onde a oficialidade era muito boa, gente de outra espécie, fiquei oito meses. Mas o ambiente no Rio, como em todo o País, era terrível, era um negócio inacreditável.

Naquele período, convivíamos com greves constantes, quase que diárias.

Greves, greves e greves.

E a greve dos transportes não deixava ninguém ir para o trabalho.

Aí, eu convidei uns companheiros ilustres, como o Coronel Meira Mattos, depois General, bem como o Chefe do Estado-Maior da 1ª Região, de quem não me recordo o nome, para fazerem palestras sobre Guerra Revolucionária. Fui denunciado, e, por isso, exonerado do Comando do GCan 40.

Posteriormente, fui para São Paulo. Companheiros nossos, principalmente o Chefe de Gabinete do Marechal Castello, no Estado-Maior do Exército, conseguiram uma vaga em São Paulo, na 2ª Região Militar, cujo comandante era o General Olympio Mourão Filho. No II Exército, estava o Pery Constant Bevilaqua, homem incerto, enigmático.

Dizia: "Eu prego a Constituição, eu sou descendente de Benjamim Constant", e, com isso, ele não fazia nada. Eu mesmo fui à casa dele, mais de uma vez, para conversar, mas ele, apesar de todos os chamamentos, que não foram poucos, nunca se animou a pensar em um movimento que trouxesse novamente a paz e a segurança aos brasileiros.

Encontrava-me na 2ª Região Militar quando o General Mourão foi para Minas, para comandar a 4ª Região Militar. Ele não queria ir, mas nós, que conspirávamos com ele dentro do próprio quartel-general – ele fazia reuniões no seu gabinete, e freqüentava quartéis, sozinho, os quais não eram a ele subordinados – o convencemos que ele deveria ir, porque lá ele seria além de Comandante de Região, também comandante de tropa, uma Divisão de Infantaria. Ele aceitou e foi para Minas, incumbindo-me de continuar a cuidar do Movimento em São Paulo.

Encontrei um trabalho muito bem-feito por tenentes e capitães e até oficiais superiores coordenado pelo Coronel Rubens Resstel – realizava reuniões até tarde, às sextas-feiras, quando oficiais vinham das guarnições do interior, preparando a

reação a ser desencadeada pela tropa do Estado de São Paulo. O Coronel Rubens Resstel sempre acreditou que o povo seria atendido pelo seu Exército, e trabalhou muito nesse sentido junto aos oficiais da tropa.

Coube-me dar uma maior dimensão a esse esforço, procurando ligações até mesmo no meio civil, na classe produtora, em toda parte. Tivemos integral apoio do Governador do Estado. O doutor Adhemar de Barros era contrário ao comunismo, enfrentava o Jango na televisão e nos dava todo o apoio. O Secretário de Segurança era o General Albérico Barbosa, que sempre nos apoiou. A Polícia Militar – muito bem comandada pelo General Franco Pontes – também estava conosco. Comecei a "trabalhar" os comandantes de unidades do Exército na área, ligando-me a eles estreitamente, conversando, visitando, quase todos meus colegas de turma da Escola Militar.

Desta forma, o meu trabalho pôde crescer, contando com a irrestrita solidariedade de muitos compatriotas. Junto à população houve uma ação muito bem-feita pelo General Menna Barreto – muito benquisto na sociedade. Ele fez até com que casais comprassem armas e fossem realizar treinamento de tiro por ele coordenado. Era um trabalho psicológico feito junto à população, assustada com os desvarios daquele Governo míope e antinacional.

Levei uns meses realizando esse trabalho incessante. Dormia tarde e de manhã cedo já estava na minha mesa de trabalho. Outro fato foi que o General Comandante da 2ª Região Militar – Bandeira de Moraes – também era do outro lado. Chegou em São Paulo prevenido contra mim – um parênteses: assim que o Mourão deixou o comando, o seu Chefe de Gabinete veio para o Rio, para a ESG (Escola Superior de Guerra), e eu assumi a Chefia do Estado-Maior, por ser o oficial mais graduado. Quando ele assumiu, já preparado, já prevenido contra mim, por uma questão banal – eu lhe havia dito "que não podíamos dar apoio à moradia do general, porque não tínhamos sequer rancho, não possuíamos, assim, economias administrativas". Entramos em atrito, tive que sair da Chefia do Estado-Maior e passei a não ter mais contato com ele. Fiquei numa situação muito ruim.

Mas depois o senhor foi para o Exército.

O General Bandeira de Moraes mandou-me um recado pelo novo Chefe de Estado-Maior que ele levara – que era outro "pelego" – para que eu pedisse transferência. Ao que respondi, dizendo: "que ele pedisse a minha transferência, mas que tivesse a hombridade de dizer o porquê. Pedir transferência eu não iria pedir". Então, ofereceu-me férias, e eu disse: "Bem, férias é diferente, férias eu tenho direito." Aceitei as férias, vim ao Rio e conversei com o General Lindberg, que era Chefe de Gabinete do General Castello Branco, no Estado-Maior do Exército, o qual levou-me ao General. Expus a situação ao General Castello Branco que me ouviu e disse: "Cid, você volte

depois das férias e qualquer coisa que esse general fizer contra você eu anulo o ato. O General Kruel vai assumir o II Exército e eu vou falar com ele para levar você."

Ele, de fato, foi pedir a indicação de oficiais para trabalhar com ele e o Castello contou-lhe a minha situação: "Eu conheço esse oficial, está combatendo o comunismo." O Kruel convidou-me para servir no II Exército.

Com ele trabalhei muito, ajudei-o no que pude, fiz tudo o que era possível para o movimento eclodir, e não tínhamos lá em São Paulo nenhum general revolucionário na ativa. O próprio Kruel era anticomunista, mas, por outro lado, ele não inspirava total confiança, nem a mim, porque nas reuniões de estado-maior que fazia, ao mesmo tempo em que se manifestava contra o comunismo, defendia o governo.

Porque ele era amigo do Goulart...

Não havia meio de ele se decidir...

O Adhemar de Barros falando muito no meio civil, falando da importância de se dar um basta àquele estado de coisas insuportável.

O Adhemar esteve no quartel-general e disse que estava preparado para colaborar com o Exército em tudo que precisasse, que poderíamos requisitar e seríamos atendidos. Cerca de noventa jipes estavam prontos na Willys, saíram da fábrica "zero quilômetro" e nos foram entregues, com a requisição feita pelo Adhemar. Ele colaborou conosco em tudo. Foi um aliado em todas aquelas horas difíceis.

Mas o clima era de pânico. Entre os industriais, comerciantes, o clima era verdadeiramente de pânico. Um dos irmãos Ferraz chegou a me dizer que eles estavam dispostos a dar até 75% do que possuíam em dinheiro para salvarem o movimento. Era pânico, verdadeiro pânico. Mas tivemos uma boa ajuda da sociedade, das classes produtoras, e, com isso, foi possível deslanchar com certa tranqüilidade. Todas as providências foram tomadas.

Quando telefonei para a polícia civil, o Delegado Ribeiro de Andrade, que era um delegado do interior – era um delegado especial – que conspirou conosco, me disse: "Cid, fique tranqüilo que – os agitadores do INCRA, naquele tempo era um outro organismo – já está 'tudo' na gaiola; já prendemos todos." O presidente das entidades, os sindicalistas, todos, eles prenderam todos. Porque tínhamos receio de que eles dinamitassem pontes ou "coisa que o valha".

Claro, sabotagem.

Tínhamos a informação de que iriam dificultar o nosso movimento. Em comunicações, estávamos paupérrimos, como sempre. Rádio nós não tínhamos nada: zero. Lembro de quando fui comandar lá em Jundiaí, tínhamos cerca de oitenta estações de rádio: nenhuma funcionava. Quem nos ajudou muito foram os radioamadores que, em cadeia, fora da faixa, trabalharam e nos apoiaram, nos colocaram em

contato com o Brasil inteiro. O próprio Comandante do II Exército falou com o Comandante da 8ª Região, de quem eu não me lembro mais o nome, para incentivá-lo a entrar na Revolução, através de ligação feita por radioamador.

Transporte estávamos também a zero! Então, começamos a levantar, com antecedência, as necessidades de transporte, e quando o Chefe da 4ª Seção da Região me procurou no II Exército para saber quais as nossas necessidades em transporte, eu lhe disse: "Vá à rua 'tal', número 'tal', que é o escritório do doutor Paulo Egídio Martins – que depois foi Governador de São Paulo – e lá está a nossa mobilização de transporte." Eu já tinha dado a ele as nossas necessidades de transporte para o pessoal a pé, inclusive para o Regimento de Cavalaria de Pirassununga...

Lembro-me de que nós passamos por São Paulo, indo para Resende, e eles cruzaram conosco, de ônibus.

Toda a mobilização de transportes foi feita por civis do gabinete do Paulo Egídio Martins. O Presidente do Clube de Engenharia tomou parte nisso – João Soares do Amaral Neto – que era um engenheiro muito distinto.

E quanto ao Regimento que foi por via férrea?

Os carros embarcaram no trem, na Santos–Jundiaí, e "eles" desligaram a energia elétrica.

O inimigo interno desligou a energia elétrica e ficamos sem condições de prosseguimento.

Os trens ficaram sem poder se movimentar, com os carros embarcados. O Paulo Ferraz, da Soma – tradicional fábrica de vagões, de quem eu falei, me procurou e disse que queria uma garantia: a colocação, nas máquinas, de gente ou soldados armados, para garantir o pessoal deles, que levariam os trens até o Vale do Paraíba. E, assim, eles foram pela Santos–Jundiaí, depois entraram numa linha da Central e foram até perto de Resende.

É verdade, nós vimos. Foram publicadas fotografias nas principais revistas: Fatos e Fotos*,* Manchete *e* O Cruzeiro*, mostrando o deslocamento também ferroviário. Trabalho grande aquele! A Unidade transportada era de carros.*

Era o Batalhão de Carros de Combate Leve (BCCL), de Campinas. Lá em Campinas havia, além do BCCL, a Escola Preparatória de Cadetes e um Grupo de Artilharia Antiaérea, se não me engano.

O que o senhor gostaria de destacar, ainda, no dia da Revolução?

Tenho, ainda, um episódio para contar. No dia da Revolução, Kruel ainda em dúvida, foi jantar, e eu fui procurado por um amigo, colega de Turma, coronel de artilharia,

engenheiro militar, um irmão que eu tinha, Paulo Peçanha. Era um técnico excelente. Ele montou uma indústria que chegou a ser a maior fábrica de fórmica no Brasil, fórmica não ferrosa, de grande capacidade. Mas ele, embora na reserva, trabalhou na Revolução comigo, foi comigo à casa do Kruel no dia 31 de março.

O Kruel interrompeu o jantar – do qual participaram o Vinicius Kruel, seu sobrinho, depois General, e o seu assistente Paulo, Major de Cavalaria – e fomos para o quartel. Quando chegamos ao quartel ele entrou no gabinete comigo, sozinho, fechou a porta e me perguntou: "Como é Cid, como está a coisa? Temos ou não temos dissensões?" E eu lhe disse: "O senhor pode iniciar o movimento que não teremos dissensões, não haverá problema." Ele disse: "Então você se arme, avise aos companheiros para ficarem aqui perto do gabinete, que vou chamar os generais e, se eles não aderirem, vocês entrem que nós vamos prender os generais." E ficamos esperando...

Eu já estava cansado de esperar, chamei o irmão do Kruel, General Riograndino e disse: "Olha, o General Kruel está perdendo tempo com esses generais, ele não vai conseguir nada desses camaradas. Diga ao General Kruel para não insistir com eles que não vai conseguir nada." Ao que o Riograndino respondeu: "Cid, espera mais um pouco." E ficamos esperando.

Dali a pouco sai o primeiro, sai o segundo, sai o terceiro e eu, na saída de um deles, raciocinei em voz alta, murmurando, que o General Kruel estava sendo ingênuo, e o Chefe de Estado-Maior dele – que era um pelego – quis até me prender.

Saíram dizendo que iam aderir, e não aderiram nada. O Comandante da Região, Bandeira de Moraes, fugiu e se escondeu oito dias na Companhia de Comando e Serviço da Região.

O Aluísio Miranda Mendes, Comandante da 2ª DI, passou no PI (Ponto Inicial) às 7h da manhã, mas só foi chegar em Resende às 4h da tarde, e "segurou" o Esquadrão que ele devia ter lançado no reconhecimento à frente. O Esquadrão é para isso, você o lança em busca do inimigo; e o Esquadrão ficou "preso" atrás dele. Às 4h da manhã, o Major Comandante do Esquadrão me telefonou dizendo que não tinha enchido os tanques dos carros. Disse a ele: "Use a gasolina que você tem de reserva", e ele respondeu: "Não tenho reserva, já gastei." Continuei: "Vá ao posto de gasolina aí da esquina e requisita. Deixe lá um documento e encha os tanques." Foi tudo assim, "nessa base", não foi fácil.

O Aluísio Miranda Mendes só chegou em Resende às 4h da tarde.

Isso que o senhor está falando nós presenciamos. O Esquadrão não andava, e nós do Regimento de Itu passamos por ele. Mas diziam que íamos apoiar o 6º Regimento de Caçapava, no Vale do Paraíba, que também não apareceu. Por sorte, o

General Médici colocou-se em posição com os cadetes e deu a segurança para o prosseguimento. Foi maravilhoso!

O próprio Médici não foi informado de como se daria o Movimento das tropas de São Paulo. Conheci o nosso Médici quando ele era Capitão de Cavalaria em Bagé. Servi lá, no Grupo de Artilharia a Cavalo, como Tenente, e o Médici era Capitão. Depois da Revolução, no aniversário do Ministro Gama e Silva, em sua casa, tive o prazer de sentar-me à mesma mesa do Médici. Então, conversando sobre a Revolução, o Médici recordou aqueles dias difíceis, lembrando-se de que somente quando começaram a chegar à Academia os velhos professores, extremamente apreensivos com a situação vivida pelo País, que a Academia decidiu se incorporar à Revolução.

Mas o General Kruel solicitou ao General Médici que fizesse uma cobertura para o II Exército com a tropa do Vale – os 5º e 6º Regimentos de Infantaria (5º RI e 6º RI), mais um Batalhão de Carros de Barra Mansa, se não me engano. E o Batalhão de Comando e Serviço da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) ficaria guardando a região de Resende a cavaleiro da Dutra.

No entanto, o General Médici optou por empregar o Corpo de Cadetes, o que foi extraordinário sob todos os aspectos.

É verdade, foi uma decisão de um grande líder que, na verdade, ele o foi.

Quem fez a nossa cobertura face ao Sul, foi o Batalhão de Caçadores de Santos, o 2º BC, comandado pelo Zé Tomás, que era tenente-coronel, visto que o comandante efetivo ficou no quartel.

Desses Regimentos saiu o 5º RI; o 6º RI não saiu do quartel. O 5º RI saiu e foi lá para a frente. Quando chegamos em Resende (o Regimento Deodoro de Itu) só havia o 5º RI. O Zerbine "segurou" o 6º dentro do quartel, e o 6º RI não saiu de Caçapava, tendo sido motivo de preocupação para nós, pois era a unidade que deveríamos apoiar, e que não apareceu pela ação do Zerbine.

Soube que um RI, em vez de se dirigir para o Rio, estava vindo para São Paulo. Não sei quem barrou a ida dele para São Paulo e fez que ele invertesse a marcha em direção ao Rio. Creio que foi este Regimento de Caçapava, porque o 5º RI chegou em Resende ainda pela manhã do dia 1º de abril.

Exatamente, foi a única Unidade que chegou na nossa frente a Resende.

Fiz os contatos com os comandantes. O Carlos Alberto Cabral, Comandante do 4º RI, de Quitaúna, também, no domingo, dia 29 de março, foi manter o contato lá no Vale com o 5º RI e o 6º RI. Todos nós éramos da mesma turma de Escola Militar, Carlos Alberto, inclusive, e esse era firme!

Ele tinha chegado ao 4º RI um pouco antes da Revolução, mas o Regimento já estava preparado, preparado psicologicamente, embora a tropa fosse muito verde,

recentemente incorporada. A Revolução foi em 31 de março e a tropa tinha incorporado em janeiro, em conseqüência o grau de instrução ainda era muito deficiente.

Outra coisa: saímos blefando, não tínhamos munição. Foi na época em que estavam trocando também o armamento, do Mauser para o FAL (Fuzil Automático Leve), o fuzil belga que, depois, passamos a fabricar no Brasil. Então, tínhamos pouca munição de fuzil Mauser e pouca munição do FAL. O Carlos Alberto levou os dois, ele estava motorizado. Também, em matéria de transporte, estávamos péssimos, não tínhamos nada.

Todos aqueles Regimentos do Vale do Paraíba eram praticamente a pé.

Todos eram a pé. Mas mesmo na Artilharia todo o material era velhíssimo. Só para você ter uma idéia: quando eu cheguei lá em Jundiaí, para comandar o 2º GO, de 13 tratores – aqueles tratores de 12 toneladas, com motor de avião – só um funcionava. Eram tratores muito velhos, com motor e painel de avião, difíceis de tratorar. Então, comecei a ensinar aos oficiais das Baterias, aos sargentos das Peças e cabos apontadores a tratorar, ficando, em conseqüência, bem suprido de tratoristas. E estava tentando ver se comprava caminhões, para tirar aqueles tratores arcaicos. Imagine que um trator daquele gastava dois litros de gasolina por quilômetro.

Houve um Comandante lá, Moreira Couto, que era extremamente cuidadoso na parte de instrução. Ele comprava gasolina para dar instrução. E eu, como Chefe de Estado-Maior e Chefe da 4ª Seção, tive conhecimento disso e me informei da quantidade que cabia a cada Unidade, quanto cada Unidade tinha direito em combustível, e não deixei isso “na mão” do Chefe do Estado-Maior do II Exército. Quando ele viu, eu já tinha distribuído tudo, passando a dar as cotas integrais para as unidades, inclusive por saber que ia comandar o 2º GO. Ele ficava com a gasolina para dar para os apaniguados dele...

Tudo o que o senhor está falando corresponde exatamente com a situação também vivida em Itu. Os civis nos emprestaram voluntariamente caminhões e outros tipos de viatura – recebemos em torno de uns dez caminhões – para poder transportar munição e material, porque a dificuldade de viaturas era muito grande...

Pois eu pedi, pedi pela imprensa, pelo rádio, pela televisão, e se apresentaram nos quartéis pessoas com “anel no dedo” para servir de motorista. Com o licenciamento, perdemos a maioria dos motoristas. É um dos erros da Lei do Serviço Militar, que manda licenciar o motorista. Trata-se de um erro palmar, porque as caixas de mudança se “esbandalham” logo, por se fazer a aprendizagem no próprio material.

A maior parte dos motoristas devia fazer parte – como depois aconteceu – do núcleo-base, quer dizer, o homem que permanece, o soldado profissional.

Lá no 2º GO, consegui que o Estado-Maior suprimisse o mecânico de manutenção pesada de canhão, porque eu não tinha nem a ferramenta. Tinha o homem, mas não tinha onde formá-lo. Suprimi e passei a ter o cabo tratorista, engajado, para não trocar o tratorista todo ano.

Imagine que num trator desse, tracionando o obus, iam embarcados 12 homens da guarnição, a munição e o Linha de Fogo. Tudo isso na mão de um recruta.

E nós conseguimos sair dessa fase, atingimos um nível bem melhor com o núcleo-base, mas voltamos de novo, agora, na fase da economia, ao recruta, o que realmente é um retrocesso lamentável.

Mas o fato é que fizemos a Revolução blefando, pois não tínhamos nada.

Como o senhor falou, parte das viaturas cobrimos com lonas e escrevemos "munição, perigo", mas era só blefe – a munição era muito pouca, era um artigo de luxo, um problema para nós que íamos enfrentar o Rio tão bem dotado nesse aspecto.

A sorte é que o Comandante do Grupo-Escola, Aldo Pereira, ficou na estrada, e duas baterias de obuses passaram para o nosso lado.

Vieram ao encontro dos cadetes do General Médici, na AMAN. Na verdade, chegaram a Resende o 5º RI, o 2º RO, de Itu, o BCCL de trem, esse Esquadrão que veio aos pouquinhos e ficou em Itatiaia, e a valente Bateria do Centro de Preparação de Oficias da Reserva (CPOR)/SP, que chegou a Resende na tarde de 1º de abril.

O General Médici foi informado pelo General Kruel de sua decisão de apoiar a Revolução às 2h da madrugada de 1º de abril, e já nas primeiras horas da manhã, o Corpo de Cadetes saía para ocupar posição, dando-lhe o apoio que precisava. Daí em diante, foi uma beleza porque o cadete fez tudo aquilo com coração, vibração e entusiasmo, contagiando a tropa de São Paulo, que voltou consciente do que era a Academia.

A Academia, ao entrar em posição, causou um violento impacto nas tropas que vinham do Rio na direção de São Paulo. Elas ficaram estateladas!

Acho que precisava haver uma instrução. Não sei se agora existe, com essa nova escola de estratégia política, não sei se está havendo uma orientação política dos oficiais. Porque no meu tempo quem se envolvia numa coisa dessas ficava mal-visto.

Depois da Revolução, os Programas-Padrão (PP) foram sendo mudados e começaram a abordar a guerra revolucionária.

Incluí nos Programas-Padrão, quando comandei a AD/4 (Artilharia Divisionária), em Porto Alegre.

Isso foi importante, porque daí em diante houve um movimento no sentido de que se mostrasse ao oficial e ao próprio cadete – começou na época do então Coronel Antonio Jorge Correa, que era o Subcomandante da AMAN – a realidade, incluindo Guerra Revolucionária, Guerra Psicológica, o problema do Movimento Comunista In-

ternacional. Porque antes éramos ingênuos, puros, não tínhamos nenhuma orientação política, e o inimigo interno até pensa ao contrário, que éramos formados contra eles. Não, aquilo foi, como o senhor disse muito bem, um movimento do povo, das famílias, das mulheres, e nós fomos instados a participar.

O senhor sentiu realmente aquele clima de insatisfação contra o governo deposto, contra o Goulart? Havia esse clima de insatisfação da sociedade?

O clima de insatisfação era imenso. Na sociedade, em São Paulo, onde há mais dinheiro, eles estavam apavorados, completamente apavorados.

E os tais "grupos dos onze", como é que o senhor viu isso?

O "grupo dos onze" era uma espécie de formação de guerrilheiros: eram grupos pequenos, armados, com 11 integrantes, efetivo de um grupo de combate, para proteger o Brizola. Isso era coisa do Brizola. Dias antes da Revolução ele publicou, num tablóide em Porto Alegre – e nós tínhamos lá em São Paulo um exemplar – um artigo concitando os sargentos a matarem os oficiais e a assumirem os comandos.

Esse homem ia para a Rádio Mayrink Veiga com uma mala de dinheiro na mão – ele não pagava com cheque não, era mala de dinheiro – para pagar as horas em que ficava pregando a subversão. E agora, no presente, vejo com uma preocupação muito grande esse Movimento dos Sem Terra, particularmente pela falta de disposição do Governo Federal em fazê-los respeitar as leis. As "Ligas Camponesas", de 1963 e 1964, são hoje, o MST (Movimento dos Sem Terra). Eles agora estão declarando que o movimento é político, e não se vê uma reação, não se vê nada. Naquela época – houve uma decisão política de acabar com as "Ligas Camponesas", com o "grupo dos onze", mas hoje a gente não vê isso, e é o que me preocupa.

Na época, o senhor chegou a observar dentro das Forças Armadas, nos quartéis, qualquer cisão entre oficiais e sargentos, por ação do governo, dos pelegos – ação de fora para dentro?

Havia alguns poucos elementos que eram favoráveis ao João Goulart, por razões as mais diversas, e que chegaram a tentar estimular cisões entre oficiais e sargentos.

Este tipo de comportamento vi, por exemplo, no Coronel Oswaldo de Melo Loureiro, Comandante do 2º RO 105mm, em 1961, inclusive durante a crise da renúncia do Jânio Quadros. Ele estimulava cisões. Foi cassado, juntamente com Jango Goulart, em 1964. Um outro exemplo vimos na Marinha, dos fuzileiros navais naquele Sindicato dos Metalúrgicos, em Triagem, antes da Revolução.

Mas eles foram anulados.

É verdade, mas até o Ministro da Marinha Silvio Mota perdeu o cargo como conseqüência da rebelião, estimulada pelo tal Almirante Aragão, o "Almirante do povo".

Ele era do tal esquema do João Goulart.

E o esquema, por que é que caiu tão rápido? Havia, ou não, um esquema, na sua opinião?

Acho que não havia. Tudo era palavrório. Tentavam se impor pelas ameaças. Mas não tinham nenhuma organização. Na época, só fizeram correr, não reagiram, não fizeram nada, sumiram, eles não encontraram os chefes. O Zerbini, o que é que fez o Zerbini: nada, foi inofensivo, não fez nada.

Mesmo incentivado pela esposa, que era perigosa.

O Aluísio Miranda Mendes e o Carlos Alberto Cabral disseram, claramente, que ele não comandava nada.

Ele era, oficialmente, o comandante da Infantaria Divisionária da 2ª DI (ID/2).

O Carlos Alberto Cabral disse na cara dele que ele não comandava nada e ele perguntou: "Por que é que eu não comando?" "Porque ninguém lhe obedece. O senhor não comanda nada."

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, na sua opinião, foi importante?

Muito, muito importante. Aquilo foi a sociedade na rua pedindo, exigindo a intervenção das Forças Armadas, que não vão às ruas se o povo não for na frente, não tomar a iniciativa. Nunca fomos, sempre seguimos a reboque do povo, por tradição. Aquilo foi organizado pelas mulheres, associações de mulheres. De terço na mão, e isso mostra que uma grande parte da Igreja estava conosco. Havia uma pequena parte contrária, mas a grande maioria nos apoiava.

Mas sempre há dissensos, porque a própria doutrina cristã se presta para isso. Se você examinar bem, a doutrina cristã leva a essas coisas.

E os principais líderes militares e civis da Revolução, o senhor destacaria alguns que foram fundamentais para nossa Revolução?

Para mim, a peça principal foi o Mourão, isso é indiscutível. Ele começou a conspirar no Rio Grande do Sul. Foi para São Paulo, eu presenciei, tomei parte de reuniões presididas por ele, dentro do próprio gabinete dele. Tive conhecimento de que ele ia a quartéis, até no fim de semana, sozinho, para sentir o pulso dos seus comandados. Depois, foi para Minas Gerais e lá continuou a conspirar. Encontrava-me com ele freqüentemente no Rio de Janeiro, nos fins de semana.

Nós nos encontrávamos na casa dele, assim também com o Oswaldo Cordeiro de Farias, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo. Ele, mais ou menos, de 15 em 15 dias, ia a São Paulo, e ficava hospedado em um apartamento na Nove de Julho,

cedido por um civil e ficou, na véspera da Revolução, na casa do General Agostinho Cortes, da reserva, que nos ajudou muito, assim como toda a família. A filha Mariazinha, que era uma moça muito bem relacionada, possuía um grupo de amigos que, quando íamos para a reunião nos fins de semana em São Paulo, muito nos apoiaram. Ela chamava os rapazes, fulano vem aqui, missão para você: levar, no seu fusquinha, fulano em determinada guarnição, e assim por diante. Eu mesmo andei no domingo, antes da Revolução, em um fusquinha de um menino, ele guiando e não me perguntava nada a respeito dos meus contatos; quando entrava no carro, só se falava em estudo, colégio, mas ele sabia o que eu estava fazendo. Fui à casa dos oficiais do Estado-Maior do Comando Revolucionário em São Paulo procurá-los, acertar detalhes, levado por esse rapaz que eu não sabia nem o nome.

Na hora da Revolução, tínhamos uns trinta a quarenta homens na porta do QG para cooperarem, porque nós não tínhamos condução, não havia *jeeps* em quantidade suficiente, não possuíamos carro, faltava tudo naquele tempo. Era raro o oficial que podia ter um automóvel. Então, eles ficaram várias noites nos servindo na porta do QG.

Quando o Cordeiro pretendeu deslocar-se de São Paulo a Curitiba, quando São Paulo entrou na Revolução, já tarde da noite, cheguei no portão e falei, tem missão para Curitiba, precisamos de três carros para levar o General Cordeiro e comitiva. Apresentaram-se uns três ou quatro rapazes que o levaram para Curitiba. O Cordeiro me disse que deu a gasolina, alimentação e não quiseram cobrar nada pelo trabalho.

Houve falta de viatura, munição, todas as dificuldades, comparando com o Rio de Janeiro que era privilegiado, porque ali estavam as Unidades-Escola, todas muito bem preparadas. Então, havia uma diferença grande de capacidade operacional. Sabíamos que estávamos correndo um grande risco, mas tínhamos a certeza de que a beleza da nossa causa nos levaria à vitória, como os nossos companheiros do Rio tinham as mesmas convicções que nós, salvo raras exceções.

Como é que o senhor viu o aspecto de chefia e liderança por parte dos militares que fizeram a Revolução?

Como falei, os nossos generais não estavam envolvidos. Que eu saiba, no movimento armado, além do Mourão, só o Guedes, o Médici, o Muricy e o nosso Marechal Denys que atuou muito apesar de já estar na reserva. O próprio Comando Revolucionário não estava envolvido e na hora relutou muito, me deu muito trabalho. Fui leal ao General Amaury Kruel, porque ele me levou para o Estado-Maior dele. Eu podia ter saído sem ele, mas segurei os tenentes e os capitães que queriam sair já no domingo e eu não deixei, nós não iríamos fazer uma quartelada, íamos sair em conjunto com uma chefia, com um comando; não iríamos partir para uma

quartelada, porque não havia nenhum general envolvido. Na verdade, o grande revolucionário foi realmente o Mourão, e eles o liquidaram.

Os verdadeiros revolucionários também, foram muito perseguidos e um deles foi o General Meira Mattos. O Meira comandava um Batalhão lá em Cuiabá. Ele passou uma vez lá no meu gabinete, e eu, ainda, estava na 5ª Seção do II Exército. Ele me disse que ia sair lá de Cuiabá para Brasília. Aí, lhe disse, Meira, como você vai sair de Cuiabá com o seu Batalhão para Brasília. Havia um mapa na parede da 5ª Seção, com uma estradinha, e ele disse: "Você está vendo essa estrada aqui? O Batalhão vai por aqui, apesar de haver umas pontes que preciso assegurar a capacidade delas." Ele me disse ainda: Você pede ao Adhemar para me mandar um avião de porte médio que vou deslocar alguns homens para guarnecer essas pontes para que nossos inimigos não as dinamite. Porque eu vou chegar em Brasília com o Batalhão, e chegou. O Meira é um homem de extraordinário valor intelectual e de muita ação.

General Cid Osório, do Estado-Maior do II Exército, quem o senhor destacaria por ter participado efetivamente com o senhor?

Não, do Estado-Maior do II Exército não havia ninguém, mas eu convidei alguns integrantes daquele Estado-Maior para ir à casa onde funcionava o Comando Revolucionário e eles, prontamente, foram comigo, exceto o Chefe da 2ª Seção.

Deflagrada a Revolução, procurei reunir as Seções e embaixo fiz um Estado-Maior, para não ficar subindo e descendo aquela escada, de mais de quarenta degraus, daquele quartel-general velho. Então, mudei o QG para baixo. Trabalharam ali eu e o Chefe da 3ª Seção, porque o Chefe da 1ª foi para o Vale do Paraíba para ver se localizava o Zerbine. Ficamos eu e o Ribamar apenas, sem adjuntos, porque o meu, o Jansen, também foi com o General Kruel para Resende, para a reunião com o Âncora, na AMAN.

E a mídia apoiou o Movimento?

Apoiou, principalmente *O Estadão* do Júlio Mesquita Filho; a *Folha* também. Mas *O Estadão* sempre foi do nosso lado. Depois que o Júlio morreu, tive a impressão de que *O Estadão* praticamente acabara, mas ele está aí sem ser, todavia, o que fora naquela época – um senhor jornal.

E os principais acertos e erros da Revolução?

Houve muito mais acertos que erros. O País antes do 31 de março era uma "esculhambação", ninguém fazia declaração de imposto de renda. Era uma coisa horrível. O Castello Branco botou ordem no País. Ele arrumou muita coisa, depois veio o Costa, ficou pouco tempo, mas fez muita coisa, principalmente o Andreazza que foi um grande brasileiro, foi um desbravador deste País. O Andreazza colocou

nos pontos-chave coronéis amigos dele, muito eficientes, e ficava com tempo para poder viajar, pelo Brasil, verificando os inúmeros canteiros de trabalho. Ele se empenhou muito e morreu pobre.

O Costa também foi um bom Presidente, mas já foi doente para o Governo. O Médici também trabalhou intensamente, acabando com a guerrilha e o terrorismo, trazendo a paz à família brasileira. Foi enérgico e firme, querido pelo povo; tornou-se muito popular por causa do futebol; ele era muito simples, eu o conheci quando capitão e eu tenente lá em Bagé. Foi um senhor Capitão de Cavalaria, mas sempre muito simples e educado.

E a "batalha da comunicação social", perdemos ou não nos engajamos nela?

Não houve, aí acho que fomos fracos. Não nos engajamos na comunicação social e também não o fizemos, como devíamos, na educação. A educação é tudo. Eu era menino e o meu pai já dizia: "O problema número um do Brasil é a Educação." Inclusive, nesse período dos presidentes militares, fomos cuidar do Mobral, o adulto não tem paciência e fomos cuidar do adulto deixando as crianças, que têm curiosidade e aprendem. A minha empregada freqüentou o Mobral quatro anos, gostava da escola, mas não aprendeu nada, e os que aprenderam, depois desaprenderam, porque não podiam comprar livros ou jornais e se tornaram analfabetos novamente. Penso que a ênfase deveria ter sido a criança, o ensino fundamental, o qual, enquanto não for levado a sério, não deslancharemos. No sentido lato da palavra, não é só ensinar a ler e a escrever não, é a educação integral. Quando a criança com dois anos bate o pezinho no chão, já deve ganhar uma palmada, a educação é fundamental, porque quem tem educação cuida também da saúde, cuida de todas as outras coisas, a educação é tudo.

Outra coisa, deixamos os comunistas assumirem as universidades. A juventude está sendo preparada por professores, na sua grande maioria, esquerdistas, comunistas, todos internacionalistas, o que é um desastre.

O mesmo ocorre com a Imprensa, com o jornalismo, nós não trabalhamos no sentido de ocupar lugar. O senhor vê, hoje, o que Olavo de Carvalho diz, só tem esquerdista na mídia e a maioria radical.

E no Governo, nos cargos todos, só há esquerdistas. Vejo isso com muita preocupação. Votar em quem?

Não temos, não vemos uma luz no final do túnel.

E o "revanchismo" está aí com toda a sua força?

O "revanchismo" sempre existiu, mas intensificou-se tremendamente. Hoje, só estamos levando borduada, sem direito de resposta, porque eles simplesmente

não publicam. Artigos nossos também não são publicados, chegando a alegar que eles se confrontam com o pensamento do jornal. Onde está o contraditório? Não há mais o contraponto? Essa é a democracia dos perdedores!...

Isso vem ocorrendo desde a Constituição de 1988 que foi uma Constituição dos direitos sem deveres.

A Constituição atual com quatrocentos e não sei quantos artigos, só tem direitos, vantagens, não tem deveres. Havia um artigo, parece que agora foi tirado, que proibia a contratação de professores estrangeiros, quando no mundo inteiro, nos países adiantados, vão buscar onde estiverem os cérebros, eles pagam o que for preciso, independentemente de raça ou de língua. Vocês vejam onde foi parar o judeu alemão (pai da bomba atômica), o pai das bombas voadoras foi para América, onde o engajaram nas experiências com mísseis de longo alcance. O Presidente dos Estados Unidos foi buscar o alemão Capitão Von Braun, que, aliás, era inimigo da guerra, mas foi levado para os Estados Unidos e desenvolveu esta parte que permitiu o homem chegar à lua com o seu trabalho na coordenação de todo aquele esforço.

E o comunismo desapareceu ou continua presente?

Acho que ele está presente, acabou a União Soviética, mas o comunismo continua.

Basta dizer que temos mais de um partido comunista hoje; o Partido Comunista do Brasil e o Partido Comunista Brasileiro, além de outros como o PPS – Partido Popular Socialista que é o mesmo Partido Comunista de ontem, com o mesmo Roberto Freire à frente, nada mudou. Dentro do PT, também há vários rótulos comunistas. Então, o comunismo não desapareceu, muito pelo contrário.

Todos os postos-chave, hoje no Brasil, estão nas mãos de comunistas, todos os altos cargos estão nas mãos de comunistas; no entanto, eles acendem ao Poder, mas continuam sem saber governar, estão sempre dando com os "burros n'água".

A imagem das Forças Armadas vem apresentando altos índices de aceitação, como atestam várias pesquisas de opinião, entre tantas outras instituições. O que o senhor gostaria de dizer a esse respeito?

Acho que é justa essa nossa posição perante a sociedade, porque no Exército se estuda, o Exército é uma grande escola, o que mais fiz no Exército foi estudar e ensinar, e o povo reconhece isto, as Forças Armadas merecem esse destaque.

Como o senhor vê esses vinte anos no seu conjunto?

Nesses vinte anos, o Brasil progrediu muito com os governos revolucionários; éramos um País muito atrasado, a começar que éramos um arquipélago, não tínha-

mos estradas, comunicações, não tínhamos nada. Com a Revolução, passou-se a ir no asfalto daqui até o Acre. Hoje, infelizmente, as rodovias estão todas esburacadas outra vez, além de apresentarem interrupções, em face de pontes destruídas, uma vez que, a partir do início dos anos 1990, nada se fez para conservá-las. Nós nos orgulhamos de termos dado essa colaboração ao País, que hoje enfrenta o descaso da administração pública.

Quanto à energia, o limiar está no Governo Eurico Gaspar Dutra, quando fizemos a Hidrelétrica do Vale de São Francisco; ele saía, sozinho, do Rio de Janeiro, num avião monomotor no fim de semana, para ver as obras. Foi ele quem fez a Via Dutra; antes, era uma vergonha, pois, a ligação entre as duas cidades principais do País, era péssima. A Revolução duplicou-se em 1965 e 1966 com o nosso Castello Branco. Então, o País só cresce nas mãos dos militares, esta é a verdade, doa a quem doer.

Quem fez a Itaipu, aquele gigante, a obra do século, está realmente consagrado. Estes dois metrôs, outra proeza, porque a dificuldade das obras foi imensa. Sei porque trabalhei seis anos na empresa que estava fazendo os metrôs, do Rio de Janeiro e São Paulo. Estas obras só saíram porque o Governo Federal – o Governo da Revolução de 31 de Março – financiou.

A palavra ainda é sua. O que gostaria de acrescentar ao seu depoimento?

Gostaria de falar de dois Projetos que não constam do meu curriculum, mas estão inter-relacionadas com a Revolução de 31 de Março.

Na Região Militar, aqui do Rio de Janeiro, assumi a Chefia do Serviço Militar, e a Lei do Serviço Militar, era muito malfeita, prejudicando bastante o convocado, que não conseguia emprego sem estar em dia com o Serviço Militar. Mesmo o empresário evitava contratar o empregado que não estivesse quite. Se ele fosse considerado apto B, ele não era chamado, porque tínhamos em excesso aptos A, mas o apto B tinha que voltar no outro ano, na inspeção de saúde e, se não fosse apto novamente, tinha que voltar ainda. Às vezes, o homem ficava até três anos nesta dependência. Então, passando por cima desta lei esdrúxula, mandei entregar os certificados, liberando os nossos convocados do excesso para poderem trabalhar e ajudar à família. Elaborei uma instrução para convocação com orientação didática pedagógica. A instrução que vinha da Diretoria era omissa a esse respeito, e a da Região Militar repetia a da Diretoria. Então, a seleção tornava-se malfeita. Fiz um trabalho que agradou muito, não só o Comandante da Região, como também o Diretor do Serviço Militar da época, eu até ganhei um elogio dos dois.

O General Gastão Guimarães de Almeida, meu substituto, ficou entusiasmado com o trabalho, por ter facilitado a vida dos convocados e melhorado a convocação,

tendo sido mandado adotar em todas as Regiões. Introduzi, também, a computação eletrônica que, naquela época, estava iniciando e era um tabu.

Além da computação eletrônica, implementei uns testes americanos que tínhamos aqui traduzidos por um companheiro que viera dos Estados Unidos, só que se destinava ao homem americano. Então, fizemos uma adaptação para o homem brasileiro e passamos a aplicar na seleção, aperfeiçoando a convocação na 1ª Região. Depois, como General, introduzi a microfilmagem porque tínhamos arquivos e documentos que estavam se desfazendo. A implementação da microfilmagem foi uma dificuldade, aliás tanto a microfilmagem como a computação eletrônica, esta voltada para um projeto referente a inativos e pensionistas, e que deixei já em fase de implantação. Com isso, começou a aparecer casos tenebrosos, pessoas que estavam recebendo indevidamente, mortos que estavam em folha, considerando, ainda, que as folhas não eram nossas, vinham do sistema financeiro.

Achei importante abordar a implantação destes dois Projetos, porque ambos significam um grande esforço do tempo da Revolução de 31 de Março na área militar. Foram realizações que, daí para frente, outros aperfeiçoaram, com grande vantagem para o Exército e, principalmente, para o homem brasileiro.

Que mensagem final o senhor gostaria de deixar para o nosso Projeto?

Que tenham muito sucesso, que se chegue o mais próximo possível da verdade, porque a história serve de ensinamento, para que, no futuro, não se cometa os mesmos erros do presente, que ela sirva de molde para o Brasil. Conhecer a verdadeira história da Revolução é uma premente necessidade que, há muito, precisa ser atendida oficialmente.

General-de-Brigada Acrísio Figueira

- Natural da Cidade de Barra do Corda, Maranhão.
- Declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Infantaria em 1950 pela Academia Militar das Agulhas Negras.
- Dentre os principais cargos exercidos em sua carreira militar, destacamos: Instrutor do Curso de Mestre de Salto e da Escola de Educação Física do Exército; Assistente do Exmo Sr. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos no Departamento Geral de Serviços e seu Chefe de Gabinete no Superior Tribunal Militar; Chefe da 3ª Seção do Comando Militar da Amazônia; Membro do Estado-Maior da Junta Interamericana de Defesa em Washington, EUA.
- Como Coronel, comandou o 26º Batalhão Pára-quedista, Batalhão Santos Dumont, e a Escola de Educação Física do Exército. Promovido a General, exerceu o comando da 2ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Niterói, RJ, e da Brigada de Infantaria Pára-quedista, na Cidade do Rio de Janeiro.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e mais os cursos Básico Pára-quedista, de Mestre de Salto, Salto Livre, de Educação Física do Exército e o Curso Superior de Guerra, da Escola Superior de Guerra (ESG).
- Bacharel em Geografia pela Universidade do Estado da Guanabara (UEG), hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
- Em 1964, era Capitão servindo no Regimento Santos Dumont, Brigada Pára-quedista.

Entrevista realizada em 29 de junho de 2004.

Foi com muita satisfação que atendi a solicitação para que prestasse um depoimento sobre a Revolução de 1964, revolução que vivi no posto de capitão no então Regimento Santos Dumont, da Brigada de Infantaria Pára-quedista.

O General Nery me pergunta quais os fatos que eu gostaria de abordar sobre os pródromos da Revolução e suas conseqüências. Costumo dizer que, desde o advento da revolução comunista na União Soviética em 1917 e, sobretudo, depois da criação do Partido Comunista no Brasil, passamos a ser uma presa cobiçada do Movimento Comunista Internacional (MCI). A primeira tentativa deu-se em 1935, já com o então Capitão Luís Carlos Prestes na liderança do movimento, o qual, pela derrota sofrida em 1935, ficou dez anos preso, sendo liberado em 1945 pela anistia concedida pelo então Presidente Getúlio Vargas. Prestes e todos os seus seguidores jamais deixaram de conspirar, tentando atingir o objetivo de transformar o Brasil num país comunista.

Há um livro que gostaria de fazer uma referência aqui – vai sair, inclusive, um filme, agora, sobre ele – é o livro "Olga", de Fernando de Moraes, editado em 1986, pela Editora Alfa-Ômega. Nesse livro, a pretexto de contar a história da alemã comunista que fugiu para a Rússia, após um golpe em que retirou de uma prisão na Alemanha o seu amante, que era um comunista famoso, ela se refugiou na União Soviética e se transformou numa ativista de muita projeção e grande nomeada. E quando Prestes foi a Rússia, para dizer que o país estava maduro para a revolução que gerou a Intentona de 1935, ela veio para auxiliar na segurança do Prestes, tal o valor que lhe atribuíam. Depois a imprensa, aqui no Brasil e no mundo, se encarregou de torná-la conhecida. Ela passou a ser uma vítima, feita esposa do Prestes, que ela não era. Eles vieram, com passaporte português, mas formavam um casal apenas para fazer a revolução aqui no Brasil.

Pois muito bem, no livro "Olga", o Fernando de Moraes nos dá um depoimento escrito da maior valia sobre a tentativa de implantação de um regime comunista no Brasil. Mostrando como a fonte de toda a inspiração era Moscou. Os recursos vieram de Moscou, os agentes, embora tendo saído de vários países – Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, Argentina –, todos eles estavam a serviço do Movimento Comunista Internacional. De maneira que os pródromos mais distantes vêm desde aquela época.

Depois de 1945, os comunistas continuaram atuando na clandestinidade, como sempre fizeram, atividade em que demonstram sua maior capacidade, pois a parte não conhecida do partido, bastante significativa, sempre se manteve, por demais atuante, na clandestinidade. Acredito mesmo que se eles conseguissem o Poder haveria um braço na clandestinidade para fazer face a situações futuras.

Quando assistimos, profundamente decepcionados, à renúncia de Jânio Quadros, uma vez que todos nós tínhamos depositado as nossas maiores esperanças em seu governo, começou, então, uma agitação muito grande para que o Vice-Presidente, que era João Goulart, assumisse a Presidência... Os nossos chefes militares na época desaconselharam a assunção de Jango Goulart como Presidente da República, porque ele já era um notório elemento de esquerda, estabelecendo uma contradição, porque era, também, um fazendeiro, um latifundiário, mas com veias esquerdistas, o que não deixa de ser uma contradição. Mas a verdade é que a agitação aumentou com o partido comunista trabalhando na clandestinidade e insuflando as massas para que Jango Goulart assumisse o governo.

Foi feita, então, uma concessão, pois ele aceitou assumir sob o regime parlamentarista, mas, logo em seguida, com o apoio de boa parte da imprensa, sempre acionada pelo partido comunista, que estava infiltrado em quase toda a mídia, ele que aceitara ser presidente no regime parlamentarista, em pouco tempo, conseguiu, por meio de um plebiscito, a reversão ao regime presidencialista, que havia vigorado até a saída de Jânio Quadros. Então, os pródromos da reação, isto é, da Contra-Revolução de 31 de Março de 1964, embora viessem de longe, ganharam maior dimensão a partir de 1961, com a intempestiva renúncia.

Como capitão, nos idos de 1963, na tropa pára-quedista, que sempre se caracterizou por um grau muito grande de relacionamento entre oficiais e sargentos, passei a observar uma mudança de conduta, ficando para trás aquela saudável aproximação. A começar pela área de estágio que você, como oficial, tem um monitor lhe cobrando os castigos, durante a instrução de pára-quedismo, sem nenhuma quebra da disciplina ou da hierarquia, apenas porque é da tradição da formação o monitor poder administrar “castigos” aos oficiais alunos do curso de pára-quedismo. Então, esse relacionamento que tínhamos desde 1949, quando foi feito o primeiro curso de pára-quedismo no Brasil, nós notamos, que a partir de 1963, começou a se apresentar com novos matizes. Os nossos sargentos muito mais militantes, não que eles tivessem a ideologia, mas eles estavam sendo estimulados com prêmios, com pagamento de cursos para os seus familiares, com financiamento da casa própria, tudo de maneira que chegamos a ouvir, ainda em 1963, sargentos da nossa intimidade dizer: não, agora, temos que ser mais ouvidos, porque, afinal de contas, somos a maioria, a nossa proporção é de quatro para um. São quatro sargentos para cada oficial, logo temos que ter mais voz ativa, quer dizer, esquecendo, com isso, os pilares básicos da Força que são a hierarquia e a disciplina.

Nos meses que antecederam a Revolução de 31 de Março de 1964, e mesmo logo após o seu advento, a situação nos quartéis pára-quedistas ficou muito

intranqüila, porque perdemos a confiança nos sargentos ou em alguns sargentos que sabíamos que eram líderes da sua categoria e estavam muito atuantes nos quartéis. E, com isso, nós – tenentes e capitães da época –, durante a noite, fazíamos ronda nos quartéis, por meio de patrulhas para ver se estava havendo alguma conspiração. E isso foi muito desagradável, porque quebrou aquela amizade que sempre tivemos entre oficiais e sargentos na Brigada Pára-quedista.

Em 1963, tivemos, ainda, a revolta dos sargentos (da Marinha e da Aeronáutica) em Brasília, um levante que foi planejado inclusive pelo Presidente João Goulart, que se afastou da Capital por ocasião da revolta, justamente para ver o que é que iria acontecer. Tropas nossas, saídas do Rio de Janeiro, da Brigada Pára-quedista que, naquela época, ainda se chamava Núcleo da Divisão Aeroterrestre, tiveram que se deslocar para Brasília ajudar a debelar a rebelião.

Já em 1964, a situação iria se agravar com as ondas de greves em todos os setores produtivos nacionais, inclusive no cais do porto, onde os estivadores, muito atuantes, eram incentivados a paralisar as atividades por pelegos notórios, que, a essa altura, quarenta anos depois, eu já não me lembro de seus nomes. Aqueles pelegos se destacaram no anárquico Comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, à frente de vários sindicatos e da organização chamada Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), novo nome dado ao Comando Geral de Greve, ligado ao Partido Comunista Brasileiro.

E nós todos nos quartéis, nessa época, vivíamos normalmente de prontidão. Ficamos estarrecidos com o mar de bandeiras vermelhas que apareceu no Comício, uma verdadeira provocação, com a foice e o martelo estampados em grande profusão, sendo acenadas nas barbas do então Ministério da Guerra que era aqui onde é hoje o Palácio Duque de Caxias. Portanto, a pretexto de ser na Central do Brasil, foi também em frente ao Quartel-General do Exército, caracterizando uma provocação, sobretudo porque tudo isso era agravado pelas palavras de ordem contra os militares que se opusessem às reformas, chamados de gorilas e de reacionários.

E com a presença dos três ministros militares, o que causou uma estranheza no Brasil inteiro. Tinha-se a impressão de que não havia a menor contestação da parte deles àquela baderna, àquela anarquia generalizada.

Uma verdadeira mazorca!

Não satisfeitos em fazerem o Comício da Central do Brasil, eles promoveram a rebelião dos marinheiros, a revolta dos marinheiros. É interessante assinalar que, naquela época, o filme sobre o encouraçado Potenkin – onde houve uma revolta de marinheiros em que os oficiais russos foram jogados ao mar por eles – era passado em todos os quartéis da Marinha de Guerra justamente para servir de exemplo, para

que os nossos marinheiros seguissem e fizessem a mesma coisa com os seus oficiais. Inclusive, tínhamos um almirante fuzileiro naval que, na tal revolta, deixou-se carregar nos ombros dos marinheiros: era o Almirante Cândido Aragão, que optara por dar golpes fatais na hierarquia e na disciplina. Isso tudo para nós, tenentes e capitães, era inconcebível. Como é que um almirante fardado se deixava carregar nos ombros por marinheiros em impressionante baderna? Era uma inversão total de tudo que havíamos aprendido na vida militar. Quer dizer era um chefe populista que estava fazendo o jogo do Governo do Presidente João Goulart.

Depois disso, tivemos, então, o último ato que foi a reunião no Automóvel Clube do Brasil, na Cinelândia, onde a preponderância de participantes era de sargentos das três Forças Armadas e da Polícia Militar do Estado da Guanabara. O discurso do Presidente de apologia à indisciplina ecoou pelos quartéis de nosso País... Aí, veio o basta, embora a revolução ainda não estivesse madura para eclodir. Os chefes mineiros, diante daquela baderna que se fez, tomaram a iniciativa e partiram de Minas Gerais na direção do Rio, o que equivaleu à senha para que o restante do País aderisse e caiu como um castelo de cartas todo o esquema do Presidente João Goulart que achava que tinha o apoio das Forças Armadas por contar com o apoio de alguns sargentos no Rio de Janeiro e em algumas outras cidades importantes. Ressalte-se o papel de liderança dos governadores de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio de Janeiro. Magalhães Pinto, de Minas; Adhemar de Barros, em São Paulo; e Carlos Lacerda, no Rio, que deram todo o apoio à Revolução que eclodiu nas nossas Minas Gerais. Não só o apoio deles três, mas o apoio da população, cansada da anarquia generalizada em que se transformou o País naquele desventurado governo.

Se nós lermos os jornais da época, verificaremos que eram unânimes em dizer que o País estava vivendo uma época de caos e baderna que era necessário se dar um basta naquilo tudo. Então, saiu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade lá em São Paulo, com perto de um milhão de participantes, liderados pelas mulheres paulistas. Todos esses fatos foram se acumulando, de maneira que, quando eclodiu o Movimento em Minas, praticamente não houve reação que assim possa ter esse nome. Os principais líderes do Governo trataram de fugir de Brasília, inicialmente para Porto Alegre e, depois, para o Uruguai.

As Forças Armadas, particularmente o Exército, foram, então, intérpretes da vontade nacional quando deflagrada a Revolução de 31 de Março?

Sem dúvida nenhuma, inclusive naquela época havia um jornalista de muito prestígio aqui no Rio de Janeiro, David Nasser, que fez um artigo que ficou muito conhecido, chamando o Exército de o grande mudo, porque não estava se pronuncian-

do, diante do clima de subversão e de desordem implantado de Norte a Sul do País. Até que o Exército se pronunciou, e o nosso prestígio era de tal monta que só o fato da tropa sair de Minas e tomar o caminho do Rio de Janeiro sucessivas adesões de tropas se seguiram, inclusive de unidades que eram consideradas da confiança do Presidente da República, todas aderindo ao Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964, que uniu a grande maioria dos brasileiros contra o governo do caos.

General, quais foram os principais líderes militares da Revolução, uma vez que o senhor já falou nos civis, nos três governadores que tanto ajudaram no Movimento que impediu a comunização do País?

Olha, gostaria de destacar em primeiro lugar o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, pela sua atitude sempre muito firme e positiva, um homem legalista por excelência, um herói da FEB, o Chefe de Operações da Força Expedicionária Brasileira na Itália, um homem capaz, competente, enérgico, extremamente correto. Então, a participação do General Castello Branco pelo que ele representava no Exército, pelo seu passado e pelo seu presente, ao lançar um manifesto brilhante, proclamando a que se desse um basta àquele estado de coisas insuportável. "As Forças Armadas não estão aqui para servir a governos e, sim, para servir à Nação." De maneira que, para mim, com essa mensagem, com esse discurso, o grande líder militar foi ele. Mas havia outros como o General Muricy, o General Muniz de Aragão que eram homens de reconhecido valor. O próprio General Rodrigo Octávio Jordão Ramos que, naquela época, era General-de-Brigada, mas já com uma atuação muito firme na defesa dos postulados democráticos. Então, esses homens, para mim, foram os principais líderes militares na época.

Além do Mourão e do Guedes.

Evidentemente, além do Mourão e do Guedes que...

Foram os pioneiros.

Tomaram a iniciativa até mesmo causando surpresa aos chefes principais com o início da movimentação, saindo, principalmente, de Juiz de Fora na direção do Rio de Janeiro com a coluna revolucionária, o Destacamento Tiradentes, além do movimento de Belo Horizonte na direção de Brasília.

O senhor reservaria alguma palavra ao nosso Marechal Odylio Denys, que se deslocou para Juiz de Fora na época, e ao nosso Médici, em razão da sua atuação na Academia, no eixo Rio-São Paulo?

O Marechal Denys estava no Rio e se deslocou para Minas Gerais justamente para emprestar o seu valioso apoio ao Movimento, como chefe muito prestigiado

em todo o Exército, porque era muito atuante e conhecido, e o General Médici era o Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, que logo se pôs ao lado dos revolucionários, transformando-se num expoente da Revolução, pela localização da Escola no eixo Rio–São Paulo, com atuação decisiva para a vitória do Movimento.

Certamente. Meu General, qual é a sua idéia sobre a posição da Igreja com relação ao governo deposto em 1964. Com quem estava a Igreja?

A Igreja estava do nosso lado, muito preocupada com avanço do comunismo internacional até porque a Igreja já tinha pago um preço muito alto numa revolução pouco citada que foi, aliás, a guerra civil na Espanha, onde os religiosos, tanto homens como mulheres, eram trucidados pelas tropas chamadas de republicanos. Os republicanos da revolução eram comunistas apenas eles nunca se declaram abertamente como comunistas, eram republicanos. Mas massacravam, atacavam os conventos, violentavam as irmãs de caridade, castravam os padres, morticínio terrível. Isso nos anos de 1937, 1938 e 1939. Foi o que passou a história como a guerra civil na Espanha.

Depois eles já tinham pago um preço altíssimo na Rússia, porque muitas das igrejas católicas de lá – o cristianismo ortodoxo – foram incendiadas e outras eram transformadas em museus, em depósitos de suprimento, mudando a sua finalidade. Como o espírito religioso russo é muito acendrado, eles não conseguiram destruir esse espírito e a prova disso foi observada quando caiu o Muro de Berlim, símbolo da queda do regime comunista na Rússia, e a Igreja ressurgiu com força redobrada, porque jamais tinha deixado de existir apesar de todo anticlericalismo dos comunistas russos.

Apesar de muito reprimida, não é?

Apesar de totalmente reprimida. Então, os nossos religiosos, naquela época, se mostravam receosos com a possibilidade do advento de um regime comunista no Brasil; eles poderiam sofrer, também, violências iguais, pois, piores das que já tinham sofrido os religiosos na Espanha e na União Soviética, seria impossível.

Depois, com o advento do período militar, que foi se alongando... há uma teoria, que eu nunca vi algo provado, mas que ela tem muita probabilidade de ser verdadeira, de que os comunistas começaram a infiltrar nos conventos, nos seminários, elementos para serem padres e esses depois passaram a ser os que iriam constituir a chamada “ala progressista” da Igreja, aquela que Nelson Rodrigues chamava, com muita propriedade, “os padres de passeata”. Porque qualquer atividade que reunisse elementos contra o governo no Rio, São Paulo, nas grandes capitais, os tais padres estavam na frente, contestando o regime dos presidentes militares.

A Revolução de 31 de Março foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo em especial dos Estados Unidos? O que o senhor gostaria de dizer a esse respeito?

A minha opinião é que a Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento nosso, sem nenhuma intromissão externa, principalmente dos Estados Unidos da América do Norte. Não há dúvida nenhuma e o tempo provou isso que era do interesse americano que o nosso País não se transformasse numa nova Cuba. A prova que o americano não participou de coisa alguma, apenas tinha o desejo que não se implantasse no Brasil um regime comunista, pode ser visualizada com a seguinte questão: Por que eles toleraram a uma distância tão pequena das costas da Flórida o regime cubano, que dura até hoje?

Ora, seria muito mais lógico, se eles não quisessem um regime comunista aqui no Brasil e se fossem realmente intervir no Brasil, que eles, primeiro, eliminassem o regime comunista cubano, que estava, inclusive, mandando aquelas levas de cubanos para a Flórida, para Miami, entre as quais se infiltravam muitos elementos para serem espiões nos Estados Unidos. Iam nessas levas de fugitivos, como se sabe hoje, espiões bastante ativos.

Gosto muito de citar o filósofo Olavo de Carvalho, porque ele tem muitas coisas a dizer, porque foi comunista. E, como comunista, ele conhece a maneira de proceder dos comunistas. E depois que ele se decepcionou com o regime internacionalista comunista, com a filosofia do Movimento Comunista Internacional (MCI), ele passou a ser um elemento prioritariamente voltado à tarefa de mostrar, com muita sapiência, os avanços comunistas em todos os países. Em seu artigo publicado no *O Globo*, de sábado, 8 de maio de 2004, ele mostra, com grande clareza, essa problemática de que o americano não teve participação, não interveio na nossa Revolução de forma alguma, embora permaneça a mídia martelando sempre que uma esquadra americana estava pronta para trazer uma força-tarefa americana para desembarcar nos portos brasileiros para ajudar a fazer a revolução. Isso não é verdade.

Grande blefe, mais uma mentira que os esquerdistas gostam de repetir, de orquestrar, com aquela idéia de que ela venha a ser assimilada.

Então, vou me permitir ler um trecho deste artigo intitulado "Sem falsa modéstia" que, depois, deixarei em minha pasta-arquivo.

"(....) Com as raras, honrosas e inevitáveis exceções de sempre, os jornalistas brasileiros tornaram-se especialistas em errar sem nunca dar o braço a torcer.

Mas isso não veio do nada.

Desde a faculdade, os estudantes de jornalismo não são ensinados a observar o mundo, mas a transformá-lo, como preconizava Karl Marx. Não querem ser teste-

munhas da História e sim 'agentes de mudança social'. Vacinados contra a idéia de realidade objetiva por meio de teorias tão pretensiosas quanto obtusas, primam em não dizer o que o povo acredite. Arrogantes, intolerantes, monstruosamente incultos, quando julgam e condenam o que está acima de sua compreensão não o fazem somente de narizinho empinado; fazem-no com a ilusão de estar combatendo o autoritarismo e a prepotência, o que já é a apoteose da cegueira vaidosa.

Veja-se, por exemplo, o que fizeram com a correspondência, recém-divulgada, entre Lincoln Gordon e o governo de Washington. De um comunicado de 29 de março de 1964, em que o embaixador, confirmada a iminência da queda do presidente, insistia para que seus superiores dessem algum respaldo ao movimento que se preparava, tiraram a brilhante conclusão de que aí estava – enfim! – a prova, tão antecipadamente alardeada pela esquerda nacional durante quarenta anos, de que os americanos haviam tramado o golpe ou ao menos tomado parte no seu planejamento. A minha conclusão, ao contrário, é que esses jornalistas não sabem ler ou não quiseram enxergar a data do documento. Na ocasião do comunicado, fazia mais de um ano que líderes civis e militares locais vinham tramando a derrubada de Jango. Se dois dias antes da eclosão do movimento, o governo americano era convocado às pressas para fazer alguma coisa, o que isso prova é evidentemente o contrário do que a esquerda sempre alegou. Ninguém prepara um golpe com dois dias de antecedência. Os americanos acompanhavam a coisa de longe e, quarenta e oito horas antes de o General Mourão Filho colocar a tropa na rua, ainda estavam tentando decidir o que fazer. Acabaram, é claro, por não fazer nada."

É preciso lembrar que, em 1964, estava em pleno vigor a guerra fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, mas com ampla vantagem para a União Soviética. Dentro da teoria do dominó, que os países iriam caindo no regime comunista, um após o outro, eles já tinham conseguido o domínio comunista em muitos países do mundo.

Além do grande pólo representado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, havia a China, importante, na época, pelo tamanho de seu território, pela quantidade gigantesca de sua população e por sua ação, também, como exportadora do comunismo.

Os países chamados da Cortina de Ferro, criada com o avanço do Exército soviético para invadir a Alemanha, quando todos os países que estavam entre os dois caíram na órbita comunista – Polônia, Tchecoslováquia, Romênia, Bulgária, Albânia, Hungria, Iugoslávia – nenhum escapou para contar a história. Todos eles caíram na órbita do regime comunista. E, na América, nós já tínhamos o regime cubano, implantado desde o final de 1959, início de 1960, e o Brasil passou a ser a

bola da vez, porque a influência do Brasil na América do Sul é inegável. Se nós aqui entrássemos para a órbita comunista, a teoria do dominó seria avassaladora na América do Sul, levando todos os outros países inexoravelmente a caírem na órbita comunista. Então, a raiva, o ressentimento contra as Forças Armadas que perdura até hoje, é que eles estiveram muito próximos de conseguir isso. Não o conseguiram, porque as Forças Armadas, impulsionadas, como sempre, pela absoluta maioria do povo brasileiro, não permitiram.

Luís Carlos Prestes chegou a dizer que eles ainda não estavam no Poder, mas já estavam no governo. Isso é uma declaração, do início do ano de 1964, de Luís Carlos Prestes, líder máximo do comunismo no Brasil, pois até a sua morte, já com mais de 90 anos, ele nunca abriu mão da sua ideologia e das suas convicções marxistas.

Então, as Forças Armadas já tinham se vacinado na Intentona Comunista de 1935, liderada pelo próprio Prestes, porque companheiros nossos foram assassinados quando dormiam nos quartéis. Aqui no 3º Regimento de Infantaria, situado onde hoje é a Praia Vermelha, houve esse fato lamentável – companheiros dormindo foram assassinados quando começou o levante comunista no 3º Regimento, na Praia Vermelha.

A revolta eclodiu, primeiro, no Rio Grande do Norte, depois, em Pernambuco e no Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, na Escola de Aviação Militar, foi também debelada e, naquela época, já se mostrava um líder o depois Brigadeiro Eduardo Gomes, um dos elementos mais ativos na luta contra a tentativa comunista de dominar a Escola de Aviação, no Campo dos Afonsos. O Exército também agiu rapidamente contra a Intentona no Rio. Depois de ter passado dez anos preso pelo Getúlio, Prestes, para mostrar que o Movimento Comunista Internacional não pára nunca de tentar o domínio pela via revolucionária, se aliou a Getúlio Vargas, porque interessava ao Partido Comunista que ele assim procedesse, quando se deu a volta de Getúlio, pelo voto, em 1951. E ele depois de ter passado dez anos preso por Vargas, de 1935 a 1945, a primeira coisa que fez, ao sair da cadeia em 1945, foi participar de um comício, em São Paulo, ao lado de Getúlio Vargas.

Na busca dos fins a que se propõem, quaisquer meios se justificam. São os grandes objetivos que ditam os meios a serem empregados.

Os fins justificam os meios em qualquer situação. Então, o grande objetivo, a finalidade fez com que ele participasse daquele comício.

Lembrando aqui um depoimento seu a respeito da memória pára-quedista na década de 1970, período vitorioso da Revolução, considerado por renomados economistas como a década mais bem-sucedida de toda a vida econômica do Brasil, período do milagre econômico, em que a vontade nacional era fortíssima, gostaria que o nosso General

relatasse uma passagem, no Batalhão Santos Dumont, durante o seu comando de uma visita de pára-quedistas norte-americanos àquela Unidade. O que releva dizer daquele fato relacionado ao grande entusiasmo e vibração dos brasileiros com o Brasil da época?

Quanto a essa vinda de oficiais e sargentos pára-quedistas do Exército americano, devo lembrar que tive a oportunidade, em 1975, de passar duas semanas na Carolina do Norte no Forte onde é a parada da 82ª Divisão Pára-quedista do Exército americano, que lutou bravamente na Segunda Guerra Mundial, principalmente no Teatro de Operações da França e que tem um alto nível, um espírito de corpo muito acentuado, comum nos pára-quedistas americanos. Aliás, é uma característica peculiar dos pára-quedistas de todo mundo esse espírito de corpo bastante acentuado.

Nós visitamos a 82ª em 1975 e os americanos pediram para visitar o Brasil no ano seguinte, porque queriam conhecer a nossa tropa no Brasil. E, através de convite do Estado-Maior do Exército, veio a comitiva deles que nos visitou em 1976. Quando do desfile de nossa tropa, que fizemos em homenagem à delegação americana, sargentos norte-americanos antigos, veteranos da tropa pára-quedista, assistiram ao desfile chorando. Justificaram a emoção dizendo que eles também já haviam tido todo aquele entusiasmo, aquela vibração, aquele espírito de corpo que estávamos demonstrando no desfile em homenagem a eles e que haviam perdido aquilo que os caracterizava, que era parte da história deles, e eu aí compreendi porque, em 1975/1976, o moral do exército americano estava muito baixo por causa do Vietnã. As cenas finais daquela saída completamente desorganizada, aquela verdadeira debandada de Saigon, com helicópteros caindo no mar e multidões querendo pegar o último navio, abalou demasiadamente o moral do exército americano... Mostraram-se muito abalados, porque viram uma tropa de um país em desenvolvimento, com um espírito de corpo, com um elã, com uma garra que eles, naquele momento, já não possuíam. É claro que, depois disso, eles se recuperaram, o que levou algum tempo, porque ainda tivemos o episódio no Irã, onde a embaixada americana foi invadida e que ficaram mais de um ano presos pelos iranianos, um ato altamente desmoralizante para a grande potência norte-americana. Inclusive, uma tentativa de resgate daquele pessoal, que lá estava preso, fracassou. A operação foi mal-sucedida, estava tudo contra eles.

Então, essa vinda deles aqui coincidiu, particularmente, com aquele período em que a Nação brasileira estava ainda vivendo as conseqüências do chamado milagre econômico, quando o nosso País crescia a uma taxa de mais de 10% do PIB anualmente. E havia entre todos nós brasileiros, não só os militares, mas toda a Nação brasileira um sentimento de orgulho, prevendo que o Brasil seria potência até o fim da década ou do século, tal era o empenho com que os governos se

dedicavam a administrar o Brasil, cuidando, com todo esmero, da infra-estrutura, por meio de obras de grande vulto, como Itaipu, Tucuruí, dezenas de hidroelétricas de grande porte; com o início dos metrôs em várias cidades, com a implantação e organização dos meios de comunicação que se transformaram num grande sucesso... pois, anteriormente, para você fazer um telefonema do Rio para São Paulo, por exemplo, você ficava duas, três horas esperando uma linha para poder completar a ligação. E, com o advento dos governos da Revolução, essa parte de comunicação teve um salto de qualidade extraordinário que vem se refletindo até hoje, assim como o impressionante crescimento da malha rodoviária que passou a cortar o Brasil de Norte a Sul e de Leste a Oeste.

Tudo isso nos faz lembrar do consagrado estrategista norte-americano Ray Cline, que, fazendo um estudo do Poder Nacional de 78 países naquela época, no primeiro lustro da década de 1970, concluiu que a maior vontade nacional do mundo estava em dois países: Brasil e França, superior à das demais nações, inclusive dos Estados Unidos da América. Essa realidade vem ao encontro do que o senhor nos disse a respeito do Batalhão Santos Dumont da Brigada Pára-quedista, que mostrou aos americanos aquela vibração incontida, o grande orgulho nacional, apesar de, a essa altura, já estarmos convivendo com a primeira grande crise do petróleo, em 1974.

A mídia apoiou o Movimento de 31 de Março? O que o senhor gostaria de falar sobre a mesma nos pródromos e na eclosão do Movimento de 1964?

A mídia apoiou e apoiou muito o Movimento. Ela foi decisiva para orientar a população civil, para mostrar o descalabro que nos era imposto, o clima de subversão que estávamos vivendo. Na verdade, poderíamos até dizer que a Revolução de 1964 foi uma Contra-Revolução, porque foi contrária à revolução comunista que estava ali no nascedouro, frustrada porque o dispositivo militar do Governo ruiu como um castelo de cartas. Eles achavam que já tinham esse dispositivo militar e que estava maduro para acontecer a revolução comunista. De maneira que, se chamarmos a Revolução de 1964 de Contra-Revolução, estaremos falando realmente o que aconteceu.

General, abordamos os acertos da Revolução, embora tenhamos nos concentrado fundamentalmente na infra-estrutura econômica, falando de comunicações, estradas, de obras gigantescas, como as hidroelétricas, mas o que o senhor gostaria de dizer a respeito de erros cometidos?

Olha, basta ser humano para errar. Porque, dentro da euforia em que estávamos vivendo na década de 1970, enfrentamos uma crise de petróleo mundial em que os países ricos deram uma parada para observar a pressão dos acontecimentos, para

analisar melhor a evolução dos acontecimentos, diante do salto no preço do barril de petróleo, o que gerou um inesperado transtorno. Uma coisa terrível... prejudicando principalmente a vida dos países em desenvolvimento, como o Brasil, cujo povo queria vê-lo potência.

Foi a época em que se criou a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e o petróleo, que custava um dólar o barril na época, já subiu para doze, um absurdo. Então, o Brasil não parou para fazer um estudo de situação, para ver se continuava no mesmo ritmo ou se reprogramava para esperar dias melhores. Naquela época, havia muita facilidade de obter empréstimos no exterior e o Brasil continuou no mesmo ritmo, tomando esses empréstimos, embora para aplicar muito bem como já falamos aqui, lembrando Itaipu, Tucuruí, Ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói), as estradas, como as BR-163 e 364, inteiramente construídas naquele período, o projeto de habitação, apoiado no Banco Nacional da Habitação (BNH), mas o nosso endividamento passou a crescer a partir da segunda metade da década de 1970...

Realmente, em 1974, Geisel recebeu de Médici um País que devia apenas US$ 8 bilhões, uma ninharia, e o entregou devendo cinco vezes mais, ou seja, US$ 40 bilhões.

Então o que é que aconteceu? Na época do Presidente Geisel, assumiu a presidência dos Estados Unidos ou havia assumido um pouco antes Jimmy Carter, um democrata. Mas o Jimmy Carter era um elemento de uma região do interior dos Estados Unidos...

Produtor de amendoim.

Era um produtor de amendoim e a sua visão do mundo era muito restrita. Aliás, como eu vivi dois anos na América, pude perceber que o americano não conhece geografia, porque não faz parte do curriculum do ginásio nem do colegial. Então, quando a gente acha graça aqui que eles dizem que a capital do Brasil é Buenos Aires deve-se ao fato de eles, realmente, não conhecerem. Eles acham que a América Latina é um país, quando se fala em América...

Pela sua visão limitada, Jimmy Carter, quando o Presidente Geisel assumiu a Presidência da República, mandou a mulher dele representá-lo na posse. Aquilo foi considerado uma ofensa ao nosso presidente. E o Presidente Geisel não aceitou isso, voltando-se para a Europa, com as suas origens germânicas, ele foi contactar com a Alemanha. Aí, está um dos erros que cometemos, porque, em convênio com a Alemanha, passou-se a ter o projeto de energia nuclear brasileiro, só que, em vez de contratar uma primeira usina para ver o que ia acontecer no Brasil, fez-se logo um contrato para construir oito usinas no Brasil. Foi um convênio por demais ambicioso!

Até hoje, estamos pagando caro por isso. Porque construímos duas e há uma terceira desmontada, pagando aluguéis nos locais onde o material está estocado e nós

não temos recursos para construir nem a terceira quanto mais as oito que foram objeto do contrato naquela época. Então, esse foi um erro que temos que reconhecer, porque saiu muito caro.

O que o senhor gostaria de dizer a respeito das ações de guerrilha, do terrorismo, como o seqüestro de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos, praticados por extremistas de esquerda. O que isso trouxe em plena Revolução?

Isso aí está dentro da divisão interna havida no Partido Comunista. Quem lê um livro de um comunista famoso chamado Jacob Gorender, que inclusive foi preso na época da Revolução de 1964, mas é um elemento de muita cultura, muito bem preparado, judeu de origem, ele, nesse seu livro, que se chama "Combate nas Trevas", que é de 1987, da Editora Ática, Jacob Gorender, embora fosse membro do Comitê Central do Partido Comunista, foi um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Ele teve a isenção suficiente de dizer que houve um racha entre eles naquela época. O partidão como era chamado o Partido Comunista Brasileiro não queria a luta armada, optara por uma revolução comunista pela chamada Via Pacífica, ou seja, as ações deveriam se fundamentar na subversão, sobretudo, na agitação aliada à propaganda.

Era o PCB contra a luta armada, porque achava que não havia ainda condições para eclosão desse tipo de luta, mas os elementos mais radicais decidiram por criar o PC do B, o PCBR e outras organizações extremistas ligadas ao terror. Achavam, de forma contrária ao PCB, que havia clima para isso e partiram para a luta armada. Era Carlos Marighella e várias entidades que são citadas inclusive pelo Jacob Gorender, como a Aliança de Libertação Nacional (ALN), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), Var Palmares, Colina e dezenas de outras siglas que partiram para o confronto armado. Eles brigavam e se repartiam. Tudo, no início, era praticamente uma única organização que, à proporção que ia fazendo as suas reuniões, ia se decompondo estimulada pelas vaidades de seus membros, formando novos agrupamentos. Inclusive, ele conta no livro que um major alemão que foi assassinado no Rio de Janeiro por um comando terrorista o foi por um erro. Eles queriam assassinar o Gary Prado, que era um major boliviano, responsável pela morte de "Che" Guevara na Bolívia. Coincidentemente, o Gary Prado e esse major do exército alemão – os dois – estavam cursando, na época, a Escola de Estado-Maior na Praia Vermelha. E o comando saiu para matar o Gary Prado e matou, por engano, o major alemão que não tinha nada a ver com essa história. Isso é contado por ele como uma das falhas da organização encarregada do assassinato.

Hoje em dia, ainda na semana passada, o Presidente reclamou de que aquele deputado que há pouco deixou o PT, o tal Gabeira, até hoje não tem visto para entrar

nos Estados Unidos. Porque, em 1969, foi um dos seqüestradores do embaixador americano que foi trocado por vários terroristas presos, inclusive o atual chefe da Casa Civil José Dirceu, que era um dos que estava preso e foi trocado pelo embaixador americano. O Gabeira era o responsável por assassinar o embaixador americano caso o aparelho fosse estourado. Isso eles mesmos contam no filme "O que é isso Companheiro". Então, o americano, até hoje, não dá visto para ele entrar na América, porque foi um terrorista e estava encarregado de assassinar o embaixador americano no caso de o aparelho ser estourado.

Desta forma, quando você vê hoje a nossa Imprensa dizer que aqueles terroristas todos lutavam para redemocratização do País, não pode haver nada mais cínico e falso. Pena é que os jovens de hoje não sabem o que se passou. Eles iam aprender democracia fazendo curso de guerrilha em Cuba para depois voltar ao Brasil e aplicar o que aprenderam. Ora ninguém vai para Cuba aprender princípios democráticos, não é? Eles iam para lá, para depois implantar o terrorismo no Brasil e para criar a guerrilha, como a de Xambioá, agindo em consonância com a linha chinesa que defendia a luta armada.

Eram os adeptos do PC do B, que adotaram a linha de Mao Tsé-tung.

Do campo para a cidade, a revolução deveria ser feita, enquanto os marxistas-leninistas começavam as revoluções nas cidades e depois iam para o campo. A linha chinesa, ao contrário, começava a revolução no campo para depois tomar as cidades. E até hoje querem que a gente apresente os cadáveres dos extremistas que foram para Xambioá com o objetivo de implantar um regime comunista no Brasil.

Como se fossem cadáveres de patriotas que buscavam a defesa da "democracia". Grande balela: uma das ciclópicas mentiras que eles apregoam a toda hora.

General, quais os objetivos dessa luta armada, desencadeada no campo e na cidade, e o que tem haver com ela o AI-5? Na sua opinião, ele foi necessário?

Quanto aos objetivos dessas ações terroristas – ataques a bancos, a quartéis, seqüestros de diplomatas etc. – e da guerrilha que tentaram implantar em diferentes áreas – tivemos uma em Minas Gerais, na Serra do Caparaó, houve outra no Paraná, com um dos "grupos dos onze" estimulado pelo Brizola...

Aquela no Vale do Ribeira com o Lamarca.

No Vale do Ribeira, um tenente, o Tenente Alberto Mendes Júnior, da Polícia Militar de São Paulo, foi assassinado a coronhadas brutalmente, porque se o eliminassem com tiro iria revelar a posição dos guerrilheiros, que estavam cercados pelo Exército, e como eles haviam aprisionado esse Tenente da Força Pública de São Paulo, resolveram livrar-se dele, matando-o a coronhadas, a pauladas, para que um tiro não

denunciasse a presença dos guerrilheiros naquela região. Isso eles não consideram tortura: amordaçar um brasileiro, jovem oficial da Polícia Militar, e assassiná-lo, friamente, a pauladas e a coronhadas. Isso a Imprensa cinicamente omite!...

Essa morte estúpida não estaria incluída entre os crimes de tortura? Você ser morto a pauladas não é tortura? Na verdade, terrorista e torturador são a mesma coisa. Terrorista também é torturador conforme a situação.

Com certeza, com certeza. É aquela coisa dos comunistas – os fins justificam os meios.

Quanto ao AI-5, nós que vivemos no Rio em 1968 – nessa época estava cursando o terceiro ano da Escola de Estado-Maior – a cidade virou o caos. Os deslocamentos eram sempre um motivo de preocupação, porque você poderia ser tolhido no seu caminho por uma barricada, por uma greve estudantil ou por um sindicato impedindo o deslocamento de veículos. Até que surgiu a famosa passeata dos cem mil, com Vladimir Palmeira, onde elementos das faculdades e até mesmo ginasianos tomaram a frente dessa fase, opondo-se violentamente ao regime dito militar, que quer dizer que, já naquela época, eles queriam assumir o poder pela via violenta, que começou em 1966, com o atentado de Recife, no Aeroporto de Guararapes, que vitimou uma porção de gente, matando e ferindo pessoas inocentes.

Então, o AI-5 foi a maneira que o governo encontrou de dar um basta naquilo tudo, sobretudo nos atos terroristas. Porque, àquela altura, parte da Imprensa já era favorável aos extremistas, porque já estava sofrendo o processo de infiltração e parcela da Igreja mudara de posição, ficando também ao lado deles. Então, nós já nos sentíamos pressionados.

E era um movimento mundial, lembra disso?

Mundial, já tinha havido isso, naquela época, na França, no México.

Tanto na Europa, como na América, vários países andaram às voltas com movimento semelhante.

Foi, começou pela França.

Foi importado pelo Brasil.

Com certeza.

Então, não era um movimento contra a ditadura que poderia parecer numa análise superficial...

Não. Era um movimento mundial – o próprio MCI fortalecido – que veio parar no Brasil...

Na clandestinidade, eles conseguem coisas incríveis...

Paralelamente, nesse período, um deputado irresponsável fez um discurso que também colaborou, porque foi um verdadeiro achincalhe aos integrantes das Forças Armadas.

Márcio Moreira Alves, que continua na mesma linha, não mudou nada.

Veja um artigo recente desse elemento sobre o Presidente Geisel, artigo de baixíssimo nível, onde ele se mostra completamente destemperado, sem equilíbrio nenhum, buscando as "generalizações brilhantes" dos comunistas, ao dizer que Geisel propunha a morte a todo inimigo e nós respondemos dizendo: que, se essa proposta fosse verdadeira, como é que sobrou tanto inimigo aí, tanto zurrapa, tanta escória. Se o Presidente tivesse realmente proposto isso, os grandes líderes comunistas não morreriam de velhos, como Luís Carlos Prestes, João Amazonas, Darcy Ribeiro e Brizola, além de tanta gente que não presta e continua viva, como o próprio Márcio Moreira Alves, que já deviam estar enterrados há muito tempo se fosse verdadeiro o que ele e o tal de Élio Gaspari afirmam. É, portanto, uma outra grande inverdade, não é isso meu general?

Eles usam sempre a máxima de que uma mentira repetida mil vezes se transforma em verdade. Eles estão sempre repetindo a mentira para que ela termine se transformando em verdade para os incautos.

General Acrísio, hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo", que eles antes não falavam, antes eles respeitavam, mas, no momento em que a Revolução passou as rédeas, que deixou o Poder, eles então ficaram valentes, como nunca foram antes, passando a martelar através das expressões "ditadura militar", "golpe militar" etc. O que é que o senhor pensa a esse respeito?

Olha, General Nery, quando houve o Movimento de 1964, fugiram os representantes do Governo deposto, Presidente e todos os seus ministros. Alguns poucos foram presos, ou seja, a situação ficou inteiramente sob o controle das Forças Militares. A primeira providência tomada pelo Marechal Castello Branco, ao ser indicado para presidir o governo, foi buscar a legitimação no Congresso de sua investidura no cargo. Se o regime fosse como se apregoa, ele simplesmente diria: "Eu sou o Presidente e estamos conversados." Mas isso não aconteceu. Para que as coisas caminhassem dentro dos mecanismos próprios de um regime democrático, ele foi a Câmara pedir o apoio dos...

Congressistas.

Para votarem nele de modo que ele fosse Presidente da República. Então, desde o início, o Exército mostrou-se preocupado em manter a estrutura que, logo em seguida, seria ocupada novamente pelos civis, como era da intenção do Marechal Castello Branco. Ele mesmo gostaria de ter passado o Governo para um civil. Mas, numa Revolução, de repente, você não consegue executar exatamente aquilo que desejava. Então, nós tenentes e capitães, à proporção que a imprensa ia saindo

do seu casulo para começar a fazer críticas, observamos os líderes civis, que tinham ambições políticas, se voltando contra nós.

Há uma passagem do Governador Carlos Lacerda, que foi um homem decisivo na época da Revolução para a vitória do Movimento. Ele tinha ambições de ser Presidente da República e quando os elementos militares mais radicais, vamos falar assim, não queriam que se passasse logo o governo para um civil, quando Lacerda percebeu que não seria o candidato nas eleições que deveriam vir em seguida... ele saiu com uma frase que os jornais estamparam na época, para nós considerada uma ofensa grave ao Marechal Humberto Castello Branco. Ele diz: "Eu acho que o Marechal Castello Branco é mais feio por dentro do que por fora." Um homem que tinha sido um dos líderes da Revolução só porque se viu tolhido e frustrado por não poder se candidatar à presidência logo em seguida, como sonhara, se voltou contra nós. E vamos ver, logo em seguida, uma reunião que houve de Lacerda, Jango e creio que Juscelino, com a idéia de formar uma frente ampla para tratar dos interesses de seus líderes.

Exatamente, Lacerda tentou se aproximar da esquerda, principalmente de João Goulart e, aí, ele perdeu o nosso apoio e não ganhou o dos outros.

Não ganhou dos outros, porque era uma figura considerada de extrema direita...

Estigmatizado já como de extrema direita, ele não conseguiu o apoiamento do lado deles e perdeu o nosso, que era um apoio muito cristalizado, muito sincero e leal. Ele, afinal, ficou sozinho.

Veja bem, ainda hoje, mais intensamente do que naquela época, nós somos estigmatizados. Com essa estória de "anos de chumbo", de "ditadura militar", de tortura etc. Mas precisa ver o seguinte: na década de 1970, que foi uma época bem característica do período revolucionário, quando o País crescia a taxa de 10% ao ano do seu PIB, nunca ninguém que não fosse caracterizado como terrorista ou elemento que pegasse em armas contra os governos revolucionários – ninguém que não tivesse agindo como terrorista, guerrilheiro ou colaborador dos mesmos – sofreu qualquer ação por parte da repressão. No Brasil, você tinha ampla liberdade para viajar para o exterior e viajar pelo País de ponta a ponta...

Circular à vontade.

Muito diferente do que acontecia no mundo comunista, como na União Soviética, onde você tem a sua carteira de identidade vinculada à cidade onde você mora, não podendo sair daquela cidade no momento que quiser ou mudar-se para outra, porque vão lhe mandar de volta ou vão lhe mandar para a cadeia, porque você saiu da cidade onde vivia. E aqui nenhum evento popular deixou de acontecer como programado, nunca o carnaval, por exemplo, deixou de ser apoiado. O Brasil foi campeão da Copa de 1970 com todo o apoio... agora vocês precisam saber que, em

1970, havia uma corrente fortíssima trabalhando para que o Brasil perdesse a Copa do Mundo, para não dar força ao chamado regime militar.

Ora o futebol está na alma do brasileiro. Ganhar um título para o País é um orgulho que a gente comemora durante os quatro anos seguintes. Pois havia essa corrente mais radical, incluindo o conhecido João Saldanha, que foi o primeiro técnico da seleção, e era um comunista...

Notório.

Comunista de carteirinha, que procurou, à frente da seleção, criar vários problemas...

Não queria o Pelé.

Não queria o Pelé, dizendo, inclusive, que o Pelé não estava enxergando direito.

Que não tinha mais capacidade técnica para integrar a seleção.

Mas como se tirou o João Saldanha e se botou o Zagalo na época, essa ala radical não perdoou o Governo e não aceitava que o Brasil vencesse, porque o bônus, para eles, seria do Governo. Quer dizer esses camaradas são tão fanáticos que eles preferiam ver o povo sofrendo, perdendo uma Copa, do que assistir à intensa vibração que nós acompanhamos no Rio de Janeiro com a chegada dos campeões da Copa de 1970, que foi uma apoteose espetacular como todas as chegadas dos atletas brasileiros vencedores das Copas anteriores. A vibração com a vitória no campeonato estadual já é uma alegria generalizada, imagina uma Copa do Mundo, particularmente aquela do tri campeonato no futebol, que é uma paixão nacional.

Então, para falar em ditadura militar, você tem que dizer, inicialmente, que os nossos políticos não valem nada. Porque eles apoiaram a Revolução dentro do Congresso. Os governos revolucionários tinham a maioria no Congresso para aprovar as leis e eles estão todos aí. Passaram os vinte anos mamando nas tetas da Revolução e continuam lá no Congresso.

Locupletaram-se e quando a coisa começou a mudar de figura, o barco estava afundando, eles caíram fora, caíram fora como heróis, porque foram reforçar a oposição para que Tancredo Neves ganhasse, dessa maneira, as eleições. Os elementos, que eram governistas, mudaram de lado a pretexto de não gostar do candidato do dito governo militar e se bandearam, dando a vitória aos contrários, e continuam se bandeando hoje também, para ficar ao lado de quem está no Poder, porque eles não querem estar nunca em desgraça, eles querem estar sempre por cima e fazem qualquer papel para isso.

Não resta dúvida.

No início, logo após a Revolução não havia oposição; o governo revolucionário teve que pegar um elemento nosso para criar um partido de oposição, porque, em democracia, tem que haver situação e oposição. E ninguém queria ir para a opo-

sição, porque queriam estar do lado da Revolução. Foi até um amigo do Presidente Castello Branco, senador, que tinha origem militar, porque naquela época era muito comum militares fazerem uma carreira toda no Congresso, só voltando ao Exército para serem promovidos e continuavam lá fora como políticos. Depois, o Presidente Castello Branco acabou com isso: você, para ser político, a primeira providência a tomar é pedir demissão do Exército quando eleito, mas até então era uma festa. Há dezenas de companheiros nossos que eram militares de origem, mas não apareciam nas casernas, pois estavam sempre no Congresso Nacional.

O Congresso, que era de civis, dava todo o respaldo para a eleição dos presidentes militares, uma vez que as eleições eram indiretas, a partir do Movimento de 1964.

Você podia sair do País, podia se movimentar à vontade, já em Cuba, você só sai de lá tentando fugir em balsas enfrentando os tubarões, porque Fidel Castro não dá autorização para ninguém deixar a ilha, até porque isso significa gastar em dólar, e não há dólar para vender a quem quer sair do país, inclusive para fazer turismo, procedimento similar ao adotado na União Soviética, onde ninguém podia sair para não gastar divisas ou, então, porque poderia ser tachado de elemento conspirador, olhado como se estivesse querendo fugir do país.

Nada disso aconteceu no Brasil durante os vinte anos em que a Revolução esteve à frente dos nossos destinos. Optamos por fazer o retorno à democracia de uma maneira gradual. Foi-se trabalhando a famosa abertura – de forma lenta e gradual, mas foi firme, inclusive os elementos que não concordavam com a mesma, que não eram poucos, não conseguiram impor as suas posições. O próprio governo revolucionário foi se cerceando, limitando o seu grau de arbítrio. A anistia veio – como prometida, ampla, geral e irrestrita até demais – anistia que foi para um lado só...

Foi para o lado contrário.

Hoje em dia, os anistiados estão recebendo vultosas indenizações, que chegam a R$ 800.000,00.

Quem lutou na defesa do estado foi alijado de toda e qualquer recompensa – um absurdo!...

Os terroristas, além da indenização, receberam todos os direitos e, hoje em dia, estão na Presidência da República, até como ministros, estão no Congresso, estão na Petrobras, estão, em todos os lugares... Enquanto que nós, até hoje, somos apontados como torturadores. É o "revanchismo" que continua cada vez mais intenso! Os contrários não perdoam os vencedores, qualificando, por exemplo, os anos vitoriosos do Governo Médici como "anos de chumbo".

Na verdade, o chumbo que o estado usou contra aquele grupo minoritário de terroristas permitiu que o povo tivesse liberdade, que o povo pudesse circular livremen-

te, que o Brasil vivesse tranqüilamente. Alvo do chumbo foram os terroristas, aqueles que, por deliberação própria, optaram pela luta armada. Esses foram os únicos alvos do chumbo. Então, foi um chumbo muito bem empregado para que o Brasil vivesse em paz e feliz, com toda a segurança que, hoje, infelizmente, não existe.

Veja bem os dados que nós temos a respeito, obtidos num outro artigo do Olavo de Carvalho que tenho aqui. Morreram, em vinte anos, trezentos inimigos do dito regime militar, ou seja, trezentos terroristas em ações de estouro de aparelhos, prisões de elementos que estavam "cobrindo ponto", isto é, aguardando outros terroristas e ofereceram resistência à prisão, e tivemos cerca de dois mil presos políticos nos nossos presídios. A nossa população na época da Revolução andava em torno dos noventa milhões de habitantes.

Quando foi feita a revolução de Cuba, havia na ilha uma população de cerca de dez milhões de habitantes. Eles mataram 17 mil oponentes do regime, 17 mil, e tinham cem mil pessoas nas prisões. Veja o disparate – nós com a população de noventa milhões de habitantes tivemos apenas trezentas baixas e dois mil presos em todos os tempos. Cuba, com dez milhões de habitantes, chegou ao impressionante número de 17 mil mortos e cem mil presos. E era lá em Cuba que nossos adversários iam buscar inspiração para a sua democracia entre aspas que desejavam tanto implantar entre nós.

Para se ter uma idéia, o hoje, cantado em prova e verso, "Che" Guevara presidiu os inquéritos iniciais na prisão de La Cabaña logo no início da vitória da revolução cubana. Ele presidiu os inquéritos e os conselhos ou tribunais revolucionários. Esse homem decretou mil e quinhentas penas de morte, em pouco mais de um mês, mil e quinhentas pessoas foram fuziladas pelo tribunal presidido por "Che" Guevara. E, hoje em dia, uma enorme quantidade de jovens, pelo mundo afora, anda com o retrato dele na camisa, como se ele fosse o herói máximo... Veja a força da propaganda comunista!...

General, ao tempo dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir alguma vantagem de qualquer ordem?

De nenhuma maneira. O Presidente Castello Branco, ao contrário, implantou reformas para nós militares que cortaram determinados direitos existentes há anos.

Antigamente, se você tivesse completado o tempo de serviço e fosse coronel, mesmo sem o curso de Estado-Maior, você era promovido a general. Ele acabou com isso; você só pode ter direito a promoção a general fazendo o curso de Estado-Maior e sendo promovido ao referido posto no serviço ativo. Quer dizer há que passar pelo crivo do Alto Comando. Você pode até ter a remuneração de um posto acima ao

passar para a reserva, mas o posto não. E foi o que aconteceu agora com esse Apolônio de Carvalho que o Ministro da Justiça atual chamou de herói nacional, que, segundo ele, merecia ser promovido a general, porque, segundo ele, tornou-se um herói. Vejamos quem é esse herói nacional: como segundo-tenente, foi expulso do Exército Brasileiro por participar da Intentona Comunista de 1935...

Grande herói, hein!

Grande herói. Saiu dali foi lutar ao lado dos comunistas na Espanha, onde morreram mais de um milhão de combatentes, cabendo destacar as barbáries cometidas pelos comunistas, como já falei antes, principalmente contra os religiosos, trucidando padres e estuprando freiras, com insuportáveis violações aos direitos de seus rivais... ele lá foi derrotado mais uma vez. Quando perderam na Espanha, ele passou a lutar ao lado dos partizans contra os alemães. Quem eram os partizans? Eram os comunistas que lutaram contra os alemães. É claro que os franceses tinham razão de estar lutando, mas comunistas brasileiros não. Mesmo assim, ele e outros se incorporaram a essa luta, porque eram comunistas.

Só por isso.

Só por isso. E ele andou lutando por lá. Voltou para o Brasil e foi preso em 1964, por atentar contra a Revolução de 31 de Março. Então, esse é o homem que o governo de agora queria promover a general. Ele saiu do Exército como segundo-tenente sem fazer a EsAO. Ele foi indevidamente promovido a coronel, ele ganha como general, só não tem o posto de general. Para ver como é que eles fazem, deturpam tudo, quando é para atender aos interesses dos seus apaniguados.

Meu General, nessa triste história, o grande pândego é o Ministro da Justiça; é um pândego tratando de coisas sérias; é uma pena!

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz, em breves palavras, desses vinte anos de governos da Revolução?

O grande mérito da Revolução foi impedir que o País caísse num regime comunista, porque a subversão estava nas ruas, estava nos quartéis, estava nos sindicatos, estava nas fábricas e só por um verdadeiro milagre, como a gente costuma dizer – Deus é brasileiro –, nos salvamos de cair num regime comunista no qual dificilmente conseguiríamos sair.

Talvez, com a queda do Muro de Berlim, houvesse repercussão aqui para nós. Lembro, no entanto, que Cuba já vai para quarenta e cinco anos de regime comunista; a China está com mais de cinqüenta anos de regime comunista e a União Soviética só caiu porque eles quiseram juntar no mesmo saco povos completamente diferentes, obrigados pelos russos a fazer parte da União das Repúblicas Socialistas

Soviéticas. Aqueles povos nunca aceitaram o julgo dos comunistas russos; o polonês não tolera o russo; o ucraniano não tolera o russo e assim por diante...

Veja a luta da Chechênia para se emancipar.

Estão lutando bravamente. Uma república com parcos meios, mas não aceita, porque eles têm a nacionalidade própria; são raças antiqüíssimas que mantêm as raízes na sua terra, na sua língua. Então, o Brasil iria ter muita dificuldade para sair do regime comunista e nós fomos salvos pela Revolução. Esse é o maior mérito da Revolução de 31 de Março de 1964. Por isso, os extremistas derrotados nutrem todo esse ódio das Forças Armadas!...

Outra coisa, a Revolução só reprimiu quem pegou em armas contra ela. As universidades sempre foram foco de elementos de formação marxista, até hoje são assim; a mídia toda ela é assim, a televisão toda ela é infiltrada, mas o pensamento dos governos revolucionários sempre se orientou para fazer vista grossa, porque aqueles camaradas não tinham armas para se insurgirem contra o *status quo*. Então, que eles ficassem lá fazendo a subversão deles, considerando que não tinham poder para abalar o governo, porque eles não estavam com armas nas mãos. Mas eles tinham e têm uma arma poderosa, de natureza psicológica, calcada na agitação e na propaganda que os levaram ao domínio da opinião pública; todo o dia batendo naquela mesma tecla, conseguiram criar um clima de "revanchismo" que perdura até hoje.

Exatamente.

É importante que se diga que os governos revolucionários conseguiram organizar o País, cuidando da infra-estrutura; antes só tínhamos açúcar e café. Houve, portanto, uma diversificação da produção nacional, dos produtos a serem exportados. E, naquela época, começou-se a plantação de soja que cresceu de modo impressionante, principalmente no Centro-Sul do País. O Brasil criou a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), que tem feito milagres no campo da experimentação de produtos agrícolas, multiplicando a produção, atuando no rendimento das terras; no mesmo terreno que você colhia uma tonelada, você passa a colher duas, três toneladas, graças ao trabalho de pesquisa da Embrapa. Ninguém diz que a Embrapa foi criada no período revolucionário, ninguém diz que Tucuruí, a maior usina hidroelétrica da Amazônia, é do regime dos presidentes militares.

Itaipu, nós a fizemos em parceria com o Paraguai, mas financiamos tudo. O Paraguai não tinha dinheiro; tudo foi recurso nosso, a maior parte vinda do exterior, mas nós financiamos a parte do Paraguai. Porque, naquela época, havia uma luta surda entre Brasil e Argentina, cada um querendo ter mais importância na América do Sul e foi uma maneira da gente ganhar definitivamente o Paraguai como aliado nosso. A Usina de Itaipu, orgulho da engenharia nacional, é a maior do mundo e

continua crescendo com as turbinas que vêm sendo acrescentadas. Isso o Brasil fez. Modernizou as comunicações que eram uma vergonha, assim como os Correios que eram uma desmoralização. Os Correios passaram a ser respeitados pela sua eficácia. Você manda uma carta e sabe que ela vai chegar e rapidamente.

A desculpa por parte de alguns de que não recebeu qualquer correspondência acabou completamente. E o Funrural do Presidente Médici, que apoiou, vigorosamente, o homem do campo; daí em diante, surgiu o primeiro alento para aquele brasileiro, que nunca, até então, tivera qualquer apoio.

Muita gente também esquece da impressionante evolução da Indústria Naval. Os estaleiros brasileiros tornaram-se conhecidos no período revolucionário. Já nos ufanamos muito do que eles representavam nos vinte anos da Revolução.

O Banco Nacional da Habitação foi outra iniciativa de grande sucesso, durante anos, propiciando financiamento para o pessoal de baixa renda e de classe média comprar sua moradia. A legislação sobre a reforma agrária, criada na época do Presidente Castello Branco, foi considerada, até pelos adversários, como excelente legislação.

O Estatuto da Terra.

Exatamente. Tudo isso foi feito...

No final da década de 1980 e, particularmente nos anos 1990, passamos a assistir a um forte "revanchismo", provocado, principalmente, pela deturpação da Constituição de 1988, com inúmeras aberrações, dentre as quais a equivocada política indigenista, demarcando reservas contínuas gigantescas na nossa fronteira, o que se constitui numa perigosa ameaça à nossa soberania. General, como o senhor está vendo essa política indigenista iniciada no desastrado Governo Collor de Mello, impedindo a integração nacional, buscada, com tanta determinação, pela Revolução de 1964?

Trata-se de um enorme equívoco porque, veja bem, se recuarmos no tempo das nossas origens como seres humanos, quando o homo-sapiens apareceu na superfície da terra, e fôssemos comparar com a política indigenista do Brasil, nós hoje deveríamos permanecer nas cavernas usando tacape, arco e flecha; deveríamos ter continuado na nossa cultura que era aquela. Por que querem conservar os índios no estado primitivo, selvagens, isolados em grandes áreas contínuas na faixa de fronteira?

Isolados, não integrados aos demais brasileiros.

É um anseio do homem, do ser humano, progredir, evoluir. Por que deixar hoje duzentos mil índios, se tivermos isso, reclusos nas florestas vivendo feito animais, muitos deles nus, quando eles têm a mesma origem nossa. A tendência nossa é evoluir; é estranhíssimo esse procedimento. A reserva ianomâmi, para oito

mil índios, possui dimensões que abrigaria, na Europa, um país de quarenta milhões de pessoas. Então, não tem cabimento isso!

E nas faixas de fronteira.

Como a de Raposa / Serra do Sol.

Fazendeiros que vieram do Rio Grande para lá, implantaram a cultura do arroz que está dando grande rendimento. Por que passar isso para a mão do índio se eles têm terra suficiente?

Não podemos esquecer que o "uti possidetis" foi válido no passado, é válido no presente e o será no futuro, ou seja, nós, brasileiros – índios, brancos e negros – precisamos ocupar essas faixas de fronteira que não podem ficar totalmente isoladas, porque isso redundará na intromissão estrangeira nessa parte do nosso território.

Com certeza. Inclusive tive oportunidade de servir dois anos na Amazônia e viajei pelas fronteiras mais de uma vez... o índio tem uma mobilidade muito grande, ele não fica só no território brasileiro. Há tribos ianomâmis, por exemplo, também na Venezuela. Então, ainda há esse risco: juntar uma área brasileira com uma área da Venezuela para fazer uma nação ianomâmi, porque os seus habitantes são da mesma etnia, o que favorece a consecução dos objetivos dos nossos inimigos, estrangeiros e nacionais, que fazem o jogo deles, por interesses inconfessáveis.

Etnias semelhantes, aquém e além da fronteira, são uma ameaça à integridade do território nacional. O índio, vem sendo apoiado por alienígenas e por elementos nacionais esquerdistas internacionalistas, com base na tese de que o índio é o dono da terra. Quando houve a comemoração dos quinhentos anos do Brasil foi uma vergonha no Rio Grande do Sul e na Bahia. Empanaram o brilho das comemorações dos quinhentos anos, com a reivindicação dos índios que a terra era deles, o que quer dizer que somos usurpadores. Uma tremenda palhaçada dos inimigos internos do Brasil!...

Exatamente. Então essa é a grande preocupação no momento, porque, nas faixas de fronteira, a nossa soberania está em perigo, na medida em que essas grandes reservas contínuas são constituídas, o que, na verdade, impede que o branco, também brasileiro, em particular os caboclos, o amazônida de um modo geral, também chegue lá, porque ali também é terra deles. Então, esse é um problema que vem da década de 1990 para cá e que mostra também um "revanchismo" contra a opção anterior da Revolução que era de unir, de buscar uma real aproximação entre as raças responsáveis pela formação da nacionalidade brasileira, não é isso meu General?

É verdade. Veja bem, o elemento indígena quando ele tem oportunidade de vir para a cidade e tomar conhecimento da civilização do branco, ele se integra rapidamente. Eles têm inteligência... eu nasci, como disse, numa cidadezinha do interior do Maranhão, Barra do Corda, que fica a 450 quilômetros ao sul de São Luís que, na

minha época de estudante, tínhamos que ir para São Luís para fazer o ginásio que, na minha terra, faltava. Levávamos cinco dias viajando para chegar a São Luís; rio, caminhão, ônibus, pau de arara, trem. Pois muito bem, existe, em torno de Barra do Corda, duas tribos indígenas – Canelas e Guajajaras. Os Guajajaras estão totalmente integrados na comunidade dos brancos e ninguém mais faz distinção entre quem é Guajajara ou quem é branco, porque o tipo físico deles foi se mesclando e, hoje em dia, eles são comerciantes, são brasileiros como quaisquer outros. Além de comerciantes, alguns são músicos. Têm uma bela orquestra... havia uma missão religiosa, de origem italiana, que levava os índios para estudar nos conventos e eles mostraram uma grande inclinação para a música. Então, havia uma orquestra, toda ela de índios Guajajaras, tocando muito bem.

Hoje em dia, aqui no Xingu, os caciques têm avião. Esses Cinta Largas estão cheios de carros fora de série, carros caríssimos, por quê? Estimulados pelos brancos, estão tirando o diamante clandestinamente e estão vendendo. Mas eles não têm mais aquela característica do índio primitivo. De índio, não têm mais coisa nenhuma.

Não há dúvida. O maior exemplo de luta pela integração nacional veio de um homem, com sangue indígena, o nosso Marechal Rondon, filho de índia, e que atingiu o maior posto do Exército, uma figura brilhantíssima, um ícone da Força Terrestre, o Bandeirante do Século XX, e que, inclusive, introduziu nas lides sertanistas, os irmãos Vilas Boas, o que, infelizmente, não se diz por aí, mas todos os indigenistas tiveram como paradigma o Marechal Rondon, filho de índio. Se ele ficasse lá internado numa tribo daquelas, não teria tido oportunidade de contribuir para a grandeza do País como o fez.

Perguntaria, agora, ao General Acrísio, considerando que a imagem das Forças Armadas vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião, o que o nosso General acha disso?

Isso é conseqüência da nossa formação... somos formados nas nossas escolas dentro do espírito de acendrado amor ao País, dedicação integral, fazer tudo que podemos pela segurança e desenvolvimento nacionais. Um nacionalismo puro, sem radicalismo. A nossa escola é de defesa de tudo o que é nosso, na busca de fazer o máximo que pudermos para ver a nossa Pátria feliz, acima de tudo progressista, dando oportunidade aos seus filhos de viverem melhor. E há períodos que isso não pode acontecer, até mesmo, em boa parte, como conseqüência do que ocorre no mundo, mas a luta é nesse sentido.

Você saindo dos grandes centros, indo para o interior, onde haja uma unidade do Exército, o conceito nosso ainda é maior, é altíssimo. Você é tratado pela sociedade civil nas melhores condições, sobretudo na Amazônia como um todo. Na Amazô-

nia, quando lá servi, de 1969 a 1971, o efetivo do Exército na área não chegava a cinco mil homens, hoje, trinta e poucos anos depois, estamos com 25 mil homens na Amazônia. São cinco batalhões de Engenharia de Construção abrindo estradas, construindo escolas, implantando rede de esgotos. O que o 5º Batalhão de Engenharia, sediado em Porto Velho, fez pelo Estado de Rondônia só indo lá para ver como era e como é agora, com a implantação de aeroportos e da rodovia batizada por 364.

A BR 364 e tantas outras, além da pavimentação dos aeroportos, dão uma amostra do trabalho da nossa Engenharia militar. Há em Boa Vista um Batalhão de Engenharia de Construção; em Santarém, outro, assim como em Rio Branco, e há uma Companhia em São Gabriel da Cachoeira. Então, o Exército está preocupado com o Brasil e deslocou essas unidades do Sul, modificando a nossa ordem de batalha, uma vez que os problemas com a Argentina já não existem mais como existiam até a década de 1970, época em que as nossas hipóteses de conflito e nossos planos estratégicos eram todos voltados para o Cone Sul, sobretudo para fazer face à Argentina, o que evoluiu, passando a Força Terrestre a priorizar a área amazônica, para onde tivemos a possibilidade de transferir parte de nossa tropa, com vistas à proteção dessa região crítica que precisa ser integrada ao restante do território nacional.

É um grande vazio demográfico que precisa, realmente, ser ocupado.

A nossa tropa está nas cidades maiores ou ao longo da fronteira e só não está melhor porque quando se fez o projeto de implantar pelotões ao longo de toda a linha de fronteira, havia a previsão de que, junto a eles, estariam os serviços de terceiros – Ibama, Funai, representantes do Ministério da Educação (professores), Receita Federal etc. – mas não foi ninguém...

Só o Exército foi e está lá até hoje. Então, o que era para ser um núcleo de uma povoação ficou quase que apenas o quartel, porque o restante não quer correr o risco de pegar malária, de ficar isolado, de passar necessidades, porquanto, no final da década de 1960, a coisa ainda era tão difícil na Amazônia que os pelotões de fronteira mais isolados tinham, às vezes, que escalar uma equipe para caçar e pescar para poderem comer, sobreviver. Isso foi há quase quarenta anos. Hoje em dia, todos aqueles pelotões têm um campo de pouso em condições satisfatórias para receber o valioso apoio logístico que vem nas asas da nossa Força Aérea.

Poderíamos ter mais Pelotões do Exército implantados na linha de fronteira, aumentando o apoio militar, todavia a irônica falta de recursos a partir de 1990 impediu que o planejamento feito na década de 1980 fosse corretamente cumprido, como tanto desejávamos.

Há um Pelotão de Fronteira em Santa Rosa do Purus, recentemente construído, na fronteira tríplice Brasil – Peru – Bolívia, porque o Estado do Acre, com seus

próprios recursos, decidiu por esse empreendimento, contando com total anuência do Exército Brasileiro, já que as verbas federais do Calha Norte foram extremamente reduzidas e contingenciadas, impedindo qualquer investimento ao norte dos rios Solimões/Amazonas.

É, portanto, compreensível e justo o elevado conceito de que desfrutam as Forças Armadas, em particular, o Exército, pelo gigantesco esforço desenvolvido para o cumprimento de suas missões em todo território nacional, apesar dos inexpressivos recursos orçamentários que lhes têm sido disponibilizados desde 1990.

General, finalmente, o que o senhor gostaria, ainda, de aduzir acerca da Revolução de 31 de Março que devesse ficar registrado para a história por meio deste projeto oral do nosso Exército?

Gostaria de passar as suas mãos um artigo do filósofo Olavo de Carvalho, publicado pelo *O Globo,* em janeiro de 1999, que é uma síntese perfeita do que aconteceu no Brasil durante o período militar. Gostaria que, com esse trabalho, fosse encerrada a minha modesta contribuição. Ele fez uma síntese, para mim, extremamente correta de tudo o que ocorreu nessa época e que persiste até hoje. Quer dizer nós conseguimos evitar que se implantasse no Brasil um regime comunista, pois o País já estava maduro para isso, como disse o próprio Luís Carlos Prestes: "Já estamos no governo, falta-nos agora o Poder." Conseguimos, em 1964, fazer isso praticamente sem derramamento de sangue. Num quadro em que a população era de noventa milhões de habitantes, nos primeiros anos da década de 1970, morreram apenas trezentas pessoas ligadas à luta armada imposta pelos comunistas, enquanto que, da pequena população cubana, o regime castrista matou cerca de 17 mil por suas posições contrárias à comunização na ilha.

Sendo que do nosso lado também perdemos duzentos, entre os que morreram em defesa do Estado e entre aqueles que faleceram inocentemente sem ter qualquer ligação com a luta imposta pelo fanatismo comunista.

Pois é, mas falar em trezentas baixas, num país em clima revolucionário, que durou duas décadas, quando nós sabemos que, só num mês, "Che" Guevara mandou matar mil e quinhentos em Cuba, no paredão, por decisão de tribunais revolucionários por ele presididos, demonstra a impressionante diferença entre a nossa Revolução de 1964 e a cubana.

Aqui, quem morreu foram os terroristas, a população ficou a salvo.

Um outro aspecto que me vejo na obrigação de salientar, neste final de entrevista, refere-se ao progresso que trouxemos à organização administrativa do País. A desburocratização foi notável com o Hélio Beltrão.

Fez um trabalho belíssimo de simplificação de rotinas e de estímulos à delegação de competência. Foi o autor do extraordinário Decreto-Lei nº 200, que modernizou, efetivamente, a administração em todo o País.

As estradas, que construímos e asfaltamos, mudaram a situação dos transportes em todo o País. Eu era cadete em 1950 e, para vir, de Resende ao Rio, levava seis horas viajando de trem, o que, hoje em dia, você faz em uma hora e pouco...

Citei o caso da minha cidadezinha no interior do Maranhão nos fins da década de 1940 era isso também: você levava cinco dias viajando para chegar; hoje em dia, você faz em seis horas de São Luís, de carro, até Barra do Corda. Isso fomos nós que fizemos. O Exército deslocou uma Companhia de Engenharia de Construção para Barra da Corda voltada para a manutenção das estradas da região. Foi um sucesso! Continua, até hoje, prestando relevantes serviços!

Outro aspecto foi o respeito à autoridade que voltou na pessoa do Presidente Castello Branco. Antes, convivíamos com o caos, desrespeito total ao Presidente da República, porque ele não reunia aquelas qualidades que o fizessem respeitado. Castello Branco trouxe uma nova mentalidade, antes inexistente, de máxima probidade no governo, não é isso?

Com certeza, é isso mesmo, valendo destacar que todos os presidentes militares entraram e saíram pobres do governo; ninguém enriqueceu... ao contrário, deixaram o exemplo de máximo empenho na missão que lhes foi confiada, sem tirar nenhum proveito do cargo. Foram homens que se dedicaram com toda a devoção às funções que lhes foram atribuídas, atuando com exemplar honestidade.

Apesar de tudo isso, a influição psicológica de nossos jovens pela imprensa e pela cátedra, ainda dentro de um espírito de professores de formação marxista, fazem com que, hoje em dia, como no passado, uma parte dessa juventude estigmatize as Forças Armadas, falando no "período da ditadura", dos "anos de chumbo", de torturas, quando na verdade aquele período foi de muito mais aspectos positivos, mas muito mais, do que negativos.

A propósito, gostaria de citar a minha experiência pessoal quando testemunhei, na Faculdade, a maneira sórdida e desonesta como os comunistas ganhavam as eleições para os cargos do Diretório Estudantil. Cursei a Faculdade de Geografia da então UEG (hoje UERJ) no início da década de 1960. Todos os Diretórios eram dominados pelo Partidão (PCB).

O curso era noturno. Na sua imensa maioria, os rapazes e moças tinham compromissos na manhã do dia seguinte e, tão logo as aulas se encerravam, saíam da Faculdade em demanda das suas residências. Pois muito bem: as eleições eram invariavelmente marcadas para ter início após a última aula. No início, o auditório estava repleto!

Os comunas, então, inscreviam de 10 a 12 oradores que se revezavam em arengas intermináveis, falando sobre o sexo dos anjos, deixando transcorrer as horas, antes que as eleições propriamente ditas se realizassem. Quem tinha obrigações na manhã seguinte não agüentava e se retirava. Ficavam apenas os "estudantes" comunas, verdadeiros profissionais provavelmente pagos para assim procederem, pois se perpetuavam na Faculdade anos após anos. Tranqüilamente votavam a uma ou duas horas da manhã e venciam as eleições! Uma verdadeira canalhocracia! (Os fins justificam os meios!)

Finalizando, gostaria de ler o artigo do Olavo de Carvalho que, como já falei, responde de uma maneira magnífica esta sua última questão. É um artigo muito atual apresentando uma síntese do período revolucionário, do papel das Forças Armadas, que souberam evitar um clima sanguinário, de execuções, que poderia ter ocorrido, como nas revoluções comunistas em todo mundo. E, mais uma vez, enfatizar que o nosso Exército, embora baseado na hierarquia e na disciplina... é uma escola de democracia.

Cito o meu exemplo. Fui um garoto que nasci no interior do Maranhão, moleque levado, tomando banho de rio, andando nos animais em pêlo, vivendo no meio de duas tribos de índios, cinco dias afastado da cidade de São Luís, viajando, com muita dificuldade, para poder fazer o ginásio. Consegui me habilitar para o ingresso na Escola Preparatória de Fortaleza e o Exército me deu todas as oportunidades para que eu vencesse, sem ter nenhum padrinho na Força, sem conhecer qualquer autoridade, único militar da minha família.

Assim, esse costume de dizer que a promoção a general é uma promoção política isso é uma balela, pois não conhecia ninguém, fui fazendo a minha carreira com o meu esforço, com a minha dedicação, tendo galgado todos os postos, recebido comissão no exterior, sendo promovido a general e comandando a tropa mais importante do Exército Brasileiro, apesar de ter saído de um buraco lá do interior do Maranhão, sem conhecer ninguém, único milico de uma família de 19 irmãos.

Dezenove?

Dezenove irmãos. Eu era o caçula. Ainda bem que o velho continuou na missão não parou no 18. Eu vim, sendo o dezenove e cheguei aonde cheguei, graças às oportunidades que o Exército me proporcionou e ao julgamento justo que fez da minha carreira.

Compensando a competência, a inteligência, o elan, a luta e não a riqueza, a origem, a cor da pele...

Não tive ninguém me apadrinhando e nem fui indicado por quem quer que seja, famoso ou poderoso.

Foi uma satisfação para mim participar deste Projeto e encontrar dois grandes amigos meus – os generais Motta e Nery – e, com isso, tivemos a oportunidade

de reavivar as nossas memórias relembrando esses fatos todos, acontecidos nesses últimos quarenta anos. Basta dizer que nós, que éramos capitães e hoje já estamos na reserva há algum tempo – pois há dezessete anos que estamos na reserva – mas ainda vivos para poder testemunhar aquilo tudo que passamos e que fique aí como um depoimento para a nossa juventude, para os futuros dirigentes do Brasil, para que se espelhem no que nós fizemos visando o bem do Brasil. Não nos locupletamos, os nossos chefes saíram tão pobres como entraram. E se fizermos uma análise dos nossos presidentes militares com os outros presidentes não militares, a origem da fortuna destes, dá bem para chegar a uma conclusão que, realmente, os nossos chefes deram um belíssimo exemplo de integridade, de honestidade e de dedicação extrema à Pátria.

Agora, passo a ler o artigo do Professor Olavo de Carvalho, para finalizar a minha participação:

"Se houve na história da América Latina um episódio *sui generis*, foi a Revolução de Março (ou, se quiserem, o golpe de abril) de 1964. Numa década em que guerrilhas e atentados espoucavam por toda parte, seqüestros e bombas eram parte do cotidiano e a ascensão do comunismo parecia irresistível, o maior esquema revolucionário já montado pela esquerda neste continente foi desmantelado da noite para o dia e sem qualquer derramamento de sangue.

O fato é tanto mais inusitado quando se considera que os comunistas estavam fortemente encravados na administração federal, que o presidente da República apoiava ostensivamente a rebelião esquerdista no Exército e que em janeiro daquele ano Luís Carlos Prestes, após relatar à alta liderança soviética o estado de coisas no Brasil, voltara de Moscou com autorização para desencadear – por fim! – a guerra civil no campo. Mais ainda, a extrema direita civil, chefiada pelos governadores Adhemar de Barros, de São Paulo, e Carlos Lacerda, da Guanabara, tinha montado um imenso esquema paramilitar mais ou menos clandestino, que totalizava não menos de 30 mil homens armados de helicópteros, bazucas e metralhadoras e dispostos a opor à ousadia comunista uma reação violenta. Tudo estava, enfim, preparado para um formidável banho de sangue.

Na noite de 31 de março para 1º de abril, uma mobilização militar meio improvisada bloqueou as ruas, pôs a liderança esquerdista para correr e instaurou um novo regime num país de dimensões continentais – sem que houvesse, na gigantesca operação, mais que duas vítimas: um estudante baleado na perna acidentalmente por um colega e o líder comunista Gregório Bezerra, severamente maltratado por um grupo de soldados no Recife. As lideranças esquerdistas, que até à véspera se gabavam de seu respaldo militar, fugiram em debandada para dentro das embaixa-

das, enquanto a extrema-direita civil, que acreditava ter chegado sua vez de mandar no país, foi cuidadosamente imobilizada pelo governo militar e acabou por desaparecer do cenário político.

Qualquer pessoa no pleno uso da razão percebe que houve aí um fenômeno estranhíssimo, que requer investigação. No entanto, a bibliografia sobre o período, sendo de natureza predominantemente revanchista e incriminatória, acaba por dissolver a originalidade do episódio numa sopa reducionista onde tudo se resume aos lugares-comuns da "violência" e da "repressão", incumbidos de caracterizar magicamente uma etapa da história onde o sangue e a maldade apareceram bem menos do que seria normal esperar naquelas circunstâncias.

Os trezentos esquerdistas mortos após o endurecimento repressivo com que os militares responderam à reação terrorista da esquerda, em 1968, representam uma taxa de violência bem modesta para um país que ultrapassava a centena de milhões de habitantes, principalmente quando comparada aos 17 mil dissidentes assassinados pelo regime cubano numa população 15 vezes menor. Com mais nitidez ainda, na nossa escala demográfica, os dois mil prisioneiros políticos que chegaram a habitar os nossos cárceres foram rigorosamente um nada, em comparação com os cem mil que abarrotavam as cadeias daquela ilhota do Caribe. E é ridículo supor que, na época, a alternativa ao golpe militar fosse a normalidade democrática. Essa alternativa simplesmente não existia: a revolução destinada a implantar aqui um regime de tipo fidelista com o apoio do governo soviético e da Conferência Tricontinental de Havana já ia bem adiantada. Longe de se caracterizar pela crueldade repressiva, a resposta militar brasileira, seja em comparação com os demais golpes de direita na América Latina seja com a repressão cubana, se destacou pela brandura de sua conduta e por sua habilidade de contornar com o mínimo de violência uma das situações mais explosivas já verificadas na história deste continente.

No entanto, a historiografia oficial – repetida *ad nauseam* pelos livros didáticos, pela TV e pelos jornais – consagrou uma visão invertida e caricatural dos acontecimentos, enfatizando até à demência os feitos singulares de violência e omitindo sistematicamente os números comparativos que mostrariam – sem abrandar, é claro, a sua feiúra moral – a sua perfeita inocuidade histórica.

Por uma coincidência das mais irônicas, foi a própria brandura do governo militar que permitiu a entronização da mentira esquerdista como história oficial. Inutilizada para qualquer ação armada, a esquerda se refugiou nas universidades, nos jornais e no movimento editorial, instalando aí sua principal trincheira. O governo, influenciado pela teoria golberiniana da "panela de pressão", que afirmava a necessidade de uma válvula de escape para o ressentimento esquerdista, jamais

fez o mínimo esforço para desafiar a hegemonia da esquerda nos meios intelectuais, considerados militarmente inofensivos numa época em que o governo ainda não tomara conhecimento da estratégia gramsciana e não imaginava ações esquerdistas senão de natureza insurrecional, leninista. Deixados à vontade no seu feudo intelectual, os derrotados de 1964 obtiveram assim uma vingança literária, monopolizando a indústria das interpretações do fato consumado. E, quando a ditadura se desfez por mero cansaço, a esquerda, intoxicada de Gramsci, já tinha tomado consciência das vantagens políticas da hegemonia cultural, e apegou-se com redobrada sanha ao seu monopólio do passado histórico. É por isso que a literatura sobre o regime militar, em vez de se tornar mais serena e objetiva com a passagem dos anos, tanto mais assume o tom de polêmica e denúncia quanto mais os fatos se tornam distantes e os personagens desaparecem nas brumas do tempo.

Mais irônico ainda é que o ódio não se atenue nem mesmo hoje em dia, quando a esquerda, levada pelas mudanças do cenário mundial, já vem se transformando rapidamente naquilo mesmo que os militares brasileiros desejavam que ela fosse: uma esquerda social-democrática parlamentar, à européia, desprovida de ambições revolucionárias de estilo cubano. O discurso da esquerda atual coincide, em gênero, número e grau, com o tipo de oposição que, na época, era não somente consentido como incentivado pelos militares, que viam na militância social-democrática uma alternativa saudável para a violência revolucionária.

Durante toda a história da esquerda mundial, os comunistas votaram a seus concorrentes, os social-democratas, um ódio muito mais profundo do que aos liberais e capitalistas. Mas o tempo deu ao "renegado Kautsky" a vitória sobre a truculência leninista. E, se os nossos militares tudo fizeram justamente para apressar essa vitória, por que continuar a considerá-los fantasmas de um passado tenebroso, em vez de reconhecer neles os precursores de um tempo que é melhor para todos, inclusive para as esquerdas?

Para completar, muita gente na própria esquerda já admitiu não apenas o caráter maligno e suicidário da reação guerrilheira, mas a contribuição positiva do regime militar à consolidação de uma economia voltada predominantemente para o mercado interno – uma condição básica da soberania nacional. Tendo em vista o preço modesto que esta nação pagou, em vidas humanas, para a eliminação daquele mal e a conquista deste bem, não estaria na hora de repensar a Revolução de 1964 e remover a pesada crosta de *slogans* pejorativos que ainda encobre a sua realidade histórica?"

Contra-Almirante Luiz Pragana da Frota

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Ingressou na Escola Naval em fevereiro de 1964, onde se formou Guarda-Marinha em 5 de janeiro de 1968.
- Como Oficial Subalterno e Intermediário serviu no Cruzador Tamandaré, no Contratorpedeiro Pará, na Corveta Bahiana (no cargo de Imediato), no Comando de Operações Navais, no Contratorpedeiro Marcílio Dias e no Navio-Varredor Araçatuba (no cargo de Comandante). Nesta última comissão foi promovido ao posto de Capitão-de-Corveta, em 1978.
- Como Oficial Superior serviu no Contratorpedeiro Maranhão (no cargo de Imediato), na Escola Naval (no cargo de Instrutor), no Navio-Escola Custódio de Mello, no Estado-Maior da Armada, no Navio-Aeródromo Minas Gerais (no cargo de Imediato), no Comando de Operações Navais (no cargo de Chefe do Gabinete), na Escola de Guerra Naval (no cargo de Superintendente de Ensino), no Comando do 2º Esquadrão de Contratorpedeiros (no cargo de Comandante) e na Diretoria-Geral do Material da Marinha (no cargo de Chefe do Gabinete), onde foi promovido a Contra-Almirante em 1998.
- Como Oficial-General foi Encarregado do Programa de Reaparelhamento da Marinha, Chefe do Estado-Maior da Esquadra e Diretor do Pessoal Civil da Marinha. Passou para a Reserva em junho de 2002.
- Possui os cursos da Escola Naval, de Aperfeiçoamento de Comunicações, de Comando e Estado-Maior da Marinha, Superior de Guerra Naval e o Cours de l'École Superieure de Guerre Interarmées, em Paris, França.
- O Contra-Almirante Frota é filho do General-de-Exército Sylvio Couto Coelho da Frota, que comandou o I Exército, atual Comando Militar do Leste, no Governo do Presidente Médici, e foi Ministro do Exército, no Governo do Presidente Geisel.

Entrevista realizada pelo Coronel Aurelio Cordeiro da Fonseca, em 27 de outubro de 2004.

Primeiramente, devo dizer da minha satisfação em participar deste Projeto de História Oral – Revolução de 1964. A minha experiência pessoal sobre aquele episódio é pequena, mas tive a oportunidade rara de ser um expectador privilegiado, através de meu pai, o General-de-Exército Sylvio Couto Coelho da Frota, de grande parte dos acontecimentos importantes da Revolução, por ele vividos. Nosso entendimento era ótimo e conversávamos muito sobre aqueles eventos. Ele me narrava o que vinha ocorrendo e, com isso, fui me inteirando dos fatos, do seu pensamento e das suas razões.

Além disto, meu pai deixou-me os originais de um livro por ele escrito – "Ideais Traídos" – sobre sua participação nos principais acontecimentos de natureza político-militar de sua carreira, grande parte deles ligada diretamente à Revolução de 31 de Março de 1964. Esse livro, que por razões de preservação da imagem do Exército, ele não quis publicar em vida, ficou comigo após a sua morte e, depois de deixar o Serviço Ativo da Marinha, em 2002, iniciei, no ano seguinte, a sua revisão quanto à forma, pois o texto permanece integralmente como ele escreveu. Terminei recentemente essa revisão, o que me permitiu relembrar os fatos sobre os quais vou falar a seguir e tê-los vivos na memória para esta entrevista. Assim, com base, principalmente, no convívio com meu pai e na leitura desses originais, posso prestar, hoje, este depoimento.

Que fatos gostaria de abordar sobre os pródromos da Revolução de Março de 1964?

Sobre a Revolução de 31 de Março de 1964, podemos listar causas tanto remotas quanto imediatas. As remotas retrocedem à década de 1920, quando irromperam os primeiros movimentos revolucionários militares, conduzidos por jovens oficiais, idealistas, que não se conformavam com a situação de subdesenvolvimento do País. Achavam que o Exército – a maioria era do Exército – deveria fazer algo para mudar aquele panorama, caracterizado pela "política do café-com-leite", que vigorava na época, a qual mantinha no Poder algumas oligarquias que nada faziam para conduzir o País, apesar de toda a sua potencialidade, ao nível de desenvolvimento das grandes nações do mundo, o que aqueles idealistas pretendiam.

Esses movimentos ficaram bem marcados pelo episódio heróico dos "18 do Forte", em 1922, tendo à frente o Capitão Siqueira Campos, e depois pela coluna revolucionária que percorreu o País, entre 1924 e 1926, erroneamente chamada de Coluna Prestes, pois ele era apenas um dos seus integrantes. Esses movimentos acabaram redundando na Revolução de 1930, cujos participantes acreditavam que iria redimir o País dos seus problemas.

Foi justamente nessa época, em que predominava tal pensamento em grande parte da oficialidade do Exército, sobretudo entre os oficiais jovens, que ingressou nas Forças Armadas a maior parte dos homens que fizeram a Revolução de 1964.

Então, imbuídos dos mesmos ideais daqueles jovens de 1922 – reformar o Brasil, alçá-lo rapidamente a uma posição de relevo mundial, acabar com o subdesenvolvimento – criou-se entre os oficiais do Exército uma corrente que pretendia lutar para alcançá-los. Dela originou-se o movimento de deposição de Getúlio Vargas e, depois, no segundo mandato de Getúlio, o movimento da Cruzada Democrática contra os comunistas, o Memorial dos Coronéis e o inquérito do Galeão, este determinante da queda e do suicídio do Presidente Vargas.

Essa corrente, que em 1930 imaginou poder atingir seus objetivos, foi traída por Getúlio, mais caudilho do que idealista. Novamente frustrou-se diante do comportamento do Marechal Lott (Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott), em 1955, que afastou aqueles idealistas das posições onde poderiam fazer algo pelo que almejavam. Mais tarde, no Governo João Goulart, passaram a conspirar no sentido de dar um basta ao caos que se implantava no País.

Esses homens, e outros que em face da situação a eles aderiram, foram os que fizeram a Revolução de 1964. Eis a razão por que fui buscar as causas remotas da Revolução de 1964 no idealismo que veio desde 1922, na corrente que se formou durante 40 anos, dentro do Exército, de homens que queriam fazer pelo Brasil mais do que simplesmente exercer as funções militares – queriam também mudar o País, a sua mentalidade política e transformá-lo numa potência.

Quais os principais fatores que, a seu ver, foram determinantes para o desencadeamento da Revolução de 31 de Março de 1964?

Chegamos às causas imediatas. Eu diria que, a partir do segundo Governo Getúlio Vargas, passou a existir em diversos setores da vida nacional uma forte influência marxista, com o intuito de transformar o País em uma nação comunista. A primeira investida teve como principais líderes o Ministro do Trabalho João Goulart e o Ministro da Guerra General Estillac Leal (Newton Estillac Leal). Afastados temporariamente depois da queda de Vargas, os comunistas, no entanto, continuaram a desenvolver suas atividades durante o Governo de Juscelino Kubitschek, quando a corrupção facilitou sua ascensão no País.

Depois, vieram a instalar-se no Governo, quando João Goulart assumiu o Poder após a renúncia de Jânio Quadros. Goulart estava comprometido com vários grupos políticos marxistas decididos a levar o País para a órbita comunista e transformá-lo num satélite, ao modelo da Cuba de Fidel Castro.

Iniciaram movimentos de massa, com base nos sindicatos, que controlavam em sua maioria, concentrados no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), de Dante Pelacani; começaram movimentos estudantis, onde possuíam grande influência, principalmente

pelo controle da União Nacional dos Estudantes (UNE). Organizaram comícios, passeatas, visando a perturbar a ordem, mostrar força e intimidar seus oponentes. Construíram um sistema de greves que permitia-lhes – aos comunistas – levar o caos ao País e catalisar o desespero da população para a introdução do sistema político que apregoavam.

Por fim, buscaram desestabilizar e neutralizar as Forças Armadas, que sabiam serem oponentes de suas idéias. Além de contar com alguns grupos de oficiais, procuraram criar células comunistas no meio dos sargentos e dos cabos e soldados, principalmente na Marinha e na Aeronáutica, onde predominavam profissionais. Promoveram a revolta dos sargentos, em Brasília, em 1963, e a rebelião dos marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, em março de 1964.

Estavam nitidamente preparando uma revolução comunista, apoiada não só no esquema dos sindicatos, como na quebra da disciplina e da hierarquia das Forças Armadas, por meio dos subalternos que lhes eram fiéis. Também utilizariam elementos armados, chamados "grupos dos onze", organizados por Leonel Brizola. Acobertados pelo Governo, em determinado momento tomariam o Poder. No dizer de Luís Carlos Prestes, "já tinham o Governo, faltava o Poder".

A situação ficou evidente depois do comício da Central do Brasil e do discurso do Presidente da República no Automóvel Clube do Brasil, ocasião em que os chefes militares resolveram intervir, afastar o Presidente e os grupos marxistas que o assessoravam e desmontar o esquema para implantar pela força, no País, um sistema comunista nos moldes da Europa Oriental e de Cuba. A meu ver, esses acontecimentos foram as causas imediatas da deflagração da Revolução.

A Marinha sofreu bastante quanto à quebra da hierarquia e disciplina, como o senhor acabou de citar o episódio da rebelião dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos.

Exatamente. A Marinha, por ter os seus quadros todos profissionais, foi bastante atingida por essa subversão da hierarquia e da disciplina. Infelizmente, esse estado de coisas contou com o apoio de altas autoridades da Marinha, como o Almirante Fuzileiro Naval Cândido Aragão, alguns seguidores do Almirante Suzano (Pedro Paulo de Araújo Suzano) e do próprio Ministro da Marinha da época, Almirante Paulo Mário (Paulo Mário da Cunha Rodrigues), criando as condições para o crescimento dessa insubordinação, que levou àquele espetáculo triste do Sindicato dos Metalúrgicos e que acelerou a deflagração da Revolução.

O que o senhor gostaria de realçar acerca da condução do Movimento Revolucionário nos dez primeiros anos, até o término do Governo Médici?

Foi o período marcado pela implantação e definição dos rumos da Revolução. Havia, nas Forças Armadas, três grupos de oficiais, a saber: a corrente originada em

1922, que pretendia fazer algo para eliminar o quadro de subdesenvolvimento e a mentalidade política que tanto prejuízo trazia ao País; outro grupo que não achava necessária a intervenção das Forças Armadas, mas às vésperas do Movimento aderiu ao mesmo; e um terceiro grupo, menor, que apoiava a escalada marxista.

Depois da Revolução, este último grupo foi praticamente extinto: seus integrantes foram afastados, cassados ou demitidos e outros passaram para a reserva. Deste modo, permaneceram dois grupos dentro do sistema revolucionário militar: o grupo que defendia a transformação do Movimento numa Revolução, isto é, que queria aproveitar a intervenção militar de grande porte – afastou o Presidente da República – para conquistar os objetivos, de muitos anos antes, de transformar as estruturas política e administrativa do País, saneá-lo moralmente, afastar os políticos corruptos e criar novos quadros, redimir a economia abalada, resolver os problemas das desigualdades sociais e afastar definitivamente do cenário nacional a subversão, que era bem forte. Para tal, a Revolução deveria demorar tempo maior no Poder. O maior expoente desse grupo era o Marechal Costa e Silva.

Já o outro grupo, a outra corrente de pensamento, defendia a opinião de que a intervenção militar deveria apenas neutralizar aquela escalada comunista, afastando os homens do Governo ligados diretamente à subversão marxista e, logo que possível, dever-se-ia restabelecer o sistema político vigente antes da Revolução. Essa corrente, ligada ao Marechal Castello Branco, não queria o prosseguimento da Revolução por muito tempo.

Essa divergência resolveu-se com a ascensão à Presidência da República do Marechal Costa e Silva. Durante todo o seu Governo predominou a linha revolucionária, ou seja, aquela que queria transformar o Movimento de 31 de Março em uma Revolução, entendendo-se que uma revolução vem para mudar as estruturas existentes, para estabelecer uma nova ordem e não somente para restabelecer a antiga, como queria a outra corrente.

Com a doença e o falecimento do Presidente Costa e Silva, novamente voltaram à tona as duas correntes e, agora, mais uma terceira, centrada no General Affonso Augusto de Albuquerque Lima. Predominou, mais uma vez, a corrente revolucionária, com a posse do General Médici, em 1969, na chefia do Governo Federal. Pensava, também, o General Médici, que a Revolução deveria permanecer até a conquista total de seus objetivos. Ele conciliou estas correntes divergentes dentro do Exército.

O Governo Médici foi de grande progresso para o País, a melhor fase de todos os governos revolucionários. O índice de crescimento da economia brasileira foi superior a 10% ao ano e, principalmente, houve um grande desenvolvimento do espírito e do orgulho nacional. Foi a época em que a população brasileira, em especial a juven-

tude, mais acreditou no País. Lembro que o mundo passou a denominar o progresso do nosso País de "milagre brasileiro"; foi realmente uma época de muita prosperidade. Na minha opinião foi o melhor Governo do Brasil, desde 1945.

Esse período, que se estendeu de 1964 a 1974, foi aquele em que predominou a linha revolucionária, ou seja, em que se pretendeu fazer do Movimento de 31 de Março uma verdadeira revolução. Foi o período revolucionário autêntico e teve no Governo Médici seu auge.

Qual a participação de seu pai, General Sylvio Frota, nos acontecimentos acima narrados?

Meu pai esteve sempre integrado à corrente baseada no idealismo nascido em 1922. Como disse, ele desejava que as Forças Armadas fizessem mais pelo Brasil, que proporcionassem uma mudança na mentalidade política nacional, que afastassem definitivamente a ameaça comunista sobre o nosso País e o impulsionasse para uma posição de relevo mundial, de desenvolvimento e bem-estar social. Desse modo, participou das ações daquela corrente anteriores à Revolução, sendo por isso incluído no grupo dos chamados de "golpistas" e "gorilas" pelos homens que se opunham a essa corrente de pensamento.

Quando houve a Revolução, meu pai estava, vamos dizer assim, "exilado" na Escola Superior de Guerra (ESG) – no quadro permanente –, onde eram colocados os oficiais que poderiam causar "algum problema" na tropa. Na eclosão do Movimento, inicialmente integrou o estado-maior revolucionário do Marechal Castello Branco e, depois, foi nomeado Chefe do Estado-Maior da Divisão Blindada.

Nessa época, qual o posto do General Sylvio Frota?

Ele era Coronel. Foi promovido a General no final de 1964 e foi nomeado Comandante da 4ª Divisão de Cavalaria (4ª DC), em Mato Grosso, e a seguir da Divisão Blindada (DB), no Rio de Janeiro. Nesse último período, quando comandava a DB, foi a época em que mais se discutiu sobre qual das duas linhas de conduta, ou de pensamento, deveria ser seguida: a linha revolucionária, de dar continuidade à Revolução, ou a linha que defendia o término do Movimento imediatamente. Meu pai fez parte do grupo de generais que apoiou a primeira linha e a posse do Marechal Costa e Silva.

Mais tarde, já no Governo Costa e Silva, meu pai foi Chefe do Gabinete do Ministro do Exército, General Aurélio de Lyra Tavares. Nessa época, também, foi Presidente de Comissão Geral de Investigação, quando tomou conhecimento da corrupção que campeava no País, nos governos anteriores. Promovido a General-de-Divisão, comandou a 1ª Região Militar. Assumiu, ainda no posto de General-de-Divisão, o Comando do I Exército, hoje Comando Militar do Leste. Foi promovido a

General-de-Exército no referido Comando, onde permaneceu por cerca de quatro anos. Era o período do Governo Médici e vivia-se uma fase crítica da Revolução, com o surgimento das contestações armadas e de atos terroristas. Em março de 1974, assumiu a Chefia do Estado-Maior do Exército, ao findar o Governo Médici.

Como se desenvolveu a subversão marxista e a reação das Forças Armadas?

Os comunistas haviam montado um esquema para dominarem o País que foi desmontado pelo desencadeamento da Revolução. Assim, ficaram durante algum tempo desarvorados. Mas, a partir de 1968, reorganizados e após verificarem que a linha revolucionária permaneceria no Poder, iniciaram nova ofensiva contra as instituições nacionais, visando a destruir os governos da Revolução e, conseqüentemente, ficarem em condições de, novamente, tentarem a tomada do Poder.

Essa nova fase começou com movimentos estudantis, como o episódio conhecido como do Calabouço, no Rio de Janeiro, em que ocorreu a morte do estudante Edson Luís, muito explorada pelos comunistas. Seguiram-se ações de luta armada: guerrilha urbana, terrorismo e, mais adiante, guerrilha rural. A luta armada era orientada de fora do País, com evidente conivência de elementos internos e dirigida pelo Movimento Comunista Internacional (MCI), responsável pelo adestramento, fornecimento de armamento e, ainda, apoio de todas as espécies.

As ações desenvolvidas na luta armada comunista foram roubos, assaltos, atentados e seqüestros, as quais eles justificavam dizendo destinarem-se a um fim mais alto, que era a implantação do sistema marxista. A partir de 1968/1969, as ações ganharam maior vulto e surgiram seqüestros de embaixadores e autoridades, sendo sua maior intensidade verificada na cidade de São Paulo.

As Forças Armadas, de certa forma, estavam despreparadas para enfrentar o tipo e a intensidade daquelas ações terroristas, para o que, normalmente, não eram treinadas. Tiveram que improvisar um sistema de defesa contra aquela agressão comunista orientada do exterior e com apoio de setores internos do País. Surgiu, então, a Operação Bandeirantes, em São Paulo, envolvendo a Marinha, o Exército, a Aeronáutica e as polícias.

O combate a esses grupos terroristas acabou dando bons resultados. As diversas organizações clandestinas comunistas começaram a ter insucessos em suas ações e passaram para a defensiva. Não conseguiram seus intentos de conturbar a vida nacional, desestabilizar o regime revolucionário e criar condições para a sua chegada ao Poder. O êxito da Operação Bandeirantes, em São Paulo, levou as Forças Armadas, agora dentro de uma amplitude maior, abrangendo todo o País, a organizarem um sistema de segurança interna e repressão da subversão armada baseado

em novos órgãos: os Destacamentos de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI). A partir daí, foi realizada um luta eficiente, sem tréguas, corajosa, contra as organizações subversivas comunistas e conseguiu-se vencer.

Foi uma ação de grande importância e merecem os maiores elogios os homens que guarneceram voluntariamente esses DOI/CODI, atuando com determinação, coragem, idealismo e patriotismo. Foram vitoriosos contra o inimigo comunista, apoiado pelo MCI.

Hoje, fala-se muito em tortura e busca-se com isso denegrir a atuação desses homens. São acusados de violências exageradas. Em primeiro lugar, deve-se dizer que o conceito de tortura não é muito bem definido e que varia segundo a ótica do observador. Ele é bem definido em seus extremos, pois ninguém tem dúvidas de que uma agressão física a um prisioneiro indefeso é um ato de tortura, assim como todos concordam que não há tortura em um interrogatório aberto, feito na presença de advogados e testemunhas. Contudo, no intervalo entre eles existe uma grande faixa cinzenta, onde a classificação das ações realizadas irá variar conforme o observador.

No caso particular dos comunistas, tinham orientação de dizerem que foram torturados, quando detidos, independente do tratamento recebido, pois isto fazia parte da campanha que eles moviam, interna e externamente, contra os órgãos de segurança, de modo a neutralizar sua ação e, com isso, facilitar o trabalho de subversão. De modo que hoje existe um exagero muito grande nas dimensões do que eles chamam de tortura.

Não digo que não tenha havido, principalmente no início, alguns excessos, alguns deslizes de comportamento de homens que estavam começando um combate que não conheciam bem e para o qual não estavam preparados, orientados e devidamente controlados. Mas foi algo pequeno e irrelevante, perto do enorme e valioso trabalho prestado por aqueles voluntários corajosos e patriotas que guarneceram os órgãos de defesa interna.

Não houve em nenhum momento o chamado “terrorismo de Estado”. Nunca os chefes militares adotaram, encamparam, foram coniventes ou complacentes com atitudes de tortura ou de terrorismo. Nunca houve essa política de Estado; pode ter havido deslizes de indivíduos no final da linha, fatos inevitáveis nesse tipo de luta, principalmente pelo despreparo inicial.

Isto ocorre em todos os lugares do mundo. Ocorreu com os franceses, quando combateram a Organização do Exército Secreto (OAS) na Argélia; com os ingleses, no confronto com o Exército Republicano Irlandês (IRA); e, agora, com os

americanos, no Iraque. É difícil, nesse clima de luta armada, controlar ações em suas extremidades. Mas nunca houve uma política superior nesse sentido.

Se houve terrorismo? Sim, mas praticado pelos comunistas, que agrediram, atacaram, assaltaram e mataram, não só os homens que combatiam a subversão, como também civis inocentes que estavam nos locais onde cometeram seus atos. Estes homens, a maioria jovens, que procederam dessa maneira, muitas vezes agiram insuflados e estimulados por indivíduos que, talvez sem coragem de praticar aquelas ações pessoalmente, os induziram a isso. Hoje, muitos destes estão acusando de tortura os militares e de terrorismo de Estado os chefes que participaram daqueles eventos. Isso é uma grande mentira.

Como ocorreu a designação do General Sylvio Frota para o cargo de Ministro do Exército?

Quando o Presidente Geisel assumiu o Governo, meu pai foi nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército (EME) e o General Dale Coutinho (Vicente de Paula Dale Coutinho), de quem meu pai era amigo, Ministro do Exército. O General Dale Coutinho tinha grande amizade pelo General Geisel; no entanto, meu pai não tinha com este um grande relacionamento, conhecendo-o pouco.

Haviam se passado dois meses do Governo Geisel, quando o General Dale Coutinho foi vítima de enfarte fulminante, vindo a falecer. Então, meu pai assumiu interinamente o Ministério do Exército, já que, funcionalmente, o Chefe do EME era o substituto do ministro. Depois, foi convidado a permanecer no cargo pelo Presidente Geisel. Foi assim que ele se tornou Ministro do Exército, cargo que não era de suas aspirações, pois estava satisfeitíssimo como Chefe do EME, para ele o ponto máximo da carreira de oficial do Exército, uma vez que considerava o cargo de Ministro do Exército especialmente político e de escolha do Presidente.

Qual a linha de pensamento do Ministro Sylvio Frota com relação à condução da Revolução?

A carreira de meu pai e o seu pensamento militar desenvolveram-se na esteira do idealismo dos homens de 1922, como Siqueira Campos, o que podemos chamar de corrente idealista do Exército. Meu pai pertencia ao grupo que defendia a idéia de que a Revolução de 31 de Março de 1964 era a melhor oportunidade para as Forças Armadas conduzirem a transformação do Brasil em um País desenvolvido, o ideal que aquela corrente perseguia.

Para esse grupo, a Revolução de 31 de Março deveria ser norteada pelos objetivos a serem alcançados, na área política, como a substituição dos antigos "caciques" por novos quadros formados dentro do pensamento revolucionário e a implantação de outra sistemática de administração e planejamento, para a qual os

militares tinham muito a contribuir, elaborando planos de longo prazo, como o foram os Planos Nacionais de Desenvolvimento. Também, os progressos econômico e social eram fundamentais para sustentar a imagem da Revolução. Outro ponto básico seria a completa extinção da subversão comunista ou, pelo menos, sua redução a uma situação de impotência, por muito tempo. Meu pai dizia, na época: "as revoluções não têm prazo, elas têm objetivos".

Então, na opinião dele, a Revolução deveria continuar até que alcançasse os seus propósitos, até que pudesse transferir o Poder para os novos quadros civis formados, até que a mídia, os meios intelectuais e o magistério tivessem abandonado suas idéias marxistas de implantação do regime comunista no País, ou seja, até que houvesse condições para uma restauração gradual, mas segura, do regime democrático. Desta maneira, ele achava que a Revolução deveria prosseguir pelo tempo que fosse necessário. Aí sim, ter-se-ia uma democracia definitiva, eficaz como deve ser, e segura.

Acerca da subversão, meu pai avaliava que estava apenas contida, principalmente a que era armada, mas que permanecia muito forte sob a forma de infiltração, notadamente na mídia, na juventude, nos meios intelectuais e artísticos e que havia necessidade de se mudar essa situação, antes de abandonar o regime revolucionário e retornar à forma política pretendida – um regime democrático livre, sem a ameaça comunista, própria dos países subdesenvolvidos.

Meu pai pensava ainda que a Revolução não era de um só homem. O Presidente da República era um delegado da cúpula revolucionária para dirigir o País. Aos Altos Comandos das Forças Armadas estavam afetas as responsabilidades pelo êxito da Revolução e deveriam ser ouvidos sobre as principais medidas e caminhos a serem adotados. Ele não aceitava que um homem colocado no Poder pela Revolução pudesse ter mais força que o próprio comando revolucionário.

Além disso, ele achava que o Ministro do Exército tinha duas faces: era o representante da política do Governo na Força e, também, defendia os interesses do Exército dentro do Governo. Assim, ele era o intérprete da opinião do Alto Comando, órgão máximo do Exército, junto ao Governo.

Essa era a linha de pensamento dele no que se refere ao exercício do cargo e à Revolução. Convém observar que essa não era a mesma maneira de pensar do Presidente Ernesto Geisel e de alguns de seus mais importantes assessores. O Presidente Geisel era oriundo do grupo, da corrente de pensamento, que no Governo do Marechal Castello Branco queria que a Revolução se extinguisse logo, sendo apenas uma intervenção rápida no Governo do País.

O Presidente Geisel, já agora muitos anos depois do Governo Castello Branco, opinava pelo fim imediato do Movimento e pela implantação de um sistema de gover-

no baseado num partido forte que garantisse a permanência no Poder da corrente de pensamento na qual ele se enquadrava.

Seu principal assessor no governo, o General Golbery do Couto e Silva, era um admirador do regime mexicano, onde um partido dominava todas as fontes de poder do Estado e, desta forma, procurava perpetuar-se no Governo; era o caso do Partido Revolucionário Institucional (PRI), que estava no Poder há cerca de 80 anos. O General Golbery pretendia transformar a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do Governo, numa organização forte, ou seja, uma farsa de democracia. Havia, também, por parte do Presidente Geisel, o pensamento de que ele representava a Revolução e não precisava ouvir os comandos militares para tomar decisões sobre a mesma.

Meu pai queria mais tempo; considerava os Altos Comandos das três Forças os órgãos supremos da Revolução e pretendia implantar uma democracia definitiva ao final do Movimento e, assim, divergia completamente do Presidente Geisel que planejava extinguir a Revolução naquele instante e estabelecer um sistema de falsa democracia, à revelia do pensamento dos Comandos das três Forças Armadas.

Portanto, ao falarmos do pensamento de meu pai sobre a Revolução, devemos observar esta profunda divergência de concepção, sobre como deveria ser conduzida a Revolução, entre ele e o Presidente Geisel.

Quais foram os principais fatos de natureza político-militar ocorridos na gestão do Ministro Sylvio Frota que influíram sobre os destinos da Revolução?

Houve vários eventos, ao longo dos três anos e meio em que meu pai foi Ministro do Exército, envolvendo sua atuação, que repercutiram sobre o destino da Revolução. Em alguns deles, as divergências, já citadas, tornaram-se evidentes e até conflitantes, tendo em uns prevalecido o pensamento do Presidente Geisel e em outros o do meu pai e da corrente revolucionária, da qual ele estava à frente.

Os opositores do regime chamavam de "linha dura" o grupo a que meu pai se filiava, porque, na realidade, ele não era condescendente para com os inimigos dos objetivos da Revolução. Esse grupo era intransigente no combate à subversão e à corrupção e quanto ao estabelecimento de linhas definitivas que levassem o País ao desenvolvimento completo e, portanto, a uma democracia plena.

Posso enumerar alguns desses acontecimentos, pois seria muito longa a sua narração. Eles se encontram relatados detalhadamente no livro do meu pai, "Ideais Traídos", que já está em fase de avaliação por editoras para publicação. A primeira divergência surgiu quando do reconhecimento da República Popular da China, pelas circunstâncias em que se apresentavam para o Brasil. Ainda em 1974, houve o caso

da prisão do pastor americano Morris, no Recife. Em 1975, as assimetrias ficaram por conta da condução do inquérito que apurava problemas fundiários em Conceição do Araguaia; durante a realização das manobras do Exército, em Campos; do veto do Presidente ao orador do Dia da Artilharia, que seria o Senador Jarbas Passarinho, e em outros casos. Ou seja, houve uma seqüência de fatos, ainda nos dois primeiros anos de Governo, não muito graves, em que as divergências apareceram.

Houve outros episódios em 1975, alguns deles ligados à política externa do Brasil: a posição frente ao bloqueio de Cuba; o reconhecimento das Repúblicas de Angola e Moçambique; o voto contra o sionismo; a questão da "Revolução dos Cravos", em Portugal etc. Em todos, o Brasil adotava uma linha sempre simpática aos países socialistas. Meu pai, como integrante do Conselho de Ministros, do Alto Comando das Forças Armadas e do Conselho de Segurança Interna, participava das discussões sobre essas questões e dava sua opinião, que muitas vezes era discordante da do Palácio do Planalto.

Ainda em 1975, ocorreu um fato de maior gravidade: o discurso ofensivo ao Exército feito pelo Senador Francisco Leite Chaves, por ocasião da morte do jornalista Vladimir Herzog. Ele gerou grande crise entre o Alto Comando do Exército e a Presidência da República. Três ou quatro meses depois, já em 1976, novo desencontro, com as proporções de uma crise ainda maior, ocorreu com a exoneração do Comandante do II Exército, General Ednardo D'Ávila Mello. Em ambas as ocasiões o Ministro teve uma atitude firme de lealdade ao Presidente, já que o pensamento da maioria do Alto Comando do Exército, onde predominava a corrente revolucionária, era de que o Presidente Ernesto Geisel fosse afastado. Meu pai, como Ministro, não concordou com isto, embora divergisse da posição do Presidente.

No ano de 1977, surgiu o episódio do "Pacote de Abril", quando Geisel iludiu seu ministério, inclusive seu Ministro do Exército. Houve, também, a tentativa de mudança das Diretrizes de Segurança Interna, procurando-se, dessa forma, neutralizar o sistema de repressão. Meu pai novamente conseguiu que seu pensamento prevalecesse, mas às custas de outro atrito. Houve, também, vários problemas relacionados com as promoções de oficiais-generais, em que era visível a tentativa do Presidente Geisel de afastar os homens simpáticos à linha revolucionária. Poderia, ainda, enumerar outros problemas como, por exemplo, quando da tentativa de regresso ao Brasil de Leonel Brizola, expulso do Uruguai, e da ofensa ao Duque de Caxias, feita por um jornalista de São Paulo.

Em todos esses fatos havia divergências entre as posições que meu pai defendia e as que eram adotadas ou se pretendia adotar pelo Palácio do Planalto. Isso foi gerando, ao cabo de certo tempo, uma incompatibilidade quase pessoal entre o

Ministro e o Presidente, embora nunca tenha faltado a lealdade daquele para com o Chefe do Governo. Até na confecção da Ordem-do-dia de 25 de agosto de 1977, relativa ao Dia do Soldado, essa deterioração no relacionamento entre meu pai e o Presidente Geisel aflorou.

Na visão de meu pai, havia também, em torno do Presidente, um grupo de homens que, em sua maioria, era constituído de interesseiros, embusteiros, aproveitadores do regime e falsos revolucionários. Queriam permanecer no Poder a qualquer preço, para desfrutar de suas regalias, e reuniam-se em torno do General João Baptista de Oliveira Figueiredo, que eles queriam fazer Presidente, o que conseguiram. Em sua opinião, aqueles homens poderiam, quando muito, ser tolerados até o final do Governo do Presidente Geisel, mas jamais permanecer no Poder após isto, porque iriam destruir a Revolução.

Foram esses fatos importantes para a condução da Revolução e estão na raiz da demissão de meu pai do cargo de Ministro do Exército.

O senhor poderia nos dizer quais dos eventos acima foram importantes para a demissão de seu pai do cargo de Ministro do Exército? Em que circunstâncias ela ocorreu?

Esses eventos, ao chegar o ano de 1977, foram evidenciando o choque entre a corrente revolucionária, defendida por meu pai e outros companheiros, e a dos homens do Palácio do Planalto. Alguns desses eventos geraram atritos pessoais e, a partir do problema da Ordem-do-Dia de 25 de agosto de 1977, meu pai estava convencido de que a permanência dele no Governo não seria longa. Ele continuava pensando que o Alto Comando do Exército, assim como os das demais Forças, deveria sempre dar a palavra final sobre os rumos da Revolução e não que estes fossem determinados pela vontade de um único homem, que, naquele momento, não estava integrado ao pensamento revolucionário.

Em que data o Ministro Sylvio Frota foi demitido?

Foi demitido em 12 de outubro de 1977.

Meu pai nunca teve a intenção de voltar-se, de uma forma armada, militar, contra o Presidente da República. Considerava-se Ministro e homem de confiança do Presidente e por dever de lealdade deveria sempre lhe dizer qual era a sua opinião, mesmo quando contrária à dele, mas jamais o criticou fora do âmbito da sala presidencial. Lá, lhe falava abertamente, mas, tomadas as decisões, não as censurava nem tomava qualquer atitude contra o Presidente.

No entanto, o mesmo não ocorreu de parte do Presidente. Meses antes de outubro, visivelmente começou a montar um esquema militar que desse respaldo à exoneração do ministro, o que ele pretendia fazer assim que tivesse condições.

Almirante Frota, isso que o senhor está revelando contraria a versão corrente de que seu pai pretendia depor o Presidente.

Esta é uma versão mentirosa, que teve como objetivo justificar a ação encetada pelo grupo do Presidente para demitir o Ministro do Exército. Até hoje essa história infundada de que o Ministro pretendia "derrubar" o Presidente é divulgada. Eles sim – os homens do grupo no Governo – é que fizeram uma verdadeira conspiração para demitir o Ministro, verdadeiro golpe, e alegaram o inverso.

Na preparação e execução desse complô, decepcionou-se meu pai com a atitude de vários generais do Alto Comando do Exército, que eram homens da corrente revolucionária e apoiavam o seu pensamento. Vários deles mudaram de posição, traindo suas consciências, por interesses pessoais ou por covardia de tomar uma posição clara e definida. Posso citar, entre esses casos, o de um general, que era um dos mais enérgicos defensores da linha revolucionária, e que mudou de posição em troca de sua nomeação para o cargo de Ministro do Exército e o de outro general, antes um extremado revolucionário, que também modificou suas convicções, no último instante, diante do aceno da possibilidade de vir a assumir outro cargo vago de ministro: o de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).

Entre os Generais-de-Divisão comandantes de importantes guarnições, houve os que, pela adesão ao complô palaciano, garantiram suas promoções a general de quatro estrelas e, pouco mais tarde, um deles foi Ministro do Exército. Assim, com esses procedimentos, alguns garantiram nomeações para desejados cargos ou suas promoções, enquanto outros se omitiram porque não tiveram a coragem de se definir.

Vários generais do Alto Comando do Exército não mantiveram coerência com as posições que vinham defendendo e foram desleais, porque souberam dos acontecimentos em evolução – participaram deles – esconderam-nos do Ministro e não o apoiaram, concorrendo para o desfecho conhecido. Essas atitudes muito magoaram meu pai.

Essa mágoa deveu-se, exclusivamente, às circunstâncias que envolveram o episódio e ao comportamento desses homens, algo inimaginável para ele. Quanto à demissão do cargo de Ministro, meu pai tinha a consciência de que esta era uma prerrogativa do Presidente, mas não esperava que fosse feita da forma como ocorreu e, muito menos, com as explicações mentirosas que o Palácio do Planalto divulgou.

Como disse, criaram uma versão de que meu pai era um homem desleal e planejava um "golpe" contra o Presidente, fato que nunca ocorreu. Ao contrário, em duas ocasiões anteriores, se o Presidente Geisel permaneceu no Governo foi por ação efetiva de meu pai, que fez questão de que isso ocorresse. Foram os casos, já citados,

do discurso do Senador Leite Chaves e da demissão do Comandante do II Exército, General Ednardo D'Ávila Mello, em São Paulo.

No livro "Ideais Traídos", meu pai narra todos esses fatos, dentro de uma seqüência cronológica, com detalhes – as circunstâncias, as atitudes das pessoas etc. – no capítulo que ele titulou de "A Farsa de Outubro". Para ele, aquela foi uma das maiores falsidades, talvez sem igual, da História do Brasil e que continua, até hoje, sendo divulgada como se fosse uma verdade, mas que não passa de uma grande mentira.

Na sua opinião, quais foram as principais conseqüências, para a continuidade do Movimento Revolucionário, do afastamento do General Sylvio Frota do cargo de Ministro do Exército?

A principal conseqüência foi o encerramento da Revolução no dia 12 de outubro de 1977, quando meu pai foi afastado do cargo de Ministro do Exército. Com ele também foram destituídos, pouco mais tarde, todos os importantes generais membros da corrente revolucionária. Os Altos Comandos das Forças Armadas ficaram entregues aos adeptos da linha de pensamento do General Geisel. Para meu pai, a Revolução terminou no dia em que o Presidente Médici desceu a rampa do Palácio do Planalto, após passar o cargo de Presidente da República ao General Geisel. Nesse ponto, divirjo um pouco da sua idéia. Para mim, naquela ocasião, a Revolução entrava em agonia, mas ainda sobreviveu durante os três anos e meio da gestão de meu pai no Ministério do Exército, fruto da atuação dos integrantes da corrente revolucionária. Buscou-se nesse lapso de tempo manter acesa a chama dos ideais revolucionários e fazê-la continuar a arder mesmo após o período do General Ernesto Geisel. Mas não se obteve sucesso e ela expirou em 12 de outubro de 1977. De qualquer maneira, não se pode falar em Revolução de 31 de Março de 1964 depois de 12 de outubro de 1977.

O que se viu, a partir daí, é conhecido. O Presidente Geisel nomeou seu sucessor o General João Baptista de Oliveira Figueiredo, pois imaginava que esse general fosse um seguidor de suas idéias, um continuador de seu pensamento. Deixou com ele seu principal assessor, mais como um orientador, o General Golbery do Couto e Silva.

O Presidente Geisel, contudo, cometeu então um grande engano: ele não conhecia tão bem quanto pensava o General Figueiredo. Não havia, de parte de seu substituto, qualquer compromisso com os pensamentos do General Geisel, a não ser com aqueles que lhe eram convenientes para chegar à Presidência. Logo que conquistou o Poder, tratou o Presidente Figueiredo de descartar-se deles e, pouco depois, do seu assessor, General Golbery.

Aliás, a respeito da saída do General Golbery existe um fato interessante. Meu pai, nos idos de 1981, recebeu em sua residência a visita de um industrial, amigo

comum dele e do Ministro de Estado Armando Falcão, que freqüentava constantemente a casa do ex-Presidente Ernesto Geisel. Esse senhor narrou o que o Ministro Falcão lhe dissera ter ouvido, quando o ex-Presidente comentou a saída do Ministro Golbery do Governo com a seguinte frase: "O Frota tinha razão, o Figueiredo não vale nada!" Creio que o Presidente Geisel percebeu tarde o erro que havia cometido.

O General Figueiredo e seu grupo mais importante de assessores desejavam o Poder, não só pela satisfação de vaidades pessoais, mas também para desfrutar de suas benesses. O Governo Figueiredo foi um completo fracasso, marcado pela corrupção, repleto de escândalos, inflação alta, dívida externa crescente e avanço da subversão marxista em todo o País. Seu mandato deu os argumentos aos comunistas para denegrir a Revolução, tal o seu descalabro, embora o seu Governo nada mais tivesse a ver com o Movimento. Era apenas um grupo de aproveitadores e interesseiros que se utilizaram do sistema revolucionário para chegarem ao Poder e desfrutá-lo.

Eis as conseqüências para a Revolução do afastamento do Ministro Sylvio Frota. Houve outras, ligadas às Forças Armadas. O comportamento do Alto Comando do Exército não passou despercebido à maior parte da oficialidade, adepta da corrente revolucionária, levando-a ao desencanto com a Revolução. Pode-se afirmar que, depois desse episódio – a demissão de meu pai do cargo de Ministro – não houve mais líderes no Exército, capazes de empolgar a oficialidade.

Os militares quiseram se afastar do Poder, não quiseram respaldar o Governo Figueiredo. Estavam desiludidos com a condução revolucionária que, aliás, nada mais tinha a ver com os ideais que nortearam a Revolução de 1964.

Os políticos se aperceberam disso e o resultado foi que o Presidente Figueiredo não teve força para impor seu sucessor, o Ministro Mario Andreazza, de sua preferência, que não conseguiu vencer as eleições dentro do próprio partido do Governo, a ARENA, e, outra conseqüência, o candidato escolhido perdeu as eleições para a oposição, porque, àquela altura, sabia-se que as Forças Armadas não estavam dispostas a dar algum respaldo à permanência no Poder daquele grupo que nada mais tinha a ver com a Revolução. As atitudes do grupo que estava no Poder, para a imensa maioria dos militares, serviram para denegrir a imagem da Revolução construída nos 10 anos iniciais.

Como repercutem sobre a conjuntura nacional atual, o período revolucionário e os fatos acima narrados?

Concluído o período de governos de presidentes militares, aqueles homens comprometidos com a escalada comunista de antes da Revolução e que foram afas-

tados retornaram ao Poder, cheios de mágoas e "revanchismo" contra as instituições militares e seus integrantes.

Deu-se, no caso do Brasil, um fato inédito. A Revolução de 31 de Março de 1964 é a única, em todo o mundo, que apesar de vitoriosa entregou o Poder a seus opositores, graciosamente, e deixou que eles escrevessem a história da própria Revolução que os derrotou. Nada foi feito de eficaz para mudar isso. De forma que os terroristas – alguns deles – e os estimuladores da subversão, vencidos em 1964, tornaram-se autoridades nacionais e, com o amplo domínio exercido sobre a mídia, transformaram a imagem da Revolução numa grande mentira. Na realidade, os 10 anos do Movimento até o fim do Governo Médici, foram os melhores do período republicano brasileiro.

No Poder, os indivíduos marxistas de todos os matizes – socialistas, comunistas, anarquistas etc. – retomaram o caminho que trilhavam antes de 1964. No entanto, por infelicidade deles e felicidade nossa, nesse mesmo instante a grande potência comunista, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) implodia e desaparecia. Com ela extinguia-se também, o Partido Comunista da União Soviética, desintegrou-se o Movimento Comunista Internacional e os marxistas perderam o Poder na própria "terra mater", a Rússia.

Os marxistas brasileiros, além de desencantados e frustrados, perderam o apoio externo manobrado pelo MCI. O Partido Comunista Brasileiro, por exemplo, dissolveu-se e parte dele tornou-se Partido Popular Socialista (PPS); outros marxistas "evoluíram" e tornaram-se neoliberais, com isso passando a dissimular suas posições anteriores claramente comunistas. Não esqueceram, no entanto, de destilar seu ranço contra as Forças Armadas e passaram a estimular forte campanha de descrédito das mesmas e de destruição da imagem da Revolução. Voltaram-se contra os homens que combateram com firmeza as atividades subversivas.

As conseqüências desse domínio da mídia e do meio intelectual e artístico pela esquerda são visíveis. Se atentarmos para a última eleição presidencial (2002) no País, vamos encontrar os seguintes candidatos: um, do Partido Socialista, de Miguel Arraes, cassado pela Revolução; outro, do Partido liderado pelo ex-Secretário-Geral do Partido Comunista Brasileiro; um terceiro, José Serra, ex-presidente da UNE, quando esta Organização era um centro de propaganda do comunismo, indicado pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, homem identificado no passado com a Internacional Socialista, e, ainda, o candidato de um Partido que era uma colcha de retalhos de várias correntes marxistas, inclusive o maoísta Movimento dos Sem Terra, e com o apoio do criador dos "grupos dos onze", Leonel Brizola. Este era o panorama das eleições. O povo ficou sem opções.

No caso das Forças Armadas, eu, como Almirante, pude ver bem esse "revanchismo" no repasse ínfimo de recursos do orçamento. Na Marinha, o orçamento atual é menos da metade do de 1988, em termos de poder aquisitivo. Esta dificuldade atinge fundo a capacidade operacional das Forças – Marinha, Exército e Aeronáutica – e, no meu modo de ver, é uma ação revanchista proposital. Fere a capacidade de defesa do Brasil, sendo por isso uma ação impatriótica.

Esses fatos são suficientes para mostrar que a traição ao Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964, perpetrada durante o Governo Geisel, influi e repercute até hoje de maneira negativa para o Brasil e, particularmente, para as Forças Armadas.

Almirante, que mensagem gostaria de deixar registrada, para as atuais e futuras gerações, relativa à Revolução de 31 de Março de 1964?

Eu gostaria de dizer às futuras gerações, particularmente aos jovens militares, que devem ter orgulho do fato de as Forças Armadas terem desencadeado a Revolução de 1964. Ela impediu que o País fosse colocado sob o jugo comunista, evitou que se tornasse um satélite soviético, não permitiu a eclosão de uma guerra civil de final imprevisível, que poderia dividir o País, como na Coréia e no Vietnam, e sem dúvida afastou a intervenção de forças estrangeiras em nosso território, o que fatalmente ocorreria. A Revolução impediu tudo isso, o que, por si só, já seria suficiente para que a incensássemos.

Além disso, ela proporcionou os 10 melhores anos de nossa história republicana, período em que o brasileiro mais acreditou no futuro do País e teve um entusiasmado orgulho de sua nacionalidade.

Isso foi feito, basicamente, pelos militares, com apoio de líderes civis. As Forças Armadas devem orgulhar-se de seus integrantes que lutaram e venceram a subversão armada, fazendo-o voluntariamente, com idealismo e patriotismo. Na maior parte das vezes, combateram sem muitos recursos, mas com coragem rara, e venceram aqueles que queriam implantar no País um regime odioso, assim como nossos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) o fizeram na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, contra outro regime totalitário e igualmente odioso.

Deixo às jovens gerações de civis e militares, particularmente estes últimos, que não viveram aquele período, esta mensagem: "Que devem orgulhar-se da Revolução, de seus líderes e dos homens que lutaram por ela; eles são dignos de admiração. É algo justo, correto e que deve ser o pensamento, a meu ver, das Forças Armadas."

Engenheiro Roberto Nogueira Médici

- Natural da Cidade de Bagé, RS.
- Engenheiro Civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
- Atividade atual: engenheiro consultor.
- Atividades exercidas como engenheiro e professor universitário: Calculista de pontes na Seção de Obras D´Arte do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) do Rio Grande do Sul; Professor Titular de Geometria Analítica, Cálculo Vetorial, Álgebra Linear e Álgebra Moderna na Escola de Engenharia da UFRGS; Professor Titular de Mecânica Técnica I na Escola de Engenharia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Professor Titular de Matemática Superior nos cursos de Física e Matemática da Universidade Rio dos Sinos, UNISINOS; Professor Assistente de Mecânica Técnica na Escola de Engenharia da UFRGS.
- Representações profissionais exercidas: Vice-Presidente da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; Membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira dos Consultores de Engenharia (ABCE); Secretário Particular para Assuntos Especiais da Presidência da República durante o governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici.
- Livros publicados: Nomografia (1965) UFRGS; Elementos de Álgebra Linear (1968) UFRGS; Astronomia de Posição (1989) Forense Universitária; Médici, o Depoimento (1995) MAUAD; Posicionamento e Orientação (2003) CATAU.
- O Engenheiro Roberto é filho do General Emílio Garrastazu Médici, Presidente da República do Brasil, de outubro de 1969 a março de 1974.

Entrevista realizada em 18 de agosto de 2004.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre os pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964?

A renúncia de Jânio Quadros foi a causa remota da Revolução de 31 de março de 1964. O governo foi cair, então, nas mãos de um homem cuja história pessoal não o colocava como amante da democracia representativa. Ao contrário, vinha cevado dos valores de Julio de Castilhos, Borges de Medeiros e Getúlio Vargas, positivistas que, por muitos anos, governaram com mão de ferro o Rio Grande do Sul, pouco preocupados com "democracia e liberdade". Assim que assumiu como presidente de um regime parlamentarista, João Goulart começou a lutar pelo restabelecimento do presidencialismo. Tão logo conseguiu plenos poderes através de um plebiscito, iniciou a campanha pelas suas "reformas de base" que fariam do Brasil uma república sindicalista chefiada por um caudilho. Como a isso se opunha o Congresso Nacional, essa república só poderia ser implantada por golpe de estado.

Quais os principais acontecimentos que, a seu ver, foram determinantes para o desencadeamento da Revolução, no dia 31 de março de 1964?

A pregação golpista era feita com desenvoltura pelo próprio presidente, ecoada por seus auxiliares diretos e divulgada por todos os meios que o poder presidencial, exercido com despudor, colocava a sua disposição. Ou o Congresso aprovava as reformas ou seria fechado. Era essa a ameaça.

No comício da Central do Brasil de 13 de março de 1964, o presidente, passando da ameaça à determinação, deu o decisivo passo para a revolução sindicalista que se desencadeou, na prática, com o explosivo discurso de Jango em reunião com sargentos das Forças Armadas e da Polícia Militar do Estado da Guanabara no dia 30 de março, no Automóvel Clube do Brasil, na Cinelândia, Cidade do Rio de Janeiro. Na manhã do dia seguinte, o Destacamento do General Mourão, que se deslocou para o Rio de janeiro iniciando o Movimento, obteve o apoio, quase que imediato, da maioria das Forças Armadas, cujas tropas, no seu deslocamento, receberam o aplauso caloroso do povo nas ruas.

O Movimento militar de 1964 foi desencadeado, portanto, para contrapor-se a um golpe de estado. Isso é verdade histórica e, por mais que se tente esconder, a verdade sempre aparece. Por isso mesmo, apesar das mentiras que hoje se divulgam, o brasileiro saberá um dia que um grupo determinado de civis e militares, em março de 1964, abortaram um golpe de estado.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

A pregação golpista foi tão intensa que tumultuou a vida nacional. O povo amedrontado saiu às ruas em protesto a um governo que tentava assumir poder absoluto e impor ao Brasil um modelo que assustava a quase todos. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, liderada pelas mulheres, só foi, como proclamam alguns, um movimento reacionário no sentido de que representou uma reação aos que queriam levar o Brasil à escuridão de um regime totalitário. Vitorioso o movimento, o povo retornou às ruas em agradecimento aos seus soldados.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

O líder civil do Movimento foi Carlos Lacerda. Como paisano e não participante das articulações que lhe deram origem, não tenho condições de indicar a sua liderança militar.

No comando da AMAN, o General Médici mobilizou os cadetes para apoiarem o movimento revolucionário que se iniciava, atitude considerada corajosa por seus pares, não?

Sim. Foi uma atitude corajosa e também uma "aula pelo exemplo", que sempre foi a sua maneira de agir. Se fazia parte das tarefas de um oficial tomar decisões e assumir riscos, o momento exigia que se comportasse como um oficial, frente aos futuros oficiais que comandava.

Não só com relação aos cadetes se observava a sua qualidade fundamental da liderança. Era absolutamente autêntico. Nada em seus gestos ou palavras era falso.

A Academia Militar contava com um grande número de sargentos, segmento da tropa mais trabalhado politicamente pelo governo de João Goulart. Prevendo que dias tumultuosos estavam por vir, uma vez por semana, meu pai os reunia e os colocava a par da situação. Não teve que prender um só sargento. Todos o acompanharam.

Que preocupações levaram seu pai a participar do Movimento de 1964?

Havia uma determinação, não dissimulada, de João Goulart de fechar o Congresso e instituir uma República Sindicalista. Basta ler os jornais da época para sentir a intensidade dessa pregação golpista. O pretexto para o golpe era a proclamação da insensibilidade do Congresso, ao não aprovar as famosas "reformas de base", exigidas por todos os homens do governo em qualquer comício, em todas as entrevistas, e que colocariam o Brasil no caminho da República Sindicalista de seus sonhos. Meu pai integrava o movimento liderado pelo General Costa e Silva, determinado a impedir pela força o fechamento do Congresso. Congresso golpeado, tropa na rua. Essa era a diretiva.

Na área civil, quais eram as pessoas com quem seu pai, no momento da Revolução de 31 de Março, tinha mais contato?

Suas tarefas no Comando da Academia Militar não lhe davam muita oportunidade para trocar idéias com o mundo civil. Via com admiração a atividade corajosa de Carlos Lacerda na defesa dos valores da liberdade e da democracia, naquele momento, ameaçados por forças poderosas. Chegou até, sem que o mesmo tivesse conhecimento, a protegê-lo em alguns de seus comícios.

A Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

Entre nações não existem amizades. Só interesses. A política externa permanente dos Estados Unidos em relação ao Brasil, um dos poucos países que, por suas características, está destinado a grande potência, é orientada por duas diretivas:

– Retardar ao máximo o desenvolvimento de um país que pode ameaçar sua liderança solitária.

Isso em nada diminui meu apreço por essa grande Nação. Se as posições fossem invertidas, agiríamos exatamente do mesmo modo. O que nos cabe é ter presente essa verdade e, sem fanfarras, sempre agir, exclusivamente, segundo nossos interesses.

– Evitar ao sul do equador um problema do tamanho do Brasil.

Não tenho dúvida de que, se o Movimento de 1964 se transformasse em guerra civil, eles interviriam para tentar impedir aquilo que eles consideram o grande problema ao sul do equador. Mas, pelo que sei, calcado em fontes absolutamente idôneas, 1964 foi exclusividade dos civis e dos soldados brasileiros.

A hoje chamada mídia apoiou o movimento? Que exemplos gostaria de citar?

Os grandes órgãos de comunicação social, refletindo a insatisfação e o medo de quase todos os segmentos da sociedade, apoiaram o Movimento. Entre eles vale lembrar: *Correio da Manhã*; *O Estado de São Paulo*; *Jornal do Brasil*; *Folha de São Paulo*; *O Globo* etc. Tanto o povo nas ruas como a inteligência, através da mídia, pediam, insistentemente, a intervenção das Forças Armadas.

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor poderia citar os principais?

Quanto à posição atual da mídia em relação às Forças Armadas Brasileiras, penso que, em grande parte, é uma contribuição, ingênua ou interessada, ao esforço americano para atrapalhar nossa caminhada na busca da grande potência que

certamente um dia seremos. No que respeita ao comportamento de alguns membros dos que hoje detêm o poder nada mais natural. Quem adora o ditador Fidel Castro, seus 45 anos de Poder discricionário, seu *paredón* manchado de sangue e suas masmorras carregadas de presos políticos não pode gostar de um movimento que impediu que se fizesse do Brasil uma cópia segundo esse manequim.

Não desconsiderando o sucesso de 1964 no que respeita ao aperfeiçoamento do equipamento material do Brasil, não desconsiderando as obras no campo social como, por exemplo, a extensão aos homens e mulheres do campo da proteção da Previdência Social, não desconsiderando, enfim, toda a sua inegável obra social e material, o Movimento de 1964 já se justificaria por ter impedido que nosso País caísse nas mãos de homens que comungavam, em métodos e pensamentos, com aqueles que, ainda em nosso tempo, infelicitaram vários países. Foram precisos, nos países do Leste europeu, mais de setenta anos para livrá-los da tirania e do absolutismo. Ali, a liberdade hibernou sufocando várias gerações.

O senhor acha que a Revolução de 31 de Março de 1964 cometeu erros? Caso positivo, quais foram?

Como acontece com qualquer governo, todos os que tiveram à frente do Movimento de 1964 cometeram erros. No caso de meu pai seu grande erro foi a escolha de Geisel para seu sucessor. Foi traído, mas de qualquer maneira foi erro seu. Geisel, de início, mostrou-se arrogante e prepotente e, por isso mesmo, incapaz de continuar a obra pacificadora de meu pai, que havia conseguido atravessar seu governo sem cassar um só político e sem nenhuma prontidão nas Forças Armadas.

Viu todas as suas teses serem contestadas pelo antigo auxiliar, tirado, por ele, do ostracismo e contemplado, primeiramente, com a presidência da Petrobras e, depois, com a Presidência da República. Tudo que meu pai fizera no campo administrativo foi rejeitado. A Transamazônica, por exemplo, obra que se impunha a qualquer ginasiano que se debruçasse sobre o assunto Amazônia brasileira, inclusive por oferecer terras férteis ao nordestino sacrificado pela seca, foi abandonada e, pior que isso, foi levada ao público como obra faraônica de um governo megalômano.

A "Perimetral Norte", também iniciada no seu governo e deixada ao acaso por Geisel, tem sido agora, por sua flagrante importância estratégica, motivo de luta para reativá-la com o nome de "Calha Norte".

No entanto, o erro fundamental, o erro estratégico do Movimento de 1964 foi a prorrogação do mandato do Presidente Castello Branco pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2). A partir desse Ato, o Movimento de 1964 que também foi um movimento civilista era agora exclusivamente de responsabilidade militar. A oportunidade,

após uma limpeza revolucionária, de um desengajamento pacífico e vitorioso das Forças Armadas, ao final do Governo de Castello Branco, estava sepultada.

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade e onde buscavam a orientação e o apoio externo? O AI-5 foi necessário? Qual a sua opinião?

O AI-2, provocando o afastamento do Movimento de 1964 de grande parte da liderança civil, foi sem dúvida o culpado pela falta de um relacionamento sincero, corajoso e indispensável entre o primeiro governo militar e a sociedade em geral. Do mundo civil, salvo honrosas exceções, o governo ficou com os piores interlocutores. Por culpa disso, já ao final do Governo de Castello Branco, duas facções, embora com objetivos finais conflitantes, buscavam o afastamento dos militares do Poder:

– A "oposição democrática", mobilizada para substituir os militares no comando da Nação sem, contudo, afastá-la de sua destinação democrática.

– A luta armada que buscava, na derrota das Forças Armadas, impor um regime assemelhado à Cuba.

Essa luta em duas frentes tornou imperiosa a busca de um instrumento de força. O AI-5 foi, portanto, conseqüência inevitável do AI-2.

O seu pai comentava com o senhor a respeito da penetração do comunismo no Brasil e da sua escalada a partir de 1968, uma vez que a ele, sobretudo como Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), cabia o acompanhamento da ação do MCI (Movimento Comunista Internacional) no Brasil e no exterior? O Presidente Costa e Silva, ao convidá-lo para o SNI, buscava consolidar o sistema de informações?

Quando ele era chefe do SNI, não houve muita oportunidade para trocarmos idéias. Ele ficava em Brasília e no Rio de Janeiro, envolvido com suas tarefas de governo, e eu, em Porto Alegre, levando minha vida de professor universitário em tempo integral. No entanto, em outras ocasiões, ouvi seus comentários sobre a política nacional e seu reflexo dentro dos quartéis.

Vinha de uma família da fronteira gaúcha, onde o fato político sempre teve importância capital. Seu avô, Anselmo Garrastazu, foi um dos fundadores do Partido Libertador, o partido dos "maragatos", que, no Rio Grande do Sul, se opunha ao partido governista, os "pica-paus", sustentáculo do implacável e longo Governo da Província gaúcha.

Sobre o esforço do comunismo internacional para, a partir da segunda década do nosso século, pôr um pé no Brasil, ele não precisava comentar. Era fato que se apresentava nítido a qualquer observador menos atento, principalmente durante o

tumultuário Governo Goulart e, mais tarde, a partir de 1968, com a escalada da guerrilha urbana que logo se fez acompanhar da guerrilha rural.

Meu pai foi para o SNI em função de suas ligações pessoais e da forte camaradagem que mantinha com o Presidente Costa e Silva. O SNI, Serviço Nacional de Informações, criado no Governo Castello Branco, já era um organismo consolidado, quando meu pai assumiu sua chefia.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?

Claro que houve anos de chumbo. Havia uma guerra. A ser vencida pela guerrilha, com auxílio material e treinamento vindos de fora, para fazer do Brasil uma grande Cuba, ou pelo governo para impedir que isso acontecesse. Tempos de guerra são tempos de chumbo. Os anos de governo do Presidente Lincoln, o maior dos presidentes americanos, foram os anos de chumbo da História dos Estados Unidos. Graças a esses anos de chumbo é que eles são hoje o que são. Uma Nação íntegra. De nossa parte, se hoje o Brasil vive uma democracia, se deve a esses nossos anos de chumbo.

A respeito da escolha pelo Alto Comando do General Médici para a Presidência da República muito se fala, nas Forças Armadas, que seu pai não queria ser candidato, não é verdade?

Sou testemunha de que, de fato, não queria. Só aceitou, depois de muito relutar, para desempenhar uma missão que seus companheiros de farda, em uma hora difícil para a Corporação e para a Pátria, pediram-lhe que cumprisse.

Aliás, um homem de brio não postula a Presidência da República em hora de anormalidade democrática. Num regime de exceção, a Presidência da República é o lugar de um líder ou de um esperto. A História vai mostrar, quando, com serenidade, analisar o Movimento de 1964, quem foram os líderes e quem foram os espertos.

Com relação ao episódio da sua indicação pelo Alto Comando, recordo-me que, na véspera de sua viagem para o Rio, para participar da reunião decisiva, ouviu, calado e sério, em sua casa em Porto Alegre, as seguintes palavras do filho e amigo, que lhe dirigi em momento decisivo: "Olha, papai, estou sabendo que, amanhã, tu serás o indicado e é por isso que agora devo ter dizer o seguinte: em primeiro lugar, vou ficar a teu lado, largo minhas três cátedras e vou contigo para Brasília; em segundo, se não aceitares, fugindo da responsabilidade que a hora te impõe, vais ter vergonha de fazer a barba e te olhar no espelho." Fiquei sabendo depois que ele repetiu essa frase na reunião do dia seguinte, na qual, finalmente, aceitou sua indicação.

Ao final dessa histórica reunião, depois de perguntar a cada um dos membros do Alto Comando ali reunidos se acatariam sua liderança, dirigindo-se a seus pares,

disse: "Está bem. Aceito ser o chefe, e a minha primeira ordem é determinar que o Almirante Rademaker seja meu vice."

Foi imediatamente contestado por um dos membros, sob a alegação de que um prévio acordo impedia a qualquer um do Alto Comando de aceitar o cargo de vice-presidente. Declarou então: "Meus senhores, minha primeira diretiva está sendo contestada. Não sirvo para isso. Escolham outro." Retirou-se, de imediato, e pegou o primeiro avião para Porto Alegre. Uma semana depois, foram comunicar-lhe que o assunto estava resolvido. O Almirante seria seu vice-presidente.

A História – encontra-se tudo registrado em ata no Ministério do Exército – é, portanto, testemunha de que estava absolutamente desprovido de ambição pelo cargo. Acho também que foi o único presidente do Brasil a pedir que se alterasse a Constituição para encurtar, em quase dois anos, a duração do seu mandato presidencial.

Nessa ocasião de definição da sucessão, um jornalista da revista Veja *tentou prejudicar o General Médici, alegando que ele já havia sofrido enfartes que o impediam de exercer os difíceis encargos de Presidente da República. O que o senhor gostaria de relatar sobre esse episódio?*

Enquanto a sucessão ainda não estava definitivamente estabelecida, saiu publicado na revista *Veja*, que dava seus primeiros passos, que meu pai já teria tido três enfartes. É claro que, se isso fosse tomado como verdade, bloquearia a decisão do Alto Comando de indicar seu nome para ser sucessor do presidente impedido.

Logo depois da posse, o jornalista encarregado de divulgar essa mentira, Carlos Chagas, pediu-me, através do diretor da *Veja* em Brasília, jornalista Pompeu de Sousa, um encontro. Foi o único jornalista de Brasília que não freqüentou meu gabinete, sempre aberto a todos os homens da imprensa. Depois do terceiro pedido, mandei dizer-lhe que, no meu modesto gabinete, não havia lugar para jornalista mentiroso. Daí, o fel que até hoje derrama ao se referir a meu pai.

O senhor e seu irmão tinham cargos formais no governo? Quais as suas atribuições?

O meu irmão Sérgio era o secretário particular, encarregado de toda a correspondência relativa ao Presidente, enquanto que eu era secretário particular para assuntos especiais. Sérgio e eu o acompanhamos em todas as viagens que fez pelo Brasil. Das suas duas únicas viagens ao exterior, participamos, apenas, da ida a Portugal.

O que o senhor gostaria de dizer da propaganda bem estruturada do Governo Médici, considerada uma máquina pelos inimigos da Revolução, sempre prontos a desmerecer qualquer trabalho realizado?

Realmente, a crítica mordaz e injusta dos contrários está sempre presente. Mas eu pergunto: "Por que um presidente que assumiu contra a sua própria vontade, que reduziu em quase dois anos seu mandato e que não admitia que se falasse em continuísmo, ia precisar de uma máquina para exaltar sua pessoa? Será que um presidente com essas características precisaria de um Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) de Getúlio Vargas para segurá-lo no poder por 15 anos?"

O que havia, de fato, era a intenção de levar um pouco de fé e de confiança no Brasil que estava crescendo. A resposta foi imediata, pois grande parte do povo viu que estava no comando um homem sério, com passado ilibado, e que ali se encontrava para servir e não para garantir um futuro de conforto para si e seus familiares. Assim mesmo, esse esforço de divulgar o Brasil que estava dando certo foi bem menor do que o gasto a partir de Collor de Melo, quando, aí sim, existiu uma máquina exaltando a sua imagem pessoal. Máquina que cresceu, assustadoramente, no governo entreguista de Fernando Henrique e permanece consumindo uma fábula de recursos no momento presente.

Mas os contra-revolucionários empedernidos insistem em explorar a idéia de que uma máquina de propaganda atuou na gestão vitoriosa do Presidente Médici. Adoram questionar as expressões "Brasil Grande" e "milagre brasileiro" que tão bem caracterizam a época do governo de seu pai.

Será que era culpa de meu pai que o Brasil de seu governo estivesse batendo recordes de crescimento? Que vivêssemos a pleno emprego? Que a Nação chegasse a crescer até 13% ao ano? Que tivesse conseguido colocar a inflação a níveis do primeiro mundo? Será que os adversários querem até que se esconda os dados de todos esses sucessos? É proibido declarar que estávamos batendo o Japão em termos de crescimento? Será que escamotear tudo isso não é pedir demais?

A expressão "milagre brasileiro" não foi coisa de sua assessoria. A expressão surgiu por meio de alguns comentaristas ao constatarem que, em termos de desenvolvimento, havíamos passado o Japão, cujo êxito era visto pelo mundo como "milagre japonês".

Quanto ao "Brasil Grande" será que foi mais divulgado do que "os 50 anos em 5" de Juscelino?

Evidentemente que não.

Quando seu pai foi escolhido presidente, ele conversou com o senhor a respeito de seus planos?

Nos primeiros dias de seu governo, ele já me manifestava suas preocupações com o futuro político do País, com as seguintes palavras:

"Minha intenção é pacificar o País e, ao final do governo, devolver o poder aos civis. Se isso não for possível, se, ao final de meu mandato, o País ainda estiver

no estado de ebulição em que o encontrei ao assumir, só me restará devolver o bastão ao Alto Comando que, seguramente, indicará um general da ativa para me substituir. Se, no entanto, conseguir pacificar, vou trabalhar para fazer um civil meu sucessor. E, se as coisas estiverem a meio caminho, vou indicar um general da reserva para fazer a transição a um governo civil."

Essa opinião de que o país, estando sob controle, o Poder poderia ser devolvido aos civis, era partilhada por outros oficiais do grupo de seu pai?

Não sei. Mas sei que chegou ao final de seu governo com tanta carga de credibilidade e respeito que, se achasse que seu sucessor deveria ser um civil, não seria minimamente contestado pelas Forças Armadas.

Se não o fez foi porque, a seu juízo, o País ainda não estava totalmente pacificado. Embora a atividade urbana da guerrilha tivesse sido completamente dominada, ainda existiam focos da guerrilha rural no despovoado norte do Brasil.

A tarefa a que se havia proposto, de pacificar o País, estava ainda incompleta.

Durante o Governo bem-sucedido, sob todos os ângulos, do Presidente Médici, o que o senhor gostaria de ressaltar?

Meu pai assumiu num dos períodos mais turbulentos da vida nacional, por isso mesmo sua preocupação inicial foi pacificar o País, como já citei, e restaurar a confiança do povo no Movimento de 1964. Não foi tarefa fácil. A guerrilha urbana, que mostrou sua face com o seqüestro do embaixador americano ao final do governo Costa e Silva, além de amedrontar o povo e prejudicar a imagem do Brasil no exterior, feria a unidade do quartel. A mocidade acadêmica, até pela influência da agitação estudantil que contaminou o mundo nos anos 1960, estava em pé de guerra. O povo nas ruas pedia o fim do regime militar. No entanto, ao final do primeiro ano de seu governo, por seu desempenho, simplicidade e seriedade, já havia unido os militares e conquistado o respeito de grande parte da Nação.

Pôde, então, iniciar suas tarefas de administrador. Não quero fazer aqui um inventário de suas realizações, mas, entre outras, vale citar a ampliação da malha rodoviária, da oferta de energia, da produção de aço, da construção de navios e da produção de veículos; a criação da EMBRAPA; o início da efetiva incorporação da Amazônia ao território nacional pela construção da Transamazônica e início da construção da Perimetral Norte; a abertura de nova fronteira agrícola com a extensão da rede rodoferroviária à região Centro-Oeste; e a extensão ao homem do campo, desde sempre abandonado pelo Estado, da proteção da Previdência Social.

No plano econômico, aumento em 50% da renda *per capita* e, apesar de todas as obras que realizou, baixou a inflação de 40% para 12% ao ano. Entregou ao seu sucessor uma dívida de 8 bilhões de dólares que poderia ser paga dentro de um mesmo ano, pois deixou uma reserva de quase 7 bilhões de dólares.

Enfim, terminou seu mandato com a consciência do dever cumprido com dignidade. Sabia que tinha realizado uma considerável obra no que respeita ao equipamento material e ao aperfeiçoamento social de seu País.

Hoje, em que a democracia brasileira tem mil "pais" e mil e um "heróis", é preciso que se diga que o primeiro e determinante passo na busca do retorno à normalidade democrática foi dado por meu pai, ao indicar um general da reserva para sucedê-lo, concluir a sua tarefa de normalização e devolver o governo à sociedade civil. Pela primeira vez, no período revolucionário, o sucessor não seria um militar da ativa indicado pelo Alto Comando.

Em nenhum momento de sua eficaz gestão, o candidato preferido de seu pai chegou a ser o General Orlando Geisel?

Em que pese a sua camaradagem e estima pelo General Orlando, nunca pensou em fazê-lo seu sucessor. Até porque, do meio para o fim do seu governo, o General Orlando começou a demonstrar uma queda acentuada em sua saúde. Até um simples deslocamento para o Planalto, para despacho, era uma operação de sacrifício.

Como foi a relação do Governo Médici com o Congresso e com a oposição que aceitava as regras democráticas?

Em que pese existir, em um regime de exceção, restrições às liberdades democráticas, a oposição legítima teve, no governo de meu pai, seu espaço garantido. O Congresso, durante seu mandato, nunca foi ameaçado, e nenhum de seus membros foi cassado.

O seu governo, em nenhum momento, reprimiu a oposição legal, mas combateu, com determinação, a oposição armada, caracterizada pelas ações terroristas e pela guerrilha rural.

Havia até, da parte da legítima oposição, a consciência de que a guerrilha na cidade e no campo era uma ameaça efetiva aos valores democráticos que garantiam a sua existência. Legitimamente, lutava contra o governo para restabelecer a democracia na sua plenitude, mas sabia que a guerrilha era também sua inimiga.

Essa mesma visão sobre o terror e a guerrilha era partilhada por todos os setores da sociedade empenhados em ter o Brasil dentro de uma economia de mercado ou desejosos de atingir a democracia plena. Sabiam que a vitória da oposição

armada seria a morte prolongada da democracia. Implicaria o estabelecimento do estatismo, com as suas conhecidas e terríveis conseqüências. O empresariado paulista, por exemplo, participou ativamente da luta, contribuindo com o apoio material na cruenta luta que se desenvolveu na Cidade de São Paulo.

Importa dizer, ainda, que tantos os guerrilheiros, que arriscaram realmente sua vida, como os gigolôs do heroísmo alheio, que se espalham em profusão pelo Brasil de hoje, tentam esconder a grande verdade, mas que está registrada na História: a guerrilha na cidade e no campo não buscava a democracia e não contava com nenhum apoio da sociedade brasileira.

Em que pese o esforço de muitos e o acovardado comodismo de outros tantos, a História não pode ser invertida: se hoje o Brasil vive uma democracia, é aos que lutaram e tombaram defendendo o governo, a lei e a ordem que se deve agradecer.

O que o senhor gostaria de relatar a respeito da censura no Governo Médici?

No governo de meu pai havia uma guerra a ser vencida e, em tempos de guerra, não existe imprensa livre. Não existe nação, por mais democrática que seja, que não imponha censura à imprensa em tempo de guerra.

A relativa liberdade que os americanos deram à mídia, durante a guerra do Vietnam, foi, em grande parte, responsável pela derrota que amargaram. Já na Guerra do Golfo, nada, nenhuma notícia, fugia do controle militar.

Permita-me aqui um desabafo. Não é a terrível corrupção que nos afronta o maior mal do Brasil de hoje! O grande problema nacional de nossos dias é a covardia cívica. Quase todos não dizem a verdade, mas sim o que é conveniente dizer. A coragem cívica, que é o tecido da alma de uma nação, está escassa no Brasil de nossos dias. Só se diz em público aquilo que não compromete e que não nos coloca contra a "verdade" da moda.

Não sejamos hipócritas. Diga-se que foi tudo mentira, que não houve luta armada a ser vencida, ou credite-se ao estado de guerra a censura e a conduta que tivemos naqueles dias.

Devo concluir que a razão da censura era exclusivamente a guerrilha urbana e rural, por ser inadmissível que um homem que foi absolutamente honesto e que não usou o poder para beneficiar parentes e amigos, precisasse esconder-se atrás desse biombo.

No meu modo de ver, a única nomeação de parente com legitimidade moral que um presidente poder fazer é a de seu secretário particular, cargo que um de seus filhos exerceu.

Quanto a mim, seu outro filho, não houve nomeação. Simplesmente, fui requisitado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na qual era professor está-

vel, em duas Cadeiras, para ser seu assessor. De duas outras cátedras, em universidades particulares, nas quais era professor titular fundador, demiti-me. Meu pai e sua família não precisavam de censura, porque não tinham nada a esconder.

É certo que a única exigência do Presidente Médici na composição do Gabinete Militar foi a inclusão do General Léo Etchgoyen, naquela época Coronel?

O Coronel Léo Etchgoyen foi seu Assistente-Secretário no Comando do III Exército. Meu pai admirava a integridade desse brilhante oficial. Na composição do Gabinete Militar, a inclusão de seu nome foi, realmente, a sua única exigência. Além do mais tinha sido amigo de seu pai – o General Alcides Etchgoyen – que foi Chefe de Polícia, no Rio de Janeiro.

Nesta oportunidade, releva citar que, na entrevista dada por mim ao CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação) da Fundação Getúlio Vargas, em 1993, perguntaram-me se os irmãos Etchgoyen eram muitos radicais, e eu respondi:

"Não sei qual o sentido que se quer dar a essa palavra aqui. O Léo, com quem tive contato, era homem, no que diz respeito a valores sociais, de posições firmes. Se isso define um radical, ele era radical. Acho até que, em matéria de princípios, o feio é não ser radical. O feio é ser complacente na defesa do que se tem como correto.

De minha parte, confesso que sempre fui um democrata radical. Tenho a convicção de que, fora da democracia, não há lugar para abrigar a dignidade do homem.

O poder ilimitado no tempo é química que destrói a alma humana. Assim, tenho, como uma de minhas verdades fundamentais, que a única coisa que protege o homem de um governante desfigurado por essa química diabólica é a rotatividade de poder. E isso só a democracia garante."

Naquele mesmo depoimento para o CPDOC, indagaram-lhe: "Agora a democracia supõe diálogo, não é?" Poderia relembrar, novamente, a sua resposta?

Respondi que: "Claro. Mas não só diálogo. Diálogo e muitas vezes luta. Para conquistá-la e para conservá-la."

A democracia inglesa não foi presente do Rei. Saiu da espada de Cromwell.

No nosso século, somos todos testemunhas, foi preciso muita luta de matar e de morrer, para preservar os valores democráticos que o Mundo Ocidental havia conquistado. E, na Rússia, de nossos dias, quantas vidas foram sacrificadas para que se pudesse derrubar as estátuas dos tiranos.

Não há sociedade eternamente imune à autocracia. Não há vacina duradoura contra a tirania. E, quando o aspirante a César, aproveitando-se de circunstâncias propícias, vislumbra a possibilidade de tomar o poder, de aumentá-lo ou prolongá-

lo, não é o diálogo que salva a nação. A História mostra que, para ter democracia, o Mundo muito mais luta do que dialoga.

Essa sua entrevista transformou-se em livro publicado pela Editora Mauad, em 1995, com o titulo Médici – O Depoimento*, não é isso?*

Exatamente. Neste momento, é oportuno dizer, como o fiz na nota de apresentação do livro, que, naquele trabalho, deixei de contentar a muitos. Mas seria indigno falar sobre meu pai se, quando inquirido, me calasse ou dissesse alguma coisa além da verdade.

Qual a sua avaliação a respeito da "abertura", com o Governo Geisel e, mais tarde, com o Presidente Figueiredo? Esses dois últimos governos de presidentes militares prejudicaram a imagem da Revolução de 1964?

Desde os primeiros dias de seu governo, meu pai, como relatei anteriormente, já manifestava a todos seus auxiliares a determinação de pacificar o País e devolvê-lo, ao final de seu mandato, a um presidente civil. Tinha sido essa a intenção inicial do Movimento de 1964 e, à medida que essas metas fossem sendo postergadas, as Forças Armadas passavam de salvadoras da democracia a usurpadoras de um poder que não lhes cabia. Esse era seu objetivo e o que faria se conseguisse pacificar o País e realizasse uma administração que lhe desse o respeito do povo e de suas Forças Armadas. Se, no entanto, chegasse ao fim de seu mandato com o Brasil ainda doente dos primeiros dias só lhe restaria, fracassado, devolver o poder ao Alto Comando. Por outro lado, se o Movimento, já vitorioso, pudesse dispensar o instrumento de exceção, mas ainda precisasse de um acompanhamento militar para, com segurança, fazer a transição à Democracia, ele iria buscar para seu sucessor um oficial da reserva. Era esse seu projeto político que era, repito, do conhecimento de todos os seus auxiliares de confiança.

Encontrou um País dividido e ameaçado de se fragmentar e, ao final, entregava ao sucessor uma Pátria unida e pronta para retornar à Democracia: a guerrilha urbana estava derrotada e, no Norte, onde um grupo guerrilheiro tentara impor um território livre, sucumbia como resultado da falta de apoio da população que voltava a acreditar em seus dirigentes. Podia então, segundo seu projeto, revogar o AI-5 e entregar o governo a um oficial da reserva para completar a obra de restauração democrática. A Revolução de 1964 teria cumprido sua meta e as Forças Armadas iriam sair da ribalta vitoriosas e respeitadas. Buscou, então, o General Ernesto Geisel. General da reserva que, por ter exercido cargo de confiança em seu governo, sabia de seu projeto político, e, por tê-lo exercido do primeiro ao último dia de governo,

só podia apoiá-lo. O nome Geisel só foi confirmado depois de certificar-se, pela palavra de seu Chefe da Casa Militar, General João Figueiredo, do seu afastamento do General Golbery. Sempre teve desprezo por esse oficial e dos artifícios que usava para estar sempre ao lado do Poder. Desprezo que evoluiu para asco cívico depois que esse senhor, após ter criado e dirigido, no Governo Castello Branco, o Serviço Nacional de Informações, que lhe deu a oportunidade de conhecer o direito e o avesso de todos os homens importantes desse País, ter tido o despudor de colocar essas informações a serviço de uma multinacional. De ter tido a coragem de ser um mandalete remunerado, um abridor de portas da Dow Chemical. Mercadejando um produto que não lhe pertencia, a dignidade de um oficial do Exército Brasileiro.

Sabedor da influência que Golbery exercia sobre Geisel, não queria correr o risco de vê-lo na futura equipe de governo. Eliminada essa possibilidade, pois para meu pai, que acreditava em honra militar, era inconcebível que um general Chefe da Casa Militar pudesse mentir ao seu presidente, comunicou pessoalmente ao Geisel a intenção de indicá-lo ao Congresso como candidato do Governo à presidência da República que, sem impor nenhuma condicionante, de pronto aceitou. Comunicou sua decisão aos chefes militares e a sua liderança política com o pedido de que a respaldassem. Geisel a partir de então, até pelo prestígio de quem o indicava (meu pai terminou o governo com 82% de aprovação), já era o futuro presidente do Brasil. Quando, a pedido do meu pai, o Dr. Leitão de Abreu, seu Chefe da Casa Civil, foi ao encontro de Geisel formalizar o convite e oferecer os préstimos do governo, este, para surpresa e estupefação do enviado, declarou: "Só aceito com o AI-5 em vigor." A meu pai só cabia curtir a traição. Já não tinha mais espaço de manobra para articular outra candidatura.

Quando mais tarde Geisel anunciou seu ministério e nele viu figurar Golbery e João Figueiredo soube com amargura que também tinha sido traído pelo seu Chefe da Casa Militar. Ficou, então, sabendo que Geisel precisava do AI-5 principalmente para remunerar Figueiredo por serviços prestados. Para impô-lo como seu sucessor. E como foi generoso e agradecido. Deu-lhe um mandato de 6 anos. Mais uma vez a troika – Geisel, Golbery e Figueiredo – que havia, por amor desmedido ao Poder, contribuído substancialmente para afastar o Governo Castello Branco dos objetivos da Revolução de 1964, assumia novamente as rédeas do Movimento e mais uma vez postergava o retorno do País à democracia. Agora, para enxovalhá-lo e manchar o prestígio das Forças Armadas que até hoje sofrem as conseqüências de um desengajamento que poderia ter sido honrado e vitorioso, mas que foi uma vergonhosa debandada.

Geisel com o "Pacote de Abril" se proclamou em Assembléia Constituinte. Fechou o Congresso, criou o "senador biônico", cassou um senador e, para dar maio-

ria no Congresso ao partido que dava sustentação a seu governo, deu maior peso político aos Estados do Nordeste e do Norte subvertendo completamente a representação dos Estados na composição da Câmara dos Deputados. A sociedade viu que estava à frente um presidente arrogante que, jogando fora o esforço de pacificação do governo anterior, usava a força para humilhar e impor sua vontade. Por outro lado, a determinação de fazer Figueiredo seu sucessor agitou o quartel. O nome Figueiredo não era bem recebido e a violência para impô-lo, como as demissões do Chefe da Casa Militar, General Hugo de Abreu, e do Ministro do Exército, General Sylvio Frota, quebrou a unidade da Corporação. Quando Figueiredo assumiu, a Revolução de 1964 já era repudiada pela sociedade civil e pelos militares idealistas que não se deixaram amolecer pelos anos de Poder. Queriam, no mais breve espaço de tempo, desvincular as Forças Armadas de um governo que estava sujando sua imagem. Só restava a Figueiredo a retirada. Sua Lei de Anistia não foi um ato de clemência de um vencedor, mas um gesto obrigatório e encabulado de quem sai pela porta dos fundos. Foi mais uma ata de rendição. Por isso mesmo, até hoje, só protege os que se opuseram à Revolução.

Houve, a partir de 1990, e existe, hoje, o chamado "revanchismo", por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que o senhor tem a dizer da Lei de Anistia?

Não me surpreende o "revanchismo" dos vencidos em 31 de março. O inimigo tem o direito de se comportar como inimigo. É inacreditável, no entanto, a ingratidão de grande parte da sociedade brasileira em relação ao Movimento de 1964. A parte abastada, quando ameaçada pela vitória de um sistema que ia confiscar seus bens, agarrava-se às túnicas dos militares. Hoje, comporta-se como se, na ocasião, estivesse habitando um outro planeta. Muitos da classe média e da mídia, por covardia e interesse, fingem não reconhecer que, se hoje não há um fiscal de quarteirão vigiando suas portas e reportando ao inspetor geral, se deve aos militares que mataram e morreram pelas ruas e pelos campos do Brasil combatendo uma guerrilha que certamente não lutava para aqui implantar um regime democrático. Por outro lado, o verdadeiro contra-exemplo de dignidade humana foi o comportamento vil de alguns auxiliares diretos de meu pai. Três personagens merecem registros:

Cirne Lima, tirado do anonimato político para ser ministro de Estado. Para esconder o real motivo de sua queda, incompetência, declarou em entrevista a um jornal de Porto Alegre que abandonou o governo por causa da tortura.

Pratini de Morais, também sua criatura política, além de aceitar servir a Fernando Henrique, um presidente que tudo fez para desacreditar as Forças Arma-

das e seus presidentes, teve a indignidade, em currículo que fez divulgar quando se credenciava a disputar cargo político, de ocultar ter sido seu Ministro da Indústria e do Comércio.

Octávio Costa, oficial do Gabinete Militar, Chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas. Entre outras tarefas era o responsável por elaborar a maioria dos discursos do presidente. Na minha opinião gongóricos e descasados da personalidade direta e sem arabescos de meu pai. Vaidoso, pretende ser um intelectual. Para ser cooptado pela dominante *intelligentia* de esquerda, critica, sem pedir reserva, um homem a quem serviu, em cargo de confiança, do primeiro ao último dia de governo. Chega mesmo a registrar, em depoimento ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas que, "se Médici não fosse só um capitão de Cavalaria", teria feito a abertura no final de seu governo...

A imagem das Forças Armadas vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Apesar do esforço dos sucessivos governos pós-revolucionários em denegri-las, o povo brasileiro sabe, porque nunca faltaram ao seu chamamento, que pode contar com suas Forças Armadas.

Que mensagem final gostaria de deixar registrada a respeito da Revolução de 31 de Março de 1964 para as atuais e futuras gerações, por meio deste Projeto?

Como mensagem de meu pai aos patriotas desse nosso Brasil, civis e militares, gostaria de reproduzir parte das palavras que pronunciei na Academia Militar das Agulhas Negras por ocasião do descerramento do seu retrato no auditório que leva seu nome.

"(...)Duas características mais se destacam quando rememoro a figura de meu pai. Seu amor ao Brasil e sua fé na Democracia.

Amava o Brasil e sabia que seu destino, ser grande entre os grandes, não estava em discussão. A tarefa era fazê-lo crescer sem desfigurá-lo. Mantê-lo íntegro ao longo de seu caminho. O Brasil de sempre. O Brasil singular e único. O Brasil da concórdia, da tolerância, do bom convívio entre os diferentes.

Era também um democrata radical. Tinha a convicção de que nenhum homem é suficientemente perfeito para merecer o poder sem limites. Sabia que o único instrumento social a impedir que um país se transforme em um campo de prisioneiros é a rotatividade de poder. E isso, apesar de suas imperfeições, ele tinha como verdade, só a democracia garante. E quando, em hora tormentosa de nossa Pátria, seus pares o indicaram para suceder o grande Presidente Costa e Silva, fiel a essa fé,

estabeleceu três condições para aceitar a difícil missão: que o Congresso Nacional fosse reaberto; que seu nome fosse a ele submetido e que seu mandato fosse reduzido em quase dois anos.

Na carreira militar de meu pai, dois momentos foram de particular importância, pois colocaram a prova o homem que, por vestir a farda de oficial do Exército, sabia que não podia falhar quando o que estava em jogo era o seu Brasil democrata. Os lugares que presenciaram esses momentos poderiam, se esse fosse o desejo, abrigar sua imagem e cultuar seu nome.

Foi no 12º Regimento de Cavalaria, em 1930, que o Tenente Médici, arriscando a vida e a carreira, colocou a importante guarnição de Bagé a serviço de um movimento que buscava libertar o Brasil de um sistema que, fantasiado de democrata, se perpetuava no Poder.

E foi aqui, na Academia Militar das Agulhas Negras, em 1964, um dos mais tumultuados períodos da nossa História, que o General Médici, ainda disposto a tudo arriscar pela Pátria, na hora zero, se colocou ao lado dos que impediram que o Brasil entrasse na escuridão de um regime totalitário.

Em que pese saber o carinho que cultivou ao longo da vida pelo seu velho Doze de Cavalaria, sei que é aqui nesta Casa que ele gostaria de ficar. Ao lado dos seus cadetes, que um dia comandou na defesa da Pátria, íntegra e democrata(...)"

Coronel Alcio Barbosa da Costa e Silva

- Natural da Cidade de Juiz de Fora, MG.
- Pertence à Turma de 1946 da Escola Militar de Resende, depois Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).
- De agosto de 1962 a agosto de 1963, chefiou a Estação-Rádio PTA-2 do "Batalhão Suez" (III/2º RI), batalhão brasileiro da Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF), acantonado na Cidade de Rafah, Faixa de Gaza, Egito. Em junho de 1964, foi nomeado, por necessidade do serviço, Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra – D5, Divisão Técnica, como Assessor para Comunicações.
- Possui o curso de Comando e Chefia, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), em 1962, e do Instituto Militar de Engenharia (IME), este concluído em janeiro de 1956 na especialidade de Comunicações, tendo sido incluído, em março de 1961, na Arma de Comunicações.
- Tanto em 1961, no episódio da Legalidade, como em 1964, na eclosão da Revolução, no posto de Major, encontrava-se em Porto Alegre, no Comando do III Exército, como Chefe da Seção de Serviço-Rádio nº 3 do Ministério da Guerra.
- O Coronel Alcio é filho do Marechal Arthur da Costa e Silva, Presidente da República do Brasil, de março de 1967 a agosto de 1969.

Entrevista realizada em 30 de setembro de 2004.

Creio que sou dos poucos oficiais que, em 1961, quando do movimento que se chamou de "Legalidade" e, em 1964, por ocasião da Revolução de 31 de Março, estava na mesma função: Chefe Seção/3 do Serviço-Rádio do Ministério da Guerra, que englobava a Estação-Rádio RS-1 e Rede-Rádio da 3ª Região Militar, em Porto Alegre-RS. Por esta razão, como pródromo da Revolução, relatarei o que vivi em Porto Alegre durante a "Legalidade".

Para que seja entendido ao relatar fatos "pós 31 de Março de 1964", devo esclarecer que, após a vitória da Revolução, pedi a meu pai, General Costa e Silva, já Ministro da Guerra, que me transferisse para o Rio de Janeiro, pois queria que ele contasse com a presença de seus netos – na época três garotos e uma menininha que nasceu justamente em novembro de 1964 – naqueles dias difíceis que, certamente, iria viver.

Transferiu-me então para o seu Gabinete, tendo sido designado para a D/5 – Divisão Técnica – na função de Assessor para Comunicações. Nesta ocasião, eu era Major, Engenheiro de Comunicações, formado pela então Escola Técnica do Exército, atual Instituto Militar de Engenharia (IME).

Com minha mulher e filhos, fomos residir em companhia de meus pais, no Palacete Laguna, no Maracanã, então residência oficial do Ministro da Guerra, tendo, para isso, colocado o meu mobiliário em um guarda-móveis.

Até 1966, já como Tenente-Coronel, desempenhava a função de Oficial de seu Gabinete na D/5 e de seu "Oficial de Gabinete para o que fosse" quando estávamos em casa. Geralmente, ficava uniformizado até a noite, ao deitar-me.

Em 26 de maio de 1966, fui promovido a Coronel e transferido para a Reserva. Desde então, não mais exerci qualquer função pública.

Depois que o General Costa e Silva foi empossado Presidente, eu, ocasionalmente, ia a Brasília, sempre acompanhado de minha mulher e de meus filhos, em visita familiar. Nunca ocupei qualquer cargo no Governo.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre os pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, a partir de 1961, quando se deu a renúncia de Jânio Quadros?

Em 1961, servia, conforme já citei, como Major "T", Chefe da Rede Rádio Regional da 3ª RM (do Serviço Regional de Comunicações da 3ª RM), cumulativamente com a Chefia da Estação-Rádio RS-1 (do Serviço Rádio do Ministério da Guerra).

Encontrava-me no desfile do Dia do Soldado (25 de agosto de 1961) quando foi recebida a notícia da renúncia do Presidente Jânio Quadros.

Naquela época, eu havia passado a chefiar a recém-criada "SERRA/3", do Serviço-Rádio do Ministério da Guerra, que englobava a Rede-Rádio Regional da 3ª

RM e a Estação-Rádio RS-1 (Coletora da Rede Rádio Regional da 3ª Região Militar e responsável pela ligação com o Rio de Janeiro e com Curitiba, III Exército).

O Comando do III Exército estava instalado no 4º andar de um prédio situado na Rua dos Andradas (Porto Alegre, centro da cidade). Em um andar acima – o 5º e último andar do mesmo prédio – estavam instaladas a Chefia de SERRA/3 e a Central-Rádio de RS-1.

A Estação-Rádio RS-1 era constituída pela Central-Rádio (sala de operação), acima citada, uma Estação Transmissora e uma Estação Receptora. Estas duas últimas instaladas em terrenos de Unidades localizadas em bairros afastados do Centro da Cidade de Porto Alegre.

A ligação operacional entre a Central-Rádio e as Estações Transmissora e Receptora era feita em VHF com equipamentos multiplexados que possibilitavam a manipulação remota dos transmissores e o envio dos sinais de recepção para a Central-Rádio.

Todas as comunicações, por teletipo, telegráficas ou radiotelefônicas, eram feitas em *full-duplex*, modalidade de operação similar à da telefonia comercial, que permite o envio simultâneo de mensagens nas duas direções. Em outras palavras, conversação sem o uso da palavra "câmbio".

Além disto, havia linhas diretas (a magneto) para ligação de voz entre a Central-Rádio e as Estações Transmissora e Receptora.

O tráfego com o Rio de Janeiro era feito via teletipo. Excepcionalmente, eram feitos comunicados em radiotelefonia (ondas curtas), sem qualquer tipo de sigilo.

Para falar desse período, temos que destacar a chamada "Cadeia da Legalidade", rede de emissoras de rádio criada pelo Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que defendia a posse de João Goulart na Presidência da República.

Inicialmente, devo lembrar que o Comandante do III Exército era o General José Machado Lopes e o Chefe do Estado-Maior do III Exército, o General Antonio Carlos da Silva Muricy.

Para se ter uma idéia de como atuava o Governador Brizola, vale recordar um telefonema dele ao General Costa e Silva, então Comandante do IV Exército:

– Como é, "gauchão velho", podemos contar com esse IV Exército?

– Governador... Eu sou militar, e só cumpro ordens do Ministro da Guerra e desligou.

Sobre o funcionamento da "Cadeia da Legalidade", lembro-me que, certo dia, com a "Cadeia" em pleno funcionamento, fui chamado pelo General Muricy, Chefe do Estado-Maior do III Exército, como já citei, o qual me disse:

– Major Alcio, o General Machado Lopes quer fazer cessar as transmissões da "Cadeia da Legalidade". Como se pode fazer isto?

– Muito facilmente General... A Rádio Farroupilha, que foi requisitada pelo Governador e está transmitindo do subsolo do Palácio do Governo, para onde foram instaladas linhas diretas, é a estação mais potente do Rio Grande do Sul e está sendo retransmitida por todas as outras integrantes da "Cadeia da Legalidade". A torre de transmissão da Rádio Farroupilha está instalada no bairro de Serraria, próximo ao nosso 2º Regimento de Reconhecimento Mecanizado (2º Rec Mec). O III Exército tem ligação via rádio com o Regimento. Basta o General ordenar que um carro de combate se dirija à torre e a derrube... Pronto!... Acabou-se a transmissão!

– Mas o General não quer danificar o patrimônio do Estado – disse o Muricy.

– O senhor me coloca dentro da casa do transmissor, que fica junto à torre, e eu, com um alicate de corte e uma chave de fenda, tiro o transmissor do ar, sem danificá-lo permanentemente – disse. – Garanto a V. Exa. que serão necessários alguns meses para que o transmissor volte a funcionar.

– Boa idéia! – exclamou o General Muricy. – Entretanto, temos informações de que há um pequeno grupo de soldados da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, armado com metralhadoras, protegendo o transmissor e a torre da Farroupilha. Mas não há nada... vou chamar agora mesmo o Capitão Leal, Comandante da Companhia de Guardas, para garantir o seu acesso ao transmissor da Farroupilha.

Algum tempo depois, chegava ao Quartel-General (QG) do III Exército o Capitão Leal, meu dileto amigo, trazendo três viaturas-choque com a tropa que, como o Capitão Leal, se apresentava preparada para combate...

Novamente fui chamado pelo General Muricy que explicou ao Capitão Leal qual seria a sua missão: colocar-me dentro da casa do transmissor da Rádio Farroupilha. Pediu que esperássemos na ante-sala, pois iria solicitar ao General Machado Lopes a ordem para dar início à operação. Estamos esperando até hoje!...

Quais foram as principais ações do então Governador Leonel Brizola?

O Governador Brizola, em tempo recorde, tomou as seguintes providências:

– Requisitou toda a gasolina e todos os pneus do Estado.

– Reuniu todas as viaturas-caçamba do DER, no aterro do Rio Guaíba. Essas viaturas, feitas para transportar grandes pedras, têm carroceria de aço e podem atuar como transportes blindados de pessoal.

– Requisitou a Rádio Farroupilha e fez instalar linhas diretas para o Palácio do Governo.

– Determinou que todas as Estações do Estado retransmitissem a Rádio Farroupilha, formando a "Cadeia da Legalidade". Posteriormente, estações de outros Estados passaram a integrar a Cadeia.

– Montou um sistema de escuta nas transmissões do Exército. Note-se que, nos momentos críticos, os generais preferiam falar em fonia em vez de enviar mensagens telegráficas cifradas, mesmo alertados para o fato de que as comunicações em fonia não tinham sigilo algum. Qualquer pessoa que possuísse um receptor de ondas curtas poderia ouvi-las e gravá-las.

– Fez organizar Companhias a três Pelotões com os empregados da Carris (Cia. de bondes) e da Cia. Força e Luz, ambas de propriedade do Estado. Essas "tropas", com comandantes de frações e tambor à frente, desfilavam pela Rua dos Andradas, em frente ao Quartel-General do III Exército. Das janelas do QG – que estava cercado de arame farpado – a tudo assistíamos, completamente perplexos...

– Instalou postos com metralhadoras nos tetos e terraços dos edifícios que circundavam o QG do III Exército. As janelas da Central-Rádio, que era localizada no 5º e último andar do QG, estavam a cerca de dez metros da posição de certas metralhadoras.

– Montou postos de coleta de sangue em vários pontos de Porto Alegre e arregimentou combatentes e enfermeiros voluntários.

Como resultado dessas ações, o III Exército ficou praticamente imobilizado.

Como foi a conversa em fonia do General Orlando Geisel com o General Machado Lopes?

Em ocasião que não sei precisar, a Central-Rádio do Ministério do Exército (Rio) avisou-nos que o General Geisel (não disseram qual dos Geisel) desejava conversar em fonia com o General Machado Lopes.

Mandei avisar ao General Muricy que, instantes após, entrava na minha Central-Rádio trazendo consigo o General Machado Lopes. Alertei ao General Machado Lopes que a fonia não dispunha de sigilo; poderia ser captada por qualquer pessoa que tivesse um receptor de ondas curtas.

Avisei à Central-Rádio do Rio que o General Machado Lopes já estava presente e permaneci junto aos equipamentos, atuando como operador. Segue-se o diálogo.

– Pronto... aqui é o General Machado Lopes.

– Aqui é o General Geisel. Estamos escutando aqui a "Cadeia da Legalidade" (A Rádio Farroupilha, além de potente, operava, também, em ondas curtas). Não é possível que o Governador Brizola esteja requisitando Estações de Rádio-Difusão, já que o Poder Concedente é o Governo Federal.

O General Machado Lopes permaneceu em silêncio. Volta o General Geisel:

– Alô General! Está me ouvindo?

– Sim... Estou escutando...

– General... Isto não pode continuar! Tome o Palácio Piratini, prenda o Governador Brizola, recorrendo ao bombardeio, se necessário.

O General Machado Lopes largou o aparelho telefônico sobre a mesa de operação do bastidor de fonia e dirigiu-se a uma das janelas da Central-Rádio. Acendeu um cigarro e ali ficou, olhando para fora, entregue, sabe-se lá, a que pensamentos. Pela janela via, certamente, as metralhadoras da Brigada Militar apontadas para o QG do III Exército. Creio que já era noite. O General Geisel insistiu:

– General! O senhor está me ouvindo?

O General Machado Lopes, voltando da janela, e sem tocar no aparelho telefônico, observou: "Não serei eu quem vai iniciar o derramamento de sangue!" E voltando à mesa de operação, segurando o aparelho telefônico, disse:

– Não vou cumprir esta ordem por ser inconstitucional.

Largou o aparelho sobre a mesa e retirou-se da Central-Rádio. O General Geisel persistia:

– Alô... alô... General Machado Lopes... Como inconstitucional...?!

– Aqui é o General Muricy. O General Machado Lopes já se retirou da sala.

Dito isto, o General Muricy também se retirou da Central-Rádio. Pegando o aparelho telefônico, eu disse:

– Alô PTA-Rio; aqui é PTT-Porto Alegre, operando o Major Alcio. Os Generais Machado Lopes e Muricy já se retiraram da sala.

– Ok, Major – disse o Operador de PTA-Rio. – Então, está encerrada a fonia.

Convém lembrar, mais uma vez, que as transmissões, tanto do Ministério da Guerra – Rio como do QG do III Exército, que não contavam com nenhuma espécie de sigilo, podiam ser ouvidas por quem possuísse um receptor de ondas curtas.

Alguns minutos após o contato acima relatado, a "Cadeia da Legalidade" noticiava, com detalhes, a conversa entre o General Geisel e o General Machado Lopes, dando ênfase ao trecho "recorra ao bombardeio, se necessário".

Momentos após, anunciava que o Cardeal-Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, saíra da Catedral – vizinha ao Palácio do Governo do Estado – e se assentara em uma cadeira na frente do Palácio. Na Revolução de 31 de Março de 1964, Dom Vicente Scherer se posicionou ao lado do Movimento, cansado, sem dúvida, da subversão e anarquia generalizada promovida por João Goulart e Brizola no período de 25 de agosto de 1961, quando houve a renúncia de Jânio Quadros, a 30 de março de 1964, data da reunião do Presidente da República no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, com os sargentos, na tentativa de liquidar com a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas.

Em 1964, depois da vitória da Revolução, providenciei, como Assessor de Comunicações da D-5 – Divisão Técnica – do Gabinete do Ministro da Guerra, com autorização do meu Chefe, o então Coronel "T" Façanha e, naturalmente, do Minis-

tro da Guerra, a aquisição de transceptores Collins e Misturadores de voz Marconi para o Gabinete do Ministro, para os Comandos de Exército e para o Comando Militar da Amazônia. Esta iniciativa, que foi imediatamente acolhida, deveu-se àquele problema ocorrido em 1961. Só foi possível em face da eclosão da Revolução, que se empenhou também em dar maior segurança às ligações entre as autoridades.

O que o senhor gostaria de relatar a respeito da sua participação na eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964?

Como em 1961, eu chefiava a SERRA/3 (Rede-Rádio da 3ª RM e Estação-Rádio RS-1). Era subordinado administrativamente à 3ª Região Militar e tecnicamente ao Serviço Rádio do Ministério da Guerra.

A Presidência da República criara uma Rede-Rádio própria, em fonia, sem sigilo, ligando o Planalto com os Comandos dos Exércitos e, certamente, com outras autoridades. O equipamento destinado à ligação com o Comandante do III Exército foi instalado na Central-Rádio de RS-1 que ficou responsável por sua operação.

O equipamento não operava em dúplex. Quem transmitia usava um microfone com uma tecla que era pressionada enquanto se falava e solta quando se recebia. Ouvia-se através de um alto-falante. Não havia indicativos de chamada nem horários de tráfego préestabelecidos. Eram usados "Presidência" e, no nosso caso, "III Exército", quando ocorresse a necessidade de comunicação.

A ligação "Presidência" – "III Exército" nunca foi usada, salvo na ocasião que citarei, mais à frente, nesta entrevista.

Dias antes da eclosão da Revolução era Comandante do III Exército o General Benjamin Galhardo que passou o Comando, por ordem do Presidente João Goulart, para o General Ladário Pereira Telles. Respondia pela Chefia do Estado-Maior do III Exército o Coronel José Codeceira Lopes.

Neste momento, cabe uma palavra sobre os radiogramas "CS", que, na verdade, eram as iniciais do nome do General Costa e Silva, que havia se declarado Comandante em Chefe do Exército Nacional, por ser o oficial-general revolucionário mais antigo.

Em ocasião que não sei precisar, o operador de teletipo veio avisar-me que estavam chegando do Rio várias mensagens, dirigidas ao Comandante do Exército e Comandantes de GU's (Grandes Unidades) da 3ª Região Militar. Todas tinham o mesmo texto, que reproduzo, não literalmente, mas em sua idéia:

"Nr CS-1-URGENTE; Cmt III Ex, Cmt x DI ou x DC.

Informo Vossência que em reunião realizada neste Quartel-General, com a presença de todos os generais em função no Rio de Janeiro, na condição de ser o mais

antigo dos presentes, assumi o Comando-em-Chefe do Exército Nacional. a. General Arthur da Costa e Silva, Comandante-em-Chefe do Exército Nacional.”

Recolhi, pessoalmente, as mensagens para o III Exército, Divisões de Infantaria (DI) e Divisões de Cavalaria (DC) e as levei para as posições de telegrafia determinando que fossem transmitidas de imediato. Toda a rede da 3ª Região Militar estava em escuta permanente.

Retive, comigo, a mensagem destinada ao Comandante do III Exército, General Ladário Pereira Telles, homem de confiança do Presidente João Goulart, recémchegado no III Exército. As respostas dos Comandantes das GU começaram a chegar minutos após e foram por mim encaminhadas ao teletipo que nos ligava com o Rio de Janeiro. Não há como recordar o texto das respostas dos Comandantes, cada uma apresentando diferentes redações, mas todas elas vinham dentro da seguinte linha:

“Nr.... URGENTE

General Arthur da Costa e Silva, Comandante-em-Chefe do Exército Nacional.

Ministério da Guerra – Rio

Acuso o recebimento da mensagem CS-1. Informo que esta GU acatará as ordens de Vossa Excelência. a. General X, Comandante da GU.”

Após a confirmação de que a Central-Rádio do Ministério da Guerra recebera todas as respostas das GU’s da 3ª Região Militar, mandei o estafeta entregar a mensagem destinada ao Comandante do III Exército.

Dando seguimento aos Radiogramas de Prefixo “CS...” recebemos a seguinte mensagem. Impossível lembrar o seu conteúdo exato. Apresento sua idéia:

“CS... URGENTE; Comandante do III Exército, Porto Alegre – RS.

Determino Vossência prisão imediata agitador Leonel Brizola. a. General Arthur da Costa e Silva, Comandante-em-Chefe do Exército Nacional.”

De imediato, mandei um estafeta entregar a mensagem ao III Exército. Decorridos alguns minutos, chegou à Central-Rádio o Coronel Codeceira, que me mostrou o radiograma, solicitando:

– Alcio, diga ao seu pai que isto é um absurdo! O General (Ladário) não pode cumprir esta ordem!

– Coronel, sou um Major, Chefe da Estação-Rádio deste Quartel-General – respondi. – Minha função é fazer transmitir e receber radiogramas expedidos por quem tenha este direito. Faça o senhor um radiograma que mandarei transmiti-lo.

Depois de murmurar algumas palavras das quais não me recordo, o Coronel Codeceira, deixou a Central-Rádio. Cerca de quinze minutos se passaram e outro radiograma chegou (Igualmente não me recordo de seu texto exato, mas de sua idéia):

“CS.... URGENTE; Comandante do III Exército, Porto Alegre – RS.

Exijo resposta ao meu radiograma CS... (e citava o número do radiograma anterior, acima apresentado). a. General Arthur da Costa e Silva, Comandante-em-Chefe do Exército Nacional."

Como sempre, mandei um estafeta entregar o radiograma. Decorridos alguns minutos, veio à Central-Rádio o Coronel Codeceira:

– Alcio, peça a seu pai para ter um pouco de paciência! O General (Ladário) está estudando uma resposta.

– Mas Coronel, já lhe disse que não me compete enviar mensagens a autoridades às quais não estou ligado funcionalmente. Redija o senhor uma mensagem ao General Costa e Silva que, dentro de minha função, a farei transmitir de imediato.

Não me recordo a continuação do diálogo, mas posso afirmar, com segurança, que foi encerrado com o afastamento do Coronel. Mais uns quinze minutos foram decorridos e novo radiograma foi recebido do Rio de Janeiro, do qual não me recordo de seu texto exato. Apresento sua idéia:

"CS... URGENTE; Comandante do III Exército, Porto Alegre – RS.

Determino Vossência passar o Comando para o General Poppe de Figueiredo, que já se dirige para Porto Alegre, e se apresentar preso neste Ministério. a. General Arthur da Costa e Silva, Comandante-Em-Chefe do Exército Nacional."

Minutos após, foi recebida na Central-Rádio a resposta do General Ladário, imediatamente enviada para o Rio de Janeiro. Como das demais mensagens, não me recordo do texto exato. Apresento a sua idéia:

"Nr... / III Exército

General Arthur da Costa e Silva, Comandante-em-Chefe do Exército Nacional.

Ministério da Guerra, Rio de Janeiro.

Ciente CS... (e citava o número do radiograma anteriormente recebido). Aguardarei o General Poppe de Figueiredo e seguirei para o Rio de Janeiro no primeiro avião. a. General Ladário, Comandante do III Exército."

Coronel Alcio, o senhor lembra, durante aqueles momentos difíceis, de mais algum fato que merecesse realce?

Recordo-me que, em dado momento, recebi a sugestão de afastar um sargento-telegrafista da operação telegráfica.

A Chefia do Serviço-Rádio do Ministério da Guerra (Sv Rd Min Guerra) sugeriu que eu retirasse da operação telegráfica aquele sargento-telegrafista, ao que sabiam, um "brizolista" atuante. Chamei o sargento à minha sala e lhe disse que fora aconselhado a retirá-lo da operação telegráfica, por suas convicções políticas. Mas que acreditava na sua lealdade ao Serviço-Rádio e que ia continuar deixando que

operasse normalmente. Visivelmente sensibilizado, agradeceu-me e declarou que não desmereceria a confiança que nele eu estava depositando.

Apesar disto, determinei aos tenentes chefes das estações transmissora e receptora – ambos telegrafistas – que monitorassem as transmissões do operador em questão e me informassem de qualquer anormalidade. Para minha satisfação, nada de anormal me foi informado.

Releva citar que os sargentos do QG do III Exército receberam submetralhadoras INA. Os oficiais ficaram armados com suas pistolas ou revólveres regulamentares. Eu e os meus sargentos-telegrafistas continuamos desarmados.

Quando foi usada a Rede da Presidência: "Planalto" e "III Exército"?

O emprego da Rede da Presidência: "Planalto" e "III Exército" ocorreu para possibilitar a conversa, via rádio, do Presidente João Goulart com o Governador Leonel Brizola. A Presidência da República ligou para Porto Alegre (Rede da Presidência: "Planalto" e "III Exército") e disse que o Presidente desejava falar com o Governador. O Governador Brizola foi chamado e, acompanhado pelo Coronel Codeceira, veio até a Central-Rádio do III Exército.

Cumprimentei o Governador e o Coronel Codeceira e pedi ao meu auxiliar, Tenente Especialista Dorvalino (Dorvalino Siqueira Duarte), que providenciasse o contato solicitado pela Presidência. Os visitantes foram conduzidos até ao equipamento da Rede da Presidência; o Tenente Dorvalino chamou a "Presidência" e informou que o Governador Brizola já se encontrava junto ao aparelho.

Neste ínterim, passei para a Seção de Teletipos que ficava separada por meia parede do local onde estavam os visitantes. Operando o teletipo que estava em comunicação permanente com a Central-Rádio do Ministério da Guerra no Rio de Janeiro, digitei: "Aqui Major Alcio. Favor chamar ao aparelho o Major Marsiaj" – Major "T" Jorge Marsiaj Leal, meu colega de turma no IME. Após instantes, a resposta do Rio de Janeiro:

– Pronto Alcio. Aqui Marsiaj operando.

– Marsiaj – e tirei o papel da minha máquina para que nenhum curioso olhasse por sobre os meus ombros e visse o que estava sendo transmitido – se estiver me recebendo bem, balance o carro duas vezes.

Os teletipos movem o carro impressor para cima e para baixo se isto for comandado. Em resposta o carro do meu teletipo balançou duas vezes, sinalizando que o Major Marsiaj estava me recebendo bem. Então, lhe informei:

– Escutem a Rede da Presidência agora! O Jango vai conversar com o Brizola que está aqui na minha sala; se entendeu, balance o carro duas vezes e vai fazer a escuta!

O carro balançou duas vezes. O Tenente Dorvalino, operando o equipamento, informou que o Governador já se encontrava junto ao aparelho. Disse, então, o Presidente Goulart:

– Governador Brizola, eu desejava ir para Porto Alegre e gostaria de saber como está a situação aí...

– Olhe, Presidente... a situação não é das melhores... Houve muitas defecções... mas nós podemos contar com os sargentos... Venha Presidente!...

O Presidente, sem entusiasmo, respondeu que iria para Porto Alegre.

Após o contato pelo rádio, retiraram-se da Central-Rádio o Governador Brizola e o Coronel Codeceira. Minutos após, o Coronel Codeceira retornou à Central-Rádio e me perguntou:

– Alcio, o que há entre você e o Governador Brizola?

– Que eu saiba, nada. Esta é a primeira vez que estou junto do Governador. Por que a pergunta, Coronel?

– Porque o Governador, ao sair daqui, me perguntou: "Vocês ainda mantêm 'este Costa e Silva' responsável pelas comunicações do III Exército?!"

Presumo que o Governador sabia da minha atuação no episódio da "Legalidade".

Conforme havia sido acertado na comunicação pela Rede da Presidência, o Presidente João Goulart foi de avião para Porto Alegre, acompanhado da mulher e filhos. De Porto Alegre, foram, por terra, para o Uruguai.

Até o Presidente e sua família chegarem ao Uruguai, o Exército tratou de protegê-los, já que um acidente com eles poria por terra, de certa forma, a brilhante vitória da Revolução, sem mortes e sem derramamento de sangue. Um fato, sob todos os aspectos, extraordinário.

Coube ao Itamarati, por intermédio de nossa Embaixada em Montevidéu, avisar da chegada, a salvo, dos viajantes, Jango e família, à sua estância. A notícia trouxe um alívio geral!...

Os populistas e os seus aliados comunistas, já donos do governo, foram literalmente derrotados, sem oferecer resistência. A democracia estava salva e as liberdades individuais garantidas, exceto para os terroristas e seus cúmplices que tentaram, posteriormente, sobretudo a partir de 1968, novo golpe contra o regime, na sua obsessão de implantar o totalitarismo de esquerda no Brasil. As suas ações foram, mais uma vez, totalmente desbaratadas, tanto as de guerrilha urbana, como, mais tarde, às de guerrilha rural, cabendo esse feito fascinante, fundamentalmente, à decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, pelo Presidente Costa e Silva, com o apoio de todos os seus Ministros, e à sua primorosa execução pelo Presidente Médici, tendo como Ministro da Guerra o General Orlando Geisel.

Em 1965, após o embarque do Ministro Costa e Silva para o Oriente Médio e Europa, alguns jornais publicaram manchetes e fizeram grande alarde da frase que o ministro dissera antes de deixar o Brasil: "Vou Ministro e volto Ministro." No noticiário, a conotação dada foi de uma manifestação de autoridade, como se o Ministro quisesse dizer que o Presidente Castello Branco não poderia demiti-lo durante o seu afastamento do País. O senhor tem algo a dizer sobre isto, já que na época era Oficial do Gabinete do Ministro Costa e Silva?

Quem soubesse da amizade que unia o Ministro Costa e Silva e o Presidente Castello Branco, e da lealdade do Ministro ao Presidente, jamais poderia acreditar na conotação dada à frase pelo noticiário então publicado.

A quem interessar possa, narro o fato que deu ensejo à frase citada.

Como integrante da Comitiva do Ministro, eu estava ao seu lado, junto à escada do avião da Varig que o levaria ao exterior. Grande, enorme, era o número de oficiais das três Forças que compareceu ao embarque.

Em determinado momento, um repórter se aproximou do Ministro e perguntou: "Ministro, o senhor vai como Ministro e volta candidato à Presidência da República?" Ao que respondeu o Ministro: "Meu rapaz, vou Ministro e volto Ministro."

Coisa da mídia...

Decorridos um ano e meio da eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964, nos primeiros dias de outubro de 1965, após as eleições que levaram a oposição ao governo dos Estados da Guanabara e de Minas Gerais, houve um movimento de alguns revolucionários mais exaltados da chamada "Linha Dura", no sentido de não permitir o continuísmo do Presidente Castello Branco. Qual foi a posição adotada pelo Ministro Costa e Silva?

O Ministro decidiu, no dia 6 de outubro de 1965, ir à Vila Militar, ao 1º Regimento de Infantaria – Regimento Sampaio – onde reuniu todos os oficiais da guarnição do Rio de Janeiro e os Veteranos da FEB – ocasião em que pronunciou um discurso alusivo à FEB, e que, em seu final, demonstrava sua lealdade ao Presidente Castello, concitando os oficiais para que confiassem nas autoridades responsáveis por levar a bom termo os objetivos revolucionários. Passo a ler a parte final do seu discurso proferido naquela difícil fase por que passou a Revolução, após o qual se dissiparam as nuvens cinzentas que toldavam o céu da Pátria.

"(...)Meus amigos, atravessamos uma fase nova nesse País, uma fase que ouso a ainda chamar revolucionária, ditada desde aquele dia de 31 de Março, quando o Exército, violentando os seus princípios, mas prestando homenagem à aspiração popular, foi à rua para afastar aqueles que procuravam levar esse País pelas sendas

misteriosas, difíceis e inconfessáveis, espinhosas, de um caminho que essa Nação repudia, que o nosso espírito de homens, de cidadãos de um país livre, não tolerará jamais... (Aplausos)

Quero afirmar-lhes, e é com orgulho que eu o faço, que o espírito revolucionário prevalece hoje mais do que nunca; temos uma revolução *sui generis*, uma revolução que, após um ano de sua implantação, só tem problemas para conter aqueles que são por demais revolucionários... (Aplausos) Não tememos, de modo algum, contra-revoluções, preocupa-nos, sim, o entusiasmo, o ardor dessa mocidade que quer mais revolução (Aplausos), mas eu lhes garanto meus amigos, eu lhes garanto meus jovens comandados que nós sabemos onde pisamos. Os chefes atuais, como eu disse ontem e repito hoje, são tão revolucionários quanto os jovens revolucionários. (Aplausos)

Eu lhes garanto que não retornaremos ao passado (Aplausos). O Presidente da República acaba de autorizar-me a dizer-lhes que não retornaremos ao passado. E por que não retornaremos ao passado? Por que podemos asseverar com esta convicção e com esta fé que não retornaremos ao passado? Porque nós estamos unidos, a farda está unida, seja na Marinha, seja na Aeronáutica, seja no Exército. E nós fizemos a Revolução de 31 de Março, e, se nós a fizemos, nós saberemos conservá-la, preservá-la e continuá-la! Meus amigos, enquanto essa unidade, enquanto essa coesão existir, eles não tomarão jamais conta deste País! (Aplausos)

Senhores, as armas contra nós são terríveis! É a arma dos impotentes, é a arma daqueles que não podem se assenhorear do que nós conquistamos e que saberemos conservar; é a arma da intriga, é a arma do boato, é a arma da solércia procurando solapar a união entre os chefes militares, mas não o conseguirão! Acabo de trazer a palavra de sua Excelência o senhor Presidente da República, desmanchando, reduzindo a nada a intriga que ainda ontem circulou aqui pela Vila Militar, que sua Excelência trabalhava em prol de seu continuísmo. É mentira, eu afirmo, o Presidente da República é um homem digno, um homem que merece o nosso crédito e o nosso respeito e há de ter esse respeito por bem ou por mal!... (Aplausos)

Ai daqueles que tentarem romper as cordas que dirigem esta Revolução, cordas que são de aço e não se romperão jamais, de nada valerá a intriga! Deixem que eles ocupem os lugares que agora acabam de conquistar numa eleição consentida, propositadamente consentida, para mostrar que não serão esses homens que mudarão o regime, não serão esses homens que irão solapar a nossa Revolução! (Aplausos) Não há perigo, senhores, eu afirmo sob a minha fé, do meu grau e do meu posto!

Devo dizer-lhes, porém, que é preciso, isto sim, confiar nos chefes, confiar nos homens que fizeram esta Revolução com sacrifício e que se vem sacrificando há

muitos anos para atingir esse estágio, que é a revolução atual, de unidade de espírito, unidade de ação, unidade de confiança em torno dos chefes, porque nós seremos dignos do passado, nós seremos dignos de vocês que foram à Europa com a Força Expedicionária Brasileira, e que lá combateram! Nós seremos dignos daqueles que lá ficaram, que sucumbiram por esse Brasil. (Aplausos)

Muito obrigado a todos." (Aplausos)

O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Álvaro Ribeiro da Costa, andou declarando, naquele mesmo mês de outubro de 1965, que estava na hora das tropas voltarem aos quartéis. Que resposta o Ministro Costa e Silva deu ao referido magistrado?

Ele respondeu por meio do discurso que fez, em 22 de outubro de 1965, no encerramento das manobras do II Exército, em Itapeva – SP, aproveitando a presença do Presidente Castello Branco. Gostaria de sintetizar a resposta com o seguinte trecho desse discurso:

"(...)O Presidente do Supremo Tribunal Federal nos coloca no mesmo plano daqueles homens que nós combatemos ontem, devolvendo, à Nação fragilizada, a paz, a integridade que estava ameaçada pelos comunistas. Na qualidade de soldado, de velho soldado com 47 anos de serviço à Pátria, eu revido, veementemente essa agressão. (Aplausos)

Será possível, senhores, que esses homens estejam esquecidos da ação das Forças Armadas a 31 de Março? Será possível que não tenham consciência da agressão que nos dirigem?

Senhores, aí estão palavras com que nós militares somos "brindados" por Sua Excelência, o senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, esse mesmo Tribunal Federal que nós militares tendo à nossa mercê, nos primeiros dias de abril de 1964, preservamos de qualquer mutilação, com a ilusão de que esse alto Tribunal saberia compreender a Revolução que acabávamos de tornar vitoriosa quando, atendendo às inspirações e aspirações do povo, fomos à rua para acabar com o comunismo que se procurava implantar nesse país. (Aplausos)

Quando os Jangos e os Brizolas procuravam subverter a disciplina militar, fechar o Congresso Nacional e compuscar a ação dos juízes, o Exército veio à rua para restabelecer a ordem, a disciplina, a decência, a austeridade no governo e o fizemos certos de que não defendíamos nem partidos, nem instituições, nem interesses de classes, mas sim que nós defendíamos a integridade Pátria.

Agora, somos mandados pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, somos mandados recolhermo-nos aos quartéis. Mas por que saímos dos quartéis? Saímos dos quartéis a pedido do povo, a pedido da sociedade que se via ameaçada, e só voltare-

mos para os quartéis quando o povo assim o determinar." (Aplausos) (Locutor da Rádio Gazeta de São Paulo: Palavra do General Costa e Silva sobre aclamação da oficialidade do II Exército, transmitida pela Rádio Gazeta de São Paulo, aqui em Itapeva).

"E o povo ainda nos quer de armas não ensarilhadas, mas de armas empunhadas para evitar, que voltem a este País, a subversão, a corrupção, a indisciplina e o desprestígio internacional. (Aplausos)

Há um ano e meio, quando com sacrifício, quando com exemplo magnífico de civilismo, de misticismo civilista de Sua Excelência o Presidente da República, nós conservamos este regime que se diz democrático, mas quer ser ditatorial por intermédio da ditadura do judiciário. (Aplausos)

Há um ano e meio, depois de tanto sacrifício, depois de tanta dedicação, dando a esse País a paz, a tranqüilidade necessária para o seu desenvolvimento, há um homem, de alta responsabilidade, dizendo que devemos voltar aos quartéis. Não! (Aplausos) Só voltaremos aos quartéis quando o povo determinar (Aplausos), ou, então, quando Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, que é o Executivo nesse País, disser: 'Voltem aos quartéis'. (Aplausos)

O termo 'voltem aos quartéis' é uma metáfora, porque na realidade nós não saímos dos quartéis e a prova está nesse exercício que acabamos de realizar. A prova está nas manobras programadas para Mato Grosso no próximo mês. Segunda-feira, dia 25, estarei em Resende assistindo a uma grande operação dos nossos pára-quedistas que arriscam as suas vidas diariamente.

Senhores, eu não queria me exaltar nesse momento, mas ofendido, agredido na minha classe, eu não posso deixar de revidar essa afronta, aconteça o que acontecer (Aplausos). Disseram alhures que o Presidente da República estava fraco politicamente, não nos importa. Se ele estiver fraco politicamente, está forte militarmente!"(Aplausos)

Fico por aqui, embora a resposta ao Doutor Álvaro Ribeiro da Costa, Presidente do Supremo Tribunal, seja bem longa. Está na sua íntegra gravada no CD que deixo para o Projeto.

Ainda em outubro de 1965, mais precisamente em 28 daquele mês, o General Costa e Silva deu uma entrevista à Rádio Gazeta de São Paulo tratando principalmente do Ato Institucional nº 2, que marcava as eleições à Presidência da República para outubro de 1966. Que aspectos dessa entrevista o senhor gostaria de salientar?

Para não ser longo, eu vou me ater às duas últimas perguntas dessa entrevista porque contribuíram efetivamente para que se entrasse nessa 2ª Fase da Revolução sem maiores sobressaltos, apesar da difícil conjuntura que caracterizava a vida

nacional. Essa entrevista completa se encontra gravada, sem edição, no "CD", que deixarei para o Projeto. No referido "CD", com a voz de meu pai, encontram-se, além da entrevista da Rádio Gazeta – SP, o discurso por ele feito no fim do curso da EsAO, em 21 de junho de 1965; o discurso de apoio ao Presidente Castello Branco na Vila Militar (1º RI) em 6 de outubro de 1965; e o discurso de 22 de outubro de 1965, em Itapeva – SP. Vejamos as duas perguntas selecionadas da entrevista à Rádio Gazeta de São Paulo com as respectivas respostas.

Locutor da Rádio: "Ministro Costa e Silva, pelo novo Ato Institucional nº 2, ontem assinado, vamos ter, em outubro de 1966, eleições indiretas e fala-se muito no nome de Vossa Excelência. Caso Vossa Excelência fosse convidado, aceitaria a indicação do seu nome como candidato de unificação nacional, vamos chamar assim, nas eleições indiretas de 1966?"

General Costa e Silva: "Aceitaria, já é condicional; por que vamos condicionar coisas que ainda estão bastante longe, não é? O melhor é considerar prematura e até impertinente a sua pergunta; impertinente não significa, aqui, não pertinente, não é; no caso, eu acho melhor dizer que não é, ainda, pertinente."

Locutor da Rádio: "Finalmente, Ministro Costa e Silva, através do microfone da Rádio Gazeta uma mensagem a todo o povo brasileiro que viveu horas de apreensão nestes vintes dias de crise e que agora precisa paz e tranqüilidade para que possamos, todos nós muito em breve, ver o nosso País se projetar, cada vez mais, se transformando numa das maiores potências do mundo. Ministro Costa e Silva pelo microfone da Rádio Gazeta."

General Costa e Silva: "Especialmente, o que diz o Ato nº 2? O Ato nº 2 visa justamente a restabelecer a confiança do povo na Revolução de 31 de Março, Revolução que foi feita por inspiração popular e para o povo; indiscutivelmente, não se pode dizer que o governo da Revolução só tenha tido acertos. Não, somos homens e os homens cometem erros, imperfeições. Querer a perfeição num governo de um País que estava estraçalhado na sua estrutura moral, na sua estrutura governamental, na sua estrutura econômica, financeira, social, a ponto de instituições, de tradições sólidas, como são as classes armadas, estarem na iminência de corrosão, de destruição daqueles elementos basilares que sustentam uma organização militar – a hierarquia e a disciplina.

Os problemas graves são de ontem, mas o povo parece que esquece rapidamente de tudo isso; não o povo, mas, principalmente, os homens de classes mais elevadas, aqueles que têm responsabilidade na sociedade. Refiro-me, principalmente, às classes produtoras, às classes ricas de ontem, assustadas, temerosas, acovardadas mesmo, que clamavam para que se restabelecesse a ordem, a disciplina e a segurança nesse

país, e nós fizemos isso, restabelecemos a ordem, restabelecemos a segurança, a tranqüilidade, a paz e a decência dentro do governo, sobretudo a decência no governo.

Não há ninguém, nem mesmo o Presidente da República, que possa dizer, 'estou feliz por ser governo', não, materialmente não; agora, moralmente sim. Estamos convictos de que conseguimos estabelecer nesse País a ordem, com um governo austero, nesse ano e pouco de atuação.

Alguns, no entanto, não querem compreender isso, e pensaram que a Revolução se tinha diluído e que nós já estávamos nos fragmentando e que, portanto, a ocasião era propícia para retomar o Poder. Mas a nossa força está aí, as classes armadas estão unidas, a equipe do governo está unida, a sociedade está unida em torno de nós e o próprio povo, apesar das dificuldades que ainda enfrenta. Esperamos, ainda agora, com esse novo Ato, chamar à razão muita gente que não quer cooperar com o governo no sentido de melhorar efetivamente a situação material do povo."

Coronel Alcio, gostaria de abordar algum aspecto ou acontecimento ligado ao Governo do Presidente Costa e Silva ou à Revolução de 31 de Março de 1964 em geral?

Como declarei no início deste depoimento, no Governo do Presidente Costa e Silva, eu já me encontrava na Reserva do Exército e não exerci qualquer função pública. Entre outras atividades, fui Chefe do Departamento de Ciência dos Materiais da PUC–Rio; sócio-gerente da firma Byte Consultores Ltda. e engenheiro da Embratel, onde me aposentei por limite de idade.

Mesmo estando na vida civil, acompanhava, obviamente, a vida do País e as ações do governo.

O General Jayme Portella de Mello acompanhou o Presidente Costa e Silva nos preparativos da Revolução, no Ministério da Guerra, como seu Chefe de Gabinete, e na Presidência da República, como seu Chefe da Casa Militar. Do seu livro "A Revolução e o Governo Costa e Silva", no seu Anexo "As Realizações do Governo Costa e Silva", retirei e resumi as informações que apresento a seguir:

"Ao encerrar-se o exercício de 1967, eram nitidamente positivos os resultados da política financeira adotada. (...)O incremento da atividade econômica ocasionou uma elevação do PIB estimada em 5%. As vendas industriais observadas até o quarto trimestre acusaram acréscimo de 31% em relação ao primeiro trimestre. (...)No setor industrial, o valor dos investimentos previstos nos projetos aprovados representou um aumento de 35% sobre o ano de 1966. O índice de emprego, em relação à posição de março de 1967, apresentou em dezembro um acréscimo de 4,6%.

O custo de vida, na Guanabara, apresentou a taxa de 24,5%, contra 41,1% em março; o aumento dos preços por atacado reduziu-se de 37,4%, em 1966, para 21,7%

em 1967; e o preço dos alimentos teve resultado também expressivo, caindo 14,1% em relação a 1966. (...)As emissões de papel-moeda tiveram uma taxa de expansão, em relação a 1966, de 26,7%. O acréscimo dos meios de pagamentos atingiu 56%, contra 11% em 1966. (...)Os depósitos públicos à vista elevaram-se, registrando-se um aumento de 47,7% em contraposição a uma redução de 6,1% em 1966. (...)Foi ultimada a elaboração, de forma definitiva, do Programa Estratégico de Desenvolvimento, cujos projetos prioritários, nas áreas a cargo do governo, foram incorporados ao Orçamento Plurianual de Investimentos.

(...)O ano de 1968 terminava com um grande saldo de realizações em todos os setores da administração, cujos resultados demonstravam o acerto das medidas postas em prática. Obtinha a maior taxa de crescimento dos últimos sete anos, 6,5%; o mais elevado nível de emprego industrial, 15%, e o mais alto nível de exportações jamais alcançado pelo País, atingindo US$ 1,881 milhões, com um crescimento de 13,7%, em relação a 1967.

(...)O PIB, em 1969, obteve um aumento da ordem de 9%, com um crescimento da produção agrícola de 7% e da industrial de 10%. (...)Os meios de pagamento expandiram-se em 30,6%, verificando-se um aumento líquido expressivo no meio circulante.

Em relação à Política Econômica, destacamos:

O desenvolvimento da agricultura e a modernização do sistema de abastecimento constituíram-se nas duas primeiras áreas estratégicas a serem consideradas no primeiro ano de governo. (...)A Reforma Agrária prosseguiu visando a corrigir os defeitos da estrutura fundiária. (...)O Governo impulsionou a pesca através de estímulos financeiros, concedendo incentivos fiscais para investimentos no setor pesqueiro. A Sudepe (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca) aprovou e pôs em execução projetos de suma importância, aos quais se alocou os recursos necessários. (...)Em 1968, a execução do Programa Estratégico e a implantação da Reforma Administrativa tiveram efeitos consideráveis no setor agrícola, eliminando-se certas distorções e adotando-se medidas para maior articulação dos setores responsáveis pela execução da política agropecuária. (...)A eletrificação rural concluiu o projeto que propiciou o beneficiamento de 30 mil propriedades rurais, no valor de US$ 59,5 milhões para o início de 1969.

Durante tal período, podemos citar importantes aspectos sobre a Política Industrial:

Borracha – Foram adotadas medidas para a produção de borracha natural e sintética. A Superintendência da Borracha foi autorizada a formar estoques de reserva e a disciplinar as importações.

Cimento – A produção de cimento apresentou uma expansão de 13,8%, ainda insuficiente para o consumo interno(...).

Mineração – Foram feitos 3.600 pedidos de pesquisa, originando 1.075 alvarás e 50 decretos de concessão de lavra. (...)Quanto ao minério de ferro, a Companhia Vale do Rio Doce pôs em execução o programa para exportar 20 milhões de toneladas em 3 anos. A produção da empresa foi de 13 milhões de toneladas nesse período, embarcadas pelo complexo Tubarão–Vitória. (...)Grandes investimentos foram realizados pela CVRD, sendo 56,5% com recursos próprios e 43,5% provenientes de financiamentos.

Siderurgia – (...)O Grupo Consultivo da Indústria Siderúrgica formulou o Plano Siderúrgico Nacional, posto em execução com a previsão de produção de aço de cerca de 1,8 milhão de toneladas/ano até 1971. (...)Com a nova política siderúrgica, foram alcançados, em 1968, os seguintes resultados: incremento de 20% na produção de aço em lingotes; (...)elevação de 52% no faturamento das siderúrgicas; (...)e crescimento de 8,5% na mão-de-obra empregada, com um aumento de 10% na produtividade.

Metais não-ferrosos – (...)Nas três empresas produtoras de alumínio primário, grandes investimentos foram feitos, registrando-se uma produção, em 1968, com um acréscimo de 22,8% sobre a do ano anterior. Quanto ao zinco, a produção dobrou em relação a 1967.

Química e Petroquímica – O Grupo Executivo da Indústria Química – Geiquim – aprovou 23 projetos representando um investimento considerável. (...) O Decreto 61.981, de 28 de dezembro de 1967, (...) criou a Petroquisa.

Mecânica e Elétrica – (...)Os ramos industriais dedicados à produção de bens de capital tiveram, de 1967 para 1968, um acréscimo de receita de 47,5%. (...) A indústria nacional de autoveículos superou a produção de 1967 em 24%. A produção de tratores teve um acréscimo de 45,5% sobre o ano anterior. (...) O BNH financiou obras em um montante que superou em 20% o de 1967. (...) As indústrias tradicionais(...) tiveram em 1968 um índice de expansão 6,5%.

Sal – (...)A produção industrial, em 1969, cresceu 10,9%(...).

Indústria Aeronáutica – (...)Em 19 de agosto de 1969, o Governo criou a Embraer, destinada ao desenvolvimento da indústria aeronáutica, sendo iniciada a sua implantação em São José dos Campos – SP.

No que tange à Política de Transporte, cabe ressaltar:

– No Setor Ferroviário:

Remodelação, em 1967, de 1.000 km de linha e substituição de 200 km de trilhos; (...)conclusão de novas estações na Estrada de Ferro Leopoldina e na Central do Brasil, subúrbios do Rio de Janeiro; (...)recebimento de 665 composi-

ções elétricas, para o serviço suburbano do Rio de Janeiro; (...)prosseguimento do projeto do Tronco Sul;

– No Setor Rodoviário:

Construção da Ponte Presidente Costa e Silva. 'As obras da ponte começaram em janeiro de 1967, (...)a Ponte Presidente Costa e Silva, iniciada em sua gestão, foi inaugurada em 1974 (no final do Governo Médici), acelerando uma nova geopolítica brasileira que, dentre outras coisas, implementou a fusão dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara em Estado do Rio de Janeiro; (Suplemento à CREA–RJ em Revista, páginas 7 e 11, nº 45 de setembro de 2004); duplicação da Rodovia Presidente Dutra; restauração da Rio–Petrópolis; implantação e melhoramentos – 2.494 km; pavimentação – 1.026 km; restauração – 5.105 km; obras de arte – 8.505 m.

No Setor da Marinha Mercante:

(...)estavam em construção nos estaleiros nacionais 117 embarcações, sendo 106 de transporte de carga, 9 rebocadores e 2 navios de passageiros.

O Governo denunciou as antigas Conferências de Fretes (...)estabelecendo um clima de cooperação internacional, com novas conferências e acordos, tendo sempre em vista a reciprocidade de vantagens e deveres.

Foi coroada de sucesso a política do Brasil na concorrência internacional de fretes, através de novos acordos com a Polônia, Argentina e Estados Unidos. (...)Deu como resultado, essa política, na receita de fretes: US$ 126 milhões em 1967 e US$ 150 milhões em 1968.

No Transporte Aéreo:

(...)cujo déficit de operação das linhas domésticas foi reduzido, de 1966 para 1967, em 61,7%. No setor internacional, foi obtido equilíbrio, eliminando-se o déficit.

Quanto à Política de Comunicações, vale destacar que, implantado o Ministério das Comunicações, foi elaborado o Plano Nacional de Telecomunicações e promovido o entrosamento com os governos dos Estados para o desenvolvimento das redes regionais e suas conexões com o sistema de todo o País.

A Embratel deu início à implantação dos Troncos Básicos do Sistema Nacional de Telecomunicações. O Tronco Sul teve início no primeiro semestre de 1967, ligando Porto Alegre–Curitiba–São Paulo com um ramal para interligação com Florianópolis, com 660 canais telefônicos entre São Paulo e Curitiba. Inicialmente, havia 330 canais entre Curitiba e Porto Alegre e 120 canais para o ramal de Santa Catarina. Deu início, no primeiro trimestre, à execução do Novo Sistema de Comunicações Rio–São Paulo, em substituição ao existente que era operado pela Companhia Telefônica Brasileira, com 3.600 canais entre as duas cidades, que seria instalado com dois canais de

radiofreqüência, cada um para 1.800 canais telefônicos. (...)Rio–Belo Horizonte–Brasília que teria 900 canais telefônicos entre Rio e Belo Horizonte e 420 entre esta cidade e Brasília.

(...)Tronco Nordeste, partindo de Belo Horizonte para Salvador (...)

(...)Tronco Oeste, partindo de São Paulo para atingir Campo Grande; Sistema São Paulo–Uberaba–Brasília e Sistema Rio–Vitória.

Para conexão do Sistema Nacional de Telecomunicações com o exterior, teve início a construção da Estação Terrena, em Itaboraí, RJ, que se ligaria ao Sistema Internacional de Comunicações por Satélite (...).

No tocante aos serviços postais-telegráficos, foram procedidos os estudos para a transformação do Departamento de Correios e Telégrafos em empresa de administração indireta; foi iniciada a construção, em São Paulo, de um Centro de Triagem Postal; foram lançados 311 km de novas linhas telegráficas, duplicados 225 km e estabelecidos 1.245 km de circuitos de corrente contínua. A Rede de Telex foi ampliada de 140 assinantes para 2.640.

Comunicações Internacionais – (...)ultimada a instalação da Estação Terrena de Itaboraí, (...)conexão com o Sistema Internacional por satélite, da Intelsat (...)sistema DDI. (...)Os Troncos (...)da Embratel passaram a permitir a transmissão de programas de TV (...)e, no fim de 1968, a CTB e subsidiárias já operavam mais de um milhão de telefones. (...)Foi introduzido o sistema DDD – Discagem Direta à Distância."

Restaria apresentar, ainda, as realizações do Governo do Presidente Costa e Silva nos campos da Política, da Energia e Mineração, da Pesquisa Científica e Tecnológica, da Educação, da Saúde e Saneamento, do Desenvolvimento Regional, da Reforma Administrativa, da Política Externa, da Justiça e Ordem Interna e das Forças Armadas.

Não o faço para não alongar por demais este meu depoimento. Sugiro, entretanto, aos interessados, que adquiram a obra do General Portella, citada neste depoimento. Em suas 1.032 páginas, encontrarão, com riqueza de detalhes, os preparativos para a Revolução de 31 de Março de 1964, seu desencadeamento, o lançamento da candidatura do General Costa e Silva à Presidência da República, tudo, enfim, até a sua morte.

Infelizmente, a Guavira Editora Ltda., que editou a obra, não mais existe. No entanto, nas lojas de livros usados (sebos), podem, ainda, ser encontrados exemplares em ótimo estado de conservação.

Que mensagem final, Coronel Alcio, gostaria de deixar para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 1964?

Embora um pouco fora de sua pergunta, não posso deixar de citar o fato de a 2ª Divisão de Exército, sediada em São Paulo, Capital, ter escolhido para seu

patrono o Presidente Costa e Silva. No seu estandarte histórico, criado pela Portaria nº 263, de 14 de junho de 2002, do Comandante do Exército, lá está, além do brasão e das cores heráldicas da Divisão, o dístico DIVISÃO PRESIDENTE COSTA E SILVA. Isto muito me comove, pois mostra que seus camaradas de hoje relembram e prestam homenagem ao antigo chefe e amigo.

Agora, respondendo à sua indagação, quero transmitir aos leitores desta História Oral do Exército – Revolução de 1964 minha opinião de que este Projeto é uma iniciativa louvável e de grande importância, já que deixará assinalado os relatos francos e verdadeiros daqueles que participaram de momentos tão importantes e significativos para a nossa Pátria.

Tive enorme satisfação em ter sido escolhido pela Comissão do Projeto para vir dar o meu depoimento.

Coronel Humberto Ayres Corrêa

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Pertence à Turma de 1951 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), ano em que foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia.
- Principais funções: Instrutor-Chefe do Curso de Artilharia da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), Vila Militar, RJ; Comandante do 22º Batalhão Logístico, em São Paulo, SP; Chefe das 2ª e 4ª Seções do Comando da 2ª Divisão de Exército, São Paulo, SP.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, o de Fotoinformação da Escola de Instrução Especializada (EsIE) e o de Motomecanização da Escola de Motomecanização do Exército.
- Em 1964, no posto de Capitão, era Comandante da 2ª Bateria do 4º Regimento de Obuses 105mm (2ª / 4ª RO 105mm), Pouso Alegre, MG.

Entrevista realizada em 21 de março de 2002.

Inicialmente, gostaria de prestar o mais puro preito de gratidão aos meus companheiros do Exército com quem convivi, ao longo de muitos anos, tenham sido eles meus instrutores ou comandantes, meus pares e, até mesmo, meus subordinados. Graças a eles pude acrescentar à minha formação profissional, exemplos de devoção à Pátria, de retidão de caráter, de lealdade, de solidariedade e de muitas outras virtudes. Esse processo de interação, de procedimentos e atitudes sempre caracterizou a formação da maioria dos oficiais de carreira do Exército Brasileiro; essa formação em comum nos levou à união, no momento da Revolução.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Com a renúncia do Presidente Jânio Quadros em agosto de 1961 e a conseqüente possibilidade de assumir a Presidência da República o Vice-Presidente João Goulart, grave crise política assolou o País. De imediato, assume a Presidência o Deputado Ranieri Mazzilli (Presidente da Câmara), uma vez que o Vice-Presidente da República encontrava-se em visita à China (comunista).

Após a conclusão do Curso de Motomecanização, passei a servir no 1º Grupo de Artilharia de Costa Ferroviário (1º GACosFv), em Niterói, RJ, a partir de 1957. Nessa unidade, já servia o então Major Virgílio Vargas Moreira Brasiliano, desempenhando as funções de S/3 e se preparando para prestar concurso de admissão à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e, em 1962, fui cursar a EsAO, não podendo sequer imaginar que estava perdendo contato com aquele que viria a ser o E/2 do Estado-Maior, do General Olympio Mourão Filho. Hoje, através de fotografia, que deixo em minha pasta-arquivo, quero recordar com saudade a figura amiga do falecido Major Brasiliano, no 1º GACosFv, como também ressaltar o seu excepcional desempenho profissional naquele comando que deu início à Revolução de 1964.

No início de 1963, apresentei-me em Pouso Alegre, no 2º/4º RO 105, vindo da EsAO, onde encontrei o Capitão Rodrigo Octávio César Jordão Ramos (filho do General Rodrigo Octávio Jordão Ramos). A identidade em encarar da mesma maneira a necessidade de se encontrar soluções para evitar que o descalabro fomentado pelas esquerdas, contando até com o beneplácito do Presidente da República, chegasse ao ponto de comprometer as condições de governabilidade dos poderes constituídos da Nação, irmanava-nos num sentimento de repulsa. Urgia que nos apressássemos para uma reação impedindo que o País se transformasse numa República Sindicalista, a gravitar como simples satélite da União Soviética.

Com o passar do tempo, fiquei sabendo que o Capitão Jordão era o contato do Tenente-Coronel Brasiliano na unidade e que por motivo de transferência do

primeiro, eu passaria a ser contato do E/2, na guarnição. Na ocasião me foi atribuída a missão de organizar uma Bateria de Obuses a seis peças, com auto-suficiência de emprego em local e prazo a serem determinados.

Passando a atuar já como ligação do Tenente-Coronel Brasiliano, vez por outra passei a receber visita de um emissário vindo de Juiz de Fora, um oficial R/2, cujo nome não me recordo. Nossas reuniões eram realizadas em dependências de uma Igreja Católica local e nelas não nos preocupávamos apenas com a situação de desgoverno vivida pelo País, pois pretendíamos, principalmente, conspirar contra ela. Ali, vários assuntos foram ventilados, os quais resumo com as três seguintes perguntas:

– Qual seria a reação do meio civil ante uma possível intervenção das Forças Armadas visando à destituição do Presidente da República que não honrava o cargo que devia exercer?

– Haveria possibilidade de arregimentação, na região, de elementos civis armados, visando se opor aos grupos armados subvencionados pelo governo, como os "grupos dos onze"?

– Que atividades ou empreendimentos existentes na região poderiam se tornar alvos de sabotagem por parte dos elementos subversivos que já infestavam o território brasileiro?

Essas eram algumas das questões tratadas nas nossas reuniões.

Participando da reunião de oficiais convocada pelo Subcomandante do Grupo, cujo Comandante estava ausente, foi lido o radiograma do Comandante da 4ª RM, determinando o deslocamento da Bateria de Obuses a seis peças, para Belo Horizonte, onde passaria a ser empregada pela Infantaria Divisionária da 4ª Divisão de Infantaria (ID/4). Tal reunião ocorreu no dia 31 de março de 1964. Após leitura do mencionado documento, o Subcomandante pediu que um Capitão se apresentasse para comandar a já mencionada Bateria, tendo eu me apresentado como voluntário, muito embora estivesse, interinamente, desempenhando função de Major, como S/3 do Grupo.

Tal contingência foi lembrada pelo Subcomandante, o que me obrigou a levantar como argumento o fato de eu já ter comandado a 6ª BO (6ª Bateria de Obuses), que deveria servir de base à tropa a ser empregada. Convencido, o Subcomandante nomeou-me Comandante da Bateria Operacional. Não poderia perder a oportunidade de prestar a minha contribuição de lutar contra o movimento marxista-leninista que já se infiltrara em cargos de Governo, para desmoralizá-lo e enfraquecê-lo, com fim de se apossar dele. Tais elementos afirmavam pela imprensa de então, inclusive na televisão, que já estavam no Governo do País, só lhes faltava tomar o Poder. Como procurei manter atualizada a formação da Bateria para emprego, não

parecia ser difícil colocá-la em Ordem de Marcha. Mas certos detalhes retardaram um pouco seu deslocamento:

– sua organização atípica: os efetivos, suprimentos, transporte etc. superavam os da 1ª Bateria existente na unidade, o que forçava buscar recompletamentos em outras Baterias;

– a dispensa de parte do pessoal: 1/3 do efetivo de soldados era, semanalmente, dispensado, tendo em vista fazer economia, a ser empregada no custeio de necessidades urgentes da Unidade. Ao se conferir o efetivo previsto para integrar a Bateria Operacional, constatou-se que alguns elementos não se encontravam no quartel, em face de dispensa, o que determinou substituições de última hora;

– a recusa de adesão à Revolução de um subtenente e dos sargentos que deveriam integrar a Bateria Operacional.

Antes de tomar as providências para colocar a tropa em Ordem de Marcha, em companhia dos oficiais já selecionados, reuni o subtenente e os sargentos para lhes pôr a par da situação e para conclamá-los a nos seguir. Assegurei, com a maior ênfase possível, que a Bateria sob o meu comando iria cumprir a missão recebida, mesmo que, para alcançar esse intento, fosse necessário empregar todos os meios a minha disposição.

Solicitando uma intervenção, levantou-se o único subtenente e, ao falar, ponderou ter mulher e filhos que dependiam dele para sobreviver, que o seu tempo de serviço lhe dava grande experiência e vivência de situações anteriores em que os que não se encontravam entre os vencedores foram seriamente penalizados.

Retomando a condução da reunião, respondi-lhe que eu também iria deixar, na cidade, minha esposa e quatro filhos menores, pois tinha consciência da responsabilidade que me estava sendo imputada; que seria egoísmo meu priorizar assuntos de ordem particular, quando a Nação, como um todo, corria o perigo de uma debacle total; que, como militares, havíamos prestado um solene juramento de defender a Pátria, até com sacrifício da própria vida, se necessário.

Terminada a reunião, vários sargentos vieram ao meu encontro, emprestando-me o seu apoio e assegurando a sua presença na Bateria Operacional.

Durante os preparativos para compor a tropa, no entanto, notei uma certa falta de empenho dos sargentos no exercício de suas funções.

Reuni os oficiais que comigo partiriam, quando dei conhecimento da minha observação e informei mais o seguinte: além do radiograma oriundo do Comando da 4ª RM, havia chegado ao quartel, outra mensagem vinda do I Exército, em cujo teor era ordenada a permanência do 2º/4º RO 105 em seu aquartelamento, aguardando ordem posterior. Sabia dessa mensagem do I Exército antes da reunião com os

sargentos, mas estes também já tinham ciência dela, como pude verificar. Alertei-os ainda de que já possuía informação de ameaças às famílias de alguns daqueles sargentos que, após a reunião, haviam se predisposto a nos seguir.

Em conseqüência, determinei as seguintes providências:

– acompanhar e agilizar o aprestamento da tropa;

– prever substitutos da mesma qualificação para cobrir possíveis faltas de sargentos;

– contar com mais de um oficial em cada Linha de Fogo de três peças;

– inviabilizar o emprego do armamento e munição a ser deixado na reserva de armamento da 6ª BO (Base da Bateria Operacional).

Encontrando-se a tropa em Ordem de Marcha, após ser convenientemente checada, como prévia, nela não se encontrava nenhum sargento. Indaguei dos tenentes responsáveis pelos diversos setores se as substituições previstas já haviam sido feitas. Enquanto os últimos recompletamentos eram feitos, mandei chamar o subtenente a quem ordenei que colocasse os sargentos em forma. Feito isso, solicitei a um capitão que permaneceria no aquartelamento, que os conduzisse à presença do Subcomandante do Grupo, para as providências cabíveis ante o ocorrido. Quando já estava com os motores ligados, pretendendo não perder mais tempo e movimentar a coluna, quando já estávamos na madrugada de 31 de março para 1º de abril, fui chamado pelo Subcomandante, que já me autorizara a partir, para que não o fizesse mais, tendo em vista a atitude assumida pelos sargentos.

Informei-lhe, então, sobre a quantidade de oficiais, integrantes da Bateria que estariam presentes na Linha de Fogo e em outras funções vitais, bem como da já realizada substituição dos sargentos faltosos. Disse-lhe, ainda, que as últimas substituições já tinham sido previstas no nosso planejamento de cumprimento da missão. Pior seria permanecer no quartel, onde conflitos poderiam ocorrer em conseqüência da atitude dos sargentos. Tive que insistir com o Subcomandante, usando um certo grau de energia, para sair do quartel naquele momento. Pagamos para ver, pois fizeram chegar ao nosso conhecimento que os primeiros a sair do quartel seriam metralhados. Não fomos metralhados, nem paramos na praça situada a uns quatrocentos metros do quartel, como sugerido pelo Subcomandante. Sob minha inteira responsabilidade, deixamos a cidade rumo a Belo Horizonte, como nos havia sido determinado pelo Comando da ID/4.

Durante esse deslocamento, iríamos ter algumas preocupações quanto a contingências que poderiam interferir no cumprimento de nossa missão. Inicialmente, ao infletir para o Norte, quando atingíssemos a BR-381 (Fernão Dias), estaríamos dando as costas para São Paulo. Até aquele momento, desconhecíamos a posição

adotada pelo Comando do II Exército com relação à Revolução. Existia a possibilidade, portanto, de sermos atingidos por tropas vindas da Capital de São Paulo e de Campinas, utilizando a própria BR-381 e pelas Unidades aquarteladas no Vale do Paraíba, usando o acesso por Itajubá-MG, para também alcançar a BR-381.

Outra possível interferência poderia ser atribuída à Escola de Sargentos das Armas (EsSA), às margens da BR-381. A sua posição ante a Revolução era uma incógnita, levando-nos a adotar medidas de precaução, visando preservar a segurança da tropa. Alguns elementos de reconhecimento lançados à frente constataram não haver risco para o nosso prosseguimento na citada região.

Nesse deslocamento, não podia atuar tão-somente como Comandante, tendo que agir, também, como Administrador, pagando através de Requisição do Exército o reabastecimento de combustível das viaturas, substituição de peças em mau estado etc.

Através do rádio, podíamos acompanhar o movimento e o crescimento do apoio à nossa Revolução. Nessa cruenta marcha, tive meu ânimo renovado quando, passando por enorme emoção, soube que a Academia Militar das Agulhas Negras já estava a serviço da Revolução, atuando ao longo da Rodovia Presidente Dutra.

Bem antes de chegar a Belo Horizonte, fui alcançado e ultrapassado pelo Coronel Góes, Comandante do Grupo e por oficiais da Unidade, compondo outro grupamento para possível emprego.

Em Belo Horizonte, recebi a mais triste notícia dessa campanha: o subtenente e os sargentos que haviam se recusado a compor a nossa Bateria, em Pouso Alegre, quando a situação ainda era indefinida, estavam chegando para se incorporar a ela, quando a situação já estava plenamente definida.

Não poderiam, pois, ser bem-vindos. A nossa missão inicial era chegar em Belo Horizonte e nós cumprimos sem o concurso daqueles graduados, correndo riscos e ultrapassando vários obstáculos de ordem administrativa, graças a uma vontade férrea que a todos animava.

De Belo Horizonte, partimos para Brasília em apoio a tropas da ID/4, com a situação já definida e com poucos riscos, atentos, no entanto, à possibilidade de sabotagem por parte de candangos na Capital Federal.

Já nas proximidades de Brasília–DF, a possibilidade de acolhimento daquele subtenente e dos sargentos tornou-se, como ordem, imposição do Escalão Superior.

Usando uma série de recursos, vinha retardando no tempo e no espaço, o quanto pude, o cumprimento dessa ordem, mas havia chegado o momento de tomar mais uma decisão. Fazendo um retrospecto dos ataques do ex-governo às Forças Armadas, destacavam-se os atos e palavras de acinte à ordem, à hierarquia e à disciplina nelas presentes. Dentre outras causas, os ataques a esses princípios sagra-

dos das Forças Armadas me levaram a ser um revolucionário atuante. Como poderia agora, no caso em tela, me insurgir contra aqueles princípios? Assim, por coerência, fui obrigado, não só a aceitá-la, como a fazer com que fosse cumprida pelo restante da tropa, que também recebeu mal a adesão tardia dos graduados.

Da permanência em Brasília, dois fatos ainda são marcantes em minha memória:

Pouco tempo após nossa chegada naquela cidade, participei de uma reunião de oficiais de alta patente do Exército que ali serviam, bem como outros de Guarnições mais afastadas. A reunião parecia ter por finalidade fazer uma avaliação da situação em todo o território nacional, naquele momento, e acrescentar novas medidas para recriar, a curto prazo, condições de normalidade de funcionamento para os diversos setores de atividades do País.

Fazendo uso da palavra, o General Antonio Carlos Andrada Serpa indagou dos presentes: "O que nós estamos fazendo aqui?" Estamos participando apenas de um "golpe" ou promovendo uma verdadeira "Revolução", no sentido de mudanças para aperfeiçoar as Instituições fundamentais do Estado e da Sociedade; e continuou falando em muitas mudanças e aperfeiçoamentos dos sistemas político, econômico etc., os quais poderiam imprimir um mais rápido desenvolvimento do Brasil.

Embora sem entender a razão da minha presença nessa reunião, ela me foi de grande utilidade, pois o General Serpa em suas considerações fez com que eu me identificasse perfeitamente como revolucionário, nunca como mero golpista.

O segundo acontecimento foi o desfile militar, do qual participamos, em continência ao Presidente da República, o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, empossado em 15 de abril de 1964. Deixo em minha pasta-arquivo foto desse evento.

Nessa data, comemorava-se também a restauração da ordem no Brasil; do culto de respeito à sua maior autoridade constituída, o Presidente da República; o fim da pressão exercida, indevidamente, sobre o Congresso Nacional; e o sonhado final das greves abusivas que prejudicavam a população, com a paralisação de atividades essenciais à sua sobrevivência.

A vitória da Revolução acabou com a estratégia dos que se encastelavam no governo para desmoralizá-lo, levá-lo ao caos e, então, derrubá-lo, com a idéia fixa de substituí-lo por outro de cunho totalitário, contrário às tradições de nosso povo, inconformado com tanta anarquia e subversão.

Foi desbaratada mais uma tentativa comunista de assumir o governo do País pela força.

O clamor generalizado, ansiando pela intervenção das Forças Armadas, continuava a atestar o alto conceito em que elas são tidas pela população.

De nossa parte, restou a imensa satisfação do dever cumprido, acrescentando nosso modesto tijolo à construção da grande vitória da expressiva maioria do povo brasileiro.

O senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

Em março de 1922, foi criado o Partido Comunista no Brasil, no Rio de Janeiro, que logo aderiu ao Movimento Comunista Internacional, aceitando as 21 condições de admissão à Terceira Internacional (COMINTERN).

Através dessa entidade, agindo como central de subversão, Moscou, impondo disciplina férrea, dirigida às atividades comunistas do mundo inteiro. É conveniente ressaltar, para melhor compreender o fanatismo ideológico do comunismo, que para aderir ao COMINTERN era indispensável a aceitação de determinadas condições, dentre as quais soa como chocante a de número 16 que prevê: "Todos os Partidos Comunistas devem renunciar não somente ao patriotismo, como também ao pacifismo social..."

Dentre os primeiros líderes a serem trabalhados em Moscou para vir exercer funções de destaque no Brasil, deve ser citado Luís Carlos Prestes (ex-capitão do Exército). Durante anos permaneceu na URSS realizando cursos de liderança e capacitação marxista-leninista. Retornou ao Brasil, para participar da Intentona Comunista de 27 de novembro de 1935.

Em 1961, com a vacância do cargo de Presidente da República, houve a repulsa significativa de uma ala das Forças Armadas para que o Vice-Presidente João Goulart fosse empossado como Presidente, em face de suas idéias esquerdistas radicais, postas em prática quando Ministro do Trabalho do Presidente Getúlio Vargas, e de suas relações estreitas com países de regime político comunista. Quando o Presidente Jânio Quadros renunciou, Jango encontrava-se em visita à China Comunista. As campanhas contra o parlamentarismo, solução encontrada, em 1961, para que Jango assumisse o Poder, foram grandemente insufladas por elementos subversivos infiltrados no Governo. O mau funcionamento do parlamentarismo, tentado como solução da crise, foi um trabalho conduzido, com todo empenho pelos inimigos da democracia, para substituir esse regime pelo presidencialista que daria maior poder a Jango, como a esquerda desejava.

As tensões foram muito intensificadas quando se processou a volta ao presidencialismo, após consulta ao povo através de plebiscito. Todo esse clima de convulsão parecia propício aos elementos radicais de esquerda, de cunho marxista-leninista, para que voltassem à carga, para a tomada do Poder. Mais uma vez, porém, tiveram pela frente o patriotismo do povo brasileiro e de suas Forças Armadas.

Quando incitaram seus adeptos a denegrir as imagens da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, com ataques aos seus princípios básicos de ordem, de hierarquia e de disciplina, não avaliaram, na devida conta, essas provocações e tiveram de abandonar suas posições, adotadas com base no movimento comunista internacional, que pretendia tomar o Governo do País.

O senhor poderia nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964?

O panorama político brasileiro, entre 25 de agosto de 1961 e 31 de março de 1964, apresentou várias crises sucessivas, que se agravavam pela ação direta do Governo. A renúncia de Jânio Quadros deu margem a várias crises em cadeia. A questão da não aceitação por parte dos militares do nome de João Goulart para assumir a Presidência: em oposição a essa, a crise da alegada legalidade, arregimentando greves por todo o País, onde se ressaltava a figura esquerdista radical do político Leonel Brizola, como incentivador; várias tentativas de solução foram consideradas por essas duas facções, até chegar à idéia do parlamentarismo.

Nesse sistema, Jango seria Presidente, mas como uma figura mais representativa da Nação, qual a Rainha da Inglaterra que reina, mas não governa. Haveria, ainda, a figura do primeiro-ministro que, esse sim, exerceria as funções relativas ao Governo do Estado.

Resumindo, poder-se-ia dizer que o panorama político brasileiro era tenso, conturbado pelas freqüentes greves e agitações orquestradas por elementos subversivos previamente adestrados para esse fim. Tudo programado com a finalidade específica de prejudicar os resultados a serem obtidos por todas as atividades produtivas do País. Usava-se a filosofia do "quanto pior, melhor".

O que se passava no meio militar?

Sentimentos de apreensão e revolta quando, em muitos acontecimentos, elementos do Governo não guardavam a postura adequada ao cargo desempenhado, inclusive trabalhando no sentido de jogar graduados das Forças Armadas contra seus oficiais.

Houve tentativa de criar cisões nos quadros das Forças Armadas?

Sim, sem sombra de dúvida. Na época, já era possível receber, em muitos pontos do País, imagens de televisão, transmitidas através de torres de retransmissão instaladas por várias emissoras. Ao elemento interessado cabia aproveitar essa rede de comunicação para doutrinar o público-alvo, ou seja, o quadro de graduados.

Por outro lado, nas tentativas comunistas anteriores de derrubar o Governo e de tomada do Poder, as Forças Armadas surgiram como mais ferrenho opositor desse intento. Considerando, ainda, que o funcionamento ordenado das Forças Armadas baseia-se, fundamentalmente, na hierarquia e na disciplina, os comunistas concluíram que era preciso aniquilar esses fundamentos, inicialmente, para que qualquer tentativa de cisão das Forças Armadas tivesse possibilidade de êxito. E isso foi tentado no País, como se pôde constatar pela imprensa, inclusive em rede de televisão, mostrando, como na rebelião de Brasília, em setembro de 1963, cenas de sublevação de integrantes dos quadros de sargentos da Marinha e da Força Aérea. Do Rio de Janeiro, podia-se assistir, pela televisão, à passeata na qual, com maciça freqüência, marinheiros e fuzileiros chegavam a falar em nome da Força a que pertenciam. Lembram-se do cabo Anselmo, da Marinha? Ele teve a seu lado até oficiais que passaram a se insurgir, como aquele que passou a ser chamado "almirante do povo", o Almirante Aragão, Comandante dos Fuzileiros Navais. Lembram-se do comício da Central do Brasil e da reunião realizada no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro? A quem poderia interessar tantas demonstrações de indisciplina e de quebra da hierarquia?

Como era o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária?

Estupefação, revolta e ansiedade para reagir a tudo e a todos que, intencionalmente, haviam concorrido para levar o País ao caos.

Quais os principais acontecimentos, a seu ver, que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução de 31 de Março de 1964?

Dentre os principais, citamos:

– as tentativas cada vez mais audaciosas, solertes e debochadas de provocar a cisão das Forças Armadas promovendo-se, publicamente, a doutrinação de seus quadros de graduados, através da imprensa falada, escrita e televisada, o que chegou a nível insuportável para os militares de sadia formação, como no citado jantar no Automóvel Clube do Brasil;

– as constantes manifestações de conclamação às Forças Armadas para a sua intervenção, partidas da população em geral e de muitos órgãos de imprensa, podendo ser citado, como exemplo, os jornais *O Globo* e *O Estado de São Paulo;*

– os muitos protestos realizados através de passeatas promovidas por várias Associações de classe, por senhoras de sociedades cívicas e religiosas, pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) e por estudantes contrários à UNE, como o Grupo de Ação Patriótica e muitos outros, inclusive através das Marchas da Família;

– a quase total paralisação das atividades produtivas da Nação.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

Para o brasileiro, de um modo geral, Deus existe e é cultuado pela quase totalidade do País, o que não acontecia, depois de 1917, com a maioria dos habitantes ateus na URSS; pela Constituição do Brasil, o brasileiro tem liberdade de escolha (eleição) de seus governantes, liberdade de opinião, liberdade de imprensa, liberdade de ir e vir, liberdade de crença e outros direitos. E, na URSS, com Lênin e Stálin, existia Constituição? Seus governantes eram escolhidos? Críticas ao regime de governo podiam circular pela imprensa? Ou eram previamente censuradas? Com essas comparações, prefiro qualificar como reacionário o movimento comunista.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi um movimento organizado por católicos, na maioria senhoras, para se opor, com rigor, aos caos implantados no Brasil com o apoio do próprio governo e ao preconizado pelo comunismo em toda a literatura a seu respeito.

Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março de 1964?

Sem a menor dúvida, uma vez que era aplicada pelo comunismo, sem nenhum pudor, a filosofia do "quanto pior, melhor". Melhor para quem? E para quê?

"Quanto pior" significava levar o País ao caos, com sucessivas e prolongadas greves, incentivadas por integrantes e apadrinhados do próprio Governo, advindo a falta de transportes, de combustível, de alimentos, fazendo cair a produção a um nível que o povo concluísse que o País era ingovernável com a democracia e com aquela Constituição que precisava ser mudada na lei ou na marra. A mesma Constituição que foi defendida por eles para tornar Jango Presidente. Com o Governo inerte ao se estabelecer o caos, ou seja, com o "pior" configurado, apresentar-se-ia o comunismo internacional, como "Salvador da Pátria", para instalar um novo regime de governo, totalitário, vermelho, atrelado à União Soviética, configurando o "para quê".

Tal manobra não atendia ao clamor popular e feria as tradições de liberdade do povo, do qual também fazem parte as suas Forças Armadas.

Havia, a seu ver, uma Revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança da ordem institucional do Brasil?

A meu ver, acredito, de sã consciência, que havia.

Ao observador mais cuidadoso, era possível identificar o mentor da Revolução, em que fase ela se encontrava, como se pretendia dividir os "reacionários",

levando-os a cisões, para derrotá-los e muitos outros intentos e objetivos visados. A similitude observada entre os procedimentos dos comunistas daqui e os preconizados na orientação do MCI (Movimento Comunista Internacional) foi uma realidade flagrante.

O movimento revolucionário que estava em curso para a conquista do Governo do Brasil, assim foi considerado pelo escritor Luiz Vianna Filho, em seu livro "O Governo Castello Branco", p. 3, Cap. I – A luta contra os caos, da Biblioteca do Exército:

"Na realidade, pensava-se numa contra-revolução para deter a acelerada marcha comunista fomentada e dirigida pelo Governo. Exibira-se até, para estudantes e marinheiros, o filme sobre a chacina do Potemkin. Ensinava-se a destruição da hierarquia militar e, na Marinha de Guerra, fizera-se rumoroso ensaio com o episódio do Sindicato dos Metalúrgicos, onde notórios líderes comunistas, a título de educar os marinheiros, distribuíram fartamente folhetos subversivos. E a preparação de um golpe tornou-se evidente no comício da Central do Brasil, na sexta-feira, 13 de março de 1964, bem como na reunião dos sargentos, no Automóvel Clube do Brasil, ambos com a presença do Presidente da República."

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

Líderes civis: Magalhães Pinto, Governador de Minas Gerais, onde foi iniciada a Revolução de 31 de Março de 1964, prestando-lhe toda a sorte de apoio, antes e após a sua eclosão; Luiz Vianna Filho, Chefe da Casa Civil da Presidência da República no Governo Castello Branco. Amigo confiável do Marechal Castello Branco, participava com ele de contatos nos meios civil e militar, visando salvar o País da ameaça comunista; José Bonifácio de Andrada, como Deputado Federal, por Minas Gerais, exerceu o papel de líder de todos os seus pares que se mostravam contrários àquela situação de baderna insuflada pelo próprio Governo; Roberto Campos, suas convicções políticas e seu valor como economista, guindaram-no ao cargo de Ministro do Planejamento do Governo Castello Branco.

Líderes militares: Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército à época da Revolução de 1964; General Olympio Mourão Filho, Comandante da 4ª Região Militar/4ª Divisão de Infantaria (4ª RM/4ª DI). Dele foi emanada a ordem para iniciar as operações necessárias ao combate contra o golpe de estado que se afigurava como iminente; outras lideranças no Exército devem ser lembradas como o Marechal Odylio Denys; os Generais Oswaldo Cordeiro de Farias, Carlos Luís Guedes, Ernesto Geisel e Emílio Médici; e os Coronéis, depois Generais, César Montagna de Souza, Ernani Ayrosa da Silva, Meira Mattos e os irmãos Andrada Serpa (dois generais e um coronel).

A Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

Sem dúvida um movimento exclusivamente de preparação interna, como reação a outro movimento revolucionário de feição claramente comunista, incrementado e dirigido pelo próprio Governo. O auxílio externo, que vinha da União Soviética (URSS), diretamente ou através de Cuba, era uma realidade no MCI.

A hoje chamada "mídia" apoiou o Movimento? Poderia citar exemplos?

A maior parte dela, sim. Como exemplos, podemos citar a Rede Globo, jornal, rádio e TV, o *Jornal do Brasil,* o jornal *O Estado de São Paulo*. No Rio, até o jornal *O Dia,* jornal da massa trabalhadora, foi francamente favorável ao Movimento de 1964. Acredito que, dos jornais da época, se possa adquirir exemplares ou cópias deles, comprovando esse apoio. O único contrário foi o jornal *Última Hora* que fechou as portas.

O que o senhor tem a nos dizer acerca de ações terroristas e de guerrilha rural praticadas por extremistas?

Essas ações compõem a chamada "guerra suja", motivadas por acentuado fanatismo e sem preocupação de preservação da população civil. Os autores não prezavam nem a própria vida e, via de regra, cometeram crimes comuns, sendo passíveis, portanto, de, como réus, responder por eles. A esses crimes deve ser acrescida a característica de hediondo. Todavia, todos esses criminosos estão soltos e muitos desempenhando elevados cargos no atual governo que hoje infelicita a nossa terra e a nossa gente.

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade e onde buscavam a orientação e apoio externo?

Arregimentar efetivos e suprimentos junto às populações locais, o que não aconteceu porque lhes faltou o apoio da população. Pulverizar os focos de luta pelo território nacional, levando as Forças Armadas a articular suas tropas em várias frentes, simultaneamente, para restabelecer a segurança interna.

Tais lutas representavam a continuação do mesmo Movimento Comunista Internacional, na tentativa de criar uma região de seu total controle, para obter repercussão internacional visando à sua posse como território independente.

O apoio, em termos de táticas de luta, suprimentos e recursos financeiros, continuavam a vir do mundo comunista de então.

O AI-5 era necessário? Qual sua opinião?

Considerando a conjuntura da época, o AI-5 foi extremamente necessário.

Vejamos a análise sobre o episódio feita pelo Professor Manuel Gonçalves Ferreira Filho, admitindo que a Constituição de 1967 não conseguira atender às necessidades de institucionalização do Movimento de 1964.

"Não foi ela capaz de atender às necessidades de um Governo forte para uma época conturbada. Reabriu-se, por isso, o processo revolucionário, com o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Este, porém, reiterou o compromisso democrático da Revolução, afirmando que esta visava a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo..." ("Segurança e Democracia" – autor: José Alfredo Amaral Gurgel – p. 155 – Biblioteca do Exército Editora).

E, em seqüência ao texto acima, prossegue o Professor Amaral Gurgel:

"O fato é que a Revolução já se apresentava imbuída de um ideário mais amplo do que o presente, em março de 1964. Propunha-se renovar profundamente o Brasil, assim como visava a desenvolvê-lo aceleradamente, a fim de garantir segurança nacional e a assegurar, a todos, melhores condições de vida. Já repontava a idéia de que era urgente definir um modelo brasileiro de democracia por meio de instituições adaptadas ao meio, ao homem e à conjuntura brasileira." (Mensagem que muito se assemelha à do brilhante General Antônio Carlos Andrada Serpa.)

Ao tempo dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem?

Isso nunca ocorreu. No período considerado, nunca tive conhecimento de dotações orçamentárias de grandes valores, necessárias para assegurar o reequipamento adequado das Forças Armadas. Muito pelo contrário.

Não me lembro, também, de qualquer aumento substancioso de salários. Creio, até, ter caído o nosso poder aquisitivo, ao tempo, por exemplo, do Governo Geisel.

O que me lembro muito bem é de nossa formação de oficial das Forças Armadas, onde o moral, a ética e o amor à Pátria têm valores imensuráveis. Os "revanchistas", muitos deles extremistas, inclusive terroristas naquela época, apesar de permanecerem no firme propósito de denegrir a nossa imagem, sabem que não auferimos vantagens de qualquer ordem. Por isso não se referem a esse aspecto, não nos atacam por esse ângulo.

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de governos da Revolução?

Derrotado o movimento revolucionário comunista, que estava na iminência de tomar o Governo, foi se restabelecendo a ordem no País paulatinamente.

Após a derrota do comunismo, uma coisa estava clara para a Revolução, a sua ideologia, centrada na sobrevivência da Democracia, Objetivo Nacional Permanente (ONP) do nosso Estado-Nação. Após empossado, a 15 de abril de 1964, o Presidente Castello Branco, o primeiro Presidente revolucionário, concebeu uma doutrina e lançou um plano político e um programa ambicioso para a Revolução.

Estava extinta a baderna e a ordem voltava ao País, reconstruindo-se a sua estabilidade. Nesta fase inicial da Revolução, seus objetivos eram "crescimento com redução da inflação e democracia", com a eliminação da subversão e da corrupção.

Atos institucionais foram publicados com a finalidade de institucionalizar a própria Revolução como regime de governo.

Os governos revolucionários foram se sucedendo, com o aprimoramento das relações entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, com a preservação e o fortalecimento do regime democrático, e o aperfeiçoamento do sistema federativo.

A estabilidade propiciada pelo binômio "desenvolvimento e segurança", no Governo Médici, elevou os índices de desenvolvimento para patamares tão altos que o rendimento de nossa economia ficou conhecido, internacionalmente, como o milagre brasileiro. Nos quatro anos do Governo Médici – de 1970 a 1973 – o País cresceu a 11,2% ao ano, chegando a 13,6% em 1973. O número de empregos criados nesse período foi de 15 milhões. De 1968 a 1973, o crescimento médio do PIB atingiu a mais de 10%. Que saudade!...

A capacidade de geração e de distribuição de energia cresceu de maneira a atender à demanda de todas nossas atividades produtivas. A produção de petróleo foi acelerada graças à tecnologia nacional de produção de petróleo em águas profundas.

Estradas rasgaram o País de norte a sul e de leste a oeste. Vivificação da região amazônica, o que se confirma, depois, com o Projeto Calha Norte, ao norte da calha do Rio Solimões–Amazonas, concebido com a idéia de assegurar, particularmente naquela faixa de fronteira, a nossa integridade territorial.

Tratava-se, pois, de um planejamento para alcançar três Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) ao mesmo tempo: Soberania, Integridade do Patrimônio Nacional e Integração da região ao restante do território. Como primeiro passo para atingir esses objetivos, seria necessária a construção de meios de acesso à região, para que nela pudesse se fixar uma população de tamanho mais compatível com a imensidão daquela área. Imprimir à região um desenvolvimento sustentado, com aproveitamento da floresta, mas sem a sua devastação. A interligação, através de rodovias, das vias fluviais passíveis de aproveitamento para transporte. A construção da Rodovia Transamazônica, portanto, faz parte de todo um processo de vivificação

daquela área, com o fim de integrá-la, efetivamente, ao território nacional. A construção de outras rodovias e outras interligações fluviais visavam, também, agilizar o desenvolvimento da região, proporcionando acesso ao Mar do Caribe, através da Venezuela, bem como ao Oceano Pacífico, por meio da rodovia 364 no Acre e, daí, através do Peru.

Para resumir, podemos dizer que, em menos de vinte anos, os governos revolucionários tiraram o País de uma situação de plena baderna para alçá-lo à importante posição de oitava economia do mundo.

Houve, a partir de 1990, e existe, hoje, o chamado "revanchismo", por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que o senhor tem a dizer da Lei de Anistia?

A meu ver, o "revanchismo" teve início já nos primeiros dias de abril de 1966, quando subversivos comunistas começaram, através de um atentado no Aeroporto de Recife, a se opor aos governos revolucionários, com o início dos atos terroristas, que se prolongaram, ao longo de vários anos, principalmente de 1968 a 1974.

Hoje, vários políticos e autoridades de um modo geral são aqueles que faziam parte ou eram simpatizantes do movimento armado comunista que pretendia transformar o Governo brasileiro em um governo totalitário marxista-leninista. Ficou, assim, o rancor pela derrota que, mais uma vez, lhes impusemos.

Como conseqüência do rancor acima aludido, os subversivos comunistas continuam atuantes, mas se valeram da Lei da Anistia para se livrarem, até, da responsabilidade de crimes comuns que lhes deveriam ser imputados, no passado.

Ainda, quanto à Lei de Anistia, ela não vem sendo usada para amparo aos militares. Os subversivos atuantes fazem pressão sobre as autoridades constituídas e estas têm lhes dado ganho de causa. Foi assim, no caso de um oficial médico, que, após promovido, foi impedido de assumir um cargo, em conseqüência de denúncia de um membro da Anistia Internacional (ONG).

Foi assim, também, com um Coronel do Exército que exercia as funções de Adido da Embaixada do Brasil na Inglaterra, satisfazendo a todas as condições para tal. Ao ser delatado por ex-subversivos, de ter sido integrante dos quadros do Serviço Nacional de Informações (SNI) foi, sumariamente, afastado do cargo.

O atual Governo, que vem agindo assim, se submete às palavras de ordem vindas inclusive do estrangeiro. É um governo que se apequenou em todos os sentidos!

Há horas em que me indago: será a Lei de Anistia bilateral, como deveria ser, ou é, apenas, unilateral, movida a "revanchismo" e rancor?

O que o senhor gostaria de dizer a respeito do Inquérito Policial Militar (IPM) que tratou da decisão do subtenente e dos sargentos de não seguirem com a tropa?

Não aceitamos o relatório do IPM instaurado para apurar a recusa do subtenente e dos sargentos de seguirem com a tropa sob meu comando, porque ele foi conduzido com o objetivo de justificar as atitudes tíbias daqueles graduados que, diante de mim e da tropa, perderam completamente o moral e a capacidade de se imporem.

É verdade, no entanto, que todos aqueles graduados sofreram uma doutrinação contrária ao nosso Movimento, através de vários espetáculos de indisciplina e de quebra da hierarquia, veiculados através das imagens dos canais de televisão recebidos em Pouso Alegre. Panfletos subversivos chegavam às suas mãos pelo correio, através de alguns sindicatos. Jornais e revistas da esquerda radical chegavam às bancas oriundos do Rio de Janeiro e São Paulo.

De nossa parte, houve falhas, uma vez que, na Unidade, não havia uma programação de instruções para sargentos, voltadas para a orientação dos mesmos a respeito da causa defendida pelas Forças Armadas.

Foi nomeado para fazer o IPM um oficial técnico, o diretor da Fábrica de Itajubá, e não um oficial superior com a necessária experiência de tropa.

Houve pressão cerrada sobre os sargentos que estavam dispostos a participar de nosso Movimento, inclusive com ameaças à integridade física de suas famílias, como me foi confidenciado.

Todavia, foram ridículas as argumentações deles tentando justificar o seu procedimento de recusa de participação, como, também, as que procuravam explicar o seu arrependimento, quando a situação do País já estava plenamente definida. Em síntese, fizeram um papel triste, condenável, inclusive, por todos os soldados do Grupo, que escreveram, nas viaturas, palavras chulas de críticas contundentes a todos eles.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Os elevados índices de aceitação da imagem do Exército Brasileiro junto à sociedade revelam o acerto de suas atitudes e comportamentos, quando da necessidade de sua intervenção. É bom explicitar que esta aceitação, com os índices apurados, representa a grande maioria da população brasileira a acreditar e confiar em suas Forças Armadas e, em especial, no Exército.

Por essas considerações, o voto de confiança que nos é dado pela imensa maioria da população não nos permite traí-la.

Os chefes de hoje e de amanhã não podem esquecer disso!...

Qual a sua mensagem final para o Exército do presente e do futuro?

Não poderia encerrar a presente entrevista sem antes enaltecer e elogiar o excelente trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Projeto História Oral do Exército na Revolução de 1964.

Quer nos parecer que a grandeza desse Projeto reside naquilo que ela anseia atingir como objetivo: "Restaurar a verdadeira história sobre a situação do Exército na Revolução de 1964 e dos governos revolucionários que se seguiram ao movimento armado."

Há que ter pertinácia para assegurar a conquista desse objetivo, quando grande parte de uma mídia poderosa a ele se opõe, distorcendo, de acordo com os seus interesses, os fatos históricos. Outros elementos contrários e atuantes, hoje infiltrados em cargos de governo, reitorias de universidades etc., robustecem esta verdadeira doutrinação contrária à verdade dos fatos.

Desde já, alio-me a este brilhante Projeto, propondo-me a participar, também, desta luta com todo o empenho possível.

Agradeço a oportunidade que me foi propiciada no sentido de prestar minha cooperação e solidariedade.

Coronel Ney Salles

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Principais funções: S/4 do 4º Batalhão de Caçadores, Lins, SP; E2 no 2º Grupamento de Fronteira, Cascavel, PR; na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Resende, RJ: Auxiliar de Instrutor do Curso Básico e Instrutor do Curso de Material Bélico, Chefe da 3ª Seção (E3) e da Seção de Ensino "A" (História e Geografia); Comandante do 5º Batalhão Logístico, Curitiba, PR.
- No QG do II Exército, em São Paulo, exerceu as funções de E1, E4 e Chefe da Seção de Planejamento. Foi Chefe do Escalão Logístico da 1ª Região Militar, RJ.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e os da EsIE (Escola de Instrução Especializada), como Técnico de Armamento; da EsMM (Escola de Motomecanização), como Técnico de Motomecanização; e o da ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra). Nos EUA, fez os Cursos de Extensão de Blindados, Infantaria e Forças Especiais.
- Na reserva desde 1989, exerce a atividade de Professor de História e de idiomas estrangeiros (Francês, Inglês e Alemão).
- Em 1964, no posto de Major, era S/4 do Batalhão-Escola de Material Bélico, Rio de Janeiro, RJ.

Entrevista realizada em 8 de janeiro de 2002.

Que fatos gostaria de abordar sobre sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Ao eclodir a Revolução Democrática Brasileira de 31 de Março de 1964, servia no BEsMB em Magalhães Bastos e realizava o C PREP/EsAO.

Nossa organização militar recebeu vários alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), alguns dos quais se pronunciaram contrários à intervenção militar no Governo.

De uma forma geral, os comandantes das Organizações Militares da Guarnição da Vila Militar, exceção de uns poucos, eram a favor da Revolução, mas não o declaravam para não serem substituídos no comando.

De minha parte, fora contra a posse de João Goulart na Presidência em 1961 e não aceitava as suas declarações e atitudes como Presidente. Era abertamente contra o mesmo. Só não aceitava dizer que iria cumprir suas ordens e, na hora "H", fazer o contrário. Por isso, apresentei-me ao meu Comandante a quem expus minhas idéias e pedi autorização para falar com o Comandante do GUEs (Grupamento de Unidades-Escola).

Ao General Anfrísio da Rocha Lima, Comandante do GUEs, que me conhecia desde estudante civil em Campo Grande/MS, declarei ser contra o Presidente e que, em vista disso, não cumpriria ordens dele emanadas. Disse-me o General Anfrísio que voltasse para o quartel e aguardasse o desenrolar dos acontecimentos. O General Anfrísio não me prendeu considerando que, no caso, tratava-se de uma decisão política e não militar. Fomos leais um com o outro. Esses fatos foram presenciados pelo hoje Coronel Niderval da Rocha Lima, filho do General, e, na época, Ajudante-de-Ordens de seu pai.

Poderia precisar quais foram as raízes do Movimento revolucionário desencadeado em 31 de Março de 1964?

Embora na época me faltassem conhecimentos históricos do que se passara em 1922, acredito que as raízes da Revolução de 31 de Março de 1964 estejam ligadas ao pensamento dos tenentes de 1922 e persistiram nas cabeças de muitos dos generais de 1964.

A guerra fria, pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março de 1964?

Sim. A guerra fria, utilizada pela União Soviética como uma luta ideológica contrária à democracia, influiu decisivamente na deflagração da Revolução Democrática de 31 de Março de 1964, que veio em defesa do Estado brasileiro contra a perma-

nente atuação em nosso País do movimento comunista internacional buscando aqui implantar um regime totalitário semelhante aos existentes nos países ditos socialistas.

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

Havia um invisível clima de insatisfação contra o Governo Goulart. Esse aspecto representava o pensamento de grande parte da nossa população.

Qual era, de um modo geral, a posição da Igreja, com relação ao Governo deposto em 1964?

A posição da Igreja era de oposição ao Governo, alinhando-se ao pensamento do povo. Naquele momento, os hoje considerados setores radicais do clero, sequer ousaram se manifestar, dando mostras de um alheamento total do problema, propositadamente, ou para permanecerem na clandestinidade, de modo a atuarem quando a situação lhes fosse mais favorável.

O que se passava no meio militar? Houve tentativa de criar cisões nos quadros das Forças Armadas? Como era o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária? Qual a participação do Clube Militar e das associações congêneres?

O clima no meio militar era de apreensão com as sucessivas crises políticas que se revestiam principalmente de características desagregadoras, antidemocráticas, amorais e de falta de autoridade.

Temia-se, nas Forças Armadas, que se repetisse a mesma cisão ocorrida em 1961. O ambiente nos quartéis era de preservação da lei, da ordem e das instituições democráticas no País, apesar das tentativas externas de quebra da hierarquia e da disciplina.

O Clube Militar e as associações congêneres, como os Clubes Naval e da Aeronáutica, tiveram destacada atuação.

Quais os principais acontecimentos, a seu ver, que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução de 31 de Março de 1964?

Os principais acontecimentos, a meu ver, determinantes da eclosão do Movimento, foram as tentativas do Governo de comprometimento da disciplina e da hierarquia militares, os dois maiores pilares de sustentação das nossas Forças, observadas, principalmente, em três eventos: primeiramente, no comício do dia 13 de março de 1964 na Central do Brasil. Em seguida, na rebelião dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos de Triagem, em que o Presidente da República apoiou, inacreditavelmente, os rebelados, levando o Ministro da Marinha, desautorizado e desrespeitado, a deixar o cargo. Por último, o jantar do Automóvel Clube do Brasil,

no qual João Goulart incentivou abertamente a indisciplina dentro dos quartéis. Foi a última afronta do despreparado caudilho às Forças Armadas.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

Para mim, o principal significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi a certeza de contarmos com impressionante apoio popular. Na Cidade de São Paulo, um milhão de pessoas, em 19 de março, disseram não ao caos, fato que se repetiu no Rio de Janeiro, logo após a vitória da Revolução, com número semelhante de brasileiros.

As Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março de 1964?

Sim. As Forças Armadas, ao assumirem o compromisso de deflagrarem a Revolução de 31 de Março de 1964, nada mais fizeram do que interpretar a vontade nacional. Pena que hoje muitos digam o contrário e não haja ninguém para contestá-los.

Havia, a seu ver, uma revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança da ordem institucional do Brasil?

Havia, de fato, uma revolução anarco-comunista em andamento visando mudar a ordem institucional do Brasil, na "marra" se necessário, conforme diziam os seus simpatizantes, na maioria agitadores profissionais, afinados com o Movimento Comunista Internacional (MCI).

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

No movimento armado propriamente dito, o devido destaque para os generais Mourão, Guedes e Muricy, além do Marechal Denys, cuja atuação foi de extrema importância. Como líder civil, o Governador Magalhães Pinto.

Várias lideranças despontaram depois do início da Revolução de 31 de Março de 1964. Citá-las, uma por uma, fica difícil. No entanto, lembrarei dois nomes. Um, o General Castello Branco, militar; outro, o Governador Carlos Lacerda, civil, infelizmente afastado pela Revolução.

A Revolução de Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

A Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento de natureza interna. O General Vernon Walters, Adido Militar dos Estados Unidos da América, em 1964,

no Brasil, em seu livro “Poderosos e Humildes”, editado, recentemente, pela BIBLIEX, nega qualquer interferência americana no processo e explica o porquê.

Qual a sua apreciação, quanto ao aspecto “chefia e liderança”, por parte dos oficiais das Forças Armadas, comandantes de forças que estiveram na iminência de um combate (4ª RM/DI, II Exército e AMAN)?

Na 4ª RM, o General Mourão gozava de uma liderança carismática entre seus comandados, enquanto no II Exército, o General Amaury Kruel desenvolvia outro tipo de liderança, baseada no princípio da hierarquia. Entre os dois, estava o General Emílio Garrastazu Médici, Comandante da AMAN, personalidade forte e que superava os acima mencionados, exercendo grande liderança sobre os cadetes e por que não dizer em toda a Academia Militar das Agulhas Negras, incluindo Instrutores, Professores e o Batalhão de Comando e Serviços (BCS). Não pode deixar de ser lembrado como chefe notável cuja participação tornou-se decisiva para a vitória do Movimento de 1964.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 1964, foi correto, em seu entendimento? Por quê?

O emprego operacional dos cadetes a favor da Revolução de 31 de Março de 1964, além de correto, por buscar o objetivo estratégico de preservação da democracia, foi extremamente válido, pois evitou o confronto desnecessário entre irmãos d’armas, o que caracterizaria uma cisão do meio militar.

As Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após o 31 de Março de 1964? Por quê?

As Forças Armadas, após o 31 de Março de 1964, ficaram mais unidas e coesas devido ao idealismo de seus integrantes e a anulação, pela Revolução, das forças externas que procuravam criar dissensões dentro dos quartéis, jogando sargentos contra os seus oficiais.

O Movimento de 31 de Março de 1964 era baseado em alguma ideologia?

Se alguma ideologia influiu na deflagração da Revolução de 31 de Março de 1964, certamente essa foi a de defender a democracia ameaçada em suas bases institucionais.

A hoje chamada “mídia” apoiou o Movimento? Poderia citar exemplos?

A mídia não só apoiou, mas até incentivou os militares a desencadearem o Movimento. Citaria as declarações do próprio senhor Roberto Marinho à época, cujo jornal é hoje, sem nenhuma explicação, um dos maiores críticos da Revolução, a que

ele apoiou durante os vinte anos em que ela vigiu. Por que mudou completamente, depois de nos apoiar durante todo o período revolucionário? Porque deixamos o Poder, e a referida empresa está sempre do lado dos que mandam.

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o Poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. Quais as realizações que considera principais?

No meu entender e de inúmeros brasileiros de reconhecido saber, a Revolução de 31 de Março de 1964 foi extremamente benéfica ao País. Corroboram essa afirmação os seguintes dados: atingimos a marca dos 600 mil barris de petróleo por dia. A potência instalada passou de 6 para 36 milhões de KW. A produção de aço ultrapassou 14 milhões de toneladas ao ano. Mais de um milhão de veículos eram fabricados anualmente. Nossas exportações alcançaram os 20 bilhões de dólares. Ultrapassamos os 23 milhões de crianças no ensino primário, três milhões no 2º grau e mais de um milhão de universitários. A inflação caiu a menos de 18% ao ano em 1974, uma proeza se comparada com a que se conviveu em 1964, no período de João Goulart. Com uma renda *per capita* em torno de US$ 2 mil e um PIB de US$ 250 milhões, passamos a ocupar o oitavo lugar na economia mundial.

Crescemos, durante aquele período, a taxas anuais entre 4 e 12%. Mais de 100 mil quilômetros de estradas foram asfaltadas. Tivemos safras agrícolas superiores a 60 milhões de toneladas de grãos por ano.

Realmente o modelo econômico instituído pela Revolução de 31 de Março de 1964, em curto prazo, elevou o Brasil da 48ª para a oitava maior economia do mundo. O motivo determinante dessa mudança foi a probidade administrativa que tiveram os governos revolucionários, o que hoje em dia não acontece.

Infelizmente, hoje, poucas são as vozes que se levantam para lembrar esses resultados. Com a abertura política iniciada em 1974, os detratores do chamado regime de exceção não fizeram outra coisa senão traírem os ideais de democracia, desenvolvimento e segurança que inspiraram aquele nosso vitorioso Movimento.

A Revolução de 31 de Março de 1964 cometeu erros? Caso positivo, quais foram?

Com absoluta franqueza, a Revolução de 31 de Março de 1964 cometeu alguns erros de avaliação. Duas coisas precisavam ser ditas: Não foram intencionais e muito menos, conseguiram superar os muitos acertos. O principal erro foi o de ter durado mais do que o tempo necessário.

Julgo, pois, que a Revolução de 31 de Março de 1964 se demorou muito tempo no Governo do País e por isso desgastou-se desnecessariamente. Castello Branco, talvez prematuramente, pudesse ter passado a Presidência a um civil. Médici

certamente deveria tê-lo feito. Ambos a meu ver foram impedidos pelas circunstâncias que os cercearam.

No mundo conturbado pelas ações do Movimento Comunista Internacional (MCI), no período da guerra fria, da luta armada perturbando a paz em nosso País, principalmente de 1968 a 1972, como foi possível ocorrer, internamente, um quadro de progresso e crescimento econômico que chegou a ser conhecido por milagre brasileiro?

Naquela época, houve uma vontade política de opor-se ao terrorismo, à guerrilha urbana e rural, e o País venceu. Agora, falta vontade para combater o crime organizado. Enganam-se os que pensam serem a Justiça e as polícias suficientes para sozinhas enfrentarem o problema. Somente o emprego de elementos treinados, utilizando técnicas apropriadas, realizando operações especiais e respaldados por uma legislação específica, reverterá esse quadro.

A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos revolucionários ou estes deixaram, por princípio, de fazer a devida difusão de seus acertos, assim como a defesa de seus possíveis erros e excessos?

A "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos revolucionários porque preferiram calar ante os excessos, perfeitamente explicáveis, e não difundiram os inúmeros acertos. E poderiam tê-lo feito, porque os acertos foram muito maiores do que os erros porventura cometidos.

O que gostaria de ressaltar acerca de ações de guerrilha e de terrorismo (seqüestros de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos etc.,) praticadas por extremistas?

A guerrilha urbana e rural intentada foi iniciativa desesperada das esquerdas. A ação dos Órgãos de Segurança Interna (OSI) foi uma resposta àquelas tentativas. Houve excessos. Certamente que sim, de parte a parte. Mas se quisermos restabelecer a dimensão dos fatos não podemos deixar de citar a fragorosa derrota da luta armada diante das forças de defesa do Estado. Este fato teve um final feliz em nosso País, diferente da Colômbia, por exemplo, que até hoje luta contra os comunistas, aliados dos narcotraficantes, dentro do seu território.

Houve, durante o processo revolucionário, cerceamento das liberdades (de imprensa, de expressão, artísticas, etc.), com prejuízo para divulgação do pensamento e ideais de segmentos da sociedade brasileira? O que tem a declarar quanto a isso?

Em determinados casos houve relativo cerceamento das liberdades, como não podia deixar de haver. Porém, de uma maneira geral, a sociedade brasileira podia

divulgar seus pensamentos e ideais. O Olavo de Carvalho diz, com conhecimento de causa, que a literatura comunista era publicada e circulava livremente em nosso País.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. Qual o seu ponto de vista a esse respeito?

Discordo disso completamente. A verdade é que a oposição ao regime se fez sentir logo que as esquerdas se viram inferiorizadas, lançando mão do recurso extremo à luta armada.

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade e onde buscavam a orientação e o apoio externo?

O objetivo principal da luta armada era a implantação do comunismo no Brasil. O movimento guerrilheiro urbano e rural buscava apoio e orientação principalmente em Cuba.

O AI-5 era necessário? Qual a sua opinião?

O AI-5 foi uma necessidade para dar melhores condições aos governos da Revolução de enfrentarem a contestação, agressiva e intempestiva, de setores inconformados e a própria luta armada desencadeada dentro de nossas fronteiras.

Foi necessária a criação de Órgãos de Informações e de Operações, como o SNI (Serviço Nacional de Informações) e os DOI (Destacamentos de Operações de Informações) e o agravamento da LSN (Lei de Segurança Nacional)?

A criação dos OSI (Órgãos de Segurança Interna), como o SNI e os DOI, além do agravamento da LSN, foi uma necessidade imperiosa em face do recrudescimento da luta armada, brutal e sem limites, levada a efeito pelas organizações de esquerda.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. Qual a sua opinião a esse respeito?

No Brasil, na verdade nunca tivemos uma ditadura nem civil, no Governo Vargas, e muito menos militar, durante os governos revolucionários. Penso a esse respeito que, em ambas as ocasiões, tentou-se desenvolver um regime democrático mediante fortalecimento do Executivo.

De sua vivência pessoal, qual a sua avaliação dos vinte anos de governo da Revolução?

A melhor possível com base em dados oficiais, na observação e acompanhamento permanentes, e na experiência de quase setenta anos de vida.

A atuação política e os resultados econômicos dos dois últimos governos ditos militares desgastaram a imagem da Revolução?

Desgastaram. E a principal razão para tal deve-se à fraca atuação política dos dois últimos governos ditos militares e aos resultados da economia experimentados a partir de então, isto é, de 1975 a 1984, que deixaram a desejar sobretudo após a segunda crise do petróleo, sentido intensamente na década de 1980.

Houve, a partir de 1990, e existe, hoje, o chamado "revanchismo", por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? Qual o seu ponto de vista a respeito da Lei de Anistia?

Sem sombra de dúvida, a partir de 1990 até nossos dias, existiu e persiste o "revanchismo" sob as mais variadas formas e origens.

A Lei de Anistia só valeu para um dos lados e é utilizada como argumento pelos de esquerda se locupletarem de forma irresponsável e vexaminosa.

Como vê o radicalismo ideológico após o fim da bipolaridade e da queda do Muro de Berlim? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil, nesse contexto?

O comunismo não desapareceu, nem com o fim da bipolaridade ideológica, nem com a queda do Muro de Berlim. Apenas vestiu novas roupagens, em particular nos países do chamado Terceiro Mundo, o Brasil entre eles. Prova disso são as novas siglas que defendem as mesmas idéias e pululam na América Latina, inclusive no Brasil. Aí estão o MST (Movimento dos Sem Terra) e FSP (Fórum de São Paulo) para confirmá-lo, além de uma série de partidos comunistas, com diferentes siglas.

A imagem das Forças Armadas vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que acha disso?

Acho que, apesar dos elevados índices de aceitação das Forças Armadas pela sociedade brasileira, ainda é fraca a atitude de nossos integrantes em face das acusações que nos são assacadas indiscriminadamente por aqueles que nos são contrários, pelos "revanchistas". Parece até que estamos acuados pelos vencidos de ontem, o que configura um absurdo, mas é, de certa forma, conseqüência da posição da mídia movida, via de regra, por interesses que não são os nacionais.

O que mais gostaria de aduzir acerca da Revolução de 31 de Março de 1964 que devesse ficar aqui registrado?

Toda e qualquer acusação indevida, imputada aleivosamente por quem quer que seja contra o Exército, deveria ser respondida imediatamente e à altura pelas

Seções de Relações Públicas dos Comandos Militares de Área ou pelo Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx), obedecendo todos a uma mesma Diretriz de Comando.

Pude observar isso durante a viagem que fiz aos EUA no final de 1996. Seria a meu ver uma atitude correta, visando à "salvaguarda da imagem da Força".

No Brasil, vejo, com preocupação, as crises de autoridade e honestidade, a que todos nós presentemente assistimos, desassossegados, e a falta de vontade política de realizar o que é certo e imperioso.

Com a abertura política, propiciada pela Revolução e legitimada pelo Congresso, o que se viu não tem sido outra coisa se não os atuais detentores do Poder traírem os ideais de democracia, desenvolvimento e segurança que inspiraram aquele Movimento, curvando-se diante de interesses internacionais, o que é uma séria ameaça a nossa soberania.

Qual a sua mensagem final para este Projeto Oral do Exército Brasileiro?

Em 1964, os segmentos civis e militares uniram-se para deflagrar uma contra-revolução que ficou conhecida como a Revolução Democrática de 31 de Março de 1964. Durante os vinte anos de governos revolucionários, inegáveis foram as conquistas alcançadas pelo Brasil.

Uma vez mais, afirmo, com toda convicção, que a Revolução de 31 de Março de 1964 impediu durante vinte anos que o País fosse levado à desordem e à anarquia. É também verdade que os militares sofreram o desgaste por haverem permanecido no Poder durante tanto tempo. Foi um ônus na busca do cumprimento da missão que nos coube.

Nos momentos de crise, os militares são sempre lembrados. Passada esta, são esquecidos e até discriminados. Não se constituam, porém, tais atitudes motivo para nos omitirmos. As Forças Armadas têm um compromisso histórico com o povo e a Nação.

Por isso, temos certeza de que, se necessário for, no momento oportuno, os setores esclarecidos no seio de nosso povo e da sociedade levantar-se-ão contra a situação vigente em nosso País para levar adiante os ideais de Democracia, Desenvolvimento e Segurança que nortearam, naqueles idos de 1964, a nossa Revolução Vitoriosa.

Coronel Adalto Luiz Lupi Barreiros

- Natural da Cidade de Itu, SP.
- Pertence à turma de 1959 da Academia Militar das Agulhas Negras, quando foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia.
- Foi Subchefe da Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República do Governo Geisel.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e mais os seguintes: Básico Pára-quedista, Mestre de Salto, Transporte Aéreo, Salto Livre, Comandos e Precursor Pára-quedista.
- Na área civil, é formado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de MS e possui formação especializada nas áreas de informática e economia.
- Em 1964, era 1º-Tenente no Grupo de Obuses Aeroterrestre do então Núcleo da Divisão Aeroterrestre, hoje Brigada de Infantaria Pára-quedista.

Entrevista realizada em 8 de junho de 2004.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre os pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, sua eclosão e suas conseqüências?

A ideologia reduzida a duas vertentes clássicas – comunismo e capitalismo ou totalitarismo e democracia, dependendo de quem e como interpreta a projeção dos fatos históricos sobre o nosso País, a elas referentes durante o século XX, é a fonte primária das lutas políticas entre os brasileiros.

É ela, portanto, que colocou os brasileiros a serviço de uma ou outra vertente e nos causou tantas desgraças históricas, como também nos sujeitou a interesses externos das potências centrais tutoras dessas vertentes, nesse período. Ela obstaculizou e manipulou um nacionalismo autêntico – a única ideologia que poderia nos orientar em um projeto autóctone de nação soberana. Os pródromos de 1964 nada mais foram do que uma seqüência de etapas dessa tragédia que até hoje nos acompanha, apesar de todas as transformações que ocorreram no mundo. Poderíamos dizer que fomos vítimas de dois MCI – o movimento comunista internacional e o capitalista internacional. Continuamos na mesma trilha e sob os mesmos ciclos internacionalistas.

O senhor poderia nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro, anterior a 31 de março de 1964 e o que se passava no meio militar?

O panorama político imediatamente antecedente a 1964 é o resultado natural do que afirmamos acima na primeira questão. As forças políticas eram o resultado de 50 anos de confrontos e formação de elites políticas entre essas vertentes. Importamos ideologia comunista e projeções internacionais de interesses capitalistas. Dou exemplos marcantes que comprovam isso. A vinda de imigrantes europeus para o nosso País, em face das condições de trabalho em seus países, nas condições deixadas pela segunda revolução industrial e pelo sistema capitalista que dela emergiu, bem como a influência de intelectuais que haviam aderido aos dogmas da revolução bolchevista, foram responsáveis pela importação do comunismo. Essas idéias permearam a industrialização nascente nos centros urbanos do País e as relações de trabalho no campo, para onde parte daqueles contingentes impregnaram a força de trabalho. Por outro lado, as oligarquias nacionais emergidas da estrutura econômica rural e os novos empreendimentos surgidos com aquela industrialização forneceram os meios e o combustível para constituição de uma elite política que representava, quase que exclusivamente, seus interesses econômicos. Assim, reproduzimos aqui um espelho do que ocorria no mundo.

Os interesses econômicos que não eram muito diferentes dos de hoje, exceto quanto aos intensos avanços tecnológicos nos países centrais, reabasteciam esse qua-

dro, primeiro no interregno das duas grandes guerras, com a depressão. Depois com o nazifascismo, na primeira metade do século XX. Ainda, depois da Segunda Guerra Mundial, com o surgimento da bipolaridade de poder, decorrente da guerra fria, quando essa polarização praticamente dominou a vida nacional. Os primeiros grandes confrontos ocorridos no Brasil entre o capital e o trabalho predominaram naquele quadro durante a grande depressão, com nítida origem ideológica. A expansão do movimento comunista para a área política se deu como reflexo sucessivo daqueles acontecimentos. Os meios intelectuais brasileiros contribuíram muito com isso.

Por outro lado, um exemplo pouco examinado de que os parâmetros e a dogmática capitalistas mudaram muito pouco, se verifica numa evidência de nossa história. As exigências estrangeiras ao Governo Bernardes, relativas a dívidas externas do Brasil, por exemplo, em plena revolução tenentista que se insurgia com as práticas políticas e econômicas vigentes no País, sobre entrega de áreas da Amazônia, pagamento de dívidas externas, abertura ao capital externo, no sistema financeiro, como a privatização do Banco do Brasil, concessão de ferrovias etc., eram absolutamente iguais às que dominaram os governos após a Revolução de 1964. Foram permanentes pressões mesmo antes e durante esse período e acabaram abrindo caminho, com extremo ímpeto e amplitude na década de 1990 e nos primeiros anos deste século, com a globalização.

Portanto, a história nos prova com clareza mediana, o que afirmamos sobre o contexto político que antecedeu 1964. Orbitamos entre essas áreas de influência e geramos internamente todas as condições para confrontos revolucionários, através dos métodos e costumes políticos decorrentes de nossa herança histórica. Ambas as vertentes estavam não só dispostas, mas aptas a rupturas no processo constitucional de organização do Estado Brasileiro. No meio militar, essas vertentes se reproduziram, embora de forma difusa, como não podia deixar de ser, uma vez que as Forças Armadas são oriundas do povo, em nosso País. Embora sendo minoria no meio militar, a vertente comunista investiu, como já o fizera antes, contra pilares e princípios organizacionais e sociológicos da Instituição Militar, na busca de garantir a conquista do poder político. Talvez, esse tenha sido o embrião mais decisivo para a ruptura de 1964.

Mas esta ruptura foi basicamente uma reincidência da postura histórica moderadora daquela Instituição, traduzindo a vontade majoritária do povo. A cooptação entre o meio militar e o povo, através da classe política, com gênese na nossa herança histórica e cultural, em ambas as vertentes, produziu não só as causas imediatas como as conseqüências dessa confrontação, cujo início pode ser identificado com o levante comunista de 1935. As causas remotas antecedem a esse movimento de 1935.

Qual era, de modo geral, a posição da Igreja, com relação ao governo deposto em 1964?

A posição da Igreja era majoritariamente contra o governo deposto. Entretanto, nela também, pelas mesmas razões que se identificavam adeptos dessas vertentes nas demais instituições nacionais, havia não só representantes, como órgãos da Igreja e organismos a ela vinculados, comprometidos com a vertente comunista, ainda que a doutrina social da Igreja fosse antagônica a ela. Todas as Encíclicas que fundamentam e traduzem aquela doutrina deixam esse antagonismo em evidência. Apesar disso, havia segmentos da Igreja simpáticos àquela vertente. Como há até hoje, infelizmente! Essas correntes (ou alas) usam princípios da doutrina social da Igreja para desafiar a validade e justificar a ruptura de princípios constitucionais, mesclando marxismo com ensinamento cristão, em formas absolutamente ineficazes de transformar a sociedade brasileira, dela eliminando as profundas mazelas e diferenças sociais que nela persistem, por inépcia da elite nacional.

Quais os principais acontecimentos, a seu ver, que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução, no dia 31 de março de 1964?

A postura e atos do Governo em face dos dispositivos constitucionais. Os apoios e objetivos políticos das correntes em confronto. Entre esses fatos foram determinantes – o comício da Central do Brasil pelas Reformas de Base e a assembléia do Automóvel Clube do Brasil. Nesses episódios, um propondo abertamente a subversão da estrutura constitucional e outro envolvendo e atingindo diretamente a estrutura militar, ficaram evidentes para o povo e para as Forças Armadas duas coisas: Primeiro – o desrespeito do Presidente da República pelo arcabouço constitucional que organizava juridicamente o Estado Brasileiro. Segundo – a ruptura aberta da disciplina e da hierarquia nas Forças Armadas, com o que a ordem jurídica constitucional estaria definitivamente ameaçada. A ordem pública seria destruída como conseqüência. Uma revolução de natureza marxista-leninista estava em marcha, em todos os seus ângulos e com todas as suas variáveis.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

Este, como outros eventos, traduzia a capacidade de articulação das forças não comunistas em todas as suas variáveis e matizes possíveis. Como foi um movimento de massa, envolvendo grandes parcelas da população e centenas de organizações da estrutura social brasileira, que foram se sucedendo, por manifestações na imprensa, em atos públicos e em conspirações de ambas as vertentes, acabou sendo um sinal claro de que a ruptura constitucional seria inevitável e que o confronto

caminharia para uma intervenção política das Forças Armadas. Mas, é necessário admitir e ressaltar que aquele evento – a marcha – não foi um movimento popular espontâneo, oriundo e com base em um direito natural – o direito à rebelião inerente ao povo, em face da sua realidade concreta que num determinado momento caracteriza a sua história. Nem foi um evento único e nem decisivo naquele contexto. Da mesma forma que não o foi o movimento das diretas, de sentido reverso, alguns anos depois, sedimentando o fim do período do chamado "regime militar".

Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março de 1964?

Com exceções inexpressivas e de projeção histórica sem relevância marcante, de um modo geral, sempre as Forças Armadas reproduziram, motivadas por objetivos organizacionais e/ou institucionais, a vontade nacional dominante, ao longo de nossa história militar e política. A partir da estruturação do Exército, em Guararapes, sempre o Exército foi um intérprete dessa vontade, principalmente nos movimentos de pacificação. Em 1964, seguramente, a intervenção militar traduziu a vontade majoritária do povo brasileiro, naquelas circunstâncias.

Que fatos o senhor gostaria de pinçar da Revolução de 31 de Março na Brigada Pára-quedista, onde servia nos pródromos e na eclosão daquele Movimento?

Comecemos pelos pródromos. A tropa aeroterrestre é de natureza especial, possui vínculos e padrões internos muito característicos. Destaco a operacionalidade, o profissionalismo, o ímpeto e, para melhor entendimento dos efeitos da ideologia sobre o meio militar, o espírito de corpo, a camaradagem e uma espécie de orgulho pessoal de cada um de seus integrantes, como se fosse um galardão. Enfim, são bons soldados, entre os melhores que um Exército pode ter. Este clima e o ambiente altamente salutar à profissão das armas e à atividade-fim daquela tropa, sofria, lamentavelmente, as dissensões germinadas pela ideologia comunista. Companheiros íntimos foram arrastados neste confronto, por milhares de fatos que começavam nas formulações que surgiam do acompanhamento de fatos do mundo político. Uns acreditavam nas razões e argumentos deste ou daquele sistema. Uns defendiam atos de governo, enquanto outros percebiam os riscos daqueles mesmos atos. E das longas e inúmeras discussões, passamos aos fatos. Havia militares que já integravam células comunistas, assim como oficiais que apoiavam o Governo que, recentemente, emergira do plebiscito presidencialista.

Havia, entre eles, os que cooptavam abertamente os interesses desse Governo, inclusive intermediando benesses, como financiamentos de bancos estatais para

aquisição de bens ou favorecimentos funcionais ou com permanente discurso de defesa de seus métodos e de seus atos. Como foi notório naquela época, havia uma infiltração ideológica nas Forças Armadas. Na Brigada, não foi exceção. À medida que o confronto entre as forças políticas foi se agravando, passou-se a viver um verdadeiro caos nos quartéis. Para se ter uma idéia aonde isso chegou, as rotinas mais elementares da atividade diária nos quartéis, passou a ser questionada em função da opção política, que um ou outro militar viesse a manifestar. De determinados oficiais, por serem considerados "contra", o cumprimento de ordem era orquestrado e dificultado. Para estes, verdadeiras "armadilhas" funcionais eram montadas, diuturnamente, pelos seus "oponentes políticos", de forma a lhes criar dificuldades, descrédito, e até mesmo problemas disciplinares.

A atividade aeroterrestre dessa tropa poderia levar isso a graves eventos e conseqüências, pois ali o risco de vida é diário e permanente.

Nesse clima é que assumiu o Comando da minha Unidade o Coronel Francisco Boaventura Cavalcanti Junior, outro exemplo marcante de como uma espécie de vampirismo autofágico acabou dominando o ambiente e vitimando muitas personalidades, expoentes do esforço revolucionário de 1964. Este oficial acabou sendo cassado, embora fosse um revolucionário autêntico pró-1964, de primeira hora, além de ser um oficial de competência acima da média. E o que é mais complicado, com a assinatura do próprio irmão que era Ministro, no ato de governo que o cassou.

Durante esse período há um fato, também marcante, que prova a afirmação e confirma o que será abordado, mais à frente, sobre os efeitos da ideologia nos quartéis. Trata-se do que ficou conhecido como episódio Lacerda. Vou me limitar aos fatos, para ser fiel aos acontecimentos e evitar conceitos e opiniões subjetivas.

Assim resumo os fatos desse episódio:

Todo o País acompanhava o confronto político entre o Governo Federal e o Governador Lacerda. Não era novidade e era de ampla repercussão nacional. Chegava a extremos orais que atingiam até mesmo a dignidade dos cargos. Nisto tudo, o episódio do suicídio do Presidente Vargas, dez anos atrás, ainda repercutia e acirrava os ódios políticos e pessoais.

À noite, por volta das 23h30min de um determinado dia que todos identificam, chegou ao aquartelamento o Coronel Francisco Boaventura – Comandante do Grupo. Apresentava uma fisionomia cerrada, demonstrando grande preocupação. Dirigiu-se a seu gabinete e passou a realizar algumas ligações telefônicas.

Pouco depois, chegou ao quartel o 1º Tenente Wilson, que vinha da casa da namorada, segundo declarações dele a mim e dizendo que iria pernoitar no quartel. O Tenente Wilson era o Oficial de Motores da Unidade e não estava, como eu, a par

do que estava ocorrendo. Eu morava no quartel. Um paulista no Rio de Janeiro por força do voluntariado a que havia me imposto, para servir na tropa aeroterrestre.

Passado algum tempo, o Coronel Comandante que me havia encontrado quando adentrara ao quartel, mandou-nos chamar em seu Posto de Comando (PC). Chamei o Tenente Wilson na Bateria de Serviços, cumprindo a ordem que recebera e fomos ao gabinete do Coronel.

Lá, o Comandante perguntou se havia mais algum oficial no quartel, além do oficial-de-dia a quem ele seguramente já havia contatado, em seu ingresso no aquartelamento. Diante da resposta negativa, declarou-nos que estava muito preocupado e que recebera do Chefe do Estado-Maior (EM) do então Núcleo da Divisão Aeroterrestre (Nu Div Aet), ordem para aprestar a Unidade, com a missão de prender o Governador do Estado – o Senhor Carlos Lacerda. Declarou que julgava aquilo uma temeridade, além de um ato ilegal e havia solicitado ordem por escrito ao Comando.

Perguntou-nos, em seguida, qual o julgamento que tínhamos do fato. Respondemos que, efetivamente, sem os procedimentos constitucionais, seria um problema sério empenhar tropa do EB (Exército Brasileiro) para prender um Governador legalmente constituído no cargo, ainda que a situação política fosse grave e o Governador fosse adversário do Presidente da República.

A ordem era para ser executada durante a visita do Governador ao Hospital Miguel Couto, na manhã seguinte.

Perguntou-nos se contava conosco, pois não iria cumprir aquela ordem, ainda que recebesse o documento escrito. Perguntou-nos, também, o que poderia ser feito para imobilizar as viaturas do Grupo e que, ao iniciar o expediente, na manhã seguinte, assumiria a responsabilidade pelo descumprimento da ordem, colocando o Grupo a par de suas decisões e de seus atos. À pergunta inicial, respondemos afirmativamente, até porque havia uma enorme confiança no Comandante e ele era uma figura não só muito respeitada, mas exercia indiscutível liderança no seu Grupo, pela forma com que agia desde que assumira o Comando.

Saímos do PC com a missão de imobilizar os REOS provenientes do Acordo Militar (Vtr de 2,5 Ton de transporte de tropa e tratores de peças de Artilharia – os obuseiros de 105 mm).

Em seguida, nos deparamos com um problema. Essas viaturas tinham os distribuidores blindados e seria impossível, durante a noite, em tempo hábil, até a manhã seguinte, realizar a retirada desses dispositivos.

Optou-se por esvaziar os tanques, coletando o combustível em alguns tonéis que foram rolados para o mato nos fundos do quartel, entre o campo de futebol e os limites laterais do aquartelamento. Bloqueamos e lacramos os depósitos de com-

bustível, onde por sinal, como nas viaturas, não existia muito combustível. Além disso, muitas viaturas estavam indisponíveis, sobre cavaletes, por falta de peças.

Retornamos ao Comandante, já amanhecendo, e demos a missão por cumprida, como explicamos de que forma a havíamos cumprido. Neste momento, declarou-nos que não recebera e provavelmente não iria receber a ordem por escrito e que isso, de certa forma, facilitava as coisas. Havia sido chamado ao Quartel-General. Mas, que havia um confronto entre ele e o Comando e que o diálogo entre eles tinha sido muito complicado.

De manhã, à medida que iam chegando ao aquartelamento, os oficiais e demais militares eram informados dos acontecimentos, informalmente pelos que já estavam no quartel. Começaram, então, a surgir dissidências de apoio, entre alguns oficiais e uma movimentação anormal.

Já vivíamos um clima de confronto ideológico, onde o que se passava afetava o companheirismo e o espírito de corpo pára-quedista; por outro lado, o procedimento de alguns oficiais, que se mostravam a favor das correntes políticas vinculadas à Presidência da República, fazia com que grandes embates políticos ganhassem vulto, precedendo o Movimento de 1964. Uns a favor, outros contra...

Posteriormente, o Comandante primeiro falou com o Subcomandante e em seguida chamou o Oficial de Munições junto com seu S/4 (Fiscal Administrativo). Deu-lhes conhecimento dos acontecimentos e reafirmou que não iria cumprir a ordem. Em ambas as reuniões, tanto eu como o Tenente Wilson estávamos no hall de entrada do gabinete que separa a sala do Comandante da do Subcomandante, fora portanto delas. Quais as ordens? Não sei explicitar.

Algum tempo depois, ainda pela manhã, houve um toque de ordem para reunião de oficiais. Reunidos no Salão Nobre, o Comandante deu conhecimento aos seus oficiais, formalmente, com os mesmos detalhes que tínhamos sido informados na noite anterior e explicitou as razões pelas quais decidira não cumprir a ordem.

Deu a palavra a quem quisesse dizer alguma coisa. Nesse momento, o Capitão Juarez de Souza Moreira, de forma respeitosa, inclusive dizendo que tinha uma enorme admiração pelo Comandante, mas que discordava da decisão e apresentou algumas razões que o faziam pensar daquele modo. Esse posicionamento foi, claramente, decorrência das opções políticas que, naquele momento, dominavam os espíritos. Foi, na reunião, a única voz manifesta, mas havia outros oficiais que, fora dessa reunião, se manifestaram contra o Comandante.

Os acontecimentos futuros evidenciaram quem estava contra a decisão do Comandante. Foi um claro divisor de águas. Isto veio à tona, intensamente, por ocasião do movimento armado de 31 de março. Houve muitas conversas entre os

militares, a partir dessa reunião. Uma grande maioria optou por não emitir qualquer opinião. O expediente foi retomado.

O Comandante reiterou que a responsabilidade era dele e que não cumpriria a ordem e que, se alguma ocorrência viesse a seu conhecimento, contrariando a sua decisão, ele agiria. Depois passou a dar ordens específicas a vários oficiais, cujo teor não tenho conhecimento. O expediente embora tenso teve continuidade.

Pouco depois, passando pelos fundos do quartel, observou-se uma coluna de viaturas do GUD (Grupamento de Unidades Divisionárias) – que eram pára-quedistas das Unidades de Apoio. Passaram em direção a Marechal Hermes e ao Campo dos Afonsos. Tomamos conhecimento, sem participação na coluna de qualquer oficial ou viatura do Grupo, que a mesma, via Barra da Tijuca, iria executar a ordem.

Essa coluna retornou ao aquartelamento, sem executar a ordem. As especulações sobre esse retorno foram muitas e com várias origens. Os oficiais que participaram dessa coluna devem ser melhores testemunhas do evento, entre a saída e o retorno da tropa, versões que não podemos confirmar, exceto por relatos de outros companheiros pára-quedistas que se disponham a falar. Há relatos que destacavam, incidindo sobre muitas divergências, que a ordem dada teria o objetivo de assassinar o Governador. A controvérsia em torno dessas versões, em face da sua gravidade, jamais pôde ou poderá ser validada pela verdade plena. O fato que se pode afiançar é que ela jamais seria transmitida à tropa de pára-quedistas como uma "ordem de matar" e nem ela seria cumprida, em nenhum escalão, se assim tivesse sido dada, principalmente naquele ambiente de confronto ideológico.

Pode ser que um ou outro se sujeitasse a essa insanidade, mas como corpo de tropa jamais. Se não se pode descartar ou validar as hipóteses sobre essas versões, até porque elas se sujeitam aos desvios das entranhas do mundo político, o fato é que onde eu estava, em nenhum momento, ela foi mencionada como uma "ordem de matar".

Durante o dia, surgiram informações de que essa ordem havia sido decidida entre o Ministro da Justiça – Abelardo Jurema, o Chefe da Casa Civil – Darcy Ribeiro, e o então General Alfredo Pinheiro – Comandante dos Pára-quedistas. Comentou-se à época que o Governador havia sido avisado e deixara de comparecer ao Hospital na hora programada, sendo montado um aparato de defesa com tropa da Polícia Militar.

Em poucos dias, o Coronel Boaventura foi substituído no Comando do Grupo, vindo para o seu lugar o Coronel Adalberto Villas-Boas. Este oficial era o Comandante do Grupo quando, pouco depois, eclodiu a Revolução de 1964.

Esse episódio é uma evidência mais que ostensiva daquele confronto ideológico.

Cabe relatar e comentar alguns fatos posteriores, decorrentes do acirramento de ânimos em que aquele conflito de natureza político-ideológica nos envolveu.

Os oficiais que se haviam postado claramente de acordo com o Comandante, no episódio do atentado ao Governador do Estado, passaram a ser alvo de constantes problemas. Uns como alvos preferenciais. Indiscutivelmente, havia uns poucos oficiais comprometidos ideologicamente e estes tinham controle sobre os graduados que também estavam comprometidos. Estes eram os mais agressivos. Deles, passamos a experimentar toda sorte de "traições". Mas, a expressiva maioria, mesmo aqueles que se postaram contra o Comandante no episódio, jamais agiu dessa forma, preservando as relações de companheirismo e a lealdade acima de tudo. Uns poucos, entretanto, armavam situações, em episódios que eram rotina na vida aeroterrestre, para comprometer-nos e provocar, inclusive, punições disciplinares sobre nós. Até ordens comuns na situação de serviço eram contestadas e, também, retardado o seu cumprimento. Alguns graduados se tornaram desafiadores em desobediência a qualquer ordem dada por nós, por mais rotineira e comum que fosse. Isto exigia, sempre, muita energia e decisão de nossa parte e muitos problemas de disciplina surgiram. Os antagonismos, críticas e verdadeiras "armadilhas" atingiam alguns oficiais. Esse foi o caos que se instalou onde antes era notável o companheirismo e o espírito de corpo.

Fui uma das vítimas diretas desses fatos, embora tivesse amizade fraterna com praticamente todos os oficiais, inclusive os que não comungavam de minhas convicções. Passei a ter dificuldade com amigos e até recebi ameaças de alguns, caso me postasse contra (de novo). Havia insurgência que afetava a hierarquia? Havia e de forma intensa e multifacetada. Havia aliciamento ideológico? Havia, a tal ponto que, de certa feita, um dos meus mais próximos companheiros, que, de certa forma, havia contribuído para minha ida para a tropa pára-quedista, me advertiu, em nome da amizade que existia entre nós, que um novo epílogo me aguardava, diferente do que ocorrera no episódio Lacerda e que eu me omitisse diante daqueles acontecimentos em curso, pois repetidas as circunstâncias, se continuasse a enfrentá-los, "passariam com a viatura por cima". Essas foram palavras textuais e mostram bem o clima e o desajuste a que havia se chegado, em termos de hierarquia e de disciplina, pilares essenciais da Instituição Militar.

Estas ocorrências no universo micro do meio militar se tornaram profusas no universo macro da vida do País.

O resultado é que passei a dormir na Bateria de Comando, onde ficava meu alojamento, com uma pistola .45 embaixo do travesseiro. Em novembro de 1963, quando do assassinato do Presidente Kennedy, quase ocorre uma tragédia, no momento em que, sobressaltado, fui acordado pelos oficiais que estavam respondendo ao plano de prontidão e chegavam ao quartel. Ficávamos, pelo menos muitos de nós, pensando em 1935...

Outros oficiais, a maioria, inclusive alguns que foram atingidos posteriormente por atos da Revolução, não se comportavam assim e continuaram a vida no quartel, como antes.

Até o dia 31 de março, vivemos um péssimo clima no quartel. Alguns foram alvo de todo tipo de pressão. No dia 31, como ocorre nos oportunismos de ocasião, quando os riscos se avolumam, muitos passaram a revolucionários de primeira hora. Talvez, por isso, por suas próprias imprudências, atos ou omissões, de quem estava em ambos os lados e pelos algozes gratuitos que sempre surgem, muitos companheiros foram atingidos por Atos Institucionais, mais pelo que falaram do que pelo que fizeram.

Finalmente, ocorreu o 31 de Março! O Comandante em exercício proibiu a entrada no aquartelamento de vários oficiais que considerou comprometidos com o governo deposto. Muitos graduados "desapareceram" por algum tempo e outros receberam ordem de prisão. O passo seguinte foi a instalação de uma Comissão de Inquérito no âmbito do então Nu Div Aet, cuja missão e objetivo eram claros. Apurar e indicar a punibilidade pelos atos que lhes eram atribuídos. Muitas carreiras foram assim interrompidas. Muitos companheiros nos deixaram e deixaram marcas em todos nós, quer porque nem sempre se fez justiça plena, quer porque ela tenha sido feita.

A marca mais profunda, não tenho a menor hesitação em apontar, é a de que pares de uma profissão honrosa, cujo cerne fundamental é o serviço à Pátria, mesmo com o sacrifício da própria vida, tenham-se se voltado uns contra os outros, em nome de uma parafernália ideológica que jamais poderá trazer algo de bom para o Brasil.

Continuei a cumprir as minhas funções. No período da Revolução, a partir do final de março de 1964, novamente fui testemunha do que a ideologia malsã pode fazer, não só às Forças Armadas como ao País...

Vi e vivi o que pode fazer a ideologia a companheiros que tinham o compromisso com a Pátria e tinham o dever de honrar não só a sua condição de Oficial, mas também o espírito de corpo pára-quedista que nos tornava uma boa tropa a serviço do Brasil. Aquele episódio foi uma outra lição para consolidar as minhas convicções, que acabaram guiando os meus passos depois e pelas quais também tive que pagar um preço bastante salgado. A primeira lição havia sido em 1954, com a novembrada, quando eu era apenas aluno da Escola Preparatória de São Paulo, com apenas 16 para 17 anos... Muitas indagações ficaram sem resposta naquela oportunidade, como não podia deixar de ocorrer. Depois na renúncia do Presidente Jânio, onde vi coisas semelhantes... servindo num quartel de Artilharia em Santos. A mesma problemática e o mesmo confronto.

Sempre alertamos que acabaríamos por entregar o Brasil aos "inimigos", se não abjurássemos a autofagia que acabou por engolfar nossos chefes e vários companheiros

em todos os escalões hierárquicos, nos anos subseqüentes do processo revolucionário de 1964. Depois tornei a ver, lá mesmo no pára-quedismo, no então Grupo de Obuses Aeroterrestre (G O Aet), quando seqüestraram o Embaixador Elbrick e invadimos o Galeão para impedir a troca de subversivos pelo Embaixador... Vi isso, de novo, quando servi na Presidência, de onde saí para ser preso disciplinarmente em seguida... Por isso, vejo o que aconteceu conosco – Forças Armadas – cujo espelho evidente e irretocável são os dias de hoje, como uma responsabilidade que não há como atribuir a terceiros. Somos os réus da história e fizemos réus entre nós mesmos em ambos os lados... Vitimamos nossos companheiros, de uma forma ou outra. Antes, pelo confronto ideológico que se instalou entre nós e, depois, após dar-lhes missões que tinham que cumprir devido à própria estrutura militar, por deixá-los expostos a retaliações e a toda sorte de acusação.

Vejo isso ainda hoje, ainda que de forma difusa, numa espécie de lamento, porque muitos consideram que já não somos um corpo único feito da ativa e da reserva. Mas, o futuro do Brasil depende de que sejamos um corpo único fiel ao povo e aos seus valores, povo esse que nos arma e nos diz qual é a nossa missão!

Nada devemos a governos, exceto a observância da ordem constitucional, mas ao Estado Brasileiro e à Nação! Quem a atingir, desservindo os interesses nacionais, deve nos encontrar de frente! Só assim seremos fiéis à nossa própria história. E não há tempo que mude isso!

Consolidou-se a convicção de que mesmo nós, com toda a formação que tivemos, acabamos nos sujeitando ao que jamais se poderia tolerar ou sujeitar. Mas, o carreirismo e o oportunismo acabam por produzir o que hoje está diante de nossas faces... São as servidões de que falava Alfred de Vigny, no seu eterno e indispensável livro de lições aos militares. A miopia daquela época nos deu a visão distorcida dos dias de hoje.

Sem as escaramuças intraquartéis daquela época, que vivenciamos intensamente naquela quadra da história, mas, de forma muito mais global e muito mais sutil, estamos envolvidos todos nós brasileiros, mesclando interesses de ambas as vertentes que, por incrível que pareça, cooptam entre si, hoje em dia.

A única diferença é que, agora, os militares são os "réus da história" e o "revanchismo" está encravado no âmago do poder, sujeito às mesmas fontes ideológicas, ainda que com outras faces, como se fora um fantasma permanente a tolher o nosso futuro. Juntos, continuam produzindo os mesmos efeitos – a agressão às instituições militares e o enfraquecimento de seus pilares... Com isso, atinge-se o próprio País. Tudo se justifica – porque os tempos são outros!

Por tudo que a grande e expressiva maioria acreditou, só nos resta lamentar os rumos. Depois de tantos sacrifícios e lutas, mas ainda com a esperança de que

possam os brasileiros reverter o destino do Brasil, preservando-o para os brasileiros, como uma dívida que ainda não foi paga!

Sobre tudo isso, o Manifesto dos Capitães da EsAO em 1968 já exteriorizava alertas. Por mais que se queira imputar a oficiais superiores a idéia e o conteúdo daquele documento, o fato é que ele foi feito por capitães e com uma única motivação – o compromisso com a Instituição Militar, compromisso pelo qual, tinham certeza, se punham a serviço do Brasil. Vindos de todo País e reunidos naquela Escola, eles tinham uma visão muito homogênea dos acontecimentos. A advertência, se por um lado arranhava a disciplina, por outro era uma consistente visão do futuro. Aos homens, cabe a construção do futuro, cada um na esfera de sua tarefa!

Pois bem, já mergulhados dentro do processo revolucionário, após sua eclosão portanto, as ações da insurreição armada, que ainda serão abordadas, voltam a nos encontrar na agora Brigada Aeroterrestre. O Exército ajustara sua doutrina militar à organização de Brigadas. Mudara o nome. A missão era a mesma. Havia assumido o Comando do Grupo de Artilharia, onde eu então comandava a Bateria Operacional que integrava a Força-Tarefa Santos Dumont de pronto emprego, o Tenente-Coronel Dickson Melges Gräel.

Em meio às ações de seqüestros, assaltos, sabotagens, assassinatos, é seqüestrado o Embaixador americano. Véspera do Dia da Independência. Ano 1969. Exigência – a libertação de "terroristas", entre eles até quem tinha seus pecados, mas que não merecia apoio e implorava para não ser trocado e para ficar no país (aqueles são os "heróis" da democracia de hoje). Constavam de uma lista feita pelos seqüestradores. Um avião da Força Aérea deveria levá-los em segurança para o México.

O Presidente Costa e Silva havia sido impedido por doença e uma Junta, composta pelos três Ministros Militares, decide ceder às exigências dos seqüestradores, por várias razões de estado: a preservação da vida de um representante de governo estrangeiro, a expulsão de terroristas do País, a pressão dos EUA etc. Todas elas, como outras tantas, relevantes, mas que revestia o ato de conseqüências imprevisíveis que acabaram se reproduzindo na onda de seqüestros de autoridades que sucedeu àquele episódio. A decisão da Junta deu ao terrorismo a convicção de que aquele era "um bom negócio" e que as forças de segurança eram derrotáveis por aqueles métodos.

O governo dos EUA nunca negociou a vida de seus representantes com o terrorismo. O risco é inerente à missão diplomática. Tanto mais, em uma época em que os EUA apoiavam incisivamente a Contra-Revolução de 1964, inclusive por meios não tão diplomáticos, como hoje tentam se santificar em nome da "democracia e da liberdade", mas, na verdade, em nome de seus interesses atuais.

Por outro lado, os seqüestradores daquela época discursam no Congresso e em todos os lugares em nome da democracia e, hoje, também em nome dela, mandariam

para a prisão quem realizasse um ato semelhante. Em contraponto, já libertaram os que fizeram seqüestros iguais de nacionais, sob alegação de realizar "expropriações" de dinheiro dos "exploradores do povo", para financiar a sua causa. Tratam o crime hediondo como crime político, porque é praticado por comunistas. Eles são absolvidos de seus pecados, em nome da ideologia. Seu perdão é inerente a seu credo ideológico e seus atos foram santificados pelo seu "idealismo e coragem"! Jamais foram considerados atos criminosos e, se foram, encontraram justificativas para isentá-los de responsabilidade!

Surge, então, neste episódio, nos três Batalhões de Infantaria Pára-quedistas uma reação que iria às portas do General Comandante da Brigada Aeroterrestre. Era um confronto àquela decisão que teria início com uma recusa em desfilar em continência à Junta, no 7 de Setembro. Consultado pelos comandantes das Unidades de Infantaria, vindos em bloco ao seu gabinete, o Comandante da Artilharia se solidariza e comunica aos seus oficiais a sua decisão. No meio das interlocuções, a partir de possíveis consultas ao General-de-Brigada Adauto Bezerra de Araújo, Comandante da Brigada Aeroterrestre, e ao seu ex-Comandante – General-de-Divisão João Dutra de Castilho, que comandava então a 1ª Divisão de Infantaria (1ª DI) e Guarnição da Vila Militar, e, daí, seguindo os escalões de comando, passando pelo I Exército, os Comandantes das OM de Infantaria, sediadas no Arroio dos Afonsos, refluíram da decisão que haviam tomado e comunicado aos seus próprios oficiais. Reconsideraram por razões ainda desconhecidas até hoje e de forma muito estranha, uma vez que eles próprios ou um deles, agindo em nome dos demais, tomaram a iniciativa de propor aquela conduta ao Comandante do 8º Grupo de Artilharia Aeroterrestre (8º G A Aet), obtendo sua adesão, exatamente para que não houvesse uma fratura interna entre os pára-quedistas. Refluíram... sejam quais forem as razões que tiveram para fazê-lo.

Comunicam isso ao Comandante da Artilharia, quando este se juntava a eles diante do General, à porta do seu gabinete. O Tenente-Coronel Dickson decide que não tinha condições morais de voltar atrás. Já havia comunicado a decisão a seus oficiais. Fica isolado com sua Unidade, exceto pela solidariedade dos oficiais da Infantaria que também se recusam a voltar atrás.

Seu Grupo forma na madrugada de 7 de Setembro em continência à data, no interior do aquartelamento, com todos os militares. Não desfila. Não integra a Brigada. Esta vai para o desfile com as ausências de oficiais que se negaram, também na Infantaria e nas outras Unidades da Brigada, a rever suas decisões.

É este tipo de ocorrência e sua fenomenologia que vai se reproduzir em muitos outros eventos posteriores, envolvendo os episódios da luta armada que se instalava no País e no processo revolucionário de 1964 e seus governos. Essas hesitações, bloqueios, divergências e contra-ordens, em função da missão e de como se devia cumpri-la. Essa

dinâmica será responsável, como veremos, pelos distanciamentos entre governos oriundos dos quartéis, referendados pela classe política, e os meios militares. Nestes, de uma forma ou de outra, os apoios pendiam ora para o Governo, ora para os chefes militares que se sentiam responsáveis pelo Movimento de 1964. À exceção do Presidente Médici, talvez devido ao progresso econômico observado em sua bem-sucedida gestão, em decorrência de medidas de seus antecessores e de seu próprio mandato, todos os outros generais-presidentes tiveram esse fenômeno presente em seus governos.

Enquanto aquelas interlocuções tinham vez, oficiais de todas as unidades pára-quedistas decidem montar uma operação de interceptação da aeronave que levaria os terroristas ao México. Eles estavam sendo reunidos no Galeão, provenientes de vários lugares onde estavam presos, à disposição dos IPM ou da Justiça. Por essa circunstância, a hora da decolagem fora fixada para 19h. Era a informação que nos chegara. Montada a operação com a rapidez exigida, os oficiais excluíram dela todos os graduados, para preservá-los de efeitos disciplinares e para fazer recair sobre si próprios a responsabilidade pelo ato que colidia, frontalmente, com o mais alto escalão superior. Também, para não empenhar subordinados que certamente seguiriam suas ordens, pela confiança e liderança sólida que ali imperava. Eu mesmo tive que fazer retornar ao quartel uma Bateria inteira que se dispunha a seguir seu Comandante, tão logo tomaram conhecimento do fato pela movimentação das viaturas.

Como todos estavam cientes das conseqüências que envolveriam a operação, só voluntários integraram a força de interceptação. Após o apronto, esse grupamento deslocou-se em viaturas que eu forneci na condição de Comandante de Bateria e a ela me integrei. Todos estavam cientes de que o objetivo era impedir a entrega dos terroristas e criar um fato consumado que seria responsável por dois outros objetivos: primeiro, evitar a onda de seqüestros e mortes que acabou se sucedendo, impondo uma derrota à insurreição armada, exemplarmente e de pronto, ainda que à custa da vida do Embaixador – fato perfeitamente avaliado e possível na radicalização do terrorismo e de seus adeptos, mas cujo ônus recairia sobre eles mesmos. Segundo, abreviar a vida da Junta Militar – uma figura inédita na história republicana – de forma que o processo revolucionário optasse por um chefe supremo capaz de refazer a estrutura de governo, fragmentada pelo impedimento do então Presidente, acometido de doença irreversível. Os fatos da luta armada e os atos de Governo estavam a indicar que um governo tríplice era uma solução que não poderia perdurar. A capitulação ao primeiro ato de força do terrorismo, com repercussão internacional, endossava essa avaliação. Seus efeitos seriam danosos, como de fato vieram a ser... em termos de vidas humanas!

A operação não teve sucesso. Alguns entendem que ela foi abortada por informações vazadas de dentro da própria tropa pára-quedista, por quem agira

como "agente duplo" ainda que, tanto quanto possível, o sigilo dessa operação tivesse sido resguardado. Outros acham que as informações que nos foram transmitidas já faziam parte de um esquema de segurança para evitar as interceptações. Seja qual for a versão correta, estas informações anteciparam a reunião e a decolagem, de forma que, quando a tropa chegou ao Galeão, o vôo já se encontrava na rota entre o Rio, Recife ou Manaus, onde haveria escala técnica. Essa operação surpreendeu o então Coronel-Aviador Comandante da Base Aérea em seu gabinete, onde o destacamento precursor o encontrou mudando de roupa e nessa condição permaneceu, sentado, até a saída dos pára-quedistas que o integravam. Nenhuma escaramuça, confronto, dissensão, além do diálogo necessário, ocorreu. Apenas, aquele oficial declarou sua surpresa e concordância com a troca feita.

Partiu-se então, embora sem o trunfo principal (a captura e a escolta dos terroristas para um dos quartéis, no aguardo da evolução dos acontecimentos, diante do fato consumado), para a segunda parte – o anúncio do resultado da operação ao País, através da Rádio Nacional. Tomada essa emissora, o texto lido no ar para todo o País sofreu as correções decorrentes do primeiro objetivo não ter sido atingido. Essa proclamação pertence à história e não precisa ser repetida. Ela traduzia a repulsa à capitulação ao ato terrorista. Ela foi lida por um oficial que não era pára-quedista militar, como uma homenagem a ele, pelo seu destemor e ímpeto, agregando-se à missão. Era o Capitão de Infantaria Manoel Luiz Braga Vieira – aluno da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), em 1969.

O outro objetivo – a substituição da Junta por um Presidente, se não foi decorrência desse episódio, foi tornada imperiosa pelo que, acertadamente, haviam avaliado os oficiais que dela fizeram parte. A onda de seqüestros e atentados varreu os meios urbanos, de norte a sul do País! Nela, muitas vidas de nacionais foram ceifadas pela troca que se havia feito pelo Embaixador americano. Os "heróis da democracia" de hoje foram os responsáveis pela perda dessas vidas. Digam o que disserem, essas mortes lhes pertencem por inteiro. Acobertados diante dos homens por razões políticas e do seu credo ideológico podem estar impunes, mas um dia responderão por elas ao Criador de todas as coisas! Nenhuma delas foi "indenizada" pelo Estado e muito menos lembrada pela defesa dos princípios democráticos "tão caros" aos áulicos e políticos de hoje.

Alguns oficiais foram transferidos da tropa aeroterrestre, após as naturais punições disciplinares que, à luz dos dispositivos regulamentares, eram mais que naturais e justas. Todos que participaram da operação foram presos. Sempre estiveram prontos a isso, tranqüilamente. Entre estes, muitos foram devidamente "disciplinados" e se enquadraram nos novos tempos. Eu fui um dos afastados da tropa

onde servia com orgulho e com plena dedicação. Fui também um dos que não se enquadraram bem nos novos tempos, ainda que tenha ido parar, com a Unidade para onde fui transferido, na guerrilha do Vale da Ribeira de Iguape. Por força do destino... combatendo as mesmas figuras e os mesmos métodos. Como se vê o homem não é só ele, mas ele e suas circunstâncias (menciona Ortega y Gasset).

Ali, de novo, vi e vivi a luta armada e todos os seus efeitos, agora no meio rural. É para onde a "utopia" comunista havia voltado parte de seus efetivos. Algum "estrategista" divorciado da realidade nacional se convencera dessa opção militar – a guerrilha rural – ao estilo vietnamita ou cubano, para vencer o Exército que nunca antes na história fora derrotado.

Antes disso, devo concluir o relato que encerrou a minha participação na Brigada Pára-quedista, tropa à qual jamais me deixaram retornar e onde pude vivenciar a extraordinária condição de ser soldado, plenamente.

No retorno ao quartel, após a operação Galeão, surge um informe que o Regimento de Carros de Combate de Campinho recebera ordem de invadir o Grupo de Artilharia Pára-quedista. Nova tomada de decisão crucial. Ninguém entra no quartel sem ordem do Comandante! A ordem era simples e direta – combater qualquer tentativa de invasão, fosse quem fosse o oponente. Dispusemos os obuses municiados com carga máxima, prontos para o tiro direto contra carros em vários pontos, flanqueando as vias de acesso em todas as direções e numa delas para tiros frontais de dentro dos próprios pavilhões, usando dissimulação e fator surpresa.

A tropa disposta para rechaçar qualquer assalto, inclusive fora das guarnições dos obuses, assim permaneceu em vários pontos, de forma a intervir sobre os carros pela retaguarda e flanco. Foram horas cruciais e de grande tensão. Nenhum carro surgiu!

Duvidei, como duvido até hoje, que um chefe militar da época, em particular os que eram responsáveis pelos escalões imediatos, dessem uma ordem dessas.

O quartel dos artilheiros pára-quedistas foi entregue aos que nos sucederam da forma como o havíamos recebido. Graças a Deus! Estaríamos combatendo o "inimigo" errado. Quem viesse a tentar essa invasão, da mesma forma. Mais do que isso, servindo aos propósitos do "inimigo real", com o fogo "amigo".

Não devo e não posso encerrar este depoimento sobre a Brigada, sem registrar que apesar de ter ficado em oposição ao General Adauto, no episódio da troca dos terroristas, movido pelas circunstâncias dos fatos, sobreveio sempre um lamento que jamais deixou de me acompanhar. A figura do Comandante não só era de um pára-quedista valoroso, como de um Comandante extraordinariamente preocupado com a integridade de seus subordinados, numa atividade com risco permanente. Era

profundamente humano. Eu mesmo, pessoalmente, pudera testemunhar quanto apoiava seus subordinados e a que limite chegava esse apoio. Tinha por ele uma grande admiração. Essa foi uma dura lição que tive que vivenciar.

Ele, movido por suas circunstâncias, convicções e responsabilidades de comando e eu, como o meu Comandante direto, o Tenente-Coronel Dickson, da mesma forma. Este tinha, também, pelo General o mesmo sentimento que, em mim, representava um conflito extremamente penoso. Cada um de nós movido pela servidão que acompanha, sempre, o dilema dos soldados. Além disso, havia sido o General Adauto que propiciara, com decisão de comando e apoio necessário, a interrupção de um longo período onde a Artilharia Pára-quedista se via descaracterizada de sua missão aeroterrestre, pela ausência de lançamentos das peças e exercícios de ocupação de posição com tiros de artilharia em PTO, típicos da sua missão. Era a missão completa – a Artilharia na cabeça-de-ponte aérea!

Desde 1954, com o acidente de um lançamento de Artilharia na AMAN, portanto em 15 longos anos, não se realizava o que deveríamos fazer rotineiramente, como atividade daquela tropa. A missão e a característica operacional da Artilharia Aeroterrestre haviam sido retomadas com ele e por apoio dele. A mim, coube a honra de planejar e executar essa retomada de rumo no Comando da Bateria Operacional. É uma das mais efusivas lembranças que guardo da vida militar, quer como artilheiro, quer como Precursor pára-quedista. Para isso, aquela Bateria de Artilharia havia sido preparada.

Esta era outra das fortes razões para a tristeza que esse episódio me trouxe e cujas lições jamais pude esquecer. Estive em posição oposta a quem devia gratidão pessoal e por quem tinha admiração profissional, como Comandante e como pára-quedista. Isto aconteceu a centenas de militares, nestes anos todos.

Por que cito este fato no derradeiro momento de minha experiência na Brigada, sobre a Revolução de 31 de Março? Porque nele está, em toda sua dimensão, a grandeza e a servidão da profissão das armas e porque aí, também, está o dilema que o acompanhou no contexto em que este testemunho se situa, como em toda a vida de todos os exércitos. Durante todo período do Movimento de 1964 e nos de suas conseqüências, esse dilema esteve e está presente no meio militar. Quando tive que combater meus compatriotas em meu próprio País, esse dilema se transformou numa tragédia, sem que jamais eu a tenha conseguido entender, por completo!

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

O líder do movimento foi quem o deflagrou. Qualquer outra opinião esbarra em contradições naturais e típicas dos processos revolucionários. Esses processos

têm sempre seus construtores e os seus condutores. Nem sempre ou quase nunca são os mesmos. Entre ambos há muitos nomes. O líder do Movimento de 1964 foi o General que colocou suas tropas na rua, para contrapor-se ao que ocorria. Esta é a minha opinião.

Portanto, situo no General Guedes essa liderança, a quem por sinal a história desse movimento não faz justiça. Nos eventos críticos de eclosão revolucionária sempre caberá ao soldado o passo decisivo. É da natureza de sua missão. Só nestes episódios se percebe a grandeza de sua missão e só diante da insegurança da vida nos conflitos, essa missão é melhor percebida e bem compreendida, pelas demais parcelas do povo.

As tribunas dos juízes decidem sobre as leis e se a justiça ao povo se fará ou não. A força garante a eficácia dessas decisões. Sejam elas quais forem. Isto é imutável, na história humana, ainda que o seu emprego não se torne necessário e simplesmente garanta o Direito.

A Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

A Contra-Revolução de 1964 foi germinada e deflagrada primordialmente por fatores internos e conduzida por personalidades nacionais. Entretanto, em decorrência da bipolaridade predominante no mundo, ambas as vertentes recebiam apoio externo. Isto é inerente às relações internacionais, à política externa, em particular a dos países hegemônicos. É uma característica daquele contexto da chamada guerra fria. Nele eram sensíveis as áreas de influência e a projeção de poder, visando à preservação ou expansão dessas áreas de influência.

Daí, a se caracterizar que o planejamento e a execução, em si, do Movimento de 1964 teve inspiração e origem externas é uma manipulação histórica, aliás típica da dialética dessas vertentes em confronto, tentando explicar o fato, de acordo com seus dogmas e interesses. Hoje o Ocidente, em particular os EUA, posta-se como crítico da Contra-Revolução de 1964, fornecendo argumentos, tornando público documentos secretos de suas agências e inclusive cooptando os governos que sucederam os generais-presidentes, como se fossem arautos da democratização que agora saúdam em nome de seus interesses nacionais. Eximem-se do que fizeram e apoiaram, em nome daqueles mesmos interesses nacionais, prevalentes à época.

Da mesma forma, países do antigo bloco comunista e os que ainda nele orbitam seus regimes políticos omitem os atos de ingerência externa e as afrontas que praticaram à autodeterminação de outros povos. Esses apoios externos subterrâneos ou ostensivos, ambos multiformes, existiram fartamente. A origem, natureza e extensão

desses apoios e seus diversos matizes se vinculam à ideologia dominante neste ou naquele país e à sua capacidade de projetar poder.

A hoje chamada "mídia" apoiou o Movimento? Poderia citar exemplos?

A mídia nacional apoiou o movimento e mais do que isso, ajudou a prepará-lo juntamente com outras instituições do País. São milhares de exemplos. Basta expor os arquivos jornalísticos e as edições dessas empresas de mídia, daquele período. Esses arquivos não só existem, como são muito bem conservados e são uma fonte ilimitada de prova dessa afirmação. Eles são a história dos jornais.

Cabe aqui uma explicação. Da mesma forma que ocorreram os apoios externos de países, espelhando os seus interesses nacionais e os fundamentos de suas políticas externas, com a mídia não foi diferente. Esses mesmos países que apoiaram uma ou outra vertente, depois, também em função de seus interesses, as desapoiaram ou reverteram o apoio. Uns até ajudaram a definir o encerramento do regime, oriundo daquele movimento. Outros omitiram-se de seus atos.

Com a mídia ocorreu exatamente a mesma coisa. Milhares de variáveis explicam esse fenômeno contraditório. Não cabe aqui a sua análise. Mas, na mídia nacional, um fator determinante de desapoio foi o seu endividamento e a perda da independência das empresas da área, sobrevinda com as crises econômicas e com os modelos econômicos que o Brasil adotou.

A sobrevivência dessas empresas submeteu-as a interesses dominantes. Na globalização, isto foi levado às últimas conseqüências, uma vez que aí as vias de informação passaram ao controle de fontes únicas de notícias.

Outro fator ponderável foi a infiltração da vertente da esquerda nestas empresas, passando a controlar a formação de opinião e a criar a nova versão histórica que hoje domina a cena nacional. Esta mesma infiltração ocorreu na área da educação, também de forma contínua e intensa.

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o Poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor poderia citar os principais?

A resposta anterior dispensa o comentário. A "revanche dos vencidos" operou na mídia, no ensino sistêmico, nos sindicatos etc., principalmente, nas organizações políticas e, nestas últimas, as vestais que usufruíram das benesses e da cooptação com o regime oriundo de 1964, como libélulas do poder, encontraram razões e caminhos para mudar de lado. Estão, aí, transitando entre tucanatos, estrelas vermelhas, foice e martelo maquiados ou não, liberais, socialistas, progressistas, movimentos democratas etc., e costurando qualquer tipo de acordo que os

abrigue nas sombras dos novos detentores do Poder e lhes traga vantagens políticas. Basta um exemplo contundente dessa omissão – éramos a 48ª economia do mundo. Chegamos a ser a oitava no período do Movimento de 1964. Hoje somos a 15ª ... e descendo... entre as economias do mundo. Qualquer outro exemplo é dispensável!

O senhor acha que a Revolução de 31 de Março de 1964 cometeu erros? Caso positivo, quais foram?

Sim. Cometeu e nem poderia ser diferente. A obra a fazer e a feita exigiam muitos feitores e era de porte monumental. Os erros e sacrifícios acompanham as grandes obras. O maior e o mais grave deles – a autofagia entre os líderes militares, acompanhada de uma espécie de síndrome de desfibramento das Chefias Militares e de um relativo abandono dos valores, das servidões e das grandezas da profissão das armas. Há quem chame a isso de predomínio dos vocacionados e profissionalismo. Eu entendo que essas coisas todas não se opõem e menos ainda se excluem.

No meio civil, tudo o que possa ser catalogado como erro não tem autor, responsável ou sequer coadjuvantes, após o processo de 1964. A própria esquerda manipula ao dizer que a "guerra interna" que seus integrantes promoveram não foi culpa dela, mas dos mecanismos revolucionários, quando estes, sim, foram conseqüência daquela. O pecado desses erros recai sobre o meio militar e por isso ele é o "réu da história" na versão vigente na atualidade. Isto interessa a todos, à esquerda que chegou ao poder político e aos países que têm interesses econômicos em nossos recursos e em nosso mercado. E... aos que, particularmente, nos situam como alvo estratégico de suas políticas externas. Em nome desse conluio de interesses é que a estrutura militar brasileira foi reformada na sua cúpula.

Os sucessos econômicos, obtidos pela Revolução de 1964, durante os anos 1960 e, principalmente, na década de 1970, considerados os maiores da economia brasileira por renomados conferencistas civis que têm passado pela Escola Superior de Guerra (ESG) em nossos dias, continuam sem a devida e justa divulgação. Quais os motivos determinantes desse fato?

As três questões imediatamente anteriores explicam as razões. O fato conclusivo é que os derrotados pelo Movimento de 1964 retomaram o poder político e, diga-se de passagem, com apoio e ajuda decisiva das proeminentes figuras civis, beneficiárias do regime pós-1964, que ainda estão por aí dominando a cena política. Não é necessário citar nomes. Apenas trocaram de vestimenta e agora veneram os "valores da democracia" restaurada. Havia um nome para eles – eram as vivandeiras dos quartéis!

Mas, há outros fatores que inibem essa divulgação da obra nacional do período. Um dos mais importantes deles é o conluio entre próceres da esquerda que

chegaram ao Poder nas duas últimas décadas e os interesses estrangeiros. O "entreguismo" crônico que sempre dominou a elite nacional, assumiu proporções avassaladoras. Esses modernos tipos de Calabar, no processo conhecido como globalização, alteraram a ordem econômica constitucional, dando-lhe novo feitio. Com isso, iniciaram o desmonte da infra-estrutura econômica, montada por 1964. Desnacionalizaram a economia do País, o endividaram exponencialmente e romperam os mecanismos estruturais que poderiam dar ao Brasil a base necessária para um progresso auto-sustentável.

Tudo o que havia sido feito foi considerado um "estatismo" jurássico e que deveria ser destruído. Para isso, qualquer notória mentira governamental passou a ser uma verdade inquestionável e nos tornamos cativos da onda internacionalista das novas regras que ficaram conhecidas como Decálogo do Consenso de Washington. Sujeitamos o País à recolonização econômica e ao endividamento crescente. Entregamos quase tudo ao estrangeiro. Do sistema de telecomunicações, passando pela infra-estrutura de energia, ao sistema financeiro. A onda absorveu quase tudo.

O que fora construído antes tinha que ser derrocado, atendendo à cooptação entre o novo poder político interno, a montagem de meios para seu controle, e os interesses externos! Esse mesmo processo também submeteu a mídia nacional, como não podia deixar de ser e ela passou a servir aos novos senhores, por razões que já mencionamos. Portanto, a formação da opinião nacional submeteu-se aos mesmos ditames. Rui Barbosa dizia que a imprensa era "os olhos e os ouvidos" da democracia. Adveio cegueira e surdez que os brasileiros têm esperança de que sejam doenças temporárias.

O tamponamento das conquistas do período passou a ser uma necessidade do Poder e de seus novos personagens.

O que o senhor tem a nos dizer acerca de ações de guerrilha e de terrorismo (seqüestros de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos etc.) praticados por extremistas?

Esses fatos faziam parte da "guerra interna" que foi imposta ao País, após o Movimento contra-revolucionário de 1964. Sob o ponto de vista da estratégia militar, eles não tinham base de sustentação ou possibilidade de sucesso. Sob o ponto de vista político, encontram sua lógica em decisões de cúpulas, grupos ou organizações revolucionárias internas, apoiadas pelo exterior. Era um meio residual visando permanecer sob o impulso ideológico que fracassara, no projeto político antecedente.

Sob o ponto de vista da tática militar, era o que estava nos manuais de "guerra revolucionária" e nos centros de treinamento que existiam nos países sob regime comunista e o que restava fazer, para a esquerda e pela esquerda.

Por mais que a esquerda a justifique e tente imputar suas motivações aos mecanismos de exceção, o fato é que foi o único caminho que lhe restou. Usar meios dentro do processo legal, não só era inviável sob as regras da guerra fria, como, politicamente, prolongaria os efeitos do sucesso econômico que se observava no período, reforçando o processo pró-1964. Dentro dos limites legais da época, a esquerda minguaria como força política.

Foi, portanto, uma opção político-militar da própria esquerda e de sua inteira responsabilidade. É notório que nem toda a esquerda o referendou, mas nada fez, também, para conter suas ações. O pior ônus dessa solução foi que aquelas cúpulas e seus líderes lançaram um enorme contingente de jovens brasileiros numa luta fratricida, manipulando seu idealismo para mortes inúteis, enquanto as lideranças permaneciam ao abrigo do desafio e do confronto com o Exército.

Vale ressaltar que, nestes casos, as versões hoje difundidas, tomando-se como exemplo, pelo menos dois dos episódios mais relevantes – a guerrilha do Vale do Registro e a de Xambioá – são de uma irrealidade quase que surrealista. Fazem parte da orquestração da "revanche dos vencidos". Serve ao Poder atual e serve aos mesmos objetivos ideológicos de antes de 1964 – à conquista e manutenção do poder político e ao controle das mentes e da opinião pública. Paradoxalmente, serve também e simultaneamente aos interesses externos, imobilizando as Forças Armadas em sua participação no processo decisório de governo como componente do Poder nacional e até ajudando a mudar a estrutura militar brasileira, como se fosse ela a ameaça à democracia.

Isto explica o conluio entre a esquerda de hoje e a de ontem, aplicando, aqui, atualmente, a nova dogmática daqueles interesses externos, que prevalecem até hoje, agora dentro da chamada nova ordem. Nada teve a ver com a melhoria de sistemas logísticos, operacionais, de armas ou da administração das Forças Armadas. Elas são hoje o resultado dessa desestruturação que renegou a experiência e o modelo anterior, para atender exclusivamente a objetivos e interesses políticos.

Já não existia mais, como objetivo primordial, o controle da expansão comunista. É, portanto, também e contraditoriamente, uma alavanca dos ideólogos da globalização.

Contraditório? Absolutamente não. Mas, tão real e de percepção possível, desde que haja um mínimo de acuidade e isenção ideológica, na análise dos fatos. Enquanto não formos capazes de perceber essa engenharia do Poder e a sua simbiose não mudaremos os rumos do País.

Nos episódios urbanos destes seqüestros, roubos e assassinatos, julgamentos, atos de terrorismo em geral, cabe ressaltar duas coisas.

Primeiro – morreram mais civis, militares, policiais civis e militares e pessoas inocentes que terroristas ou membros de organizações de esquerda, neste longo confronto que fragilizou o Brasil. Esta verdade tão cedo não emergirá!

Segundo – as versões, independente dos episódios críticos ou reprováveis de qualquer "guerra", não passam nem perto pela realidade dos fatos, na maioria esmagadora das vezes, e não têm compromisso nenhum com a verdade histórica. Elas são servas acoitadas dos objetivos ideológicos e foram construídas para servi-los. Concentram-se em alguns fatos e neles se circunscrevem. Infelizmente, esses objetivos ainda disseminam a cizânia entre os brasileiros.

Que fatos gostaria de abordar decorrentes de sua participação pessoal na guerrilha do Vale do Ribeira, ocorrida em Registro e em outros municípios situados naquela área?

Esse episódio, envolvendo áreas dos municípios de Registro, Jacupiranga, Eldorado, Sete Barras, Pariquera-Açu, Iguape e Cananéia até o Vale do Rio Quilombo ao norte, se situou em uma das áreas mais pobres do Estado de São Paulo, o mais desenvolvido do País. Isto configurou a obediência a dogmas das insurreições que preconizavam a busca de apoio da população à ação revolucionária na área militar e que esse apoio era conseguido mais eficaz e rapidamente nos segmentos e regiões mais pobres.

Os efeitos desse esforço de parte da esquerda que optou pela luta armada, por outro lado, seriam colhidos com maior impacto, por se situar no Estado mais desenvolvido do País e junto ao eixo onde o apoio logístico de fora da área, oriundo do meio urbano, suprisse mais facilmente essa primeira experiência de guerrilha rural, em sua fase inicial.

Este fato decorria da inexperiência desses grupos neste tipo de operação e, também, do desconhecimento relativo da realidade nacional. No começo, essa guerrilha tinha características de campo de treinamento e área de acolhimento e abrigo de evadidos dos confrontos urbanos. Passando as etapas, elas serviriam de base para ações militares, se houvesse êxito na experiência inicial. A sua inspiração genérica era essa e o objetivo mais amplo – o mesmo das demais ações da luta armada: pelas armas impor um regime comunista ao País!

Como se vê, religiosamente de acordo com os manuais das insurreições comunistas da época, tratando de ações em força e cujas fontes externas dispensam citação. O líder desse grupo que se instalou no Vale do Ribeira era um ex-Capitão, desertor do Exército – Carlos Lamarca – que já tinha ligações com organizações comunistas e era um espião dentro das Forças Armadas, desde os tempos que ingressara na Escola Militar. Muitos fatos durante seu período de formação evidenciaram a sua servidão ideológica, ainda que as Forças Armadas, em princípio, ofereçam

aos jovens brasileiros o acesso onde nenhuma discriminação de raça, religião ou classe social se vê presente. Por isso mesmo, aqueles muitos indícios só vieram a ser verificados depois.

Após ter sido descoberto e a partir de quando, roubando armas de seu próprio quartel, dele se evadiu com seus comparsas graduados (antíteses de soldados) e ingressou na clandestinidade e na luta armada, aquele perfil ideológico veio à tona.

Como se vê, o juramento de honra militar e de submissão ao dever nem sempre subsistem nos comunistas de forma linear. Prestes, o líder comunista com máxima reverência histórica no Brasil, quando decidiu se insurgir contra esse juramento, pediu demissão do Exército e depois se integrou na revolução tenentista. Não traiu, nem desertou do Exército do qual era integrante. Só se tornaria comunista muito depois da coluna que acabou recebendo o seu nome, embora chamada também de coluna Miguel Costa. Uma coisa era o Capitão Prestes que se integrou na coluna Miguel Costa. A outra foi o Prestes, comunista, após a declaração a que seu companheiro, Siqueira Campos, se contrapôs, tendo morrido no acidente aéreo, tentando demovê-lo da adesão ao comunismo. Talvez a este – o Tenente Siqueira Campos – um soldado e patriota da melhor estirpe, coubesse dar o nome à coluna, se alguém devesse receber esse privilégio no lugar de Miguel Costa. Pois é a ele e às suas ações de vanguarda que essa coluna deve a sobrevivência e o tempo em que conseguiu durar, por quase 26.000 km de Brasil, onde desafiou, sem ser derrotada, as forças legalistas.

A deserção e traição do ex-Capitão Lamarca não foi um fato inédito. Mas foi uma abjeta traição! Ela já fora mais sangrenta e profusa. Mais... vale como alerta e como memória para os mesmos riscos e traições, como houve em 1935. Cada dia que passa, mais ainda!

A ideologia comunista é capaz de transformar alguns homens dessa forma, imputando-lhe a mais torpe das características dos credos políticos – a de que os fins justificam os meios! Várias bases foram instaladas, a leste e a oeste da BR-116, como campos de treinamento. A maior delas ao sul do Vale do Ribeira, no município de Jacupiranga, numa área montanhosa coberta por mata subtropical. O acesso ao eixo São Paulo–Paraná ficava a menos de 4 km.

Quando o Exército "levantou" a área, pela delação de dois terroristas presos no Rio, e para lá começou a enviar efetivos, essa guerrilha se resumiu ao uso de rotas de fugas permanentes, por parte do efetivo terrorista remanescente. A maioria havia saído, abandonando a área, quando os sinais de tropas começaram a aparecer.

Portanto, essa história de enfrentamento com o Exército não passa de mito, que alguns fatos, infelizmente, ajudam a construir, particularmente a "vitória" que

a esquerda, por enquanto, obtém na "guerra das versões". Esta é a única guerra que parece estarem vencendo. Veremos até quando!

De relevante, há a mencionar alguns eventos do episódio em sua seqüência cronológica:

Da base devassada pela ocupação dos pára-quedistas, Lamarca e seus asseclas (menos de 10 ao todo) empreenderam uma rota de fuga pela mata em direção a Eldorado (rumo oeste portanto, internando-se na mata). Esta evasão durou alguns dias, enquanto os efetivos do Exército e da Polícia Civil e Militar de São Paulo operavam na área ao longo da BR, em ambos os lados desse eixo e na direção norte e sul. Nesta localidade, roubaram uma viatura civil e atravessando o Rio Ribeira para a margem norte, vieram por um eixo vicinal, contíguo à essa margem norte, entre o rio e as plantações de banana e a mata, em direção de Sete Barras.

Nessa fase, a tropa de pára-quedistas que invadira a área e nela operava havia retornado ao Rio. Ali, permaneciam alguns efetivos já reduzidos de tropas de Regimentos de Infantaria sediados em São Paulo e efetivos de Artilharia da Cidade de São Paulo, Itu e da Baixada Santista. Uma base de apoio logístico se instalara no campo de aviação de Registro e ali permanecia.

Os vários indícios e o roubo da viatura em Eldorado levaram um contingente da Polícia Militar (PM) a ser empenhado. Estes elementos eram do pelotão que havia ficado na área, para o comando do qual um Tenente PM havia se apresentado como voluntário. Em um caminhão, cumprindo ordens, o efetivo da PM foi lançado naquela estrada vicinal, na direção contrária, no sentido Sete Barras para Eldorado. Era a tropa disponível. Já anoitecia e a percepção dessa viatura policial-militar permitiu ao ex-Capitão antecipar uma emboscada que foi desencadeada com rajada de fuzis automáticos contra a boléia, onde estavam dois tenentes PM, e contra a carroceria com a cobertura de lona, onde estavam duas dezenas de soldados PM.

Não há como negar, portanto, a intenção de matar. Com o tipo de armamento roubado da própria subunidade que comandava quando no Exército e que é capaz de disparar sessenta tiros por minuto, não há o que discutir. Era tiro para matar. Naquele tipo de alvo, numa emboscada naquelas condições, o efeito foi devastador – a maioria dos PM foi atingida e ficou ferida. Um dos tenentes abrigou-se e, mergulhando, saiu muito depois, rio abaixo, levado pela correnteza. O outro – o Tenente PM Mendes – que era o Comandante voluntário acima mencionado, se oferece como prisioneiro em troca de seus soldados para que pudessem ser socorridos e não fossem assassinados. É feito prisioneiro! Com o Tenente PM na condição de refém e escudo para situações futuras, esse grupo, no único confronto digno do nome, ocorrido pelas condições fortuitas e pela vantagem momentânea dos terroristas com o fator

surpresa e com enorme superioridade no tipo de armamento (o armamento da PM era o fuzil 1908 de repetição), sai, então, infletindo pela mata a pé, tomando o rumo norte, abandonando a estrada vicinal e desviando-se de Sete Barras pela esquerda, numa rota paralela à estrada de Sete Barras para São Miguel, rota essa coberta pela mata e na direção do vale do Rio Quilombo que corria bem ao norte.

Alguns elementos do seu grupo se perdem no entrevero com a PM e desorientados continuam em direção de Sete Barras, também cobertos por rotas de fugas dentro da mata. Acabam presos e suas armas, que haviam sido escondidas quando se viram isolados, foram recuperadas em algumas operações de varredura.

Todos os que foram presos nesta oportunidade e os que o foram, pouco tempo depois já fora da área, estão vivos, sendo um deles um ex-sargento que havia desertado junto com o ex-Capitão. Seus depoimentos, como de muitas outras "vítimas" da "repressão" são feitos dentro de suas casas, anos depois, já na fase da "guerra das versões". Ou nas suas mesas de trabalho, nos gabinetes dos partidos políticos, dos Poderes da República, das ONG, nas suas empresas, nas redações dos jornais e da televisão, onde podem expor as suas experiências e dar às suas versões os contornos que melhor lhes convém.

O que não deixa de ser uma coisa interessante e uma interrogação pontual para quem se sujeitou a um "holocausto" repressivo, com "milhares" de "desaparecidos", como atualmente se tenta tornar real e onde a brutalidade dos militares seria o lugar-comum, dando contorno ao que bombasticamente é chamado de "anos de chumbo"!

O próximo encontro entre os terroristas e alguns elementos do Exército se dá em uma clareira de plantação de arroz entremeada de abacaxi, ao norte da chamada estrada do banco, onde o grupo de terroristas havia sido identificado pela carreira desabalada que esse encontro inesperado provocara. Estavam descansando em uma "tapera" de colheita de arroz. Prova de incompetência militar do ex-Capitão, naquela situação de combate. Restavam, então, na área, cinco deles. Elementos do Exército na margem sul da clareira e os terroristas na margem norte. Nesta altura, já sem o Tenente PM. Nova rota de fuga. Nova mobilização de tropa. Essa foi a constante da operação – fuga e evasão!

Esta estrada era uma perpendicular à estrada de Sete Barras para São Miguel e levava quase que em linha reta a uma fazenda que pertencia ao Bradesco. Ela descrevia, mais ou menos paralela ao Vale do Rio Quilombo, uma linha para onde se deslocaram, agora, as tropas que haviam retornado ao Vale do Ribeira, em função do entrevero com a viatura da PM. Um novo posto de comando dessas operações em Sete Barras e os elementos operacionais, em torno dessas estradas, ao sul e ao norte.

Ao sul e a oeste delas seria resgatado, como veremos, o corpo do Tenente PM. Desse novo encontro, muito fugaz e sem embate armado, os guerrilheiros fogem retomando o rumo norte em direção ao Rio Quilombo, sob a vegetação que se torna mais entremeada ao norte.

Aí, mais uma vez, se prova a intenção exclusiva de fuga, pois, nas circunstâncias, se houvesse realmente intenção de confronto, o efetivo de três ou quatro homens do Grupo de Artilharia Antiaéreo que se envolveu neste evento, era mais que compensador como alvo de ataque, visando causar baixas. Até porque considere-se que a potência do armamento era muito maior no grupo guerrilheiro. Armas automáticas contra armamento pessoal leve ou de repetição.

A história que se descreve nos livros e relatos de "guerrilheiros", que lá possam ter estado ou daqueles que reproduzem seus testemunhos, onde se ressalta a busca de confronto e intenção de infringir baixas e derrota militar às tropas do Exército, em qualquer das fases desta operação, não passam de quimeras com o objetivo de criar mitos e construir valores e instrumental para a "guerra das versões".

Acreditem se quiserem! Elas se tornaram até publicações do Ministério da Educação e das Secretarias de Educação dos Estados, distribuídas às escolas do País, como livros didáticos. Tudo se tornou possível... Em nome da democracia, usam-se seus meios e prepara-se a sua destruição!

Com o mesmo objetivo, eliminaram dos currículos escolares a disciplina de Educação Moral e Cívica, porque ela não estava a serviço de nenhuma vertente ideológica. Ela, sim, não fazia propaganda ideológica. Tratando dos problemas do Brasil absorvia o estudante na cidadania e estimulava a identificação e o fortalecimento da vontade nacional.

Certamente, também, aqueles relatos visam produzir fatos que fundamentem as "razões" para as polpudas indenizações que pleiteiam ao Estado, pela conivência de quem controlou e/ou controla ainda o governo.

Na verdade, esse grupo terrorista aproveitou-se da inexperiência de parcelas de contingentes que não tinham ainda o devido treinamento (uma boa parte com muito pouco tempo de serviço militar e praticamente nenhum adestramento para aquele tipo de operação). Este tipo de operações exigia, além disso, treinamento especializado. Não necessitava de grandes efetivos. Pouca gente do Exército que ali operou, principalmente nesta segunda fase, tinha esse tipo de treinamento. Nem havia tempo para tê-lo, devido ao período de incorporação.

Orientados pelos ruídos da presença de tropas regulares, esses terroristas se mantiveram em permanente rota de fuga abrigada na mata. Em nenhum momento, buscaram o confronto militar. Isto só ocorreu com a viatura da PM e por circunstân-

cias fortuitas. Aliás, cometiam os terroristas, também, falhas freqüentes, impróprias a combatentes aptos à operação de guerrilha rural, como, por exemplo, a mania de não ficar por muito tempo longe das "chibocas" (pequenas vendas caiçaras ao longo das estradas vicinais), onde não resistiam à busca de um enlatado para comer. Alimentar-se no mato e do mato, como seria de se esperar de um combatente treinado, não estava nos seus cardápios prediletos. Isto forneceu inúmeros indícios de que poderiam ter-lhes custado caro. Em alguns casos, como na operação tipo "bigorna e martelo" da área do Areadinho, próxima de onde o corpo do Tenente PM Alberto Mendes Júnior foi resgatado, poderiam as tropas do Exército ter conseguido o confronto que, estas sim, buscaram continuamente. Era a lógica daquela operação que se torna evidente, até pela diferença dos efetivos em oposição, nesta altura!

Quando o Tenente PM Alberto Mendes Júnior desapareceu, as hipóteses foram do absurdo ao provável. O absurdo era a de que o tenente fazia parte da insurreição armada, havia facilitado a emboscada e, após, se juntado ao grupo. Dentre as prováveis, uma acabou se confirmando: o Tenente PM Mendes, se tivesse o treinamento adequado (e não tinha) iria resistir aos percalços da condição de prisioneiro (só quem tem treinamento militar específico sabe como é difícil esta condição) e às pressões psicológicas daí decorrentes e, pior, dentro da mata que, por si só, já debilita até o combatente treinado. Empreenderia fuga, se houvesse chance. Ou, seria morto!... Por quê? Porque se tornaria um problema para o grupo, na manutenção do intento da fuga e pela necessidade de ocultação de indícios. À noite, por exemplo, exigiria o desgaste da vigilância de um ou mais terroristas.

Na verdade, esta era a hipótese que os mais experientes viam como a de maior probabilidade. Tinham quase certeza dela. Foi a que ocorreu e de forma brutal, praticada sem o menor resquício de humanidade. Os algozes do Tenente PM Mendes foram os torturadores que se dizem "torturados" e "vítimas" da repressão. Não houve a chance de escapar. Houve um grotesco simulacro de "tribunal revolucionário".

O que ocorreu realmente, precedendo o desfecho, jamais se saberá ao certo, pois a única versão que se pode ter, ainda que chocante, é a de protagonistas vivos. Um deles – Ariston Lucena – fora preso em São Paulo no começo de setembro de 1970. Este elemento foi quem apontou o local onde estava o corpo do Tenente. Ariston, como os demais, exceto dois deles, ainda estão bem vivos, até porque, preso, foi protegido pelo Exército de um linchamento que os companheiros do Tenente PM Mendes intentaram, revoltados com o que viram e ouviram daquele terrorista, na recuperação do corpo. Três terroristas se afastaram formando um "tribunal" espúrio, na verdade uma confabulação de sentença de morte, ao estilo de

qualquer marginal do "crime organizado", onde o réu não teve direito à defesa, estava amarrado e permaneceu sob a guarda dos outros dois. É a versão.

A coronhadas assassinaram o Tenente PM Mendes. Quem as deu? Naturalmente, foi apontado um que já havia sido morto pelas forças de segurança.

Somente, dois deles estão mortos: Yoshitame Fujimore e Carlos Lamarca.

O primeiro deles, no dia 5 de setembro, em São Paulo, poucos dias antes da prisão de Lucena, numa operação de caça aos terroristas que haviam escapulido do Vale do Ribeira. As coronhadas teriam sido dadas por ele. Os cinco restantes que foram presos, todos estão vivos. O chefete do tal "tribunal" revolucionário, certamente, era o ex-Capitão, um dos "heróis da democracia".

O que se pode concluir, de concreto, das condições em que o corpo do Tenente PM Mendes foi encontrado é que ele foi brutalmente assassinado com coronhadas na cabeça, após estar imobilizado. Este é o fato irretorquível! Como o é, o que aconteceu com a família do Tenente PM. Nenhum membro dessa Comissão de Anistia lembrou-se dela.

Por força da lei, o Tenente foi promovido *post mortem* a Capitão. A pensão desse posto – a única coisa que lhe foi devida, também por força da lei – nada tinha ou tem a ver com a anistia. Ela nem existia ainda.

A versão cretina de que ele fora "julgado" por um "tribunal" improvisado na mata, por pertencer às forças de repressão, não resiste a um mínimo de sensatez, seriedade e de respeito à vida. Ela foi divulgada pelos terroristas como meio de propaganda, a partir da prisão de Lucena. O fato não mais podia permanecer oculto. Então foi anunciado pelos terroristas como ato de propaganda. O Tenente PM foi morto, porque mantê-lo, junto ao grupo, dificultava a intenção de fuga, situação que se agravava na medida em que o Tenente Mendes fosse ficando mais debilitado. Libertá-lo poderia redundar em apontamento da rota de fuga ou em indícios sobre ela, pensavam os terroristas, o que não era, na verdade, um fato militar concreto e muito menos justificativa para o massacre ocorrido.

O "julgamento" foi uma farsa para esconder o desprezo e a ofensa mesquinha a um homem indefeso e à vida de brasileiros que discordavam dos meios que empregavam e dos fins que buscavam. A forma do assassinato atendeu a necessidade de executá-la em silêncio. Explica a deturpação das mentes escravizadas pelo fanatismo e o objetivo de criar impacto, a serviço desse mesmo fanatismo ideológico.

É preciso tornar público que esses "julgamentos" foram lugar-comum entre os militantes da luta armada. Muitos deles eram realizados contra os próprios membros dessas facções insurretas, acusados de "traições" ou "comportamento anti-revolucionário", com a agravante de que, em alguns casos, eram depois atribuídos às forças de segurança e ao Exército, como "desaparecimentos políticos". Essas violên-

cias só conseguiram a violência como reação. As do lado da Revolução de 1964 foram "crimes". As do outro, não!

Assim, à medida que as operações se deslocavam em direção ao Vale do Rio Quilombo, ao norte, mais difícil ficou a rota de fuga devido às condições do terreno, onde existiam muitas áreas alagadas. A tendência seria aproximar-se da estrada de Sete Barras–São Miguel na área do Rio Quilombo, o que era outro problema para a fuga. Foi o que ocorreu.

Neste contexto, é que, pelas mesmas razões que já apontamos – treinamento e aptidão para determinado tipo de operação – e por negligência pessoal, uma viatura de suprimento do 2º Regimento de Obuses, cujo Comandante era o então Coronel Leônidas Pires Gonçalves, é abordada pelo grupo remanescente de terroristas, quando se deslocava naquela estrada, e é emboscada. Dali, a fuga se completou via São Miguel, sendo a viatura abandonada com os reféns, em São Paulo, onde os "revolucionários" mergulharam de novo na clandestinidade, para reaparecer, depois, em outras ações armadas, até que foram mortos ou presos.

Dos que ali estavam, o terrorista Carlos Lamarca foi morto no interior da Bahia, como registra a história, também cheia de versões que os testemunhos de outros militares possam trazer à luz, em sua dimensão verdadeira. As Forças Armadas devem isso a si próprias e ao povo brasileiro. Desfaçam-se os mitos... na "guerra das versões"!

As famílias dos assassinos do Tenente PM Mendes receberam todos os "direitos" da tal Comissão da Anistia, esse ente gelatinoso cuja mente, olhar e ouvido são tão ou mais facciosos do que os de quem a criou. A do Tenente PM, não! Jamais foi lembrada. Para ela, não há "direitos humanos" e nem ela tem ideologia. A Comissão responsável pela aberração de indenizar um desertor, ladrão e assassino terá agora, por iniciativa do atual Governo, ampliadas as possibilidades de contemplar, à custa do erário público, outras tantas "vítimas" do Movimento de 1964, por outros tantos motivos antes não previstos.

Testemunho então: um soldado – o Soldado Roberto Rodrigues Moura – da minha Unidade, prestando serviço militar obrigatório para o qual havia sido convocado em 1970 é enviado pelo Exército para combater terroristas naquela operação. Acidentou-se como motorista de viatura, em circunstâncias que o isentam totalmente de culpa, tanto que foi absolvido na Auditoria Militar. Ele perdeu 90% de uma das vistas e recebeu do Estado, depois de quatro anos de tratamento, um certificado de isenção do serviço militar, podendo prover os seus meios de subsistência. Ou seja – recebeu coisa nenhuma!

Nem por isso você encontra, hoje, nesse homem, desamor à sua Pátria ou ao Exército. É um exemplo de cidadão. Essa comissão, de duvidosa conduta, tutelada

por interesses de toda ordem, menos os que se continham no espírito da anistia, certamente jamais tomaria conhecimento dele. E se tivesse tomado de nada adiantaria. Ou há dúvidas sobre isso?

Com a palavra os que têm conhecimento desse fato, em todos os escalões militares, na ativa e na reserva.

Assim, se encerrou a operação no Vale do Rio Ribeira do Iguape. Mas, cabe ainda umas poucas advertências, neste episódio.

A primeira é que ao soldado cabe, em princípio, cumprir ordens. Um exército não é uma bancada de parlamentares a discutir soluções para um problema ou para o cumprimento de uma missão que lhe seja afeta. Muito menos objeto de barganhas onde prevalece "o que eu levo nisso" ou "o que é o melhor para mim".

O confronto armado não é a sala de audiência de juízes e nele nem sempre o império da lei dirige os atos de sobrevivência dos homens. Numa "guerra", seja ela qual for, sempre haverá perdas humanas e atos de extrema violência. Nela, a missão militar tem um objetivo imutável. É claro e único – vencer! Mas, para vencer é preciso que os comandantes e a tropa estejam preparados e esse preparo exige a adequação dos meios e dos homens à missão. Para isso, é preciso estar treinado. Esse é o dever de qualquer exército – adestrar-se! Para isso são necessários recursos e vontade férrea. Ao Estado, cabe prover esses recursos e aos comandos essa vontade. Ela deve ser transferida aos combatentes.

A segunda é que a família do Tenente PM Mendes não foi "indenizada" por nenhuma "comissão de anistia". Nem ela e nem nenhum soldado que esteve cumprindo o seu dever, em todo esse tempo e em todos esses acontecimentos. Seu único direito foi receber o seu corpo esfacelado, como resultado do esforço em recuperá-lo, por ser alguém que havia cumprido ordens e dado o máximo de si em sua missão, com os meios que tinha. É bom não esquecer – o Tenente agiu para poupar as vidas dos seus soldados! É o que o Exército sempre fez, antes, ali e que iria se repetir, no futuro, em outros episódios, como em Xambioá. Resgatar seus homens da sanha odiosa e do fanatismo ideológico. Torturas e mortes que nunca apareceram na mídia, como se, de um lado, estivessem os santos e, do outro, os demônios.

Seguramente, a maior indignação dessa família e de quantos tenham um resquício de justiça, entre os valores da cidadania tão em voga nestes tempos, é a de que sua vida foi tirada por um "justiçamento" falacioso, num "tribunal" espúrio, usado como propaganda ideológica e esse "crime" não só ficou impune, como os criminosos foram chamados de "heróis da democracia" e indenizados.

E o que é mais grave – assim chamados por eméritos homens do Direito que ocuparam e ocupam cargos de relevância nos governos, a partir de 1990! Aparente-

mente em nome não se sabe de que, mas que, na verdade, se sabe muito bem! A terceira é a de que toda verdade histórica terá um dia que vir à tona. Não para servir a esta ou aquela vertente ideológica, mas para que a anistia cumpra o seu papel histórico de unir os brasileiros, em nome da causa maior que é o Brasil.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?

Não. Não é verdade. Todo processo revolucionário se reveste de poderes de exceção. Esses poderes de natureza supraconstitucional não foram o fator determinante das reações armadas ocorridas. Elas foram uma decisão político-militar da esquerda ou de parte dela e eram coerentes com os dogmas dominantes no período da guerra fria. Eram coerentes com a ideologia comunista, portanto, no caso.

Da mesma forma que os apoios políticos a esses instrumentos de exceção, o foram, na outra vertente. Nasceram dela e de decisões de nacionais com ela envolvidos e apoiados por fontes externas. A iniciativa foi dos derrotados pelo Movimento de 1964 e, sob os seus vários aspectos políticos e/ou militares mais relevantes, a explicação acabei de abordar na questão anterior, penso eu.

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade e onde buscavam a orientação e o apoio externo?

O objetivo imediato era o enfraquecimento do regime de governo instituído pelo Movimento de 1964 e o apoio externo vinha dos países comunistas, não só apoio financeiro, mas de orientação e comando político e também de treinamento militar para contingentes de militantes das diversas organizações. As centenas de livros escritos por esses militantes deixam isso muito claro. São uma fonte irrecusável.

O interessante é que, apesar disso, as versões continuam a fluir na opinião pública, como ocorreu no primeiro trimestre de 2004, cobrindo os 40 anos do Movimento de 1964, maciçamente na mídia, como se aqueles inúmeros livros e seus conteúdos não existissem. O silêncio é o melhor cúmplice dessas versões, com raras exceções!

O esforço ideológico que tenta perpetuar essas versões existe desde o primeiro momento que a “abertura” vislumbrou a transferência do Poder e se intensifica toda vez que esse Poder deixa de responder aos anseios do povo ou sofre revés político nas crises que nos acompanham desde então. O objetivo de médio e longo prazo era e continua sendo um único – o poder político, agora já numa versão gramscista, uma vez que o mundo comunista ruiu em estados não soviéticos e intensas mudanças ocorreram nas suas economias e nas de países que ainda estão sob esse regime.

O AI-5 foi necessário? Qual a sua opinião?

É muito difícil analisar sob a ótica de uma necessidade imperiosa para manter os rumos de uma contra-revolução da natureza do Movimento de 1964 ou se havia outros instrumentos que poderiam ter permitido o controle da insurreição armada que estava se instalando no País. O que é certo é que, se não estivesse se instalando a insurreição armada, o AI-5 não teria existido. Ela foi a causa do Ato Institucional. Qualquer outra estória não é história.

Também não há como negar que poderes de exceção dão aos homens mais poder que o desejável num estado democrático. Todo poder discricionário é uma arma para reis sábios e para estadistas verdadeiros. Nenhum rei sábio ou notável estadista da história, entretanto, foi capaz de impor limites às projeções de nenhum tipo de poder discricionário! Não há como negar, também, que o Ato ajudou a derrotar a reação armada e só afetou a parcela da população envolvida no confronto, com as exceções que a natureza humana se encarrega de burlar, no poder de polícia do Estado.

Era um ato de exceção constitucional. Não há como negar. Pertence ao repositório da história e não mais aos objetivos ideológicos. Pode-se até pensar na sua não ocorrência no futuro, mas não na sua fatalidade histórica. Ela já ocorreu!

Até porque nos regimes totalitários, o mundo nos conta a que limites chega esse tipo de poder. O bloco comunista não é boa vitrine e nem bom exemplo de sabedoria ou de grandeza no uso de poder de exceção. As milhares de vítimas que produziu negam-lhe esses predicados.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?

É a versão sobre os "réus da história". É a distorção dos fatos a serviço da ideologia e do poder. É a "revanche dos vencidos" na formulação da opinião pública e até no ensino nas escolas, todos ainda submetidos a seus dogmas ideológicos. É da natureza do poder e de quem o ocupa. Não há santidade, ilusão ou novidade histórica nisso. A pergunta que deveria ser feita é como as Forças Armadas, eximindo-se de suas responsabilidades históricas, vêm ouvindo em silêncio isso tudo e permitindo que até seus desertores, assassinos e traidores viessem a ser indenizados, reabilitados e reverenciados como heróis da democracia? Como esperar que os anos não tivessem sido "de chumbo" e que a "ditadura" não fosse "militar"? Como fazer emergir a verdade histórica neste contexto? Assim será por longo tempo. Quiçá... para sempre. O futuro nos dirá...

Julga o senhor que a Revolução muito se demorou no governo do País?

Outra questão de difícil resposta pela complexidade das variáveis. Responder afirmativa ou negativamente é uma simplificação histórica. O que se pode dizer com

toda a segurança é que, se não tivesse havido a luta armada, certamente teria sido menor o período de exceção, bem como a intensidade e natureza dos seus mecanismos.

O fato é que o processo revolucionário se desviou do caminho original quando o general-presidente passou a interpretar que era um Presidente da República eleito e não um Chefe de uma contra-revolução que governava, com poderes supra-constitucionais oriundo dos quartéis. Isto implicava o funcionamento normal dos Poderes do Estado e da estrutura política e de suas relações, sendo necessário ao processo revolucionário, em particular para fins externos. Justifica-se na história do País. Mais, ainda, era necessário para devolver o País à democracia plena, o que sempre foi o objetivo do Movimento de 1964.

Aquele comportamento, que decorria daquelas necessidades políticas, associou-se a um processo autofágico no meio militar, decorrente dos fatos que envolviam a "guerra interna" e a luta armada que se instalara. O ônus dessa luta ficava com as Forças Armadas e a cooptação da elite política com o ocupante do Planalto. Uma coisa se distanciava da outra em razão de suas próprias dinâmicas e objetivos. Essa fórmula criou muitas "vítimas" entre os chefes militares. Aliás, criou vítimas e réus em todos os escalões e em todos os lados, até depois de encerrado o ciclo.

O principal fundamento de descontrole daquelas dinâmicas sedimentou-se com base no fato de que o Governo e a área de apoio político eximiam-se de interferência nas ações contra a luta armada, só o fazendo quando os fatos atingiam suas imagens, a área política exercia pressões em função de interesses eleitorais, ou quando emergiam interesses de grupos de poder nos processos sucessórios. Ou, ainda, quando havia alguma repercussão externa dos eventos que ocorriam internamente. Nisso tudo, a oposição política legal fazia o seu papel, explorando os acontecimentos nacionais, a seu favor, em cada fato. Era inerente ao jogo político.

Do seu lado, a luta armada que até então situara-se relativamente isolada da população, passou a permear na oposição política legal, enquanto experimentava derrota no campo militar. Nesta oposição legal, ela encontrou apoio amplo, ainda que não irrestrito.

Quando a economia passou a ter problemas, primordialmente em função de fatores externos – as crises do petróleo e a reciclagem dos investimentos estrangeiros, em particular os de natureza financeira, com uma agressiva elevação dos juros internacionais –, os articuladores políticos desses segmentos de oposição, de imediato, intensificaram suas ações e ampliaram seus objetivos.

Essas circunstâncias favoreceram eleitoralmente a oposição legal e os segmentos da luta armada intensificaram, principalmente nos meios urbanos, as ações de "guerra psicológica" e atos de confronto, em qualquer oportunidade, na vida do

país. A insurreição armada, em particular as tentativas no meio rural, havia sido praticamente sufocada.

Novamente, o esforço de controle recaiu sobre os órgãos de segurança do Estado, nessa mudança de postura. Quase todos eles estavam sob algum controle das Forças Armadas. Essa sinergia acabou criando um triângulo de confrontação, no qual a oposição política fazia o seu papel institucional, ao mesmo tempo que respaldava sub-repticiamente os segmentos que haviam optado pela luta armada. Esses órgãos de segurança e o Governo do outro lado se distanciavam com enfoques excludentes da situação interna do País, trilhando caminhos diversos, agravando divergências de objetivos que eram inerentes às suas próprias dinâmicas. Isto afetou profundamente o meio militar, em particular na formação das lideranças e chefias.

O episódio da demissão do Ministro do Exército – General Frota – foi conseqüência traumática desse fenômeno e é uma prova viva e irrefutável do que se afirmou sobre interesses de grupos de poder no processo sucessório, sobre a crise econômica e o sucesso eleitoral da oposição que o conluio desses fatores propiciou, apoiado pela intensa infiltração da esquerda que ganhava espaço. A oposição política legal abrigou o enorme, difuso e amplo leque que constitui "a esquerda" no País.

Isto enfraqueceu o regime, cuja sustentação imutável vinha dos quartéis e a mutável da opinião pública. A crise econômica do último período de 1964, foi o fator derradeiro para o desapoio do povo. Essa crise teve a ver, pelo menos em grande parte, com a incidência de interesses externos que haviam mudado radicalmente o fluxo de recursos externos para o Brasil, em particular os empréstimos financeiros. A reciclagem dos "petrodólares" ocorreu, mudando severamente as condições daqueles empréstimos.

Faltou, como se pode depreender, a visão de Estado necessária para levar a efeito uma "abertura", sem os desastres sucessivos impostos até hoje ao País, pois o Poder tem seus encantos e esses encantos burilam os grupos de interesses! Os capitais externos, por sua vez, promovem seu próprio caminho e as crises cíclicas que nos atingem, ao sabor de seus interesses exclusivos. Coisas que se sobrepuseram no período.

É necessário considerar, entretanto, que uma transição pacífica para um regime constitucional pleno, naquelas condições e circunstâncias, exigia cuidados e um grau de pragmatismo político que demandava o necessário controle do Poder. As linhas da história nem sempre são as que desejaríamos para o País... E não foram!

Ao tempo dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem?

Seguramente, não. As Forças Armadas como Instituição Nacional não tiveram qualquer benefício por dar sustentação ao regime e muito menos tiveram satisfeitos

seus interesses organizacionais, em detrimento do restante da Nação. Quem viveu as entranhas do chamado "poder militar" de então, sabe bem o que pairou no seu meio. Se por um lado muitos militares assumiram funções civis para colocar em marcha os projetos que nos tornariam a oitava economia do mundo, os quartéis viveram a eterna e rústica realidade – a sobriedade orçamentária, a contenção salarial e uma vida quase que monástica.

Nem mesmo certas necessidades estruturais, referentes ao sistema logístico, de planejamento de defesa ou de sistema de armas, foram atendidas nos níveis desejáveis. Sob este ponto de vista, nunca os militares se aproveitaram de qualquer intervenção moderadora que tenham realizado ao longo da história política.

Em 1964, a dose se repetiu até com mais rigor. Em compensação, todos os ônus e a responsabilidade por possíveis erros, distorções ou pelos "crimes" recaíram sobre elas e sobre vários de seus membros, sem que um único setor ou personagem da sociedade civil tivesse assumido a responsabilidade por nada, no futuro, até hoje. Foram e são todos, sem exceção, eméritos e convictos "democratas" ou meros asseclas de grupos políticos. São sobreviventes, tão alheios quanto possível e tão permeados nos novos tempos quanto lhes convêm. Ainda que a democracia seja puramente formal...

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos 20 anos de Governo da Revolução?

Tive-as, com certeza, essas experiências, até porque servi ao Exército por 35 anos, sendo alguns desses anos na Presidência da República. Avalio que, ao escreverem a história como queiram essas vertentes e seus próceres, se o fizerem com um mínimo de submissão à verdade, admitiriam que tínhamos criado as condições para o salto de poder que poderia ter sido dado como nação, apesar de erros de governos que foram cometidos. Toda a infra-estrutura econômica criada e que foi destruída na era FHC (a rigor iniciada antes mesmo desse período e nele levada a extremos), com base em exposição de motivos que pretensamente traduziam razões de Estado, nos davam essa condição. Essas razões elencadas nada mais eram que falácias e mentiras ministeriais e que estão arquivadas nos anais do Poder Legislativo, para quem quiser comprovar. É só comparar o que disseram naquelas exposições de motivos justificando a mudança da ordem econômica constitucional, com o que fizeram e com o resultado que existe hoje nos setores atingidos. Disseram uma coisa e fizeram outra. Os resultados estão aí.

Os governos da Revolução não só nos colocaram como oitava economia do mundo, como deram aos seus sucessores os meios para gerir, desde que houvesse

competência para a gestão pública, os destinos da Nação e os negócios do Estado. No entanto, a desastrada ação dos governos posteriores puseram tudo a perder.

A derrocada, paradoxalmente, veio com a reconstitucionalização, portanto! Não que a democracia e o regime constitucional sejam óbices ao progresso ou regimes ineptos para o desenvolvimento e para a redução dos nossos graves problemas sociais.

Foi a incompetência da esquerda para essa gestão, ao conquistar o Poder, que nos jogou, às cegas, nesta globalização, que nada mais é que o mesmo e eterno mecanismo de projeção de poder de estados fortes sobre estados fracos. Projeção de poder com novas roupagens e artifícios que lhe deram, não só o ar de miragem do paraíso, mas de paraíso único, muito ao feitio da monopolaridade hegemônica que emergiu no pós-guerra fria. O que ela promoveu foi uma brutal e ampla invasão econômica. Coisa, aliás, que a direita, também, já produzira antes*, mutatis mutandi* com a mesma incompetência.

Tivemos por aqui, mais fiéis que os ideólogos e construtores dessa nova ordem, os Calabares, modernos tupiniquins, prontos a fazer mais do que lhes era exigido. Sem exceção, esses cônsules da nova onda têm uma característica comum – esquecem de tudo que pregaram a vida inteira... Estão por aí pleiteando o voto do povo, sem responsabilidade nenhuma pelo que fizeram, em nome desta nossa democracia, nem sempre tão democracia assim!

Por tudo isso, estamos onde estamos! Esta é a avaliação mais simples e objetiva que se pode fazer. A situação do País de hoje a comprova. Dispensa outros argumentos.

O que gostaria de abordar com relação a sua permanência na Presidência da República como Assessor do Sistema de Comunicação Social do Governo Federal?

Vou me ater aos fatos que dizem respeito, direta ou indiretamente ao processo revolucionário. Até porque essa passagem envolve uma enorme quantidade de acontecimentos críticos e de experiências deles decorrentes. Tenho, portanto, que escoimar deste testemunho aquilo que não se relaciona com o processo da Revolução de 1964. Na verdade, pelo cargo que ocupei e pelo fato de que fui servir na Presidência da República, em função do que antes afirmei – não havia me ajustado bem ao que ocorria no processo revolucionário e no meio militar. Fui para lá pelo fato de ser militar. Estranhamente convidado para a função na Assessoria de Relações Públicas, pois na época era alvo de acompanhamento pelo sistema de informações, em função de todos os acontecimentos que as circunstâncias me envolveram e uma vez que em nenhum momento exteriorizei apoio ao Governo do Presidente Geisel ou com ele mantive aproximações e nem meus atos naquele momento motivavam tal convite. Nem era o caso. Eu era um simples Major do Exército.

Essa Assessoria fora recriada por decisão do Governo, com a missão de gerar informações institucionais úteis ao povo, reeditando uma experiência bem-sucedida do Governo anterior. Na verdade, agradeci ao Coronel do Exército que me convidara e até desaconselhei o encaminhamento do convite, para evitar problemas, considerando o que eu havia feito e o meu modo de pensar. Isto tudo interporia óbices ao Governo, com uma árdua tarefa pela frente, e mesmo no cumprimento da missão para a qual me convocaram. A este que me convidara para a função – o Coronel José Maria de Toledo Camargo – expus certas divergências e até preocupações com o processo revolucionário de 1964. Combinamos que ele verificaria essa situação e a ele caberia a decisão, fosse ela qual fosse. Havendo restrições, o convite teria outra direção. Respondi-lhe que o convite, por si só, já era dignificante. Bastava aquela deferência e já me sentia recompensado. Ele não precisaria confirmá-lo. Eu entenderia.

A natureza dessas preocupações e discordâncias estão explícitas no curso deste depoimento, na forma mais impessoal e honesta possível. Havia ocorrido, naquela ocasião, o episódio com o General Ednardo D'Avila Melo, então Comandante do II Exército. Este oficial-general era um homem digno e um bom soldado que viveu ele próprio as suas circunstâncias de comando, mas jamais seria um conivente com torturas ou assassinatos. Sobre ele desabaram os efeitos da dinâmica da luta armada. Eu acompanhei esse episódio de perto, em todas as suas nuances, como Oficial de Informações da 11ª Brigada de Infantaria Blindada (11ª Bda Inf Bld), em Campinas, recém-saído da Escola de Estado-Maior, ainda no posto de Capitão. Repetia-se, assim, o dilema que tanto me afetara antes.

O fato é que com a aquiescência da Presidência da República (que eu julgava improvável) e a minha concordância posterior, lá fui servir, após ter discutido o assunto e consultado companheiros com quem mantinha ligações, desde quando estava na tropa pára-quedista. Meus laços eram os mesmos e as minhas convicções também.

Acho até que por isso fui absorvido nesse alto escalão, porque ali havia pesos em jogo. É o que mostrou o futuro, salvo melhor juízo.

Pois bem. Lá exerci uma função civil de natureza técnica – a publicidade institucional – que era emitida pelo Governo, como uma de suas ações de informação. As outras fontes, de natureza semelhante, eram as Assessorias de Imprensa no âmbito do Governo e de seus órgãos subordinados.

Havia uma política de governo aprovada que regulava a ação na minha área. Ela continha três parâmetros básicos: O primeiro era a impessoalidade. Ela não podia promover pessoas do Governo e nem mesmo a figura do Presidente. O segundo – a economia de meios e recursos. Operava-se com orçamentos infinitesimais, se considerado o volume de recursos geridos pelo Governo como um todo e se relacionados com

o porte da tarefa. Perto do que os governos gastam hoje com publicidade, esse orçamento seria uma piada, considerada como uma "mentira" orçamentária. O poder de concessão do Estado facilitava os meios de mídia a serem usados. Os mecanismos de exceção, também. Terceiro – a objetividade que se resumia a dois propósitos subsidiários – a publicidade deveria servir à educação e ao esclarecimento do povo em suas próprias necessidades, em questões importantes. Quando tratasse de obras em benefício do povo direta ou indiretamente, a comunicação institucional que as divulgasse teria como limite a obra em si e o seu efeito para o desenvolvimento do País.

Esta política não só nos deixava livres de restrições de ordem moral e dentro de limites muito éticos na tarefa a realizar, como me convencera da sua validade e da sua eficácia, para o bem do País. Era coerente com os mais sadios intentos do Movimento de 1964.

Excluíam-se as manipulações, as despesas astronômicas e o marketing político que se tornaram tão pródigos como concessivos, nos processos eleitorais, hoje observados, desde a "abertura".

Assim, esta função me propiciou observatório oportuno, senão tão privilegiado, mas suficientemente abrangente. Integrado ao Gabinete Militar e às Subchefias das três Forças Militares, que eram o seu eixo estrutural, devido à nossa origem militar e exercendo atividade relacionada com a área civil do Governo.

Integravam o sistema de comunicação social, do qual eu era o Subchefe, todos os órgãos similares dos ministérios, de órgãos da administração direta e indireta e das empresas a eles vinculados. Não em caráter de subordinação, mas de coordenação e cumprimento daquela política de comunicação social.

Esse observatório foi tão diário, como solitário e independente, só sujeito àquela política de comunicação, formalmente estabelecida. O modelo funciona até hoje, exceto quanto aos limites éticos que existiam e já não existem há muito tempo. Hoje, o símbolo de um partido político identifica um prédio público do mais alto escalão da República, como se fosse a sua sede. Uma aberrante confusão de simbologias do Estado Nacional e de um dos seus poderes constituídos com organização partidária. Logo, a Bandeira entrará nessa simbiose inadmissível.

Além disso, também por força da função, essa observação se estendeu às áreas de mídia (rádios, TV e jornais) e às ligações com a área das empresas de publicidade e produtores autônomos nacionais. Desses últimos, muitos deles, hoje bem-sucedidos, foram apoiados, pelos seus méritos, pelo Governo, de forma limpa e através de licitações sem vício de espécie alguma.

Indiretamente, também, a observação tinha ligações permanentes no Poder Legislativo, em função dos muitos atos de governo que para ali convergiam e dali se

refletiam. Estas observações acabaram, por força dos fatos, se concentrando, na movimentação dos grupos de poder que integravam a estrutura de Governo, na área militar de onde eu vinha e nos meios políticos, refinando-se em agudeza nos processos sucessórios, tanto nos Estados federados, como na própria Presidência da República.

Era para onde se focavam na pressão dos fatos, inevitavelmente, até porque ocorriam fatos políticos graves, como o fechamento do Congresso, ocorrido em 1977, em razão da reforma da magistratura. Dela, nasceram os governadores e senadores biônicos, um dos mais controvertidos atos do processo revolucionário. As escolhas biônicas, por vezes, se revelaram desastrosas! Algumas tiveram que ser revertidas a fórceps e seus efeitos só não foram piores e prolongados devido aos próprios mecanismos de exceção.

Com relação ao Congresso, em que pese a vigência do processo revolucionário e dos controles que os mecanismos desse processo forneciam ao Executivo sobre Legislativo, as minhas observações consolidadas indicavam que este último era um "enorme e amplo balcão de negócios". Há milhares de fatos que poderiam ser citados para comprovar essa assertiva. Há na afirmação uma intenção de denegrir o Parlamento? Não! É que era assim, como é assim até hoje.

Havia uma espécie de Conselho Político informal, exercido pelos líderes que o Presidente considerava confiáveis. Eram os sete homens de "ouro". Com exceção de dois deles, todos estão vivos e certamente preferem não falar sobre a Revolução de 1964. Dela desertaram. Nunca os vi a ela se referirem publicamente. São outros, agora, os seus perfis, seus argumentos políticos e suas "crenças". Suas condutas políticas, nem tanto.

Estes homens influíam nos rumos e nas decisões de Governo, em nome de suas bancadas parlamentares e do único partido que representavam, muito mais que qualquer chefe militar. Todos mantinham cordéis diretamente ligados à Casa Civil, aos Ministérios e às suas bases políticas nos Estados.

Aliás, os que menos influíam eram os ministros militares. Mesmo nas decisões que estavam sob o crivo direto das Forças Armadas por força da legislação em vigor, como era o caso das Comunicações e dos Transportes, onde as necessidades de segurança interferiam no processo de decisão governamental, nada teve curso, mesmo diante dos pareceres, planejamento e iniciativas dessas Forças, sem que o aval da área política o chancelasse. Em muitos casos, as soluções iam, como foram, na direção contrária do que desejavam as Forças Armadas. Muitos fatos comprovariam essa afirmação, como foi o caso da substituição do sistema de tropodifusão nas comunicações sobre a região amazônica. Isto seria normal num regime constitucional. Era no mínimo estranho, num regime com origem nos quartéis. A sustentação

desses governos poderia ter seu fundamento nos quartéis, mas absolutamente não os seus atos.

Por isso, acho até engraçado quando hoje se fala em "ditadura militar". Pode-se até se falar em "ditadura", como quer a esquerda, diante do silêncio conivente de seus oponentes de outrora na área política, mas em "militar" – o adjetivo soa apenas como um jargão que nada tem a ver com aquela realidade histórica.

Quando os fatos exigiram do Governo decisões complicadas, como no caso da ruptura do Acordo Militar Brasil-EUA, aí o Governo se apoiava exclusivamente nas Forças Armadas e a área política ficava preservada dos espinhos do ato.

Com relação à mídia e suas diversas empresas, quando se iniciaram os primeiros passos da "abertura", e mesmo antes, se podia perceber claramente o nível em que a infiltração ideológica chegara. Havia, sobrepondo-se a ela, um confronto latente natural entre a liberdade de imprensa e a natureza intrínseca do Governo. Este confronto emergia de forma múltipla e intermitente. Mas, em alguns casos, havia até conivência entre próceres do Governo e a imprensa e entre aqueles elementos da esquerda, como era notório e inegável entre a esquerda e a imprensa.

Isto era inerente à dinâmica do Governo. Não era tão bem compreendido na área militar.

Todos os atos que iam em direção da "abertura" recebiam matéria e editoriais favoráveis, mesmo de jornalistas considerados à "esquerda". Atos de Governo, mesmo os de grande repercussão, como a hidroelétrica de Itaipu ou fatos e conseqüências das duas crises do petróleo, recebiam questionamentos de toda ordem na imprensa.

As ações dos serviços de informações e os dirigidos contra a subversão nem se fala. A contestação era permanente, imediata e muitas vezes facciosa. Mas, estes atos tinham que ter seqüência, pela inexorável imposição dos fatos e o governo não os coibia nem era seu objetivo coibi-los. Seu objetivo era torná-los palatáveis e dentro de certos limites, o que nem sempre acontecia, pela natureza da tarefa e pela forma de atuação do chamado "inimigo interno".

Portanto, o Governo era um ser sujeito a uma dinâmica e o processo revolucionário de 1964, sujeito a uma dinâmica diferente.

Mas, prosseguindo na direção política que havia escolhido a distensão gradual e segura, o Governo quando muito adotava retaliações de ordem financeira, como excluir empresas de mídia de uma licitação ou negar financiamento do BNDE, o banco de fomento da época, o BNDES de hoje. O Governo Geisel não fechou nenhum jornal e praticamente eliminou a censura prévia.

Um governo, por mais monolítico que tente ser, tem faces múltiplas. A imprensa, também, é, por sua natureza, um ente com múltiplas faces e onde subsiste

diversas fontes de pensamento e opções políticas. Mídia e profissionais da área se atribuem uma condição acima do bem e do mal. Isto configura o que se chama de Quarto Poder...

Às vezes, o mesmo jornal as manifesta até numa mesma edição. Ela é imprescindível na vida de um país, gostemos ou não de seus métodos, nem sempre éticos e nem sempre traduzindo a verdade na informação e muito menos dando-lhe a abrangência necessária, coerente com os seus próprios padrões jornalísticos. Mas, é muito pior sem ela ou com ela a serviço de regimes totalitários e de interesses escusos ou não nacionais!

No âmbito dos meios castrenses, isto era recebido como uma interferência perigosa no processo revolucionário, até porque a luta armada ainda estava ativa e a infiltração ideológica identificada em quase todas as instituições, inclusive em governos estaduais e partidos políticos, alimentando o confronto.

Por outro lado, algumas coisas que não tinham muito parentesco com a austeridade, chegavam muito próximo de homens de governo, principalmente, nos ministérios civis. Isto irritava a área militar e caracterizava um "desvio revolucionário". Algumas posturas de parte da área militar, por sua vez, irritavam o Governo. Muitos fatos ocorreram e que poderiam situar este ângulo da questão. Eu vivi um deles diretamente, na tal "Campanha da Pechincha", ocorrido de forma surpreendente, esbarrando em minha mesa de trabalho e com patrocínio discutível e de lisura no mínimo duvidosa de um ministro de estado.

Essa campanha contrariava a política de comunicação social a que fiz menção frontalmente e se constituía em uma "armadilha" política para o próprio Governo, diante de uma inflação que começava a criar problemas na economia como um todo. Na tal campanha, o erro de objetivo e mesmo de público-alvo era grosseiro. Era, na verdade, a culpa da inflação atribuída ao preço sazonal de um determinado legume. Metidos em seus meandros, estavam desde deputado da oposição, até homens de mídia e interesses empresariais. Na origem, relações regionais e de amizade. Vizinhanças e tráfico de influência dos quais o processo revolucionário não foi imune.

É interessante notar que um deputado oposicionista que fora preso em uma das "operações gaiolas" devido a sua atuação política (certa ou errada a causa ou certo ou errado o ato) é que vai ao Palácio da Alvorada "vender" a campanha, reforçando os seus próprios interesses de família e das empresas de mídia, diretamente ao Presidente da República com aval do ministro, enquanto fazia o "jogo" do Governo no parlamento, mistificando seu papel oposicionista. O dinheiro, como hoje se vê profusamente nos fatos do noticiário nacional, já era um dos amores da "esquerda", como era uma das paixões da "direita". Esquerda anticapitalismo, mas

a favor da moeda... no seu bolso. Exatamente como hoje se vê pelo País inteiro, apesar das ações do Ministério Público.

Cito o fato, não porque ele tivesse significativa importância no quadro gigantesco de dificuldades macroeconômicas do País, mas para caracterizar o tal triângulo de confrontação a que me referi e como as coisas ocorriam na área política. Inicialmente, 70 milhões (em moeda daquela época) do Banco do Brasil iriam fluir dos cofres públicos para bolsos privados, nesse episódio. Acabaram em 20% disso, o que não lhe reduz, em absoluto, o pecado de origem.

Aliás, é como o "balcão de negócios" transforma, até hoje, o dinheiro público em dinheiro privado que voa para os paraísos fiscais. Desde a esfera federal até os quase 6 mil municípios brasileiros. Não há exceção. Os fatos estão aí.

Além disso, esse uso extrapolado de recurso, em montantes absolutamente fora de propósito (dez vezes o orçamento de comunicação social da Presidência para o ano inteiro, atribuídos para uma única campanha publicitária de 200 segundos na TV, com 14 filmetes de 15 segundos), era fruto das relações de Governo com a mídia, na direção da "abertura" e função das dificuldades do Governo na área econômica.

Na Assessoria onde trabalhei, um filmete de 1 minuto custava, em média, 30 mil (também em moeda daquela época). Pode-se comparar, portanto. A investida da área de mídia, por conseguinte, poderia até servir ao "balcão de negócios" a que me referi, na Comissão de Economia e Finanças da Câmara de Deputados ou a outros interesses menos transparentes de grupos ou pessoas, mas nunca à essência da comunicação institucional do Governo, tal como ela era concebida. Ele é um exemplo microscópico de que a dinâmica do Governo não era necessariamente coincidente com a da área militar. Nem seus métodos nem os direcionamentos das relações da área pública. Eram meios, razões e objetivos diferentes que alimentavam essas dinâmicas.

As responsabilidades do Governo eram muito amplas e sérias. Os homens precisariam estar à altura delas. Nem sempre todos estavam. Da mesma forma, na área militar, eram críticas e difíceis e nem sempre se ajustavam plenamente aos objetivos do Governo. Aí, está a dinâmica das divergências no processo revolucionário.

As manobras espúrias desse episódio que destacamos e as personagens dessa história a nada servem, exceto para mostrar um importante fator de distanciamento entre o Governo e os meios revolucionários que ocorria em muitas áreas. Nos processos sucessórios, isto se agravou e muito. Neles, alguns setores militares jogavam as cartas da luta contra a subversão.

Essas preocupações, na verdade, nada tinham a ver com a "redemocratização", contra a qual jamais as Forças Armadas se opuseram como Instituição e onde muita

gente já a julgava não só tardia como necessária. O problema estava, na verdade, no como realizá-la e como conter os fatores que a dificultavam.

Com relação aos processos sucessórios, vou me ater ao que assisti. A sua engenharia básica partiu de uma nova realidade desse processo e residia no fato de que já não era a área militar que decidia essa sucessão. Com a do Presidente Médici, ainda foi assim. Quatro anos depois não era mais. Embora houvesse escaramuças em torno disso na área militar, pelas razões já explicitadas, todos os condicionamentos que incidiam sobre o processo revolucionário davam ao Presidente poderes suficientes para controlar a sua sucessão. A "abertura gradual e segura" era uma dessas alavancas de poder. Ela trazia até próceres importantes da oposição legal em apoio ao Governo, contra setores militares.

As fissuras que o combate à luta armada levara aos quartéis, atingindo chefes militares, reforçava a mudança. Grupos de interesses nos quartéis e no sistema de informações, argumentando que os riscos eram grandes com o que ocorria, particularmente os de ressurgimento da luta armada, movimentavam a linha sucessória que muitos sabiam em quem recairia, para prosseguimento do gradualismo e da segurança política necessária, ao projeto da "abertura". Só o Chefe do Gabinete Militar – General Hugo de Andrade Abreu – acreditava no descompromisso do Presidente com a sua sucessão e nele depositava a garantia de que o melhor para o País seria levado em conta e que para isso a área militar seria novamente ouvida. Este seria o compromisso do Presidente com ele, desde a demissão do Ministro do Exército. Portanto, acusar esse militar de pretensões presidenciais sempre foi uma inverdade, seja qual tenha sido a sua fonte. Ele mesmo já pensava em um nome civil.

Partindo de testemunhos que geraram e ainda geram livros de "historiadores", nem sempre confiáveis ou que basearam seus escritos em testemunhas não isentas e sob a ótica visivelmente eivada de parcialidade de documentos ou declarações de assessores e sem a necessária isenção histórica, muita agressão restou às Instituições Militares, injustamente.

Estes fatos e versões é que desenharam e montaram a cadeira dos "réus da história". Quase todos os livros recentes, enquadrados pela visão da "esquerda", ainda que baseados em testemunhos e documentos de auxiliares do próprio Governo Geisel e dele próprio, sofrem desse pecado original. Podem ser válidos, como a leitura de todo livro assim é, como fonte de conhecimento, mas não tem o compromisso embrionário e sólido com a verdade. O que mais me perturba neles é o desrespeito de determinados militares pelos seus companheiros de farda, se é que eles reproduzem fielmente o que teriam dito os entrevistados. Caminhemos, então, para o epílogo que enterrou o processo da Revolução de 1964. Este confronto triangular,

portanto, se tornou inevitável entre alguns setores militares, o Governo e ambas as áreas políticas, tanto a situação como a oposição.

Por razões hierárquicas, ainda que nunca tivesse praticado um ato sequer ou tenha dito uma única palavra que insinuasse uma candidatura oriunda dos quartéis, o Ministro do Exército, por ordem natural das coisas e pelas articulações de muitos dos que lhes eram próximos, se torna o alvo do Governo no processo sucessório. Acontece que, na cúpula militar e na Presidência, estavam as responsabilidades por decisões que haviam atingido renomados chefes militares, em função de acontecimentos da luta contra a subversão.

Além do que já ocorrera antes, é esse fato que acabará por vitimar, sucessivamente, vários generais que se contrapunham à decisão do Governo, na sua própria sucessão.

O Ministro do Exército tinha responsabilidade na exoneração do General Ednardo D'Ávila Melo no II Exército. Não há como refutá-la. O Chefe do Gabinete Militar – General Hugo Abreu – e outros chefes militares, na do Ministro do Exército – General Silvio Frota. Não há como negar. Generais, que eram tidos como certos no dispositivo de confronto com as decisões do Governo, acabam adotando posições diferentes, até por força da estrutura militar, da ordem jurídica e em nome das preocupações com o futuro do País. A estrutura do então SNI estava aliada ao Governo, pela própria escolha sucessória que iria se consolidar.

Muitos episódios envolveram estas escaramuças. As mais relevantes se situam no fato de que os auxiliares diretos criaram dezenas de acontecimentos que tinham como objetivo induzir o Presidente a acreditar que a demissão do seu Ministro era imperiosa e necessária à sucessão, subordinada ao projeto de abertura política. Na maioria deles, buscava-se caracterizar a candidatura daquela autoridade, às vezes através de fatos fabricados ou distorcidos, à revelia da Presidência e do controle sobre o processo da sucessão que agora envolvia os rumos da "distensão gradual e segura", o que já havia ocorrido com o Presidente Castello Branco e o seu sucessor, em outras circunstâncias e condições.

Do outro lado, assessores produziam fatos no sentido de que o Ministro do Exército não era demissível, induzindo a existência de um "dispositivo militar".

O Chefe da Casa Militar, inúmeras vezes, intercedeu, tentando desfazer as situações expostas no noticiário ou fora deles, em ambos os lados, algumas delas vazadas de dentro das salas do Governo e por meio das relações entre as áreas política e de mídia, de forma a evitar mais um rompimento. Aquela autoridade, assim, entendia que este confronto não servia nem mesmo ao projeto da "abertura" do Governo, nem às Forças Armadas e menos ainda ao País. O General Hugo Abreu, talvez porque comandara tropas de pára-quedistas em Xambioá, contra aquela se-

gunda tentativa de insurgência rural, tinha uma percepção mais sensível dos problemas de ambos os lados. Tentou fazer com que o Ministro se declarasse não candidato e desfazer as "intrigas" palacianas que o colocavam contra o Presidente.

O Ministro do Exército, General Frota, alegava que não teria sentido declarar-se não candidato, quando jamais se apresentara como candidato e muito menos pensava em sê-lo. Era fiel ao governo que integrava. Assim se manifestava. Mas, não há como negar, havia movimentações contrárias ao Governo. Muitos militares que depois aderiram incondicionalmente ao novo Governo sabem disso e do que eu estou falando. Alguns chegaram aos altos postos. Os fatos superam as palavras e nem sempre são exatamente o que elas expressam.

Na verdade, a confrontação existente envolvia, quisesse ou não o Ministro, o seu cargo e a sua pessoa, dentro do triângulo de confrontação a que me referi, como foi o caso dos inquéritos, no Pará, sobre a luta armada em Xambioá, na qual Presidente e Ministro tinham posições divergentes. Nos epílogos, o fato é que, em mais uma dessas escaramuças, os assessores do Presidente o convencem (ou ele próprio se convence), com base em uma reportagem maliciosa da revista *Veja* (o último fato sobre o assunto na mídia), de que o Ministro tinha suporte para a sua candidatura e não só tinha, como "desfilava" com "ares de candidato", num evento – um programa de TV sobre o Exército nas fronteiras brasileiras – patrocinado pela Caixa Econômica Federal, de iniciativa do então Deputado Amaral Neto. Decide-se, no âmbito do Governo, exonerar o Ministro do Exército.

Na manhã do dia anterior, um assessor, ligado à Casa Civil e do gabinete pessoal da Presidência, espera o Presidente e, na porta do elevador privativo, exibe-lhe a revista. O fato induz e precipita os acontecimentos.

Para isso, o 12 de outubro de 1977, um feriado prolongado, era a ocasião oportuna, não só porque a cúpula militar estaria fora de Brasília, como por facilitar o controle das repercussões e das notícias nas redações dos jornais. Foi um dia de muitas tensões.

O Ministro vai ao Palácio do Planalto diante da convocação presidencial, pensando em que teria uma nova divergência com o Presidente, agora sobre um relatório de informações do III Exército sobre a subversão, com citação de nomes ligados ao Governo e à área política, o qual provocara mal-estar no Governo. Pensava o Ministro na defesa de seu comandante subordinado, sediado no Rio Grande do Sul. Estava demitido, ainda que nos limites protocolares de pedido do cargo, típico do regime presidencialista, ao que o Ministro devolve a responsabilidade da sua demissão ao Presidente, negando-se a pedi-la.

Estava substituído, não mais ou menos, pelo então Comandante do III Exército que já se encontrava no Rio de Janeiro, aguardando para assumir o cargo.

Pela primeira vez, um Ministro do Exército fora demitido na história da República, fora de um quadro de revolução recém-irrompida. Isto definiu o processo sucessório e selou os contornos da "abertura".

O Ministro recusou-se a tomar qualquer medida contra a decisão presidencial. A carta em resposta à demissão, cuidadosamente, foi divulgada pela própria Presidência para toda mídia. Ela justificava o ato perante o público e garantia amplo apoio da área política ao ato presidencial, pelo próprio conteúdo daquele documento. A área militar era isolada, pelo menos no Exército. Disso, a figura do Ministro se caracteriza como um opositor da redemocratização. A bem da verdade, nunca foi contra!

Este documento reproduz o triângulo de confrontação plenamente. É prova dele. Pertence à história, inclusive a esta história oral.

O Governo fora persistente em seu projeto e nos personagens escolhidos para ele e o Ministro a seu quadro ético. Mas, o fato é que as Instituições Militares foram irreversivelmente atingidas por isso. Os homens de farda ou não podem ter-se beneficiado de uma "vitória" de um dos lados, mas o País, seguramente não. Menos ainda a Instituição Militar. O preço futuro disso tudo seria desastroso, como mostrariam os dias do porvir.

Este fato é o resultado direto do triângulo de confrontação e do braço de força entre o Governo, políticos e setores revolucionários. Muitos fatos instigaram a isso e, evidentemente, as providências do Governo para controlar as reações que haviam sido tomadas. Não só quanto à segurança pessoal do Chefe do Governo, como a outras que envolviam repercussões no meio militar, já conturbado pelos fatos. O Chefe do Exército demitido recolhe-se ao ostracismo no bairro do Grajaú, no Rio de Janeiro. Se havia algum dispositivo militar, ele silenciou.

A autofagia fazia mais uma vítima. A próxima seria o General Chefe da Casa Militar, quando se postou contra a candidatura do General João Baptista de Figueiredo, em razão dos mecanismos e caminhos que a induziram e a consolidaram.

Este seria o último Presidente do regime de 1964. Mas, mesmo para ele, a sua candidatura se revelará amarga, no exercício do Governo, como veremos. Nisto tudo, como em outros tantos fatos que sucederam em todos os escalões, está latente e exposto o eterno dilema dos soldados. Muitos deles comprometidos com um ou outro lado, não tiveram muito escrúpulo de omitir suas ações e encontrar razões e caminhos para mudar de lado. Outros tantos, coerentes com suas posições, fizeram o que lhes cabia fazer, no escalão hierárquico e na estrutura militar emergida desses acontecimentos. Tudo isso jogaria o Governo numa crescente impopularidade e no encolhimento do apoio político. O fim do ciclo revolucionário de 1964 estava decretado.

Os generais do Alto Comando das Forças Armadas chamados a Brasília, foram convocados à presença do Presidente, mediante ação direta de emissários militares, à medida que chegavam à Capital. Visava-se evidentemente manter a obediência e o enquadramento do setor militar ao Governo e a seu projeto. Só um deles – o General Ariel Pacca da Fonseca – foi ter antes com o ex-Ministro, por um enfoque ético que entendia não desrespeitava nem seu Ministro nem o Presidente, mas obedecia às suas convicções éticas e militares. Ele seria o próximo Chefe do Estado-Maior do Exército, a partir daquele episódio. Era um homem íntegro e um soldado exemplar, despido de ambições que, visando à preservação das Forças Armadas e ao bem do País, a outros valores se subordina, como todo cidadão probo.

Essa experiência foi decisiva para que eu pedisse para sair da Presidência da República, convicto de que a "abertura", necessária à normalidade da democracia, teria um preço alto a ser cobrado às Forças Armadas, por todos esses fatos. Queria retornar ao Exército, de onde não devia ter saído.

Pouco depois, alegando que o Presidente Ernesto Geisel se furtara de compromissos assumidos com ele sobre a sucessão, ao precipitar o anúncio do seu sucessor, no final do ano de 1977, o Chefe da Casa Militar, enunciando uma série de razões de ordem pessoal, pede demissão, pois havia perdido a confiança no Presidente e não mais poderia exercer o cargo. Sentia-se enganado pela longa convivência com o Presidente, em quem tinha total confiança e da qual decorriam aqueles compromissos. Demitido, é substituído pelo General Moraes Rego, homem da estrita confiança do Presidente, um militar de méritos indiscutíveis. Sob a Chefia deste último oficial-general, retornei ao Exército, recusando o convite para ser o assistente de meu Chefe que havia sido promovido a General-de-Brigada, com todos os méritos. Nossos caminhos não eram os mesmos. Este seria, em pouco tempo, outra vítima da autofagia. Falcões e pombos continuavam sendo o que sempre foram. Era de se esperar.

As minhas discordâncias com tudo aquilo, já não permitiam que eu ficasse num barco cujo rumo não mais atendia à minha consciência. Expliquei isso a ele. Este testemunho, no que se relaciona com o processo revolucionário, exige que se exponha as minhas razões. Apesar de ser pára-quedista e ter um profundo reconhecimento pelo comando que o General Hugo Abreu havia feito naquela tropa, diga-se de passagem, quando eu lá não estava mais, nunca estive próximo dele e de seu estafe – do inglês *staff* (estado-maior) – pessoal, apesar de serem todos meus companheiros de Brigada Aeroterrestre, enquanto estive em serviço no Planalto.

Por outro lado, não tinha proximidade com o futuro Presidente e muito menos restrições de nenhuma natureza àquele oficial-general, com vários e longos anos de experiência em serviço, neste alto escalão. Uma única vez havia falado com ele.

Naqueles episódios todos, fui um observador solitário. Não fazia parte de nenhum "esquema" e de nenhum lado. Desse episódio, recrudesceu em mim, em toda sua amplitude e profundidade, o dilema do soldado. Retornei ao Exército após ter preparado a passagem das funções e atender às necessidades dos projetos de comunicação já programados. Eles foram executados integralmente nos seis meses seguintes. A minha tarefa tinha sido cumprida e muito bem.

Apesar de reconhecer que a "abertura" era necessária e oportuna ao Brasil e que talvez já fosse tardia, nunca consegui compreender os métodos desse jogo. Nunca consegui entender direito e menos ainda assimilar os interesses do Poder e seus personagens.

Havia neles sempre uma superposição confusa entre os interesses de grupos e os reais interesses das instituições nacionais. Os argumentos, de parte a parte, os confundiam.

Só tinha sentimento e certeza das conseqüências. Nisso não errei. Não por ser um equilibrista dos "muros" convenientes em que muitos se colocam. A minha vida militar é um protótipo do antimuro. Mas, por achar que o futuro não nos reservaria bons tempos, exatamente devido àqueles fatos e métodos.

Todos eles e todas as conseqüências incontornáveis acabaram repercutindo pesadamente no Governo do sucessor escolhido para levar em frente o processo de "abertura" e encerrar o período revolucionário de 1964.

O Presidente João Figueiredo recebeu o ônus de um regime balizado por dois limites. Dar seguimento à "abertura" e à anistia geral e irrestrita e lidar com uma incisiva inversão dos rumos do País na área econômica. O seu Governo lidou, durante todo o seu período, alongado para seis anos, em nome da distensão gradual e segura, com séria crise econômica, gestada por fatores internos, mas seguramente ligada a fatores externos.

Já não existiam os apoios externos ao regime, mas existiam às oposições e o capitalismo internacional alterava a rota e o perfil de seus fluxos financeiros e de seus interesses. Internamente, as urnas da "abertura" demonstravam a perda de apoio da população, basicamente devido aos problemas econômicos. Os anseios por democracia plena eram um longínquo pano de fundo, bem articulado pela oposição política ao regime, colimando a eleição direta para a Presidência e confundindo-a com o próprio regime democrático, como uma exigência inamovível do regime presidencialista. A maior democracia do mundo não tem eleição direta para a Presidência. Mas...

Enquanto isso, à revelia de tudo isso, em 1989, já estava consolidado no Consenso de Washington o que o mundo queria do Brasil e já vinha aplicando, desde o início da década, em todos os continentes. Retardou aqui pela existência da "ditadura militar".

Só faltavam novos personagens, só comprometidos com um nacionalismo fraudado em nome da ideologia da "esquerda" e nem tanto com o Brasil, capazes de aplicar aqui as mudanças necessárias. Daí, a perda de apoio externo, nas relações internacionais. Nada de potência ao Sul do Equador. O nacionalismo de fachada dos antigos integrantes da esquerda desapareceria nas delícias do poder...

O último Presidente do ciclo de 1964 lidou, também, com a deserção contínua de apoios políticos, a começar pela de um dos arquitetos, senão o maior deles, dos caminhos que o levaram ao cargo – seu Chefe da Casa Civil – que permaneceu no cargo, desde o Governo anterior. Esta permanência foi uma decepção para parte do setor militar que apoiara o Presidente, onde aquele Ministro, de origem militar, era visto de forma negativa e ao qual se atribuíam muitas dissensões no meio militar.

Lidou ainda com um crescimento contínuo da oposição política nos processos eleitorais que, coerentes com a "abertura", foram modificados nos estados e municípios, retendo o sistema indireto, somente para a Presidência.

Nesta esfera, então, viu a deserção articulada e profusa dos "homens de ouro" e de outros "metais" menos nobres que abandonavam o "maior partido do Ocidente", no dizer de um desses áulicos que por ai ainda estão, já articulados em outra linguagem política. Essa deserção viu o candidato do Presidente à sua sucessão, derrotado dentro do próprio partido de apoio a seu governo.

O partido da situação preferiu desertar do Governo do Presidente Figueiredo, durante seu mandato, quando nada mais poderia esperar dele. Ao final, já em bloco neste ato, os seus congressistas uniram-se à oposição e elegeram o candidato da oposição, concluindo uma tentativa que antes haviam recusado, como veremos à frente. O fim do período da Revolução de 31 de Março estava também selado. O seu fim já havia sido decretado alguns anos antes.

À Revolução de 1964, só restava apoio no meio militar. O partido de apoio desapareceu e, com ele, os parlamentares da situação, não por imposição da nova Constituição que seria convocada, mas porque a situação não passava de um leque de interesses de toda ordem, absolutamente igual ao da oposição, com o sinal trocado.

Esse último Governo promoveu a anistia ampla, geral e irrestrita aos brasileiros, ainda que tenha tido que enfrentar episódios graves na verdadeira confusão em que se transformara o mundo político e no confronto com setores da extrema esquerda, em luta permanente com o Governo. Deserção, confrontos e crise econômica. Foi este o amargo campo em que esse último Governo teve que caminhar. Até com setores militares, como uma cobrança pelo passado recente que a sua candidatura exigira do meio militar.

O pior rescaldo que sobrou nas salas de seu Governo, após encerrado, é que ele acabou vendo o objetivo maior da anistia desvirtuado. A "revanche dos venci-

dos", no jogo do Poder, retirando-lhe o mérito da sua ação em prol da redemocratização, para decorá-la como galardão de um esforço da "luta pela democracia", para a qual a oposição, surgida no meio político, atribui a si e a seus próceres. A esse papel e a esse mérito aderiram os políticos da situação. Todos lutaram, de alguma forma, contra a "ditadura militar", no momento oportuno.

As suas convicções democráticas e a sua contribuição ao retorno do regime constitucional pleno lhe foram sonegadas na "guerra das versões" e atribuídas a outros "heróis da democracia" que a haviam arrancado do regime de 1964 com o apoio do povo, para a restauração democrática.

Aí, está de novo presente o eterno dilema dos soldados...

Deste último período, caminhamos para os dias de hoje. É preciso que se afirme que nada o que se diz, hoje, sobre os anos sucessivos, após o dito "regime militar" encontra respaldo, com exceções óbvias e evidentes, na verdade dos fatos. Na área econômica, por exemplo, o brutal endividamento do País, não decorreu daquela época. Ele foi um efeito de políticas governamentais posteriores e ocorreu na verdade, multiplicado por dez vezes, na última década do século XX, mais de 10 anos após o encerramento do último período revolucionário de 1964. A relação dívida – PIB em moeda forte era de 1 para 10, no Governo que iniciou a "abertura". Hoje, é de quase 1 para 1, sendo que este endividamento agravou-se durante os últimos 10 anos e, hoje, compromete mais de 90% da renda nacional, se considerada em termos brutos.

Da mesma forma, o sistema tributário e as restrições impostas pelos tais "superávits primários" imobilizou o crescimento econômico, atingindo em cheio o sistema energético, ambos imprescindíveis ao País e um dependendo do outro.

A desnacionalização do País, em particular na sua infra-estrutura econômica, outro exemplo, é responsabilidade exclusiva da esquerda que assumiu o Poder, seja ela com ares de social-democracia, maquiada com neoliberalismo, ou mais à esquerda, com os partidos que estão no Governo, neste momento. Com aquela desnacionalização, desapareceram, em ralos obscuros, os milhares de dólares que as "privatizações" deveriam gerar para reduzir a dívida, enquanto ela se multiplicava por 10.

Ao feitio do que ocorreu com o último Governo do período revolucionário o atual lidará com todos os "cadáveres" e "fantasmas" que seu principal partido ajudou a criar.

De algum modo, os militares serão ainda responsabilizados "na guerra das versões", pelo século afora, por tudo o que o País seguramente ainda terá que passar no futuro, em função da inépcia das elites nacionais, agravadas, a partir de 1990, com a esquerda no Governo.

Assim, os graves problemas estruturais que o País enfrenta hoje, na área de energia, transporte, telecomunicações, recursos naturais, força de trabalho, sistema

tributário, mercado etc., são fruto de políticas que não só não decorreram das ações dos governos ditos "militares", como estão estritamente ligados a políticas levadas a efeito por governos que os sucederam e delas decorrem. Elas atenderam muito mais aos interesses externos do que aos reais objetivos nacionais.

Desta experiência, estou convencido, mais do que nunca – os militares são "os réus da história", história essa que não lhes faz justiça. Como disse antes, as linhas da história nem sempre são as que o Brasil precisaria, mas ensinará aos homens, dia mais dia menos, o que poderiam aprender sem tantos sacrifícios e sem tanto ônus para o povo brasileiro.

Qual a sua avaliação a respeito da "abertura", desde o Governo Geisel?

Vários fatos indicavam a exaustão do regime, principalmente no processo e forma de escolha do Chefe do Governo, como vimos. Portanto, em face das ocorrências no meio militar e da derrota imposta à luta armada, a "abertura" ocorreria de uma forma ou outra. Até porque as Forças Armadas brasileiras são ricas em convicções democráticas e com elas visceralmente comprometidas. Para negar isso, é preciso subverter e reescrever a história do Brasil! Sob o ponto de vista da transição, o Presidente Geisel é o responsável por ela, como o é por todo ônus que recai sobre as Forças Armadas. Foram as escolhas e decisões de seu Governo que nos levaram aonde estamos hoje. Ao longo do tempo isto ficará à mostra e comprovado. Não haverá como se eximir disso.

O que resta saber é se haveria outra trilha a seguir, em função do próprio caminho que aquele governo abriu, caminhando no processo revolucionário. A análise das múltiplas variáveis deste processo, ainda que tratada em síntese anteriormente, ultrapassa o escopo deste testemunho, salvo melhor juízo.

Entretanto, cabe um relato sobre a candidatura de oposição, surgida após a indicação do General Figueiredo. Como ela surgiu, pelo menos sob a ótica de setores militares que a apoiaram, era uma tentativa de se evitar os efeitos futuros sobre o meio militar que acabaram ocorrendo, dando à abertura outros contornos. Convenceu-se a oposição política, através de pessoas como o futuro Presidente eleito – Tancredo Neves – de que um novo período curto de três anos, voltado para esforços definidos e prioritários, poderia prover mais eficientemente o processo da "abertura".

Um oficial-general com notória competência administrativa chefiaria um governo de conciliação, com a adesão de setores políticos da situação. Caberia a esse Governo convocar uma Assembléia Nacional Constituinte Exclusiva, que teria sido capaz de dar ao País um arcabouço jurídico adequado e sem as distorções que uma não exclusiva, convocada muito depois, acabou gerando. Os constituintes elei-

tos não possuiriam mandatos parlamentares. Isto escoimava a nova carta magna de interesses políticos. Tratava-se, portanto, de uma reforma política que até hoje é necessária ao País e que deixou de ser realizada, porque a Constituinte se impregnou de interesses meramente políticos, exatamente porque não foi exclusiva.

Naquele modelo de Constituinte, os interesses políticos, que acabaram comprometendo a estruturação e o tempo de vida da Constituição de 1988, teriam sido limitados. Ela já foi tão retaliada que o melhor seria substituí-la e é o que vai acabar acontecendo. Pior, retaliada ao sabor de interesses de Governo e por quem, a menos de cinco anos a havia construído. Agora, não é mais o Governo que se subordina aos dispositivos constitucionais, mas a Constituição que muda ao sabor das políticas de governos.

Isto teria se excluído pela representação seletiva de nomes notáveis, à altura da missão constituinte e que não seriam elegíveis para os mandatos parlamentares imediatos, após a sua promulgação. A representação política eleita sob esta carta magna, por sua vez, não teria poder constituinte, pelo menos por um período. E se viessem a exercê-lo não o teriam com os mesmos dispositivos que existem nem com as mesmas facilidades regimentais.

Haveria, portanto, um compromisso exclusivo com o arcabouço jurídico que melhor atendesse às necessidades do País, naquele momento e no futuro. Este projeto constitucional teria ainda o poder de dar ao País, meios de defesa do interesse nacional, principalmente na ordem econômica que nela se contivesse. Isto representaria não só uma defesa para o País, diante da mudança de rumos das pressões externas, como um mecanismo hábil para a união nacional que contivesse os bolsões de radicalismo.

Além disso, seria uma alavanca para o desenvolvimento. Nessa alternativa, ainda, se esperava que a anistia, que seria embutida dentro do processo constituinte, pudesse conter nos limites democráticos, pelo concurso da oposição e da situação, aquilo que se consolidou como "a revanche dos vencidos", confinando os radicais de ambos os lados, em particular reduzindo a "extrema esquerda" à sua real dimensão.

Quanto aos apetites políticos, excluídos em uma Constituinte Exclusiva, os subordinaria ao interesse público, não só pela sua reforma eleitoral, mas pela garantia de uma representação política futura que não tivesse poder constituinte tão elástico. Por si só, isto contribuiria para a melhoria do nível dos representantes do povo.

Ainda outra tarefa se atribuía a este governo alternativo. A de, por meio de um ministério de altíssimo nível e competência, representando uma união nacional autêntica, agregar meios de controlar os problemas que já assumiam proporções indesejáveis, através de uma política econômica que representasse uma nova via e um novo horizonte para o País. Como se vê, uma promessa até hoje não cumprida por nenhum

governo. Assim, poderiam ser retomados os rumos do desenvolvimento que o processo revolucionário, indiscutivelmente, impusera ao País e que se via sob freios.

Este projeto recai sobre a figura do General Euler Bentes Monteiro – um militar com renome na área administrativa e com um compromisso nacionalista autêntico. Além de ser um homem com trânsito na área política, pelo que já havia feito na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Portanto, resguardando o processo revolucionário e o controle político necessário à distensão, assim como dando amplo espaço às figuras da oposição que pudessem construir e consolidar aquela opção para a transição política.

Acontece que o espaço para ela só existia na oposição, pois o da situação já estava definido pelo Presidente Geisel. Julgava-se que, em face das grandes fissuras, tanto na área política como na militar, que esse projeto tivesse força intrínseca para decolar.

Mas, a verdade é que a oposição política a entendeu como mais um instrumento de desagregação das forças do Movimento de 1964. Além disso, era uma ruptura incisiva com os costumes políticos. Não serviria aos políticos, senão nos limites de seus próprios interesses, ressalvadas valiosas e honestas exceções. Por isso mesmo, a situação política legal viu o que lhe era mais conveniente e seguro – o controle do governo por mais seis anos e não a respaldou, setorialmente, exceto com honrosas e valiosas exceções, também.

Por fim, a área militar, onde era mais difícil o entendimento desse projeto alternativo, manteve-se na mesma situação, com os mesmos dilemas e contradições que acompanhariam o último período da Revolução de 1964. Além disso, pesava o fato que era uma candidatura de oposição, em sua face política.

Esta área militar, também, não aderiu ao projeto daquela candidatura, já sob o impulso de se distanciar do processo político. Nisso, foram decisivas as posturas da Marinha e da Aeronáutica, nesta altura mais distantes e com alguns setores já em posição crítica silenciosa ainda, mas consistente.

Eu, que havia sido transferido para Campo Grande-MS, sob sérias restrições pessoais, algumas até de natureza ilegal, optei por apoiar essa iniciativa, sem muita expectativa de sucesso, primeiro porque sabia o que esperar da área política, por tudo o que já narrei.

E... porque conhecia a fundo o que ocorria na área militar. Ali era muito mais difícil, diante das feridas abertas, se entender a magnitude de uma iniciativa com aquele perfil.

Por várias vezes, argumentei com o próprio General Euler Bentes e com os seus assessores diretos, sobre esses fatos e meandros tortuosos. Com o General Hugo Abreu, também. Ele que foi um dos articuladores dessa candidatura e de quem me

havia aproximado depois que ele fora preterido pelo Presidente da República, na promoção ao último posto da carreira, também em outro episódio doloroso que lhe antagonizou com muitos militares e onde muitas "traições", tão comuns na natureza humana, foram vistas por mim. Elas nada acrescentam de útil a uma história oral do Exército. Deixemo-las nos limites da natureza humana e suas fraquezas.

Tudo o que se situava mais à esquerda, então, a recusou integralmente. Assim se fez o caminho das coisas. Essa candidatura acabou sendo derrotada, por esses motivos e por muitas defecções. Eu a apoiei, acima de tudo, pelo que repudiava como conseqüências que considerava inevitáveis em função do que vira, enquanto estive na Presidência da República e porque avaliei que os seus três fundamentos eram capazes não só de evitar o que ocorreu depois, principalmente com o Exército, já que a Marinha e a Aeronáutica, permaneciam mais abrigadas dos efeitos futuros, até porque nunca um Almirante ou Brigadeiro fora alçado à condição de chefia suprema do processo revolucionário.

Mas, também, porque talvez teria produzido um caminho melhor para a transição, no interesse do Brasil e de seu povo. Uma coisa era a razão e a genética dessa candidatura; outra, muito diferente, foi sua construção e seu caminho.

Restava, portanto, a qualquer um que tivesse em vista o Brasil acima de tudo, desejar ao Presidente João Baptista de Figueiredo e a seu Governo, o sucesso que o País precisava.

Não se pode negar que, sejam quais tenham sido os erros de seu Governo, ele foi fiel ao projeto de abertura política. É a ele que se deve a redemocratização plena e não aos falsos "heróis da democracia" que agora querem um monumento a seus mortos no Araguaia, petrificando na memória do povo, o que na verdade foi um serviço exclusivo à causa do comunismo internacional.

Houve, a partir de 1985, e existe, hoje, o chamado "revanchismo", por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que o senhor tem a dizer da Lei da Anistia?

Os objetivos da Lei da Anistia obedecem rigorosamente a natureza cultural e a história brasileiras. Se pudéssemos apontar uma figura histórica que a inspirou, seguramente e sem muitas dúvidas e esforços, ela recairia no Duque de Caxias – um militar expoente do Império Brasileiro a quem o Brasil deve, entre outros, a sua integridade territorial! Uma coincidência – ele e a história das revoluções no Brasil são a fonte inspiradora do processo de anistia e de agregação dos brasileiros sob um destino comum e em uma base territorial una, extensa e indivisível... por enquanto. Portanto, a anistia é uma conseqüência natural da história brasileira.

Entretanto, sobrepondo-se a esses milagres da nossa cultura, a ideologia se impôs aos objetivos da Anistia pós-1964. Isto deformou-a e a tornou facciosa em sua execução, bem como a transformou em instrumento dessa mesma ideologia. A conseqüência mais funesta disto é que manteve e manterá a cizânia entre os brasileiros. Esta divisão imposta por credos ideológicos fratura o País e ajuda a enfraquecer as componentes do Poder nacional, em suas expressões políticas, econômicas, psicossociais e militares. Ela fragilizou a vontade nacional em face de desafios e das crises que o País teve e terá, cada vez mais, que enfrentar, exatamente quando mais precisávamos de mecanismos de defesa e de união nacional, em face dos assédios da nova ordem mundial.

Em suma, a Lei da Anistia, sob esse cenário, não passou de um engodo que engana, principalmente, os próprios brasileiros e distorce os interesses nacionais. Ela foi transformada em um fantoche da ideologia. As feridas abertas por quem a conduziu, ao invés de fechar as antigas, já custou e ainda custará caro ao povo brasileiro. Tanto mais quanto mais mergulharmos na soberania relativa, nos meandros ideológicos e em projetos de poder que visam, em última instância, a transformação do regime político, para exotismos fora de moda.

Como o senhor analisa, hoje, após a queda do Muro de Berlim, o Movimento Comunista Internacional? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil, nesse contexto?

Não desapareceu. A dogmática marxista, em face das mudanças, até surpreendentes e aceleradas no bloco soviético, perdeu, pelo menos em parte substancial, instrumentos dialéticos com que exportava a "revolução comunista". Mas, outras metodologias ocuparam o espaço, em decorrência do fim da guerra fria. A hegemonia que surgiu depois daquelas mudanças trouxe à cena agressivas investidas do capitalismo.

Isto determinou um mundo onde o mercado é o juiz supremo e único das economias, as fronteiras de um Estado soberano se tornaram apenas acidentes históricos e a invasão econômica e a liberdade dos fluxos de capitais se impuseram como uma regra axiomática. É isto que define a soberania relativa, na verdade! Neste labirinto estratégico de projeção de poder, os comunistas descobriram nas teorias do revolucionário italiano uma nova dialética – usar as instituições democráticas do estado nacional (governos, ensino, mídia, órgãos governamentais e não governamentais etc.) como aliadas dos movimentos de natureza revolucionária e com eles coexistirem abertamente. Eles fornecem energia entre si, visando à conquista e à transformação do regime político. Nesta sinergia, buscam manter inertes, sob pressão permanente e através de modificações estruturais, realizadas por meio de mecanismos da própria democracia e de "pressões" sociais, os segmentos que

podem reagir a essa nova metodologia. Coexistem, em nome dos próprios princípios democráticos! Assim o comunismo constrói sua trajetória atual.

Resta saber como o mundo hegemônico fixará limites a essa nova expansão, uma vez que há uma incompatibilidade entre os interesses do mundo central e os processos internos dentro das soberanias relativas que foram impostas aos países emergentes e às periferias econômicas no mundo. Exatamente onde os gramscismos mais se tornaram titulares do poder político! Além disso, estamos diante de uma nova ordem mundial onde a projeção de poder está sujeita não mais à simples oposição de óbices e antagonismos, quer por mecanismos econômicos, quer por ação de política externa e diplomacia, mas por ações militares unilaterais e à revelia da ONU.

Pelo menos quatro das motivações genéricas de intervenção militar presentes nessa nova ordem, envolvem as questões ideológicas e da globalização (governos antagônicos, terrorismo, controle de armas de destruição em massa e controle de fontes de energia e de água).

A imagem das Forças Armadas vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Tenho dúvidas sobre essas questões de imagem e das pesquisas que as produzem, no caso de Instituições Nacionais permanentes. Apesar de ter exercido funções relevantes nesta área, não pretendo referendar os argumentos com base nesta experiência, mas em fundamentos lógicos.

As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e basicamente sua vida orgânica se baseia em necessidades de segurança do povo e na defesa da herança histórica (território, povo e recursos).

Essas necessidades de segurança ocupam a base da pirâmide das necessidades humanas. Portanto, esse fenômeno social coloca a instituição militar em consonância com o povo. Sua vida vegetativa e o processo brasileiro de incorporação universal do serviço militar exportam para a sociedade valores intrínsecos de sua organização e da sua vida. Esses valores são os que menos se vê em outras instituições nacionais importantes, de natureza não permanente, como é o caso das organizações políticas, por exemplo.

Entretanto, são valores caros ao homem comum e integram o caráter nacional. Fato similar acontece com a Igreja que intermedia as relações religiosas do povo com a crença no Ser Supremo Universal que está na base majoritária da nossa população. Ela tem uma consonância com a cultura e a vontade popular. Essa imagem positiva não decorre, portanto, do que sobre elas é dito, ainda que massivamente. Nem do que a elas seja atribuído como agressões a outros valores que também são caros ao povo e fazem parte de seu caráter, no nível civilizatório em que esteja...

Ainda que uma propaganda intensa possa fraudar a imagem de uma Instituição, não consegue se sobrepor, no tempo, à sua realidade permanente que fluiu para o restante da sociedade. Por exemplo: um governo pode intensificar ao máximo a publicidade sobre seus esforços na área da saúde. A realidade dessa área é que vai prevalecer.

Imagem institucional não é um produto de mercado! É bem verdade que parte desse povo faz comparações entre o que era o País no período da tal "ditadura militar" e o que é hoje. Isto, também, neutraliza a deformação de sua imagem, por mais que haja esforço ideológico em sentido contrário. Não há como o adjetivo substituir o substantivo. É preciso atentar e admitir, de outro lado, que a "guerra das versões" pode reescrever a história, se nada ocorrer como reação. De um modo geral, é a versão que escreve a história.

Contudo, a razão fundamental para formação dessa imagem está na sociologia da Instituição Militar e não nas versões dos acontecimentos que não sofreram ainda o filtro da história. Não há, pois, e este é o alerta, razão para que as Forças Armadas sintam-se imunes ou preservadas em sua missão nem que descuidem dela. Menos ainda para que desconheçam a engenharia de poder (interna e externa) que sobre elas se projeta, comprometendo seus valores e sua destinação.

Por fim, o senhor gostaria de aduzir algo mais acerca da Revolução de 31 de Março de 1964, que devesse ficar registrado para a história, por meio deste Projeto Oral do Exército Brasileiro?

A Contra-Revolução de 31 de Março é um episódio histórico com protagonistas e vertentes confrontantes, muito definidas no seu início e nem tanto no seu curso. Se por um lado ela foi capaz de mudar a face econômica do País, em um monumental e meritório esforço de desenvolvimento, ela não foi capaz de superar, por defeitos de nosso próprio caráter nacional (em gravidade maior nas elites), a dívida social do Estado Brasileiro com a Nação que o organiza.

Muitas variáveis concorrem para esse resultado. A complexidade e a multiplicidade da natureza dessas variáveis – suas causas e efeitos – tornam impossível uma análise, neste testemunho. Mas, é importante deixar gravado que, enquanto vivermos a divisão ideológica interna, nos moldes e profundidade que permanecem em nosso meio, jamais o Brasil poderá resolver a equação que traduz o fim da própria natureza do Estado – prover os meios para uma vida digna para a nação que o organiza!

Enquanto não entendermos que teremos que construir, com nosso trabalho, os fundamentos de um projeto nacional e enquanto nossas mazelas políticas não forem alijadas dos poderes formais que estruturam o Estado, não teremos solução. É de uma formidável e imensa reforma política e de costumes que precisamos, mais do que tudo.

Ciclicamente, seremos recolonizados por modelos externos e nisto perdemos o controle sobre nossa herança histórica, nela especialmente sobre nossos recursos, e sobre o nosso próprio destino. Por outro lado, enquanto não entendermos o mundo como ele é e criarmos mecanismos eficientes de defesa de nossos interesses, qualquer que seja o regime político, estaremos sempre na "área cinzenta" do mundo.

O primeiro passo, para tanto, é nos livrarmos de todos os herdeiros dos "entreguistas" que a elite nacional, ao longo do Império e da República, fartamente produziu entre nós. Eles existem à esquerda e à direita e para onde quer que se volte a busca. O segundo é abandonarmos as "utopias" de internacionalismos de qualquer espécie.

Só a produção de autos e as provas da história, neles diligenciadas nos vários campos, poderiam tornar mais clara a história oral que queremos transmitir, comprometida com a verdade histórica, às gerações futuras. Neste esforço, incluo o meu testemunho, certo de que ele não me pertence, mas ao futuro dos meus concidadãos.

Para isso, relembro Rui Barbosa em duas de suas manifestações, valiosas e oportunas:

"(....) o que a política e a honra nos indicam é outra coisa. Não busquemos o caminho de volta à situação colonial. Guardemo-nos das proteções internacionais. Acautelemo-nos das invasões econômicas. Vigiemo-nos das potências absorventes. (....) Tenhamos sentido nos ventos que nos sopram de certos quadrantes do céu. O Brasil é a mais cobiçável das presas; e, oferecida, incauta, ingênua, inerme, a todas as ambições, tem, de sobejo, com que fartar duas ou três das mais formidáveis. (....) Mas, o que lhe importa é que dê começo a se governar a si mesmo, porquanto nenhum dos árbitros da paz e da guerra leva em conta uma nacionalidade adormecida e amenizada na tutela perpétua de governos que não escolhe. Um povo, dependente no seu próprio território e nele mesmo sujeito ao domínio dos senhores, não pode aspirar seriamente, nem seriamente manter a sua independência do estrangeiro." *(Março de 1921 – Discurso aos Moços, aos Bacharelandos de São Paulo.)*

"O povo brasileiro sabe, enfim, que as Forças Armadas não personificam senão as grandes tradições da Pátria, na paz e na guerra, e os que não confiam nelas é porque têm razões para desconfiar da Nação.... Aqui está por que as prevenções palacianas se voltam hoje contra as Forças Armadas, ao mesmo tempo que nelas se concentram as esperanças liberais ... Com o instinto dessa missão nacional, com a consciência desse papel patriótico, as Forças Armadas não podem, e certamente, não hão de subscrever a sua própria extinção, e, muito menos, o aniquilamento pela desonra, pela calúnia, pela ilegalidade, pela proscrição, essa morte oral a que parece quererem condená-las antes de dissolvê-las." (*Diário de Notícias, de 9 de Novembro de 1889*).

Coronel Nelson Roberto Bianco

- Natural da Cidade de Curitiba, PR.
- Principais funções militares: Chefe da Seção de Informações da Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Exército (AD/1); Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO); Chefe do Grupo de Assessoramento Técnico de Defesa Química, Biológica e Nuclear; Membro do Grupo de Trabalho Interdisciplinar do Estado-Maior do Exército para o Desenvolvimento do Sistema de Direção de Tiro Computadorizado para Artilharia de Campanha e de Costa; Comandante da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea; e Chefe de Gabinete do Centro de Avaliação do Exército.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe).
- No exterior, foi observador do Exército na demonstração e na realização de testes de aceitação e recebimento do canhão antiaéreo 40mm L70, na firma Boffors, em Estocolmo, Suécia.
- Após passar para a reserva, exerceu a função de Diretor do Departamento Geral de Apoio Logístico da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.
- Em 1964, era 2º-Tenente, servindo no 3º Grupo de Artilharia de Costa e Forte de Copacabana.

Entrevista realizada em 26 de março de 2002.

Vamos dar início às nossas atividades, passando a palavra ao Coronel Bianco, nosso colaborador, para as suas considerações iniciais.

Gostaria de registrar, inicialmente, que é uma grande satisfação estar aqui colaborando para o Projeto de História Oral sobre a Revolução de 1964.

Várias abordagens poderiam ser propostas para a minha dissertação, no entanto, talvez seja mais interessante aguardar o início das perguntas, e prosseguir em seguida.

Desejo, também, aproveitar esse início de trabalho, para dizer da minha imensa alegria de tê-lo aqui conosco. Vamos aproveitar essa oportunidade para pedir ao Coronel Bianco que nos traga fatos por ele vividos, a sua experiência pessoal, nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e no seu desenvolvimento.

Vou procurar fazer uma abordagem um tanto quanto possível cronológica dos fatos, porque me ocorreu que deveria tentar transmitir a experiência vivida naquela época por um jovem 2º-Tenente de Artilharia.

Como raízes desse Movimento, que veio a se constituir na Revolução de 1964, acho que temos que buscar as suas origens, para não nos afastarmos muito no tempo, em como o mundo estava vivendo após a Segunda Guerra Mundial.

Tínhamos, de um lado, os aliados defensores da democracia, e do outro, o eixo nazifascista, representado por Alemanha, Itália e Japão, visto como o máximo de totalitarismo. Já foi explorado num projeto de história oral, e que resultou numa obra maravilhosa, de valor imenso para o nosso País, uma Coletânea com oito Tomos.

A FEB (Força Expedicionária Brasileira), ao atuar na Itália, fez acender cada vez mais a chama de patriotismo, sacrifício e busca da liberdade. Todavia, a própria guerra fez com que a Rússia stalinista saísse vitoriosa ao lado dos aliados, combalida financeiramente, materialmente, no entanto com uma força muito grande na sua parte política, assim como na sua parte ideológica, representando o comunismo. Por isso, os grandes chefes da Segunda Guerra Mundial se preocupavam sempre em mantê-la como aliada, porém o mais afastada possível.

A expansão do comunismo resultou na criação da Federação Socialista Soviética Russa, mesmo porque, na expansão da guerra, todas as repúblicas vizinhas foram tomadas e englobadas, constituindo-se assim a federação.

Houve depois, pouco mais tarde, a atuação de Mao Tsé-tung, implantando o comunismo na China, e a semeadura de conflitos que vieram resultar na guerra da Coréia, Vietnã e outros menores. Na América, tivemos a eclosão do comunismo em Cuba, e também o início de tudo o que veio desaguar no Governo Salvador Allende, no Chile. O comunismo, como uma mancha vermelha sobre o mundo, estava se

tornando uma realidade cada vez mais presente. E, aqui no Brasil, qual seria o nosso panorama político, em função, como reflexo, de tudo isso que vinha acontecendo?

Talvez fosse o caso de dividir, apenas tentando ser um pouco didático. Como pensava a juventude civil? Como sentia, como pensava a juventude militar daquela época? Os civis estavam sendo submetidos a uma intensa propaganda comunista, atingindo os jovens de todas as maneiras.

Atingiam as escolas, as universidades, as reuniões sociais, os próprios barzinhos, tão populares na época, e poderia se dizer que, naquela época, ser comunista era bonito, era um modismo. E essas influências partiam de dentro das salas de aula.

Havia, em conseqüência, aqueles que, até por ideologia mesmo, acreditavam na utopia comunista, igualitária, justa, distribuindo igualmente riquezas, e faziam disso a sua profissão de fé. E havia aqueles inocentes úteis, que eram arrastados pelos que realmente acreditavam nessa teoria, nessa ideologia, e eram levados às mais diversas aventuras.

Começaram a surgir, então, grupos, conselhos, "aparelhos", sendo esses atos todos financiados com dinheiro vindo de Cuba, da China, da Rússia, e a juventude mergulhou então nessa aventura, que seria a utopia representada pelo comunismo.

Por outro lado, como pensava a juventude militar? Os jovens alunos das escolas preparatórias, dos colégios militares e cadetes aprenderam a respeitar e a venerar todos os nossos companheiros que participaram da Segunda Guerra Mundial. Marcou muito essa geração as conquistas, as vitórias da FEB, e elas representavam, em última análise, o quê? A luta pela democracia, pela liberdade.

Não havia um só jovem militar daquela época que não venerasse essa linha de raciocínio, e que não se esforçasse ao máximo para ser, pelo menos, digno de pertencer à mesma Força Armada. Eu diria que a juventude militar se constituía numa juventude, entre aspas, limpa de contaminação.

Por outro lado, havia uma tentativa de infiltração nas Forças Armadas, estamos falando já da década de 1950, onde determinados episódios são relatados, até a própria quase demissão do Comando da 1ª Região Militar, do General Zenóbio da Costa, que finalmente veio a acontecer, e por quê? Porque se sentia que a infiltração estava sempre presente, e isso tinha que ser combatido. Então, havia, por parte da juventude militar, um consciente e permanente repúdio ao comunismo, que vinha, também, da Intentona Comunista de 1935, quando os comunistas mataram seus companheiros dormindo na tentativa de implantar o marxismo-leninismo no Brasil.

Quanto ao campo político, a partir do suicídio do Presidente Vargas, em agosto de 1954, os ecos daquele tiro vieram causar o início de uma instabilidade política, que ultrapassa os governos de Juscelino e Jânio Quadros.

Quando, apesar das grandes conquistas industriais daquela época, a indústria automobilística é um exemplo, da transferência do Governo para Brasília, e, depois, da esperança de milhões de brasileiros naquela vassourinha do Jânio Quadros, nele que se propunha a "varrer" toda a corrupção do País, que governava através de bilhetinhos e trajava *slakes,* como se fosse um contínuo, já que vivemos num país tropical – depois da fé na eliminação da corrupção –, deu-se a sua renúncia, isso foi uma torrente de água fria em todos os sonhos e pretensões políticas no País.

Naquela época, estou falando das décadas de 1950, 1960, alguma coisa, em função de todos esses acontecimentos, deveria ser tentada, para mudar uma forma de governo, já que elas não vinham dando certo, por que não uma experiência comunista totalitária? Era o pensamento político dominante da época.

Surge, então, o governo de um quase desconhecido político gaúcho, João Goulart, que, após a sua trajetória no Sul e como Ministro do Getúlio e do Juscelino, desponta e assume o Governo, sem carisma, sem presença.

No início daquela década de 1960, o Brasil era um campo fértil para mudanças ideológicas, e elas começaram a ocorrer, fruto daquela preparação desde os anos de 1950, e das infiltrações nas Forças Armadas.

Pouco a pouco, foram surgindo no Nordeste as manifestações mais organizadas, que, no caso, seriam as de Francisco Julião, com as "Ligas Camponesas", e no Sul, os "grupos dos onze", fomentados por Leonel Brizola, sob as vistas e concordâncias dos governos estaduais, e aí desponta a figura de Miguel Arraes. O que representavam essas ligas e esses grupos? Nada mais do que células de combate, treinadas e organizadas, prontas para emprego, quando e onde se fizesse necessário.

Essa atitude do governo, de não se posicionar contrário a essas organizações celulares, foi fatal para que nós todos entendêssemos qual o caminho que o País estava tomando. O Governo João Goulart não fazia absolutamente nada contra isso, fazia, sim, estimular as greves quase diárias, coordenadas pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que impediam a produção, porque ninguém conseguia se deslocar, uma vez que o setor dos transportes era o mais atingido pelo grevismo. Faltavam os gêneros de primeira necessidade... Surge, então, um clima de grande insatisfação contra esse governo, por parte não de todos, mas de um significativo segmento da população, consciente de que a situação se agravava a cada dia.

Governadores da época, como o Governador da então Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, é um exemplo desse segmento insatisfeito, ao lado de outros governadores, como Adhemar de Barros e Magalhães Pinto. A Igreja, por sua vez, também estava dividida. Não tanto até 1964, mas a partir de 1968, fruto igualmente dessa propaganda, que atingiu o clero jovem, até mesmo por ser jovem, estimulado a con-

testar tudo e todos, e outros mais velhos, que alimentavam as suas esperanças, como é o caso de Dom Helder Câmara, que teve uma participação ativa dentro do que se convencionou chamar de "igreja progressista", muito atuante no período da luta armada que se iniciou, para uns, em 1966, com o atentado do Aeroporto de Guararapes, em Recife, e, para a maioria, em 1968, com dezenas de atentados a bomba e assassinatos, que levaram ao AI-5, e duraram até 1973, ano de enorme progresso econômico, mas que se caracterizou também, pela derrota dos terroristas comunistas no Brasil.

Por outro lado, havia aqueles que conseguiam vislumbrar o perigo do comunismo, claramente entendido como ateu; a Igreja, portanto, tinha duas vertentes: uma que era nitidamente a favor do movimento comunista internacional, e aquela que, ao se conscientizar que o comunismo poderia trazer sérios e graves prejuízos à religiosidade do brasileiro, se colocava no lado contrário.

O meio militar sentiu os efeitos, principalmente dessa infiltração comunista nos quartéis, nas três Forças Armadas. Vivíamos um clima de desconfiança, um clima, na esfera dos oficiais e sargentos, de perguntar quem é quem? Pairava no ar uma tentativa de aliciamento por uma causa ainda não definida.

Não se podia confiar em ninguém que, de repente, tinha o poder de oferecer benesses, via instituições financeiras dos governos estaduais ou federais, e através dessas benesses, contaminando, inicialmente, a moral, e, depois, o intelectual daqueles que eram os seus alvos.

Cito, como exemplo, a atuação, dentro do Quartel-General da Artilharia de Costa da 1ª Região Militar (QG ACos/1), do então Capitão Eduardo Chuay. Naquela época, não tenho como provar, mas ouvi várias menções de que eram corrompidos militares através de empréstimos com juros subsidiados, para aquisição da casa própria e outras coisas, e, com isso, o Capitão Eduardo Chuay conseguia aliciar oficiais e sargentos para práticas escusas ao meio militar, que, mais tarde, iríamos verificar precisamente a sua verdadeira intenção.

Lamento dizer que esse nosso companheiro trilhou esse caminho, pagou por isto depois, no decorrer da Revolução, mas hoje está aí fazendo parte do governo.

É verdade, e ele já foi citado aqui em outras oportunidades, porque trabalhou sempre, como comunista convicto, pela comunização do nosso País.

Vamos ver se conseguimos passar algumas idéias sobre o clima geral da época que antecedeu a Revolução. Havia, sem qualquer dúvida, e seguindo uma verdadeira cartilha de guerra revolucionária, uma revolução em andamento; sentíamos que alguma coisa seria mudada na chamada ordem institucional. Os *slogans* apareciam como república sindicalista, república operária e outras. Nitidamente, sabíamos que elas conduziriam o Brasil, antes a um tipo de socialismo, talvez preparatório para o comunismo, a seguir.

Algumas reações começaram a surgir, por parte daqueles que constituíam a parcela da população que conseguia enxergar através da verdadeira cortina de fumaça lançada pelo Governo João Goulart, sendo dos mais expressivos os movimentos que levaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida inicialmente em São Paulo, e, depois, em Belo Horizonte. Com o respaldo daquele clero não contaminado e consciente, essas marchas representaram o primeiro movimento, a primeira reação da sociedade civil, estupefata com os atos praticados pelo Governo João Goulart, ou aqueles que ele deixava de praticar, até de propósito.

Vimos muitas senhoras de terço na mão, rezando.

Essas marchas reuniam milhares de pessoas, houve marchas dessas em que foi noticiado um milhão de pessoas participando delas, e o que elas faziam? Estavam procurando um rumo, estavam procurando um respaldo.

Era o povo, a população, mostrando claramente a sua aversão à anarquia, ao descalabro, ao caos gerado no Governo Goulart.

Exatamente. Uma das perguntas que poderia surgir é se houve auxílio externo, específico, ao Movimento revolucionário que viria a eclodir? Não é do meu conhecimento, não acredito que tenha havido. Penso que o Movimento de 31 de Março surpreendeu os Estados Unidos, inclusive o Embaixador Lincoln Gordon e o Vernon Walters, que era o Adido, recentemente falecido.

O próprio Vernon Walters declarou, com extrema clareza, que os Estados Unidos não tiveram a menor participação, acompanharam sim, é claro, com a responsabilidade que os seus cargos exigiam. O que ele disse, em entrevista, foi: "O que eu sabia, qualquer pessoa atenta, qualquer observador atento, também sabia, porque os jornais estavam mostrando."

Essa minha abordagem sobre o clima reinante é exatamente para desaguar na afirmação de que graças ao movimento civil que clamava por alguma providência, a classe militar, as Forças Armadas, em particular o Exército, realmente tomaram consciência de que alguma coisa tinha que ser feita, era preciso dar um basta ao clima de anarquia que existia naquela época.

O País, já que falamos em clima de anarquia, desde o início de 1964, fins de 1963, era uma verdadeira – desculpem a expressão – bagunça. Eram greves, piquetes, paredes, problemas constantes no Porto de Santos...

As greves impediam que tudo acontecesse. Na área estudantil, a UNE (União Nacional dos Estudantes) fazia coisas que nos deixavam estarrecidos, de enfrentamentos aos poderes constituídos. Naquela época, vale lembrar, o presidente da UNE era o atual candidato do PSDB à Presidência, um agitador contumaz. E, na área trabalhista, o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) tinha uma força imensa.

Dante Pelacani, seu secretário-geral, mandava e desmandava.

Tinha uma força imensa de aglutinação da massa trabalhadora, e faziam greves por qualquer motivo, inclusive as famosas greves de solidariedade e outras greves.

Somente no Estado de São Paulo, no ano de 1961, realizaram-se 1.700 greves, conforme registrou Luiz Jover Telles, um dos elementos radicais da Comissão Executiva do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em seu artigo O Movimento Operário em 1961, *o que está mencionado no livro "A Grande Mentira", do General Agnaldo Del Nero Augusto. Eles realmente paravam o País.*

Paravam o País. O que acontecia dentro dos quartéis, em decorrência desse clima de instabilidade? Vivíamos de prontidão, eram prontidões seguidas, algumas delas duravam 10, 12, 15 dias e isso vivemos intensamente no Forte de Copacabana, porque a tropa federal, em presença de uma greve que estava se alastrando, de grandes proporções, recebia dos nossos chefes militares ordens para se aquartelar e se preparar para intervir. Então, de um lado era a anarquia, do outro lado, eram as tropas em prontidão, o que configurava um período muito difícil de ser vivido.

Dentro desse clima, as condições para que tivesse uma reação estavam todas sendo reunidas, na sociedade civil, no meio militar, e contra algo que ainda não se sabia exatamente o que era, mas de uma coisa tínhamos certeza: do jeito que estava não poderia continuar.

Assim, entro no tópico que seria a participação do Forte de Copacabana nos acontecimentos de março de 1964.

Antes, gostaria de apresentar algumas fotos que o senhor trouxe. Esta mostra toda a oficialidade do Forte no dia da Revolução, tendo à frente o nosso saudoso Coronel Arídio Brasil, Comandante, aqui está o hoje Coronel Bianco, grandes amigos estão aqui, também está o Coronel Sampaio que esteve aqui fazendo a sua entrevista.

Aqui tem uma outra foto que mostra uma parte desses oficiais do 3º GACos (Grupo de Artilharia de Costa), o Forte de Copacabana.

Em frente ao Quartel-General da Artilharia de Costa (QG ACos/1), onde houve o problema. O Coronel Montagna, depois General, adentrou e tomou o QG ACos/1, não o Forte de Copacabana, que, por sinal, apoiou inteiramente a Revolução de 1964. É valioso para nós do Forte que esse aspecto seja destacado.

Aqui temos um boletim da época, em que aparece a retrospectiva dos acontecimentos que envolveram a Unidade e a Ordem do Dia do Coronel Arídio Brasil, que conta a história, de forma sintética, da participação do Forte de Copacabana.

Agora gostaria de mostrar essa mesma foto que apresentamos antes, publicada em O Globo, *de setembro de 1964, e onde ele escreve: "O Forte do heroísmo", e destaca, portanto, a importância da Revolução, para que o Brasil voltasse aos trilhos*

da democracia. Então, veja a posição, na época, que é possível ver, pelo que está aqui escrito, de O Globo*, destacando a Unidade pela sua participação, e citando nominalmente todos os oficiais.*

Finalmente, vou aqui mostrar um organograma, a estrutura organizacional do Forte de Copacabana, que mostra o que era o Forte, as suas diversas seções, o que compreendia em termos de material de Artilharia, não só de canhões, mas também de projetores e de um radar.

Penso que pude fazer um preâmbulo, para que o Coronel Bianco aborde, agora, o Forte de Copacabana, que hoje reúne a função de Museu do Exército, porque ali estão, na verdade, relíquias muito caras para nós, militares, guardadas para que o público interno e externo as conheça.

Vamos poder apresentar essa transição do desgoverno Goulart para o governo sério de Castello Branco. E vamos nos valer de documentos que o próprio Coronel Bianco nos traz para ilustrar essa transformação de um País, alijado pela ação nefasta dos comunistas, no Brasil sério, implantado com a Revolução de 1964.

Por certo, o Coronel Bianco, com seus arquivos, ajudará muito a caracterizar bem essa época de implantação do primeiro governo revolucionário, o Governo Castello Branco.

A Artilharia de Costa da 1ª Região Militar (ACos/1), na década de 1960, era uma Grande Unidade de uma tremenda importância. Tinha o seu Quartel-General e dois Grupamentos de Unidades, chefiados, cada um, por um coronel antigo.

O Grupamento de Leste era composto pelas Unidades sediadas em Niterói: o Forte Barão do Rio Branco, o Forte São Mateus ou Forte do Pico, a Fortaleza de Santa Cruz, o Forte Imbuí, e pelo Controle de Minas à Distância, que atualmente é o paiol da Região Militar.

O Grupamento de Oeste congregava as Unidades do Rio, ou seja: Forte da Laje, Fortaleza de São João, Forte do Leme, 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (8º GACosM), no Leblon, e o Forte de Copacabana.

Havia na Artilharia de Costa um plano diretor, muito bem elaborado, onde o General Comandante da ACos/1, através do acionamento dos seus Grupamentos de Oeste ou Leste, ou os dois, teria todo o comando sobre o fogo das suas Unidades.

É correto dizermos que, na época da Segunda Guerra Mundial, não haveria como penetrar na Baía de Guanabara, graças ao poder de fogo da sua Artilharia de Costa. Realmente, se hoje, passados tantos anos, visitarmos algumas dessas Unidades, além da aula de história, veremos que era uma Artilharia de respeito.

Vou tentar fazer uma caracterização da área do Forte de Copacabana e 3º GACos, porque tudo o que aconteceu, em termos da Revolução de 1964, tem a ver com as diversas instalações e os diversos pontos do Forte de Copacabana.

Ela se estendia – hoje não é mais assim – desde a Praia do Arpoador, passando por uma área que era ocupada pela Bateria de Projetores e, através de uma pequena estrada de terra batida, subíamos um pedaço do morro, passávamos pela chamada cota 40 – onde na época da guerra havia um projetor de grande alcance instalado – e através dessa mesma estrada, passando pela parte de trás dos prédios da Rua Francisco Otaviano, passava-se atrás do QG ACos/1, até chegar à área do estádio do Forte de Copacabana.

A Bateria de Projetores teve um papel importante na Revolução, uma vez que ela possuía duas entradas e saídas independentes, uma pela Praia do Arpoador – se não me falha a memória, Rua Francisco Bhering – e a outra pela Rua Francisco Otaviano. Era uma área bastante grande, com duas Seções de Projetores, a quatro peças cada uma, e que também abrigava a nossa Seção de Manutenção e Transportes.

Se nós nos deslocarmos de Ipanema para o Posto Seis, pela Rua Francisco Otaviano, vamos encontrar, depois dos prédios residenciais, à direita, um casarão adaptado, que tinha até um pequeno jardim na frente e um muro baixo, apenas com uma guarita, que era exatamente o QG ACos/1 – hoje é o Hotel de Trânsito do CML (Comando Militar do Leste).

Prosseguindo vemos, após a entrada do Forte de Copacabana, uma pequena vila com residências de oficiais; pelo lado esquerdo da Rua Francisco Otaviano, na junção com a Avenida Atlântica, que é em curva, tínhamos, naquela época, o Corpo Marítimo de Salvamento do Rio de Janeiro, que pertencia ao Corpo de Bombeiros, e o Clube Marimbás, que ainda existe até hoje.

No lado contrário, onde se encontra o Hotel Rio Atlântica, ficava o prédio da TV Rio, Canal 13, que era uma TV importante naquela época, num prédio de três ou quatro andares, cujas varandas se voltavam para o Forte de Copacabana, e ali dentro eles tinham estúdios, e todos os equipamentos, inclusive as antenas de transmissão, no telhado.

Havia uma chamada guarda avançada do Forte de Copacabana, que nada mais era do que sentinelas, postados onde hoje ainda estão, próximos, portanto, ao QG ACos/1, e o Corpo da Guarda na outra extremidade da chamada Praça Coronel Eugênio Franco, número 1, que era o endereço do Forte de Copacabana.

Essa Praça Coronel Eugênio Franco faz limite com o Clube Marimbás, com a vila de oficiais, e tem, junto a ela, a entrada de uma quadra poliesportiva do Forte de Copacabana. Este é, portanto, o cenário onde vão se desenrolar os acontecimentos do Forte de Copacabana.

O Forte era uma Unidade de Artilharia de Costa, fixa, *sui generis,* porque possuía as seções normais de um Estado-Maior: 1ª (encarregada do pessoal), 2ª (encarregada das informações), 3ª (encarregada das operações) e a 4ª (encarregada do ma-

terial), o subcomandante, o tesoureiro, o almoxarife, o aprovisionador, o médico, o dentista, o oficial mobilizador etc. Na parte referente às suas Baterias, tínhamos: a 1ª Bateria de Canhões 305mm, Krupp, com a Seção de Levantamento e Observação, a Seção de Câmara de Tiro e a Seção da Cúpula 305; a 2ª Bateria era a da cúpula 190mm, com as mesmas seções, e ainda era encarregada de guarnecer as chamadas torres eclipses, que eram canhões Krupp, de 75mm, manejados apenas através de contrapesos, para fazer a defesa aproximada do Forte.

Essas duas baterias tinham postos de observação, estações de levantamento fixas, em casamatas construídas nos morros da Babilônia, no Leme; Cantagalo, em Copacabana; e Dois Irmãos, no Leblon.

Portanto, durante os nossos exercícios, ou num caso real, essas estações de levantamento eram ocupadas pelos elementos das duas Baterias, para que o Comandante da Artilharia de Costa pudesse decidir qual o material a empregar, se o 190 ou se o 305.

Tínhamos a Bateria de Comando e Serviços (BCS), com suas seções normais, porém havia uma Bateria de Canhões Automáticos Antiaéreos 40mm, constituída com duas seções, a quatro peças, e além disso um radar de tiro, radar MK7. Era uma Unidade de Artilharia de Costa, fixa, que possuía uma Bateria de Canhões Antiaéreos 40, para a sua defesa, com um radar de tiro. Uma coisa que não se encontra, normalmente, em qualquer organização.

E tínhamos, finalmente, a 4ª Bateria do Forte, a Bateria de Projetores, localizada nessa área que hoje é a Praça Garota de Ipanema. Essa Bateria possuía duas Seções de Projetores *Sperry Rand,* cada uma delas com quatro projetores, e a nossa Seção de Manutenção e Transportes.

Essa estrutura do Forte de Copacabana nos facultava o cumprimento de um sem-número de missões, tanto poderíamos fazer os tiros de costa, como poderíamos fazer os tiros antiaéreos, ou até os tiros diretos, com o canhão 40, de extrema precisão. Vale dizer que a Bateria 305 também pode atirar para a parte terrestre do Rio de Janeiro, tendo alcance e elevação para vários pontos importantes da cidade.

Com relação às edificações, ao aquartelamento, do Forte de Copacabana, nós, daquela época, o dividíamos em quartel de paz e fortificação; para nós quartel de paz era tudo aquilo que reunia o comando, a administração, a parte de aprovisionamento, os gabinetes médicos e odontológicos, incluía os prédios do Forte que abrigavam os alojamentos e vestiários da 1ª Bateria, a 305, da 2ª, a 190, da BCS (Bateria de Comando e Serviços), da Bateria de Projetores, da Bateria de Canhões 40, com seus respectivos parques.

Quando falávamos em fortificação, excluíamos toda essa área edificada, e que poderia até ser destruída num caso de guerra, porque a fortificação pode sub-

sistir por si própria. É uma formidável construção de concreto, ferro e aço, cujas paredes frontais medem 12m de espessura.

Essa couraça vai diminuindo, mas nem tanto, à medida que chegamos para a parte de trás da entrada da fortificação. As duas Baterias que lá estão aquarteladas, a 305 e a 190, têm uma organização semelhante, ambas têm o seu próprio paiol, o seu sistema de direção e elevação, elevadores para munição e a cúpula propriamente dita.

Cúpula entende-se por uma estrutura em aço maciço, com dois canhões que atiram simultaneamente; a fortificação contém ainda as câmaras de tiros, que são os cérebros, onde são feitos os cálculos do tiro das duas baterias, e os paióis específicos para as munições 190 e 305.

É muito importante frisar que, uma vez fechada a fortificação, eu me arrisco a dizer que ela é inexpugnável, por quê? Existe uma imensa cisterna d'água, permanentemente completa, para abastecer toda a fortificação, existem banheiros, alojamentos, áreas para rancho, tudo dentro da própria fortificação, inclusive uma Seção de Manutenção e Oficina, e há uma coisa muito importante: a fortificação é independente em energia elétrica, há dois grupos geradores a diesel, que eram manutenidos por um funcionário muito dedicado, e hoje ela até se chama Usina Funcionário Fernandes. Esses dois grupos geradores têm a finalidade de fornecer energia para toda a fortificação, e para todos os seus equipamentos que faz com que através do conhecido princípio da física, de que a pressão sobre o líquido se distribui com igual força, em todos os sentidos, instantaneamente, todo o circuito hidráulico seja acionado mediante essa tremenda pressão, exercida por esse peso em cima do fluido. Assim é possível movimentar a cúpula 305mm tanto em direção, quanto em elevação, fazer o carregamento com os elevadores e o soquete de carregamento, através da força hidráulica. Basta para isso abrir e fechar válvulas.

Existe também, no caso da cúpula 305, o acionamento manual, onde a guarnição fazia um "bocadinho" de força, mas através de engrenagens muito bem estabelecidas, muito bem colocadas, teríamos condições de, no caso da falência do sistema hidráulico, fazer o acionamento manual. Já a cúpula do 190mm tem apenas o funcionamento manual. São particularidades, peculiaridades, muito interessantes, do Forte de Copacabana, que estão lá para quem quiser visitar e conhecer.

Uma consideração interessante e muito importante, até na história da Revolução, é que essas estações de levantamento e postos de observação, dos morros Babilônia, Cantagalo e Dois Irmãos, eram ligadas ao Forte de Copacabana por telefone comum, telefones da Companhia Telefônica Brasileira, na época.

Então, assim como havia um telefone na residência de uma determinada pessoa, as mesmas linhas telefônicas, que eram permanentes, eram instaladas e quando

necessário, manutenidas, pela própria CTB, e essas ligações telefônicas demandavam as duas câmaras de tiro, e nós nos ligávamos por telefone, quando dos exercícios, com essas estações de levantamento do alvo.

Após a descrição do cenário, vou passar a relatar o que vivi pessoalmente, nos episódios da Revolução de 1964, ao lado de todos os demais companheiros do Forte de Copacabana.

A minha contribuição foi muito pequena, de um jovem 2º-Tenente que veio, pouco a pouco, tomando consciência da gravidade da situação que estávamos vivendo.

Apresentei-me pronto para o serviço, no Forte de Copacabana, no dia 4 de novembro de 1963. Apesar de estar chegando do Rio Grande do Sul, onde eram intensos os comentários a respeito de legalidade, e onde, inclusive, eu tivera a oportunidade de assistir a um comício comunista, na cidade vizinha, uruguaia, de Rivera, onde o partido comunista era legal.

As minhas primeiras preocupações ao chegar no Forte de Copacabana, apesar de já vir recebendo *inputs* das coisas que estavam acontecendo, eram de ordem profissional, não estava muito preocupado com a parte política, confesso.

A subunidade a que pertencia, além das atividades normais, ligadas à Artilharia, seria a encarregada do controle de distúrbios civis e, para tanto, recebemos a incumbência de nos prepararmos no mais curto prazo.

É evidente que já havia alguma intenção do Comando do Forte, em contar com uma tropa especializada em controle de distúrbios, porque ela seria a primeira a ser empregada, em qualquer circunstância.

Embutida nessa instrução de controle de distúrbios civis, na realidade, estava toda uma preparação que nos tornava uma Bateria de ataque; tínhamos os nossos pelotões muito bem organizados, todos eles à base de cabos e soldados do núcleo-base (soldados mais antigos) – os recrutas estavam para chegar ainda – e nós nos dedicávamos muito à instrução desses jovens, com o apoio dos nossos sargentos.

Eu comandava um pelotão, o Tenente Sampaio comandava outro, e nós tínhamos uma estrutura completa de comunicações, até apoio médico, que levávamos quando dos nossos treinamentos. Uma das nossas tarefas era exatamente como atuar nas proximidades do Forte de Copacabana, num caso de conflito, em que o Forte viesse a ser ameaçado por alguma multidão, alguma turba etc.

Naquela época isso passou a ser muito relevante, porque o Exército voltado, exclusivamente, para a guerra externa, começou a conviver com um novo quadro, que era justamente o da defesa interna.

Sim. E possuíamos até alguns materiais sofisticados, como um espargidor de gás lacrimogêneo, que era umas das nossas grandes armas, porque lançava o gás a

uma distância ponderável. As minhas preocupações com a Artilharia de Costa continuavam, mas tiveram que ficar num plano mais ou menos secundário, já que tínhamos que começar a enfrentar a defesa interna. Lembro-me de que, motivado por isso, por essa nova postura do Forte, comecei a olhar um pouco mais para fora do Forte, do Estado da Guanabara, naquela época, para poder entender melhor o Brasil. Foi aí que comecei, realmente, a me dar conta do quadro que estávamos vivendo.

É evidente que o Forte de Copacabana, através dos seus oficiais superiores, a partir do Coronel Arídio Brasil, tinha alguma coisa em mente, e precisava levantar, saber com quem poderia contar; começamos a ser alvo de algumas indagações, não muito ortodoxas no meio militar, querendo levantar a nossa ideologia, às vezes sutilmente, outras vezes nem tanto, mas me lembro de que fui um dos pesquisados.

Era muito difícil para um 2º-Tenente tomar uma posição, porque, afinal de contas, qualquer ato contra o Governo João Goulart seria um ato de insubordinação, seria afrontar o Comandante das Forças Armadas, seria ir contra a Constituição, seria ir contra tudo aquilo que nós tínhamos aprendido.

Mas, graças a muitas conversas, à orientação de outros oficiais, rapidamente nos conscientizamos de que, se isso tivesse que ser feito, seria feito. Foi muito difícil tomar essa decisão, dúvidas internas nos assaltavam às vezes, conversávamos entre os oficiais subalternos e, finalmente, nos pronunciamos favoráveis a que, se houvesse necessidade, poderiam contar conosco.

Há uma outra abordagem que gostaria de fazer, sobre os acontecimentos determinantes para o desencadeamento da Revolução no dia 31 de Março. Eu diria que desde o início de 1964, uma série de acontecimentos vinham sendo notados e executados: aquelas mesmas greves, as manifestações estudantis, as manifestações operárias, e o clima de agitação e de perturbação da ordem continuava o mesmo, só tendendo a piorar, porém gostaria de destacar três fatos:

Houve um comício na Central do Brasil no dia 13 de março de 1964, esse comício posso dizer que foi um comício às claras, ali o Governo João Goulart, o próprio Presidente, disse para quem quisesse entender que, realmente, o governo democrático, da maneira como vinha sendo exercido no Brasil, não estava dando os frutos necessários, que havia necessidade de fazer uma mudança, e aí deram vivas ao CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), à república sindicalista, vivas à república operária etc. etc. Isso aí marcou profundamente a população civil, que já estava assustada, e que passou para o estágio seguinte, de "quase apavorada".

Houve, no entanto, uma particularidade que não me esqueço, o Forte de Copacabana recebeu ordem de deslocar uma das suas Seções de Projetores, para embelezar o comício da Central. O então Tenente Mello, que era o comandante dessa Seção de

Projetores, se "mordeu de raiva", mas lá foi ele acender os seus projetores, e cumprir a missão que tinha sido destinada ao Forte. Logo depois, iríamos "dar o troco".

O segundo episódio envolve a nossa Força irmã, a Marinha, que foi a revolta dos marinheiros. É quase que impossível descrevermos o grau de baderna, a ousadia, a falta de disciplina, a coragem até de enfrentar todas as autoridades que tentaram fazer alguma coisa para coibir aquele estado de coisas; o "famoso" cabo Anselmo enfrentou todas elas, tomou conta do sindicato, armaram acampamento lá dentro, apoiado pelo tal Almirante Aragão, que era o Comandante dos Fuzileiros Navais, endeusado como se fosse um herói da Marinha.

"Almirante do povo", um dos promotores da mazorca que marcou tão negativamente nossa Marinha de Guerra.

Era isso. Esse era o estado de coisas. Aquilo deixou o Brasil inteiro perplexo, aí o governo juntou-se aos rebelados de João Goulart, destituindo o Ministro da Marinha, o então Almirante Silvio Mota, e nomeou para Ministro da Marinha um almirante da reserva.

Bem velho, senil, o tal Paulo Mário.

Bem idoso, Presidente do Tribunal Marítimo, quer dizer, era para "degolar" de vez o Comando da Marinha.

O almirante destituído tinha punido os marinheiros rebeldes, por isso é que ele caiu.

Exatamente, destituiu.

Jango considerou a punição dos marinheiros inaceitável, anistiando, inclusive, os sublevados.

Isso significa que os pilares nos quais se sustentam as Forças Armadas, estavam seriamente abalados, principalmente a disciplina que deixou de existir.

Finalmente, houve a reunião dos sargentos no Automóvel Clube do Brasil, situado aqui no Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, onde havia muitos sargentos aplaudindo freneticamente João Goulart, mas havia oficiais também, e muitos elementos da Polícia Militar. Enquanto essas demonstrações de total indisciplina, de arrogância, e até de enfrentamento do poder constituído, deixavam a população cada vez mais assustada, começavam as Marchas da Família com Deus pela Liberdade; essas marchas aconteceram em São Paulo, na capital e em várias cidades do interior, e em Belo Horizonte. No Rio, não teve tempo de acontecer, depois explicaremos o porquê.

O que me impressiona até hoje é que certos oficiais, que comandavam Unidades, na época, nem com tudo isso, entenderam que não era mais possível continuar apoiando o governo da mazorca, como deve ficar conhecido o Governo Jango em nossa história.

Isso fez com que, finalmente, as Forças Armadas, e eu diria, em particular o Exército, "acordassem" para a necessidade iminente de que alguma coisa precisava

ser feita. O comício de 13 de março, a sublevação dos marinheiros e a reunião dos sargentos, com Jango, no Automóvel Clube do Brasil foram as três gotas que fizeram o copo transbordar, no meu entendimento.

Vejamos, então, agora, como o Forte de Copacabana se preparou para um possível acontecimento.

Ante a evidência de que alguma coisa iria acontecer, o Comando do Forte de Copacabana resolveu intensificar as instruções de defesa do aquartelamento. Desencadeou, então, um plano de defesa, um plano de proteção, e começou a fazer um estudo tático de onde colocar o seu armamento, principalmente na parte referente aos canhões 40 e metralhadoras .50 (ponto 50), que nós tínhamos em grande número, para que pudessem propiciar uma boa defesa.

Assim, além das cúpulas de 305 e 190, tínhamos os nossos canhões 40, que devido ao seu alcance, cobriam toda a Avenida Atlântica, até a entrada do Forte. A esta altura já não havia mais nenhuma cerimônia em falar e preparar a defesa, abertamente, para alguma coisa que viria, só não sabíamos quando e onde.

Aconteceu, nesse período, um fato que reputo interessante: eu preparava a câmara de tiro, porque as instruções de artilharia de costa continuavam, para uma das instruções, quando tivemos um problema de comunicações; como já disse, eram linhas da Companhia Telefônica Brasileira.

Os nossos sargentos especialistas tentaram resolver, faziam cheques pelos pares de comunicações, e até aquele momento não tinham obtido sucesso. Quando eles saíram, num determinado intervalo, peguei o combinado telefônico de testes, e comecei também: vamos ver se eu consigo alguma coisa. E, depois de várias tentativas frustradas, comecei, aleatoriamente, a pegar um terminal de cima, um de baixo, um do meio e tal, e eis a minha surpresa, quando ouço uma conversa telefônica.

Eu tinha interceptado, simplesmente, um telefonema do General Comandante da Artilharia de Costa e, exatamente, uma das frases que ouvi foi: "Aqui quem fala é o General Comandante da ACos/1." Tomei um susto porque, sem querer, e fora dos pares normais de ligação, tínhamos interceptado o telefone do General do QG ACos/1.

Era um ponto a nosso favor porque, a partir daí, teríamos condições de saber tudo aquilo que estava sendo falado entre o QG e os locais que a ele se ligassem.

Para tanto, comuniquei ao nosso Comandante que, por acaso, havia descoberto isso, e foi instalado então um posto de escuta, com um telefone de campanha, que saía daquele terminal, e ia direto para o nosso Oficial de Informações; passamos a monitorar, portanto, o QG da Costa.

Esse é um fato que quase ninguém conhece, só quem estava lá.

Passamos inclusive a guarnecer esse telefone, normalmente por oficiais, e, bem próximo à eclosão do Movimento, eu e o então Tenente Sampaio passamos uma noite dentro da câmara de tiro, com fone no ouvido, o bocal tapado com estopa, tentando ver se alguma comunicação seria estabelecida. O Tenente Sampaio se lembra bem disso, mas disse que esqueceu de relatar quando aqui foi entrevistado.

Lembro-me também de um fato que marcou muito. Vivíamos aquele clima de freqüentes prontidões, longas, e, de vez em quando, um terço do efetivo era liberado para ir em casa, naquela época eu era solteiro, aliás eu era "laranjeira" (militar que mora no quartel) no Forte de Copacabana, e fui à casa dos meus pais, para estar lá com eles, almoçamos juntos, e tínhamos ordens expressas de não fazer qualquer comentário sobre as atividades do Forte, fosse com parente, fosse com amigos, não deveríamos comentar nada.

Mas me lembro, como se fosse hoje, de que o meu velho pai, velho general, deve ter sentido no ar que alguma coisa iria acontecer e, após o almoço, quando estávamos nos despedindo, ele me abraçou e disse assim: "Meu filho, faça o que tem que ser feito, desde que seja de acordo com a sua consciência de militar e de cidadão. Deus lhe abençoe." Aquele momento teve um sabor de despedida.

Aí chegamos na eclosão, no dia 31 de março de 1964.

Faço idéia a preocupação de um pai naquele momento difícil em que não se sabia o que iria acontecer.

Ele sentiu que alguma coisa estava por acontecer.

É uma interrogação, inclusive que forças teríamos pela frente, uma vez que já tínhamos nos decidido contra aquela baderna...

Podia acontecer de tudo. Possivelmente, se a Revolução não tivesse sido vencedora, nem eu nem o companheiro estaríamos aqui juntos hoje. Haveria muito sangue se a vitória ficasse do lado de lá.

Basta dizer que em Cuba foram 17 mil pessoas eliminadas pelo ditador Fidel Castro, que há 43 anos está no Poder; não há eleição direta nem indireta.

E aqui no Brasil, fazendo só um parênteses, reclamam da "ditadura", da "ditadura militar", que nunca houve, agora, lá em Cuba, o homem está há mais de quarenta anos e a esquerda cínica não diz que é ditadura.

Sobre a eclosão do Movimento propriamente dito, ofereço, como uma fonte comprobatória, o boletim datado de 14 de abril de 1964, onde o nosso comandante, Coronel Arídio Brasil, expõe resumidamente os acontecimentos que envolveram o Forte de Copacabana.

Essa ordem do dia foi lida perante todo o Forte de Copacabana, em forma, e teve o "sabor" de uma prestação de contas do comandante, agradecido a todos os

integrantes da Unidade. Essa é a minha fonte de referência. Há ainda algumas observações pessoais dos fatos que envolveram o Forte de Copacabana naquele dia. No dia 30 de março, mantivemos a interceptação telefônica do QG ACos/1, e no dia 31 de março fizemos a tomada do dispositivo de defesa do aquartelamento, simulando um treinamento, e esse dispositivo ficou montado, com os canhões 40 em posição e as metralhadoras .50 nos pontos dominantes.

Na noite de 31 de março para 1º de abril, houve contatos com a direção – os chamados comodoros – do Clube dos Marimbás, e eles nos autorizaram a que ocupássemos o Clube, com todos os riscos que poderiam ocorrer, e nós postamos nas suas varandas, nos seus pontos mais elevados, uma série de metralhadoras Madsen, que eram da BCS.

Queria mais uma vez enfatizar que foi uma revolução da população do Brasil, e que nós fomos obrigados a participar dela, porque o Exército só entra depois que o povo dá o sinal de que é hora. Então, é lamentável que hoje queiram esconder isso, é a grande mentira; o Marimbás autorizou o Forte de Copacabana levar as suas metralhadoras para o seu interior, incorporando-se à Revolução como já fizera o povo brasileiro.

E as metralhadoras pernoitaram dentro do clube.

Na parte da manhã, bem cedo, soubemos que haviam chegado os oficiais da Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME) que tinham sido contatados pelo nosso Comandante, como reforço para o Forte de Copacabana.

Esses oficiais se deslocaram de diversos pontos, usando vários automóveis e o nosso ponto de reunião era exatamente na Bateria de Projetores, onde podíamos entrar – como já expliquei – por duas vias diferentes, ou pela Praia do Arpoador ou pela Francisco Otaviano, e coube a mim e ao Tenente Mello a missão de pegar esses oficiais, através da cota 40, e conduzi-los, com muita discrição, cuidado e cautela, uma vez que nós passávamos atrás do QG ACos/1, e esses oficiais foram introduzidos no Forte de Copacabana; lá se irmanaram aos nossos oficiais e foram um inestimável reforço de estado-maior, para o nosso Comandante, Coronel Áudio Brasil.

Eis que, depois de várias viagens levando esses oficiais, no final eles totalizavam 26, recebo ordem de pegar mais dois retardatários; ao passar pela cota 40, sou surpreendido pelo então Capitão Eduardo Chuay, que se fazia acompanhar por dois sargentos, armados de metralhadoras de mão, que me perguntou o que eu estava fazendo na cota 40, àquela hora da manhã.

A única coisa que me ocorreu foi dizer que eu cumpria ordem do subcomandante, e estava fazendo uma ronda; a desculpa foi aceita, dei as costas para esses três militares e segui o meu caminho, crente que ia levar um tiro pelas costas, tive a sensação – graças a Deus, apenas a sensação – de que alguma coisa iria

acontecer, e, depois, nunca desci a cota 40 tão depressa, para chegar até aos dois companheiros da ECEME.

Quando os encontrei relatei que não podíamos voltar pela cota 40, tinha sido descoberta a infiltração do pessoal, e a única solução seria usar o meu carro, como se eu estivesse voltando de alguma missão: O meu carro, felizmente, não foi parado, passamos em frente ao QG, e depois entramos no Forte. Deu certo.

Então, o Chuay era da Costa.

Ele era Capitão do QG ACos/1, lá conseguiu contaminar vários sargentos, e acho que acabou por envolver o próprio general.

Terminada essa tarefa, reassumi o comando do meu pelotão e, como eu disse, o Tenente Sampaio era o comandante do outro pelotão, e a nossa missão foi guarnecer a Praça Coronel Eugênio Franco.

Então, em 1º de abril os nossos pelotões entraram em linha ou em linhas sucessivas, com a missão de ninguém passar por ali. Pessoal pronto, armado, municiado, instruído, sem qualquer problema.

Nesse mesmo dia começou a fase do diálogo entre o QG ACos/1 e o Comando do Forte. O General Moraes, Comandante da Artilharia de Costa, mandou chamar o Coronel Arídio ao QG, e este se recusou a comparecer. Aí, sucessivamente, vieram o Chefe do Estado-Maior (CHEM) e depois o próprio General.

O CHEM era o Rubens Alves de Vasconcelos?

Não me lembro do nome todo dele.

Só estou citando porque ele foi meu comandante em Itu, em 1962, servi com ele um ano e pouco e sei que ele foi para lá, parece que era o CHEM, porque ele era bem antigo.

A memória não está me favorecendo, não me recordo.

Aí, vivi uma situação muito constrangedora, porque, nesse momento, era o meu pelotão que estava barrando a entrada do Forte de Copacabana, quando vem o general, que não falou nada, mas olhou para o meu rosto com aquele olhar de reprovação, ele tinha assinado a minha proposta para vir para o Forte, ele sabia disso e eu também, e tive então que dar ordem ao pelotão para eles abrirem uma brecha, a fim de que o general pudesse entrar. Foi extremamente constrangedor enfrentar essa situação, mas, naquele momento, tudo estava lançado, não havia mais razão de mudanças.

Por volta de meio-dia, o meu pelotão foi substituído pelo do Tenente Sampaio; entrei em reserva na quadra de esportes, e ficamos aguardando uma hora propícia para o almoço. Eis que começou aquela confusão em frente ao QG ACos/1, que não sabíamos o que era, que foi a ação do Coronel Montagna, que, de tão surpreendente

que foi, surpreendeu a nós próprios, que não sabíamos que ele iria tentar uma atitude assim tão intempestiva, e tão de surpresa.

O Capitão Getúlio, o Tenente Sampaio e eu nos encontramos nas imediações de um monumento de mármore aos "18 do Forte", e, no meio daquela confusão, disse assim: "Vou lá ver o que é." O Getúlio não teve tempo de me impedir de sair, e eu me protegi da forma como pude, no muro da vila de oficiais, pela parte de fora, e consegui constatar que realmente alguém, eu imaginei também que seriam companheiros da ECEME, estavam tentando tomar, de qualquer maneira, o QG ACos/1.

Então sinalizei para a nossa tropa que estava tudo bem, que não era nada contra o Forte de Copacabana, confesso que, de momento, não identifiquei o Coronel Montagna, mesmo porque eu não o conhecia pessoalmente. Aí, nesse momento, foi possível aos oficiais do Forte de Copacabana já alertados, inclusive por alguns tiros que aconteceram lá, virem à frente do Forte e ajudarem a completar a tomada do QG.

Nesse episódio, houve dois feridos: um deles foi um sargento do próprio QG, que, até onde pude saber, levou um tiro de cima para baixo, do pessoal que estava pulando o muro, porque ele teria ameaçado a vida de alguém, e um dos alunos da ECEME, que eu não sei quem, foi ferido pela baioneta de um soldado, no ombro, felizmente sem gravidade. Então, essas foram as perdas, na tomada do QG ACos/1.

O pessoal estava em trajes civis?

Não, todos fardados.

Isso facilitou, porque os soldados viram que não eram civis.

O Coronel Montagna parou abruptamente um Citroen preto em frente ao QG – quando saltou do Citroen preto ele não deu tapa na sentinela – e apenas pediu que o soldado se afastasse para ele entrar, como ele estava fardado de coronel, o sentinela não o impediu. E aí, quando ele entrou no QG, tomou as atitudes todas que tinham que ser tomadas na época, e os outros oficiais da ECEME e do Forte de Copacabana completaram essa ocupação.

Uma vez feita a ocupação, recebemos ordem para avançar o nosso dispositivo defensivo, indo o pelotão do Tenente Sampaio para a Rua Francisco Otaviano e o meu pelotão para a Avenida Atlântica; quando chegamos aos locais determinados, depois de instruir os soldados, passamos a tentar fazer algum tipo de barricada, mais até para marcar a nossa presença, do que efetivamente com a intenção de barrar qualquer investida.

A população civil sentiu que alguma coisa tinha acontecido naquela área, alguns curiosos começaram a chegar, e nós procuramos, até para preservá-los, mantê-los afastados. Eis que um civil chega para mim e diz: "Não, o senhor vai bloquear a

Avenida Atlântica, está aqui a chave da minha caminhonete, o senhor pode botar a caminhonete lá." Uma caminhonete Chevrolet bastante nova.

Eu respondi: "Aceitamos, muito obrigado, agora o senhor, por favor, faça isso, fique com a chave", e a caminhonete ficou lá pelo menos um dia inteiro; então, um total desprendimento desse civil – infelizmente não sei seu nome até hoje, tenho até a fotografia dele em alguns jornais, meio de lado, mas não consegui identificá-lo – que colocou um bem que ele possuía à disposição, que poderia ter sido inteiramente destruído.

A conseqüência imediata da liberação de toda aquela área, que envolvia os estúdios da TV Rio Canal 13, foi liberar o sinal da TV Rio, e ela pôde passar a transmitir a tomada da Artilharia de Costa, ao vivo – não a cores, porque naquela época era muito incipiente.

Então, passou a ser um fato conhecido, notório, o episódio vivido pelo Forte de Copacabana e o QG da Artilharia de Costa da 1ª Região Militar, e que a TV Rio transmitia, autorizada pelas autoridades militares, inclusive eles chegaram a fazer um filmete, não da ação do Coronel Montagna, mas posterior, quando eles puderam filmar de uma das sacadas, e aparece a movimentação dos pelotões etc. Esse filmete, eu me lembro de tê-lo visto algumas vezes na 2ª Seção do Forte de Copacabana, não sei se ele ainda existe, mas corrobora todas essas ações.

Ficamos naquelas barricadas todo o restante do dia 1º e sujeitos a muitos boatos: "Vai haver desembarque dos fuzileiros na Praia do Diabo"; "o RCC vem para retomar o Forte de Copacabana" etc. Permanecemos ali várias horas na incerteza, até que os contatos feitos com o Coronel Arídio permitiram que ele fosse até a barricada da Avenida Atlântica, e nos comunicasse, eu diria oficialmente, que a Revolução tinha sido vitoriosa no Rio de Janeiro, inclusive, pela atuação do Forte de Copacabana.

O fato que nos deixou tristes foi que um jornalista – ele não deve ter servido ao Exército – fez aquela confusão entre o que seria QG ACos/1 e Forte de Copacabana; e, na "esteira" da sua reportagem, vários outros jornais passaram a noticiar que o Forte de Copacabana tinha sido tomado pelo Coronel Montagna.

O Forte jamais foi tomado, mesmo porque o único choque (Pelotão de Choque), que foi enviado pelo 8º GACosM, vinha sendo acompanhado nos visores dos canhões 40, durante todo o deslocamento na Avenida Atlântica. Eles sequer tiveram a chance de desembarcar, aconselhados pelo Coronel Arídio.

Uma vez vitoriosa a Revolução na área do Forte de Copacabana, passamos a acompanhar a evolução dos acontecimentos, a tropa que veio de Minas, as tropas que se deslocaram de São Paulo, e tudo o que aconteceu no Vale do Paraíba, particularmente na AMAN. Lamentavelmente, o passo seguinte, em decorrência do pró-

prio processo revolucionário, foi que o Forte de Copacabana recebeu a missão de escoltar alguns companheiros presos. Foi extremamente desagradável escoltar esses companheiros, através da lancha da Fortaleza da Laje, levando-os até a Fortaleza de Santa Cruz, que era o presídio militar na época. Foi difícil ter que cumprir essa missão, mas ela fazia parte daquele contexto que estávamos vivendo.

A Revolução de 31 de Março de 1964 trouxe benefícios para o País?

Na minha ótica, ela marcou uma verdadeira guinada na vida brasileira, não só no aspecto político, acontecendo um "enxugamento" que se fazia necessário, junto às classes políticas, mas depois enveredando pelo aspecto econômico, pelo aspecto social, onde o Brasil se preparou e deslanchou para imensas conquistas.

Eu me pergunto se a Revolução não tivesse ocorrido, e se os acontecimentos daquela época tivessem seguido o seu curso normal, se assim podemos admitir, o que seria desse Brasil hoje, passados 38 anos? Sem dúvida foi um ponto de inflexão importante, eu diria que um dos mais importantes na História do Brasil.

Por que os sucessos econômicos obtidos pela Revolução não têm a devida divulgação? Quais os motivos determinantes de o Brasil não tomar conhecimento desses acertos da Revolução?

Na minha opinião, os acertos da Revolução podem ser todos eles sintetizados numa única área: durante os governos militares saímos, praticamente, da pedra polida, em termos de comunicações, para um dos mais proeminentes países nessa área, basta isso.

Assim, foi também na parte de transportes, na parte aeroportuária, nas indústrias, incentivos à agricultura, recordes de produção, energia, todos esses setores obtiveram um estrondoso sucesso, e são negados por uma razão, do meu ponto de vista muito simples: seria admitir que os militares no Poder deram certo, é a única explicação possível. Eles não querem dar o braço a torcer.

Perdemos a "batalha da comunicação social" ou não quisemos nos engajar?

O militar, ele é, por formação, vamos dizer assim, muito modesto; por formação ele se torna um crítico de si mesmo, muito contundente. Eu diria que se nós tivéssemos uma mídia mais atuante, e voltada especificamente para mostrar o que os governos militares conseguiram, teríamos obtido, no mínimo, uma melhor posição em termos de opinião pública.

Faltou, realmente, dentro da modéstia militar, que os governos militares dessem divulgação e mesmo enaltecessem convenientemente todas as suas conquistas. E eu

diria mais, e que continuassem enaltecendo, até hoje, porque gerações estão mudando, tanto é que estamos vivendo aqui um projeto de história oral, porque, daqui a pouco, nós, os elementos de 1964, estaremos – como alguém diz aí – "no andar de cima".

E o "revanchismo", ele ocorre? E sobre os termos "ditadura militar", "anos de chumbo", que vivem sendo alardeados, qual a sua opinião a respeito?

Eu nunca usei e me recuso a usar esse termo "ditadura militar". Jamais aceitei que perto de mim falassem em "anos de chumbo". Houve erros como em qualquer governo, mas ouvir e aceitar, na minha presença, que alguém fale isso, vai, no mínimo, ter que discutir o termo comigo, não aceito pura e simplesmente. Quando muito aceito que seja dito que, na época, tínhamos um governo militar, mas não para os militares, e sim para o País.

Tanto que havia Congresso, Justiça, partidos políticos, tudo funcionando.

Se fôssemos realmente uma ditadura, tudo isso tinha sido extinto.

Podemos até dizer que eram governos cujos presidentes eram militares.

Quanto ao chamado "revanchismo", acho que ele existe sim, por uma razão que eu reputo muito simples: é humanamente impossível alguém ter sido preso político, ter sido exilado, depois retornar e dizer que tudo foram flores; é humano, pode até aceitar, às vezes pode até engolir, mas nunca vai compactuar.

Principalmente quando esse exílio foi voluntário, então a pessoa tem que se justificar, por que ficou tanto tempo na França, na Suíça, ele tem que aparecer "aos olhos do Brasil" como uma vítima, quando, na verdade, a maioria deixou o País voluntariamente, principalmente esses que hoje estão à frente do governo. Inclusive acho que essas indenizações são a consciência pesada, eles querem indenizar aqueles, que bobos,...

Pagaram por eles.

Pagaram para eles estarem aí "dando as cartas", passeando pelo mundo e vendendo, a preço vil, o patrimônio que os brasileiros e a Revolução construíram.

Infelizmente, as Forças Armadas nada podem fazer contra essas indenizações, que viraram lei, mas nós estamos, ao aceitá-las, passando um recibo de que estávamos errados naquela época, quando, na realidade, sabemos que foram vinte anos de governos sérios, trabalhando pelo Brasil, com erros, com acertos, como qualquer administração, aliás, com muito mais acertos do que erros.

Às vezes, o inimigo se distrai e, para defender alguma tese, acaba confessando certos fatos que nos enaltecem. Isso aconteceu, por exemplo, com Jacob Gorender, um dos adversários declarados da Revolução que deixou escapar à *Folha de São Paulo,* à *folha online,* em 27 de março de 2000, as seguintes assertivas quando falava

do que chamou de regime militar: "O regime militar tinha necessidade de se legitimar diante da população brasileira com o desenvolvimento econômico. Tanto Médici como Geisel tinham como trunfos o fato de terem debelado a inflação e promovido o desenvolvimento. De 1968 a 1973, a economia cresceu a taxas de 10% ao ano. Em 1973, houve pleno emprego. Foi um período de crescimento e isso era alardeado pelos militares."

Na verdade, disse tudo isso para concluir que, a partir de 1974, o crescimento diminuiu, mas não disse que a redução deveu-se a duas crises do petróleo: uma, a partir de 1974, e outra, com o Figueiredo, iniciada em 1979, quando o barril de petróleo, que, em 1973, custava três dólares, ultrapassou o preço de quarenta dólares.

As Forças Armadas auferiram alguma vantagem durante esse período?

Absolutamente. Voltando novamente à imagem da modéstia, na nossa vida militar, o que se poderia esperar de um governo onde um companheiro nosso, general, estava empossado como Presidente da República? Seria que nós tivéssemos o melhor Exército do mundo, que nós tivéssemos uma Marinha superaparelhada, que nós tivéssemos uma Força Aérea muito bem equipada, sem problemas de suprimentos. No entanto, nada disso aconteceu.

Sequer os vencimentos dos militares foram alterados com prioridade, o foram normalmente durante todo esse período; então, não houve absolutamente nenhuma vantagem, quer para as Forças em si, quer material, para os militares.

Eu diria até que os governos militares foram os mais duros críticos dos militares que ali estavam, porque, naquela época, nós continuamos exercendo as nossas funções, trabalhando, às vezes mal aparelhados, e nem por isso deixávamos de cumprir a missão.

E a prioridade foi para a área do desenvolvimento. Isso foi uma constante nos governos revolucionários.

Sem dúvida.

Qual a sua avaliação, sintética, desses vinte anos de governos da Revolução?

Eles foram extremamente benéficos para o País; cada governo trouxe, a seu modo, no seu tempo, os necessários impulsos em diversas áreas, seja na indústria, no comércio, na agricultura, na energia, no transporte, na saúde. Eu só teria uma ressalva a fazer: realmente, o período como um todo foi um pouco grande; deveria ter sido, se as condições tivessem permitido na época, reduzido a um terço, a um quarto, e mais rapidamente retornado o governo ao mando civil, aos líderes civis; teríamos, certamente, que dar um respaldo muito presente àquela incipiente auto-

ridade civil, aos líderes que estavam nascendo. Outra verdade é que, durante os governos revolucionários, as lideranças civis não foram amordaçadas ou destruídas, absolutamente, porque a vida continuou normalmente no País, com todas as instituições funcionando.

É só lembrar o que fazia o Ulisses Guimarães e tantos outros, diziam o que queriam.

Finalmente, acho que o processo de abertura tinha que ser iniciado num determinado momento, e o foi com o Presidente Geisel, mas ele foi muito cauteloso ao dar esses primeiros passos. Depois, no Governo Figueiredo – não se fez uma abertura, fez-se o “escancaramento”, me desculpem a rudeza da expressão – aceitaram uma anistia demasiadamente ampla, geral e irrestrita, que propiciou àquelas “frutas” que eram “podres” voltarem, para atuar no cenário nacional, como até hoje vêm atuando.

Os atingidos em seus direitos políticos poderiam ter sido reintegrados, mas com restrições. Cada caso é um caso...

Aqueles que foram condenados em primeira instância pela Justiça, porque mataram, de repente foram absolvidos; houve matador que virou juiz. Não é possível!

Pois é, temos aí a figura de Lamarca, fez o que fez e, se não tivesse morrido...

Cabe destacar mais um desserviço, mais um tributo negativo desses terroristas, reconhecido pelo próprio Jacob Gorender, em “O Combate nas Trevas”, ou seja, o modo pelo qual os criminosos comuns aprenderam, no antigo presídio Tiradentes, como reivindicar e expropriar. Daí, advindo o crime perpetrado por grupos armados, em assaltos a bancos, ataques a viaturas da Polícia Militar, em desafiante ação de combate, com o objetivo precípuo de intimidar todos.

Realmente, aí está mais um legado do terrorismo implantado pelos extremistas da esquerda que o próprio Gorender alude abertamente.

Qual a sua opinião sobre o último governo da Revolução? Ele prejudicou a imagem da Revolução?

Acho que sim, lamentavelmente acho que sim.

O problema de saúde do Presidente Figueiredo influiu e o prejudicou.

O último governo foi o do General Figueiredo que, como militar, não tenho qualquer comentário a fazer, mas como Presidente da República deixou a desejar em determinados aspectos, mesmo porque o civil, às vezes, não entende aquela linguagem tão comum para nós, do cavalariano, que poderia ser usada dentro de um quartel, mas jamais em qualquer ante-sala governamental.

É uma linguagem bonita para um capitão de cavalaria, no seu quartel.

Todo mundo acha graça, acha que o chefe é descontraído, é piadista, contribui até, às vezes, para a imagem do chefe, mas na boca de um presidente da repúbli-

ca ela tem efeitos desastrosos. Sou testemunha de como a população o encarava, porque naquele episódio da visita do Presidente Figueiredo a Florianópolis, eu servia lá no QG da Brigada, e tive a oportunidade de alertar à equipe precursora do Presidente de que o clima na cidade era extremamente desfavorável a uma visita de qualquer presidente, principalmente a dele, e deu no que deu.

Acho que, a partir dali, ele se conscientizou de que não era tão querido pela população, como ele pensava ou almejava ser.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando, hoje, elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. Qual a sua opinião a respeito?

Vejo que a imagem do Exército, sendo bem aceita pela população, reflete simplesmente o que nós somos. Somos confiáveis; todas as vezes que qualquer esfera do governo, em qualquer nível, precisou de pessoas de confiança, em que tivesse de depositar as responsabilidades inteiramente na sua mão, eles optaram pelo elemento militar, o que não é "de graça". Estendo isso a todos os companheiros do Exército, Marinha e Força Aérea.

O militar é confiável sim, e essa confiança transcende o muro dos quartéis e vai ser observada no mundo civil, onde se vê o militar gozando de elevado conceito. Eu não faço, nunca fiz, distinção entre civil e militar, mas tenho o direito de fazer uma distinção entre quem é confiável e quem não é confiável, em qualquer das áreas.

Sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964.

Agradeço a oportunidade de poder expressar os meus sentimentos. A única mensagem que me ocorre é dizer que projetos dessa natureza são extremamente válidos, porque uma vez consolidados, vão servir de fonte de consulta, talvez até de inspiração para as novas gerações.

Essas práticas são extremamente necessárias, para que a gente possa realmente resgatar e ouvir as opiniões de pessoas que nunca tiveram oportunidade de expressar as suas opiniões, como é o meu caso, que nunca tinha dado uma entrevista em toda a minha vida, apesar de estar hoje com 63 anos.

E dizer que confio profundamente no nosso País, não tenho a menor dúvida de que o nosso futuro será brilhante, será grandioso, apesar de todas as dificuldades, empecilhos, obstáculos que venham a colocar na nossa frente.

Acho que o Brasil de hoje é pequeno perante o Brasil de amanhã, que será muito maior, e justamente as novas gerações é que terão a responsabilidade de con-

duzir o Brasil para o seu destino de grandeza, tornando-o cada vez maior. Gostaria de vê-lo crescendo e progredindo como de 1968 a 1973, no período que, com muita justiça, foi conhecido como o do milagre econômico, resultado de muito trabalho e competência; já visitei, já convivi com vários outros países, jamais trocaria por qualquer um deles o meu Brasil que aprendi a amar, quando criança, com a minha família, e, depois, no Exército, a grande Escola de civismo e de amor às coisas da nossa Nação.

DEGRAVAÇÃO
Léa Carla Aleman Amaresco

TRANSCRIÇÃO
Geraldo Luiz Nery da Silva
*Aurelio Cordeiro da Fonseca**

EDIÇÃO DE IMAGENS
Subseção de Audiovisuais da 5ª Seção
do Comando Militar do Leste

DIGITAÇÃO
Gilcemar Pujoni da Silva
Ismael Martins Silva
Marcos Rodrigues dos Santos

---

* Entrevista do Contra-Almirante Luiz Pragana da Frota.

Composição e diagramação	*Murillo Machado e Rodrigo Tonus*
Quantidade de páginas	*340*
Formato	*16 x 23cm*
Mancha	*29 x 43 paicas*
Tipologia	*ITC Officina Serif Book*
Papel de miolo	*Offset 75g*
Papel de capa	*Cartão Supremo 240g (plastificada)*
Impressão e acabamento	*Sermograf Artes Gráficas e Editora Ltda.*
Fotolito de miolo	*Murillo Machado e Rodrigo Tonus*
Fotolito de capa	*Sermograf Artes Gráficas e Editora Ltda.*
Tiragem	*2.000 exemplares*
Término da obra	*Junho de 2005*